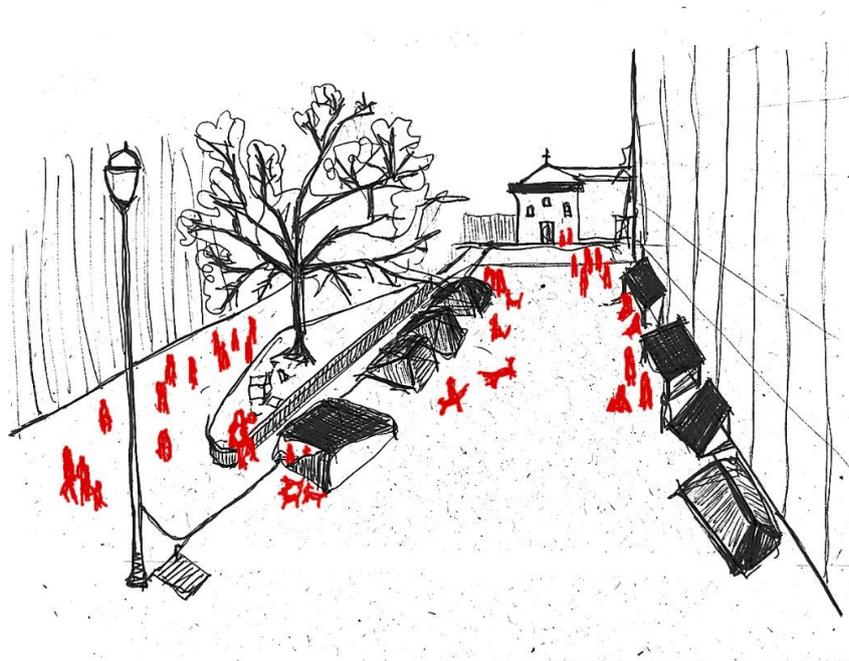


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

GIULIA PEREIRA PATITUCCI

A QUESTÃO DA MORADIA NA VIDA DE QUEM MORA NAS RUAS

UM ESTUDO QUALITATIVO NA CIDADE DE SÃO PAULO



Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

São Paulo

2022

GIULIA PEREIRA PATITUCCI

A QUESTÃO DA MORADIA NA VIDA DE QUEM MORA NAS RUAS

UM ESTUDO QUALITATIVO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Habitat, sob orientação do Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira.

São Paulo

2022

À minha avó, Wilma Patitucci, professora, que me encorajou a desenvolver esta dissertação.

À Regina Maria Manoel, por ser uma inspiração de vida.

Agradecimentos

Não acredito que seja possível realizar algo sozinha. Nós sempre estamos acompanhadas de pessoas que, de uma forma ou de outra, nos fazem ser e crescer.

Por isso, relembro aqui, algumas delas, que caminharam comigo ao longo do percurso deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos:

À minha segunda família, Taís, Yummy, Bia, Bel, Karin, Ivan, Luiz, Tom, Teco, Henrique, Dré, Vi e Mattos, pela gostosa convivência diária, por me ensinarem a preciosidade que é compartilhar a vida e a buscar pontos de aproximação, em meio às diferenças.

À Camila, Xavier e Gennas, por serem tão presentes nos últimos meses, por me mostrarem a força da amizade em momentos difíceis, quando Camila nos inspirava diariamente com a sua *aceitação* diante do câncer. Obrigada pelos ensinamentos diários, Ca.

A Ju, Malu, Marina, To e Duque, por serem um presente que Direitos Humanos me deu para a vida e pela amizade grande em tempos incertos de pandemia, trazendo alegria às minhas sextas-feiras.

À Luli, Mari, Nathi, Ana, Tara, Hellena, Jess, Yas, Paula, Dê, Bá, Fabi e Lou, por serem mulheres que me inspiram, cuja amizade quero cultivar para a vida toda.

A Lucca, Carol e Ivan, por me trazerem paz e natureza em meio à rotina da selva de pedras, além das conversas sobre a vida à luz da fogueira e do frio em Atibaia.

Ao Gabriel, por me guiar num processo transformador de autoconhecimento, que muito me ajudou a realizar este trabalho de uma maneira prazerosa, apesar dos desafios inerentes ao processo.

Ao Adriano, pessoa enérgica, com sede de conhecimento, pela amizade cultivada.

A Luiza, Lucas, Paula, Gabriel, Carla, Laura, Alan, Mainara, Eliana, Alcyr, às duas Gi's, Martim, Fê, Bel, Ju, Malu e To, pela parceria que construímos na Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua, por tudo o que aprendemos juntos, pelos inúmeros desafios que enfrentamos, pelas vitórias também que alcançamos. Onde começou a aventura deste trabalho. Lembranças boas desse lugar e dessas pessoas incríveis.

A Darcy Costa, Cleiton Ferreira, Robson Mendonça, Roseli Kraemer, Átila Pinheiro, Anderson Miranda, Anderson Pucetti, Eliana de Santana, Alderon Costa, Kelseny Pinho, Julia Lima, Wilherson Carlos Luiz, Sheila Marcolino, Vivian Lima, Pedro da Silva, Cris Silva, Maria Lisabete Santiago, Débora Fujita, Simone Cândido, Maria Luiza Mancini, Luiz Francisquini, Fabiana Pires, Rodrigo Medeiros, Lucas Almeida e Paulo Cesar, pela relação

profissional e pelos laços de afeto que construímos no Comitê Poprua. Agradeço por tudo o que aprendi com vocês.

A Giovanna, Ednan, Paula, Tales, Ana Gil, Ana Martins e Caio por termos mergulhado juntos no cotidiano da população em situação de rua em tempos de Covid-19, e pela amizade gerada nesse processo.

A Carina, Tales, Vét, Ângela, Lara, Felipe, Giuseppe e Natália, colegas do Labhab e da FAU-USP, pelas trocas preciosas sobre a pesquisa e pelo carinho que resiste no mundo acadêmico. A Antonieta, Michiko, Silvia, Ana Maria, Luiz, Renê, Regina, Abel, Márcia e Marisa, pela admiração que tenho por vocês enquanto pessoas, primeiramente, e por serem minhas principais referências de pensamento e prática com população em situação de rua.

À Ju Quarenta, pela amizade que traz mais afeto ao meu dia-a-dia, pela sorte grande que tive em cruzar com você na minha vida, por tudo o que aprendemos e crescemos juntas.

Ao Caio Reis, pela paixão contagiante pela Sociologia, a qual fui profundamente impactada, pelas ricas trocas ao longo dos nossos processos de pesquisa e pelo apoio essencial que recebi no desenvolvimento desta dissertação.

À Renata, pelos encontros rotineiros aos domingos, que me deram confiança que a reta final do mestrado seria possível. Muito obrigada por estar próxima e por compartilhar esse momento.

À Fraya Frehse, por me apresentar o mundo das Ciências Sociais que mudou o rumo deste trabalho. Pela dedicação apaixonada ao ensino, à pesquisa e à extensão na universidade pública.

Ao João Sette, pela admiração que tenho sobre sua prática política e acadêmica, pela orientação deste trabalho e pela liberdade dada para que eu pudesse mergulhar em novos campos de conhecimento que apareceram ao longo do percurso da pesquisa.

À minha família, Wilma, Silvana, Regis e Giovanna, por representarem mais do que consigo expressar em palavras. Obrigada pelo apoio material que viabilizou a realização desta pesquisa e pelo amor que recebo de vocês. A Dani e Raul, pelo acolhimento e por serem parte da família que escolhi. À Isa e ao Bento, que também são da família.

Ao Mathews, meu companheiro de vida, por estar sempre perto, por me transformar diariamente e por partilhar sonhos e a esperança de um mundo melhor.

*Bem que eu me lembro
Da gente sentado ali
Na grama do aterro, sob o sol
Observando hipócritas
Disfarçados, rondando ao redor*

*Amigos presos
Amigos sumindo assim
Pra nunca mais
Tais recordações
Retratos do mal em si
Melhor é deixar pra trás*

*Não, não chore mais
Não, não chore mais
Não, não chore mais
Não, não chore mais*

*Bem que eu me lembro
Da gente sentado ali
Na grama do aterro, sob o céu
Observando estrelas
Junto à fogueirinha de papel*

*Quentar o frio
Requentar o pão
E comer com você
Os pés, de manhã, pisar o chão
Eu sei a barra de viver*

*Mas, se Deus quiser
Tudo, tudo, tudo vai dar pé¹*



Figura 1. Registro fotográfico de uma tarde de cantoria do Coral Poprua, sob a regência de Mauro Aulicino, do Coral USP, no Núcleo Penaforte Mendes, região da Bela Vista, em 2018. Fotografia da autora.

¹ FORD, Vincent versão GIL, Gilberto. "Não Chore Mais". In: *Realce*. Gravadora Elektra Records, 1979. Faixa 9.

Resumo

Trata-se de estudo investigativo sobre a “questão da moradia” na vida de quem mora nas ruas. Conforme censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo, cuja pesquisa mais recente é de 2021, os principais motivos da ida para a rua são, respectivamente, os conflitos familiares, o uso abusivo de álcool e outras drogas, a perda de trabalho/renda e a perda da moradia. Esse sucinto diagnóstico sobre o problema, no qual se destacam, em primeiro e em segundo lugar, motivações da esfera do "individual", reforça a tese de que as pessoas que moram nas ruas precisariam resgatar sua autonomia para conseguirem se reinserir socialmente. Na prática, essa visão sobre o fenômeno tem resultado na implantação de políticas públicas baseadas no acolhimento provisório em serviços socioassistenciais, no apoio à retomada dos vínculos familiares e na reinserção no mercado de trabalho. Conforme já apontaram estudos nacionais e internacionais, essa prática tem se mostrado pouco efetiva na concretização da saída da rua. Reconhecendo, por outro lado, a situação de rua enquanto uma das facetas da extrema desigualdade social urbana, que persiste e é alimentada pelo modelo econômico capitalista, o trabalho tem como objetivo investigar como se expressa a “questão da moradia” ao longo da trajetória de vida de quem mora nas ruas, jogando luz à condição de pobreza pré-existente à situação de rua. Para investigar a “questão da moradia” na vida de quem mora nas ruas, pergunta central, defino 4 abordagens que explicam meu entendimento sobre o termo para fins deste trabalho: 1) experiências de moradia fora das ruas; 2) experiências de moradia nas ruas; 3) expectativas com relação à moradia; e 4) percepções sobre as políticas públicas de acolhimento e de moradia. Essas questões são respondidas a partir de uma “perspectiva etnográfica” (Frehse, 2006), que me permite observar o “morar na rua” qualitativamente, a partir do ponto de vista das pessoas em situação de rua. O estudo foi realizado com pessoas que estavam morando nas ruas no momento da pesquisa, na área central de São Paulo conhecida como "Triângulo Histórico". A partir dos resultados sobre as 4 abordagens, o trabalho discute as limitações das políticas públicas existentes, desenhando caminhos possíveis para uma nova prática, mais aderente às especificidades da população em situação de rua. Será então possível observar o grande peso da renda na promoção do direito à moradia, elemento central para compreender o fenômeno “morar na rua” e pensar políticas públicas efetivas e comprometidas com a justiça social.

Palavras-chave

População em situação de rua. Moradia. Políticas Públicas. Sociologia urbana.

Abstract

This work is an investigative study about housing on homelessness. According to the most recent census of the homeless population in the city of Sao Paulo, carried out in 2021, the main reasons for going to the streets are, respectively, family conflicts, abusive use of alcohol and other drugs, loss of work/income and the loss of housing. This succinct diagnosis, from which at first and second place motivations from the individual sphere stand out, reinforces the thesis that homeless people would need to rescue their autonomy in order to be able to reintegrate into society. In practice, this view of the phenomenon has resulted in the implementation of public policies based on temporary shelters, in supporting the resumption of family ties and reintegration into the labor market. As national and international studies have already pointed out, this practice has proved to be ineffective in achieving exit from the street. On the other hand, recognizing homelessness as one of the facets of extreme urban social inequality, which persists and is driven by the capitalist economic model, the work aims to investigate how the “housing issue” is expressed along the homeless people trajectory, highlighting, prior to the homelessness condition, the social issues of poverty. To investigate the “housing issue” on homelessness, my central question, I define 4 approaches that express my understanding on the term: 1) housing experiences out of streets; 2) housing experiences on streets (homelessness); 3) expectations regarding housing; and 4) perceptions about public policies for shelter and housing. These questions are answered from an “ethnographic perspective” (Frehse, 2006), which allows me to observe homelessness qualitatively, from the point of view of homeless people. The study was carried out with people who were living on the streets at the time of the research, in the central area of Sao Paulo known as the "Historical Triangle". Based on the results of the 4 approaches, the work discusses the limitations of current public policies, drawing possible paths for a new practice, more adherent to the specificities of the homeless population. Therefore, it will then be possible to observe the great weight that income has on promoting the housing rights, a central element to understand the homelessness phenomenon and to think about effective public policies that are committed to social justice.

Keywords

Homelessness. Housing. Public Policies. Urban Sociology.

Listas

Listas de figuras

Figura 1. Registro fotográfico do Coral Poprua (27/09/2018)	05
Figura 2. Croqui de cena cotidiana na Rua Coronel Xavier de Toledo (sem data)	14
Figura 3. Mapa da área onde foi realizada a etapa 1 da pesquisa de campo	72
Figura 4. Mapa da área onde foi realizada a etapa 2 da pesquisa de campo	76
Figura 5. Croqui da Praça do Patriarca (16/12/2020)	87
Figura 6. Croqui de um quarto de pensão (21/01/2021)	91
Figura 7. Mapa narrativo da Praça Ouvidor Pacheco e Silva (25/11/2020)	99
Figura 8. Croqui da Praça do Patriarca (11/12/2020)	104
Figura 9. Croqui da Praça Ouvidor Pacheco e Silva (26/11/2020)	105
Figura 10. Croqui da Praça do Patriarca (16/12/2020)	107
Figura 11. Mapa narrativo da Praça Ouvidor Pacheco e Silva (14/01/2021)	109
Figura 12. Croqui da Praça Ouvidor Pacheco e Silva (15/01/2021)	110
Figura 13. Mapa narrativo da Praça Ouvidor Pacheco e Silva (11/12/2020)	113
Figura 14. Croqui da Praça Padre Manoel da Nóbrega (24/11/2020)	115
Figura 15. Croqui da Praça Ouvidor Pacheco e Silva (25/11/2020)	116
Figura 16. Croqui de caminhada na Rua São Francisco (09/12/2020)	119
Figura 17. Desenho feito por Lohany na Praça do Patriarca (19/01/2021)	128
Figura 18. Desenho feito por Edvaldo na Praça do Patriarca (27/02/2021)	129
Figura 19. Desenho feito por Cícero na SMDHC (27/11/2020)	130
Figura 20. Desenho feito por Cícero na SMDHC (27/11/2020)	130

Lista de gráficos

Gráfico 1. Série histórica do número de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo (acolhidos e rua) - 2000 a 2021	33
Gráfico 2. Tempo que está em situação de rua em São Paulo (acolhidos) - 2021	160

Lista de tabelas

Tabela 1. Elementos que compõem as quatro abordagens sobre a questão da moradia	69
---	----

Lista de quadros

Quadro 1. Quadro síntese da abordagem 1 - experiências de moradia fora das ruas	81
Quadro 2. Quadro síntese da abordagem 2 - experiências de moradia nas ruas	96
Quadro 3. Quadro síntese da abordagem 3 - expectativas com relação à moradia	122
Quadro 4. Quadro síntese da abordagem 4 - percepções sobre as políticas públicas	132

Lista de siglas e abreviaturas

Art.	Artigo
AEIPS	Associação para o Estudo e Integração Psicossocial
Av.	Avenida
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
Cad Único	Cadastro Único para Programas Sociais
Censo SUAS	Censo do Sistema Único de Assistência Social
CA	Centro de Acolhida
CAE	Centro de Acolhida Especializado
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CIAMP-RUA	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua
Comitê Poprua	Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua
COHAB-SP	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
COOPAMARE	Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ETHOS	European Typology of Homelessness and Housing Exclusion
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FEANTSA	Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FICA	Fundo Imobiliário Comunitário para Aluguel
GCSMUS	Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Estudos Avançados
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Labhab	Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos
LGBTIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersex, Assexuais e outros
MC	Ministério das Cidades
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
OAF	Organização de Auxílio Fraternal
ONU	Organização das Nações Unidas
PPP	Parceria Público Privada
Pg.	Página
PT	Partido dos Trabalhadores
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
Poprua	População em situação de rua
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PLS	Programa de Locação Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
POT	Programa Operação Trabalho
PL	Projeto de Lei
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
R.	Rua
SM	Salário Mínimo
SGM	Secretaria de Governo Municipal

SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMDDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SEFRAS	Serviço Franciscano de Solidariedade
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SEAS	Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TFG	Trabalho Final de Graduação
TU Berlim	Universidade Técnica de Berlim
UBS	Unidade Básica de Saúde
UH	Unidade Habitacional
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1 - Repensar o “morar na rua” pelo viés da questão da moradia	23
1.1. Problematizando o termo “situação de rua”	24
1.2. A questão da moradia e outros temas no censo da população em situação de rua de São Paulo (2021)	29
1.3. Como a questão da moradia já foi respondida	36
1.4. Marcos regulatórios e rede de políticas públicas	45
1.5. Como o trabalho se situa no debate?	60
Capítulo 2 – Experiências, expectativas e percepções sobre a moradia por quem mora nas ruas	63
2.1. Percurso metodológico e coleta dos dados	65
2.2. Sobre as experiências de moradia fora das ruas	81
2.3. Sobre as experiências de moradia nas ruas	96
2.4. Sobre as expectativas e desejos com relação à moradia	122
2.5. Sobre as percepções com relação às políticas públicas	132
2.6. Síntese das 4 abordagens sobre a questão da moradia	150
Capítulo 3 – Como a leitura da questão da moradia reflete na prática de políticas públicas para o “morar na rua”	154
Considerações finais	181
Referências bibliográficas	188
Anexos	194

Introdução

Ao caminhar pelas ruas do centro da cidade de São Paulo não há como passar despercebido pela presença de pessoas e famílias vivendo nas calçadas, sob as coberturas dos comércios, nas escadarias pouco utilizadas pelos pedestres, em "cantinhos" que ganham novos usos com a permanência, de dia e de noite, de pessoas. As construções improvisadas indicam a permanência física de pessoas *morando* nos espaços públicos urbanos. São moradias idealizadas e erguidas pelas próprias mãos das pessoas que ali habitam. Os materiais descartados como lixo, pela cidade, são transformados em abrigo pelas mentes criativas de pessoas que precisam sobreviver nas ruas.

Ao longo de 4 anos, entre abril de 2018 e abril de 2022, diariamente, por volta das 9 horas da manhã, descia do ônibus no primeiro ponto da Rua Coronel Xavier de Toledo, próximo ao Shopping Light, no centro "velho" da cidade de São Paulo. Ao escurecer do dia, após às 7 horas da noite, saía da Rua Líbero Badaró e voltava ao ponto de ônibus para retornar à minha casa. Essa rotina fez parte de minha vida no período em que trabalhei na Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo. Por atuar profissionalmente com o tema, não houve um dia, no trajeto a pé entre o ponto de ônibus e o trabalho, que minha consciência me permitiu naturalizar o fato de ter pessoas morando nas ruas. De manhã, assim que eu descia do ônibus, caminhava na calçada do Shopping Light, onde encontrava as mesmas pessoas sentadas no chão, no exato lugar, e outras andando com cobertores apoiados sobre os ombros. Eram todos homens e, por conta da pele queimada de sol, era difícil supor quantos anos tinham.

Um deles, que compunha essa cena diária do meu percurso a pé, ficava sentado no chão, com joelhos dobrados, e pés sustentando o peso do corpo, junto com o quadril. Suas costas, ficavam apoiadas na parede de vidro do mercado. Era magro e negro. A altura não sei dizer, pois nunca o vi de pé. Seus cabelos eram grisalhos e enrolados. Cadarços amarrados de forma apertada uniam os dois tornozelos, o que o impediria de caminhar livremente (ação que nunca o vi realizar). Ao seu lado, uma caixa de plástico, sem tampa, onde deixava o dinheiro que ganhava de doação das pessoas que passavam. Nunca o presenciei pedindo nada a ninguém. Em algumas ocasiões, quando passava, observava-o comendo e bebendo algo que provavelmente alguém que havia saído do mercado lhe dera. Eu mesma já havia feito isso

algumas vezes. Nos dias de sol e de chuva, independente do que acontecia, ele estava lá. Lembro-me de tentar me colocar no lugar dele, imaginando o que se passava em sua cabeça. Questionava-me sobre o que ele pensaria das pessoas que passavam ali, diariamente. Qual seria a história dele? Porém, nunca conversamos nesses 4 anos. Não sei o tom da sua voz. A seguir, um desenho de memória desse homem:

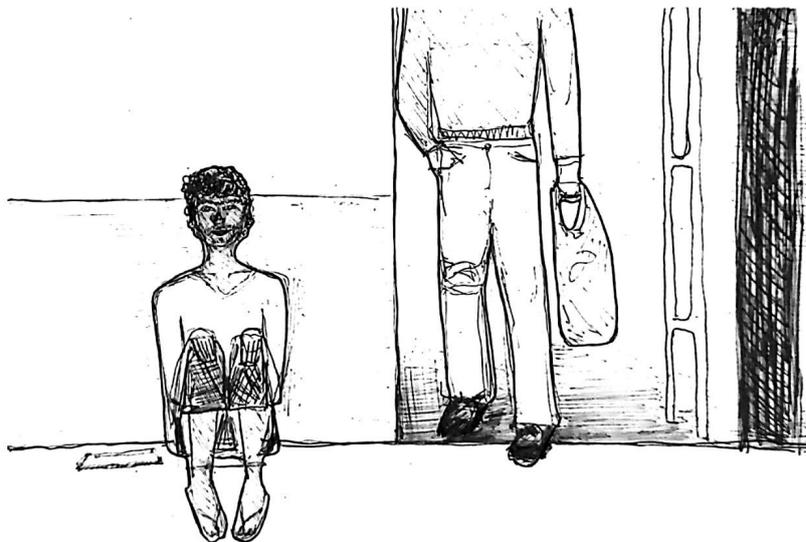


Figura 2. Croqui de uma cena cotidiana na Rua Coronel Xavier de Toledo, centro de São Paulo, entre 2018 e 2022.

Havia outras figuras marcantes nesta rua, que acompanhavam minhas caminhadas diurnas e noturnas. Como um homem negro, também magro, deveria ter em média 1,70 metro de altura, que vivia caminhando na calçada da Rua Coronel Xavier de Toledo, com diversos cobertores e panos apoiados sobre os ombros. Seus olhos claros, azuis e arregalados me chamavam atenção. Parecia estar tenso, todos os dias, como que procurando algo. Depois de caminhar por essa calçada, chegava à esquina, onde avistava, à esquerda, sob a cobertura larga de um comércio de rua no prédio onde era a antiga sede da loja de departamentos Mappin, uma dezena de pessoas. Havia barracas de acampamento, cachorros e diversos pertences pessoais espalhados sob a cobertura, como brinquedos, mochilas e utensílios de cozinha. Neste ponto, avistava do outro lado da rua, o Theatro Municipal, em cuja escadaria também observava homens reunidos, conversando, jogando baralho e cuidando de seus cachorros. Virando à direita, para atravessar o Viaduto do Chá, antes de passar por cima do Vale do Anhangabaú, me marcava o forte cheiro. Parecia ser um banheiro a céu aberto. O cheiro vinha de uma escadaria que do nível da calçada descia para um nível no subsolo, cujo acesso estava sempre fechado com uma grade. Ouvi dizer que eram galerias subterrâneas não utilizadas do Theatro Municipal.

Atravessava o Viaduto do Chá e, simbolicamente, essa caminhada sobre o Vale do Anhangabaú representava a passagem entre minha vida pessoal e profissional. Em seguida, avistava, sob a cobertura projetada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha na Praça do Patriarca, mais um conjunto de pessoas. Eram homens sós, famílias com crianças, pessoas idosas, cachorros, todos morando sob aquele grande abrigo que os protegia da chuva e do sol. Observei, algumas vezes, cenas conflituosas na Praça, como brigas entre as pessoas que ali moravam, mas, de forma mais recorrente, conflitos entre as pessoas e as equipes de limpeza urbana, o que gerava uma gritaria, chamando atenção de todos que ali estavam de passagem. Chegando à Rua Líbero Badaró, caminhava em direção ao Largo São Francisco, onde, um pouco antes do Largo, estava localizado o meu trabalho.

Realizei diversas vezes esse trajeto. Na minha cabeça, por trabalhar com o tema da população em situação de rua, pairavam pensamentos, por vezes um pouco angustiados, de tentar entender por que o trabalho que realizávamos não tinha qualquer impacto (positivo) na vida daquelas pessoas, que era o único objetivo perseguido por nós. Também me indagava sobre o motivo que me fazia ficar em silêncio e não conversar com as pessoas que moravam na rua, já que, afinal, por ser o meu trabalho, precisava conhecê-las.

No início do processo desta pesquisa, pretendia investigar como era o *mercado popular de aluguel residencial* em São Paulo, o qual consegue responder a parte da demanda habitacional das populações de baixa renda. Meu objetivo era entender de que forma esse mercado funciona, quem são os proprietários, quanto se cobra de aluguel e quais são as regras que valem para as relações entre proprietário e locatário. À luz desse quadro que imaginaria construir, como objetivo complementar, buscava entender de que forma o Estado poderia intervir nesse mercado para torná-lo mais acessível, seguro e com moradias adequadas. Essa proposta dialogava com meu trabalho final de graduação (Patitucci, 2017), no qual desenvolvi uma pesquisa sobre a política de locação social, a partir da experiência do programa na cidade de São Paulo, o qual oferece habitação por meio do *aluguel acessível em unidades habitacionais de propriedade pública*. Portanto, partiria de uma pesquisa que olhou para o acesso à moradia por meio do aluguel em parque *público*, para, então, no mestrado, investigar como é o acesso à moradia de aluguel no mercado *privado* pela população de baixa renda, entendendo ser uma oferta habitacional complementar a qual eu havia estudado anteriormente.

Ao longo do processo da pesquisa de mestrado, me aproximei de métodos qualitativos de investigação, por meio de um estágio que realizei, entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, intitulado “*Data Collection & Spatial Methods*” (“Coleta de Dados e Métodos

Espaciais”), orientado pela Profa. Dra. Fraya Frehse do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. No estágio, um grupo interdisciplinar de 8 estudantes de pós-graduação recebeu uma formação em métodos espaciais de pesquisa, e fomos desafiados a utilizá-los em campo para compreender o cotidiano das pessoas que moravam nas ruas do centro de São Paulo durante a pandemia de Covid-19.

Minha participação no estágio ocorreu, pois eu o enxergava como uma oportunidade de diálogo com as Ciências Sociais através de um tema que eu atuava profissionalmente. Assim, o estágio representava tanto um ganho para minha *prática profissional*, por poder conhecer de uma forma mais aprofundada o fenômeno “morar na rua” e, com isso, melhorar minha atuação, mas também, no âmbito do *mestrado*, o estágio representava uma oportunidade de dialogar com outras áreas de conhecimento e estabelecer reflexões interdisciplinares na minha dissertação.

A partir do momento em que me apropriei dos métodos espaciais de pesquisa utilizados no estágio, e passei a observar o “morar na rua” através desses “óculos”, me dei conta que essa ferramenta me ajudaria na investigação do mestrado. Assim como eu poderia vestir os “óculos” para entender o *cotidiano* de quem morava na rua, eu poderia, também, utilizar o método para investigar as *experiências* das pessoas no mercado popular de aluguel residencial, mas agora, com um novo referencial empírico: as pessoas em situação de rua. Em outras palavras, buscaria investigar o mercado popular de aluguel, a partir da experiência que as pessoas em situação de rua tiveram e têm nesse mercado.

No processo de definição da pergunta de pesquisa, após reflexões que tive no decorrer do estágio, as quais foram anteriormente expostas, entrei em contato com trabalhos que defendiam o acesso à moradia como solução prioritária para a inclusão social da população em situação de rua, em contraponto ao modelo de acolhimento provisório em serviços socioassistenciais (Kohara, 2018; Lanfranchi, 2021; Ornelas e Duarte, 2022). Enxergando a centralidade da questão da moradia trazida por estas pesquisas no campo de estudos da situação de rua, entendi que para além do mercado popular de aluguel, fazia sentido eu investigar o tema da *moradia* na vida de quem mora nas ruas, já que as experiências de moradia nas trajetórias de vida das pessoas não estariam restritas ao mercado de aluguel. Pesquisas existentes (Kohara, 2018; Lanfranchi, 2021; Ornelas e Duarte, 2022) se debruçaram em avaliar a efetividade e o impacto de políticas públicas de acolhimento e de moradia para população em situação de rua e, também, empreender uma discussão mais teórica sobre o fenômeno, chegando à conclusão da necessidade de priorizar políticas públicas de moradia.

Diante disso, identifiquei uma lacuna de conhecimento, que seria entender como são as experiências de moradia na vida das pessoas em situação de rua, a partir do ponto de vista das próprias pessoas em situação. Assim, defino a pergunta central da pesquisa: *Como se expressa a “questão da moradia” na vida de quem mora nas ruas?*

Para este trabalho, “questão da moradia” são as *experiências* que as pessoas tiveram e têm do “morar”. Defini 4 abordagens que estruturam meu entendimento acerca da “questão da moradia”, as quais são utilizadas para guiar a investigação. Refiro-me, primeiro, às *experiências* vividas em moradias fora do espaço público urbano, ou seja, fora da rua, em algum tipo de domicílio (1); segundo, às *experiências* de moradia vividas na rua (2); e por fim, às *experiências* de moradia em instituições e serviços para acolhimento provisório, e também, em conjuntos de habitação de interesse social (3). Por “questão da moradia”, além dessas três dimensões, considero, também, as *expectativas* e os desejos de uma moradia ainda “não vivida”, ou seja, ideais de moradia que estejam no imaginário das pessoas (4). Por *experiências*, estamos falando sobre como as pessoas se sentiam nas moradias, inclusive no “morar na rua” - o que era bom, o que era ruim? Busquei entender as percepções das pessoas com relação às características da estrutura edilícia da moradia e a conformação dos espaços. Também, entender como as pessoas enxergam a inserção da moradia no território da cidade, o que há no entorno, o que não há. Além de outros elementos como a segurança da posse, a composição familiar que compartilha a moradia, as incidências de violências no ambiente familiar, as relações de vizinhança e as redes de afeto.²

Voltando à pergunta norteadora da pesquisa - *Como se expressa a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas?* - importa agora entender o que, para este trabalho, significa “quem mora nas ruas”. O termo “morar na rua”, que utilizo ao longo do trabalho para me referir ao fenômeno que estou investigando, foi utilizado por Frehse (2020, pg. 2) em um esforço para expressar a “dimensão socioespacial do fenômeno implícita no termo *homelessness*” (Frehse, 2020, pg. 2), o qual não tem tradução exata para a língua portuguesa. Para Frehse, o “morar na rua” refere-se ao “padrão de *uso corporal* dos espaços públicos urbanos (Frehse, 2016), mas um padrão específico, relativo à permanência física regular de

² O termo “questão da moradia” foi utilizado entre aspas como forma de marcar que ele deve ser entendido, no âmbito deste trabalho, pelas 4 abordagens explicadas no parágrafo anterior (1. Experiências de moradia fora das ruas; 2. Experiências de moradia nas ruas; 3. Expectativas com relação à moradia; e 4. Percepções sobre as políticas públicas de acolhimento e moradia). Para facilitar a leitura, ao longo do texto, utilizarei o termo sem aspas.

seres humanos nas ruas, praças e demais lugares públicos das cidades para fins de pernoite e, assim, de moradia” (Frehse, 2020, pg. 2, grifos no original).³

A partir desse entendimento, “quem mora nas ruas”, para este trabalho, são as pessoas que encontrei *morando nos espaços públicos urbanos*, nas ruas, que se instalam em determinado local de maneira fixa, mas também, pessoas que migram de região em região da cidade, carregando seus pertences para poderem dormir onde lhes é conveniente. Também, considero que “moram na rua”, para fins deste trabalho, e aqui, extrapolando o entendimento de Frehse (2020) acerca do termo, as *peessoas que passam o dia na rua*, mas à noite, dormem em hotéis, motéis, cortiços, ocupações, pensões, quartos alugados, "de favor", e nos serviços públicos de acolhimento provisório. Entendo que este grupo “mora na rua” porque, mesmo tendo um lugar para dormir⁴, experenciam a *permanência física regular* nos espaços públicos urbanos. Por fim, um terceiro grupo que compõe o referencial empírico do trabalho é formado por pessoas que já moraram na rua e, no momento da pesquisa de campo, estavam morando em uma unidade habitacional de um programa público de moradia. Em comum, esses três grupos estavam localizados, no momento em que realizei a pesquisa de campo, na região central de São Paulo, na área conhecida como “Triângulo Histórico”, que é o recorte espacial que defini para a investigação, conforme especificarei adiante.

Nesse sentido, o tema da pesquisa, de forma abrangente, é habitação e assentamentos humanos no contexto das desigualdades sociais no espaço urbano. Entre as diversas tipologias que compõem o quadro de necessidades habitacionais no Brasil, abordo o “morar na rua” e, de modo complementar, a partir das experiências das pessoas que moram nas ruas, outras formas de moradia que fazem parte de suas "histórias habitacionais"⁵. A partir desta investigação, proponho *apresentar as especificidades dos modos de morar* das pessoas em situação de rua, por meio das quatro abordagens introduzidas anteriormente sobre a questão da moradia: 1. moradias fora das ruas; 2. moradias nas ruas; 3. expectativas com relação à moradia; e 4. percepções sobre as políticas públicas que buscam resolver a situação de pessoas que não acessam a moradia. E com isso, construir uma leitura específica e atual sobre o fenômeno “morar na rua”. Também, acredito que a pesquisa possa *subsidiar o planejamento de políticas públicas* sobre o tema, a partir de uma perspectiva subjetiva sobre o fenômeno, que dá voz às pessoas da rua.

³ Ao longo do trabalho, utilizarei o termo “morar na rua”, para me referir ao fenômeno socioespacial estudado, entre aspas, em referência à Frehse (2020, pg. 2).

⁴ No capítulo 2 veremos que é comum as pessoas que vivem nesses tipos de moradia citados alternarem com a vida (pernoites) nas ruas.

⁵ "História habitacional", termo empregado pela OAF (2021).

A pesquisa se orienta, em termos teóricos, pela visão de que o sistema econômico capitalista implica a produção de desigualdades sociais no espaço urbano (Bolaffi, 1979; Martins, 1979; Oliveira, 1979; Lessa, 1985; Kowarick, 1993; Maricato, 1996; Ferreira, 2011; Frehse, 2016). E entende, que essa dinâmica, de produção de desigualdades sociais, é intrínseca ao sistema econômico capitalista e, portanto, está vinculada à concentração de renda e riqueza, ao desemprego e à miséria. A perspectiva teórica da pesquisa se alinha ao pensamento de que, no contexto econômico capitalista, a justiça social só é possível por meio da atuação de um Estado comprometido com a garantia de acesso de todos os cidadãos a seus direitos fundamentais. Nessa perspectiva, o Estado constitui o principal agente da promoção social.

Em termos metodológicos, a pesquisa se orienta a partir do diálogo com as Ciências Sociais, cuja prática investigativa dispõe, entre outros métodos, de técnicas qualitativas de pesquisa empírica, “sensíveis às dimensões sociais e relacionais do espaço” (Frehse, 2020, pg. 2). Tendo em vista a natureza do objeto que este trabalho investiga - as experiências de moradia das pessoas que moram nas ruas, a partir do ponto de vista das próprias pessoas - as técnicas de investigação qualitativas das Ciências Sociais são pertinentes para o processo de coleta, análise, sistematização e interpretação dos dados. A observação etnográfica e as técnicas de visualização, como mapas narrativos e croquis, servem como ferramentas para investigar o fenômeno socioespacial “morar na rua”. De que modo as pessoas organizam o espaço de moradia, enxergam o seu espaço de moradia, desenham suas rotinas e se relacionam socialmente na moradia e no entorno dela? - são algumas das perguntas as quais as ferramentas das Ciências Sociais nos permitem investigar, por meio do “diálogo para valer” com o outro, como assinala Eduardo Viveiros de Castro ([1998] 2002).

Utilizando referências bibliográficas que foram mobilizadas ao longo do estágio a que me referi anteriormente, estruturo a orientação metodológica deste trabalho. Nesse sentido, me desafio a olhar para o fenômeno social “morar na rua” através das suas “teias de interações e de relações sociais” (Fernandes, 1959, pg. 20 e 21). É a partir de uma “perspectiva etnográfica” (Frehse, 2006, pg. 303), que me orienta a uma observação na qual seja possível “transformar o exótico no familiar e transformar o familiar em exótico” (DaMatta, [1974] 1978, pg. 26), de forma atenta aos elementos cotidianos - “cenário, atores e regras” (Magnani, 2002) - que eu empreendo a investigação do fenômeno social em campo. Em passagem de um de seus textos, escreveu a socióloga Fraya Frehse sobre a “perspectiva etnográfica”:

Ao sinalizar para a busca epistemológica incessante do “diálogo para valer”, a perspectiva etnográfica estimula o pesquisador justamente a atentar para os

pequenos fatos do dia-a-dia, para o aparentemente insignificante que está além – ou aquém – das previsões oficiais e dominantes (Frehse, 2006, pg. 303).

Como dito, o referencial empírico da investigação são pessoas que moram nas ruas, ou que passam o dia nas ruas, mas dormem em diferentes tipos de domicílios, ou mesmo pessoas que já moraram nas ruas, e agora estão em uma moradia. O recorte espacial que defini para realizar a coleta de dados é a cidade de São Paulo, que apresenta o maior número de pessoas em situação de rua, se comparado a outros municípios do país. O campo foi realizado no "Triângulo Histórico", região localizada no centro da cidade. O "Triângulo" é delimitado por três edifícios religiosos históricos: o Mosteiro de São Bento (ao norte), a Igreja de São Francisco de Assis (ao sudoeste) e a Catedral da Sé (ao sudeste). Ligando os três edifícios, estão o Vale do Anhangabaú e a Rua Líbero Badaró, a Rua Benjamin Constant e a Rua Boa Vista. O "Triângulo" foi o núcleo original da cidade nos tempos do Brasil Colônia. Trata-se de "uma colina ladeada por vertentes escarpadas, entre os vales dos rios Tamandateí e Anhangabaú, onde, a partir da década de 1860, se concentrou a dinâmica de transformação da cidade"⁶. A importante dimensão histórica do recorte espacial no qual a pesquisa se desenvolveu, no entanto, não foi decisiva para a escolha do campo; a definição se deu, como veremos no capítulo 2, em função da alta concentração de pessoas que moram nas ruas nessa região (apenas no distrito da Sé, que compõe a Subprefeitura da Sé e onde está localizado o "Triângulo", em 2021, moravam 2.149 pessoas, o equivalente a 6,7% do total de pessoas em situação de rua na cidade, segundo o censo realizado naquele ano⁷).

O recorte temporal do objeto investigado, coincide com o tempo de desenvolvimento desta pesquisa: de 2020 a 2022. Vale atentar, todavia, que as abordagens sobre o “morar” investigadas dizem tanto sobre o presente - o momento da pesquisa de campo - mas, também, sobre a "história habitacional"⁸ das pessoas, ou seja, sobre representações de tempos passados, assim como de tempos futuros, ao buscar compreender as expectativas e os desejos das pessoas com relação à moradia. Na mesma lógica, apesar de o recorte espacial ser o centro de São Paulo, as histórias das pessoas nos levam a dados sobre o “morar” relativos a outros estados do país, a outros municípios do estado de São Paulo, e também, a outros bairros na própria cidade.

⁶ SÃO PAULO. *Guia de Bens Culturais da Cidade de São Paulo*. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012. Pg. 20.

⁷ Censo da População em Situação de Rua, Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWV4MTE5MGIzZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>>. Acesso em 06/09/2021.

⁸ Idem.

Simultaneamente ao início da pesquisa, em 2020, no mundo todo foi decretada situação de emergência em função da crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19. Só no Brasil, foram mais de 680 mil mortos, até outubro de 2022⁹, e no mundo, mais de 6,5 milhões de mortos¹⁰. Em São Paulo, o tema da população em situação de rua ganhou espaço nas reportagens jornalísticas, em tempos em que os espaços públicos ficaram vazios, pois as pessoas se protegiam em suas casas, mas a população em situação de rua permanecia nas ruas. Por conta da pandemia, a Prefeitura instalou serviços emergenciais (pias e complexos de contêineres com banheiros, chuveiros e lavanderias) nas ruas do centro da cidade, pensando no cuidado da população em situação de rua. Além disso, a Prefeitura inaugurou serviços de acolhimento provisório, localizados em hotéis que estavam vazios e subutilizados, por conta do isolamento social incentivado mundo afora.

Apesar da pandemia ter sido um "pano de fundo" que acompanhou todo o processo da pesquisa, o trabalho não foca em compreender os impactos da pandemia na vida de quem mora nas ruas. De todo modo, o contexto pandêmico e a sensibilidade que os temas da moradia e da população em situação de rua adquiriram nesse contexto atravessam os dados coletados e minha análise sobre eles. Pelo fato das pessoas que estavam morando nas ruas, no momento da pesquisa, já estarem expostas ao vírus, impossibilitadas de fazer isolamento social, e eu, trabalhando presencialmente com esse público, o contexto pandêmico não inviabilizou a realização do trabalho de campo, ainda que tenha interferido, como veremos no capítulo 2.

A dissertação está estruturada em 3 capítulos. No primeiro, apresento ao leitor o que já existe de pesquisas e discussões acerca do tema da moradia no campo da situação de rua, sendo o objetivo principal do capítulo situar a presente dissertação em relação ao que já foi produzido pela literatura. Realizo uma discussão sobre as terminologias utilizadas para se referir ao fenômeno “morar na rua”, e apresento o diagnóstico trazido pelo censo da população em situação de rua mais recente, realizado na cidade de São Paulo, em 2021, dando atenção aos dados relacionados à moradia. Antes de apresentar os resultados da pesquisa de campo, ainda neste primeiro capítulo, apresento um panorama dos marcos regulatórios que dispõem sobre políticas para a população em situação de rua em âmbito nacional, mas em especial, na cidade de São Paulo. De forma conjunta, apresento a rede de políticas públicas estruturadas na cidade, que objetiva a garantia de proteção social à população em situação de rua.

⁹ Painel Coronavírus, Ministério da Saúde, Brasil. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 08/10/2022.

¹⁰ *Coronavirus disease (COVID-19) pandemic*, Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>>. Acesso em 08/10/2022.

No segundo capítulo, o leitor poderá conhecer de forma detalhada o percurso metodológico da pesquisa de campo e, em especial, do processo da coleta de dados. Em seguida, cada item do capítulo apresenta os resultados do trabalho de campo, segundo cada uma das 4 abordagens definidas para investigar a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas. Para resguardar a identidade das pessoas que conversei e entrevistei, os nomes utilizados são todos fictícios. Ao final do segundo capítulo, apresento um resumo sobre os principais aspectos levantados em cada uma das 4 abordagens.

No terceiro e último capítulo, trago reflexões sobre a pesquisa. A partir do panorama da rede de políticas públicas apresentado no capítulo 1, discuto de que forma o Estado tem enfrentado e poderia enfrentar a situação de rua, à luz das especificidades sobre as experiências e as expectativas de moradia que o trabalho apresenta. Reconhecendo as limitações do modelo atual de acolhimento provisório, identifiquei 6 aspectos conclusivos da pesquisa que trazem uma visão sobre o fenômeno social estudado e proposições sobre a prática, em diálogo com os resultados do trabalho.

O desenvolvimento de uma pesquisa sobre moradia que tem como objeto as experiências habitacionais de pessoas que moram nas ruas, constitui um esforço para fortalecer o tema da "situação de rua", especialmente a dimensão do direito à moradia, no campo de estudos do *habitat* e do planejamento urbano, no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, e que dá voz à população em situação de rua, convido a leitora e o leitor a me acompanhar nessa investigação, a vestir os "óculos" que permitirão a cada um de vocês se desvencilhar de *pré-conceitos* e conhecer de uma forma diferente a vida de quem mora nas ruas.

Capítulo 1 - Repensar o “morar na rua” pelo viés da questão da moradia

A situação de rua é uma agressão profunda à dignidade, à inclusão social e ao direito à vida. É uma violação *prima facie* do direito à moradia e viola uma série de outros direitos humanos, além do próprio direito à vida, como os direitos à não discriminação, à saúde, à água e ao saneamento, à segurança pessoal e ao não sofrimento de ações cruéis, degradantes e desumanas (Farha, 2020, pg. 7, tradução nossa).

1.1. Problematizando o termo “situação de rua”

Para investigar, de um ponto de vista científico, como se expressa a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas, é preciso, antes, compreender como a literatura sobre o “morar nas ruas” tratou do tema. A tradição de estudos sobre o “morar nas ruas”, juntamente com a implementação de políticas públicas para o enfrentamento da questão, tem como marco inicial a década de 1970, primeiramente nos Estados Unidos e, depois, na Inglaterra e na Europa continental (Frehse, 2021, p. 48). No Brasil, por sua vez, também na década de 1970, a Organização de Auxílio Fraternal (OAF)¹¹, de forma autônoma e inédita, realizava ações cotidianas com a população em situação de rua na região central da cidade de São Paulo, estimulando a consciência política e social e, ao mesmo tempo, criando um senso de comunidade por meio do fortalecimento de vínculos e da prática de celebrações entre as pessoas. Nessa época, no país, é possível encontrar poucas publicações sobre o tema, sendo uma delas a intitulada "Meninos da rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo", de Rosa Maria Fischer Ferreira, uma pesquisa realizada pela equipe do CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea para a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, ao longo de 1979.

Já a partir da década de 1990 no Brasil, há maior quantidade de estudos publicados sobre o tema “morar na rua”, e de forma conjunta, destacam-se esforços da sociedade civil e do poder público para a institucionalização de políticas públicas neste campo. Na bibliografia sobre o “morar na rua” que subsidiou o desenvolvimento deste trabalho, e que não esgota todas as produções em torno do tema, constatei uma centralidade de estudos sobre o perfil da população em situação de rua (Vieira *et al.*, 1991; Borin, 2005; Schor e Vieira, 2010; Broide e Broide, 2016; Lanfranchi, 2016; Lanfranchi e Ferreirinho, 2020), análises sobre o fenômeno socioespacial e as estratégias cotidianas do “morar na rua” (Santos, 2003; Quintão, 2012; Frehse, 2020), estudos sobre as dinâmicas territoriais e o crescimento deste recorte populacional (Lanfranchi e Borin, 2020), esforços na direção de pensar metodologias de contagem e levantamento de perfil socioeconômico, além de sistematizações e análises de políticas públicas (Brasil, 2009; Kohara, 2018; São Paulo, 2018; Brasil, 2019; Kohara e

¹¹ A Organização de Auxílio Fraternal foi criada em 1955 com o objetivo de **trabalhar para os pobres**, dispondo de ampla e reconhecida rede de serviços assistenciais na cidade de São Paulo. Em 1978, a organização entrega a gestão dos serviços para outras instituições e assume o compromisso de **trabalhar com os pobres**, especificamente com as pessoas em situação de rua. Ao contrário de práticas assistencialistas, a OAF passou a promover desde então projetos com participação ativa das pessoas em situação de rua com vistas à sua emancipação.

Vieira, 2020; Lanfranchi, 2020; Lima, 2020; Sanchez e Salcedo, 2020; OAF, 2021; Gaio e Diniz, 2021; Ornelas e Duarte, 2022), e estudos que buscam uma compreensão mais teórica sobre o fenômeno (Lanfranchi e Ferreirinho, 2019; Ribas, 2019; Lanfranchi, 2021).

Há outros trabalhos cujos objetos de estudo se relacionam com o fenômeno social “morar na rua”, como a pesquisa de Borin (1995) e Kohara (2009) sobre cortiços, os trabalhos de Rolnik (2015) e Farha (2015), enquanto relatoras especiais sobre moradia adequada da ONU, que apresentam um panorama global da crise habitacional, além das produções de Nakano (2018, 2019) e Guerreiro (2020) sobre insegurança habitacional e aluguel. Entre 2020 e 2022, houve intensa publicação de artigos, textos e pesquisas, além de debates, sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na vida das pessoas em situação de rua, trazendo à discussão seu visível crescimento e suposta mudança de perfil.

Muito embora o desenvolvimento desta pesquisa tenha ocorrido nos anos mais críticos da pandemia de Covid-19, como dito anteriormente, o foco da pesquisa não é analisar o que mudou no perfil e nas estratégias de sobrevivência desse recorte populacional no contexto da pandemia. Mas sim, investigar como a questão da moradia aparece na história de vida das pessoas, além das estratégias de moradia no presente e as expectativas de moradia com relação ao futuro, sem ignorar a conjuntura da pandemia como pano de fundo da pesquisa. Ao longo deste capítulo 1, buscarei responder a essas questões centrais da pesquisa, a partir do conhecimento existente sobre o tema. Além disso, mobilizo para esta etapa, as pesquisas censitárias realizadas pela Prefeitura de São Paulo desde os anos 2000, com foco na versão mais recente, de 2021.

Uma forma interessante de iniciar essa jornada no campo de conhecimento deste trabalho é “estranhar” os termos utilizados para se referir a estas pessoas ou ao fenômeno socioespacial “morar na rua”, pois eles dizem bastante sobre as diferentes compreensões que a sociedade tem sobre a questão. No Brasil, por exemplo, ouvimos as expressões “mendigo”, “pedinte”, “indigente”, “morador de rua”, “sem teto”, etc. Em 2009, a Política Nacional para a População em Situação de Rua define, a partir de então, o termo “em situação de rua”:

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, Art. 1º, parágrafo único).

Apesar da definição supracitada identificar que uma das características que singulariza esse grupo é a *inexistência de moradia convencional regular*, "o fenômeno é associado mais a seus/suas protagonistas" (Frehse, 2020, pg. 2), isto é, a condição de vida na rua recebe mais destaque do que a perspectiva que evidencia a ausência de moradia, como seria o termo "sem teto", ou mesmo seu termo correlato em inglês *homeless*. Segundo Lanfranchi (2021, pg. 29), a extrema desigualdade social do sul global reforça a condição de rua - de certa forma, deixando em segundo plano a dimensão macroeconômica da ausência de abrigo/moradia, e valorizando mais as motivações pessoais, como conflitos familiares, questões de saúde mental, uso abusivo de substâncias psicoativas, etc. Por outro lado, a definição "em situação de rua" é bastante operacional em se tratando de metodologias de contagem, definindo limites claros para o referencial empírico das pesquisas censitárias: as pessoas que estão dormindo nas ruas e aquelas que estão dormindo nos acolhimentos (Schor, 2020). Com isso, ficam de fora outros recortes sociais que permeiam a situação de rua, como as pessoas que vivem em ocupações e pensões, as pessoas que moravam na rua, mas que se encontram internadas em clínicas de cuidado em saúde mental ou em instituições como o sistema prisional. Independente da ênfase dada nas interpretações sobre o "morar na rua", Lanfranchi (2021, pg. 264 e 265) defende a ausência de segurança habitacional como elemento sempre presente:

De qualquer maneira, em todos os casos, é a ausência de segurança habitacional que faz da rua alternativa de pernoite definindo-os como tal. Alguns dão maior ênfase a ausência de habitação adequada como um aspecto fundamental na desorganização de diferentes aspectos da vida. Independentemente do fator de maior relevância para a entrada no *campo da rua* como espaço de moradia e sociabilidade, é fato que a **condição de excluído** é anterior (Lanfranchi, 2021, pg. 264 e 265, grifos nossos).

Aproveitando a deixa que a citação nos dá, gostaria de fazer uma pequena observação sobre o termo "exclusão". Comumente utilizamos a expressão "exclusão social", ou "exclusão territorial" para nos referirmos a determinado grupo que vive em condições de pobreza extrema, com direitos fundamentais violados, em um cenário de acentuada desigualdade social. A FEANTSA (*Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri*)¹², organização social que luta contra a falta de moradia na Europa, utiliza o termo "exclusão habitacional" em seus relatórios anuais, intitulados *Overview of housing exclusion in Europe*¹³. José de Souza Martins (1997, p.14 apud Lanfranchi e Ferreirinho, 2020, p.80), por sua vez, argumenta que esses grupos sociais, que vivem em condição de

¹² Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com os Sem-Teto. Ver em: <<https://www.feantsa.org/fr>>. Acesso em 06/09/2022.

¹³ Relatório Geral da Exclusão Habitacional na Europa. A sétima versão está disponível em: <<https://www.feantsa.org/en/report/2022/06/30/?bcParent=27>>. Acesso em 05/09/2022.

extrema pobreza, pelo contrário, estão perversamente incluídos na lógica de reprodução do sistema capitalista:

Rigorosamente falando não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar e sua reivindicação corrosiva. Estas reações, por não se tratarem de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles, ainda que os negando (Martins, 1997, p. 14 apud Lanfranchi e Ferreirinho, 2020, p.80).

Ainda sobre a FEANTSA, em 2005, a organização apresenta uma estrutura de definições com relação à temática que estamos tratando, intitulada *ETHOS - European Typology of Homelessness and Housing Exclusion* (Tipologia Europeia para População em Situação de Rua e Exclusão Habitacional)¹⁴, a qual tem como objetivo apoiar diagnósticos, assim como proposições, monitoramentos e avaliações de políticas públicas, além de buscar uma padronização mínima com relação ao tema, de modo a estimular trocas entre os países europeus. Compõem a ETHOS quatro categorias, que são, posteriormente, subdivididas¹⁵: 1) *rooflessness* (ausência de um teto, isto é, pessoas que moram nas ruas e demais espaços públicos); 2) *houselessness* (ausência de uma moradia, isto é, pessoas que moram em abrigos e soluções de moradia temporária); 3) *living in insecure housing* (vivendo em insegurança habitacional, isto é, pessoas que vivem em uma moradia, mas em situações diversas de riscos); e 4) *living in inadequate housing* (vivendo em situação de inadequação habitacional, isto é, pessoas que vivem em moradias precárias, improvisadas ou em condições de superlotação). Interessante notar como há um entendimento consolidado no âmbito da FEANTSA, que situa o “morar na rua” dentro do campo da falta de moradia. Além disso, os dois termos utilizados pela organização para se referir às situações de rua, da forma como entendemos no Brasil - *rooflessness* e *homelessness* - não remetem à ideia da rua, mas sim à ausência de um teto ou de uma moradia. Conforme Lanfranchi e Borin (2020, pg. 240) os termos utilizados expressam as formas de interpretação sobre o fenômeno, revelando diferentes paradigmas sobre o "campo social da situação de rua", nas palavras de Lanfranchi (2021).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, expressa em seu artigo de número 25 que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar bem-estar e, entre os vários direitos citados,

¹⁴ ETHOS - European Typology of Homelessness and Housing Exclusion, FEANTSA, 2005. Disponível em: <<https://www.feantsa.org/en/toolkit/2005/04/01/ethos-typology-on-homelessness-and-housing-exclusion>>. Acesso em 06/09/2022.

¹⁵ ETHOS - European Typology of Homelessness and Housing Exclusion, FEANTSA, 2005. Disponível em: <<https://www.feantsa.org/download/ethos2484215748748239888.pdf>>. Acesso em 06/09/2022.

está a habitação. A Constituição Brasileira de 1988, por sua vez, conhecida como "Constituição Cidadã", prevê, em seu artigo 6º, a moradia enquanto direito fundamental de todo e qualquer cidadão. Veremos ao longo do capítulo 2, a constatação de ideários já conhecidos da realidade brasileira: embora a moradia seja um direito, as pessoas acreditam que só podem acessá-la se possuem capacidade de pagamento - o que na prática, é a realidade, pois a moradia adequada é um bem de alto valor, por isso, inacessível às parcelas pobres da população. Retomando a reflexão sobre os termos utilizados para tratar do fenômeno “morar nas ruas”, é possível dizer então que o termo adotado institucionalmente no Brasil - "população em situação de rua" - reflete a fragilidade da moradia enquanto um direito social, ao valorizar a condição de rua, carregada de julgamentos morais, em detrimento de uma perspectiva que olha para a dimensão macroeconômica do fenômeno, chamando atenção para a ausência de moradia.

1.2. A questão da moradia e outros temas no censo da população em situação de rua de São Paulo (2021)

Tendo iniciado o capítulo com uma discussão teórica sobre o assunto que trato neste trabalho, interessa aprofundar o olhar para compreender o que a literatura já nos respondeu sobre a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas. Como a investigação se debruça sobre o recorte espacial da cidade de São Paulo no tempo que coincide com a pesquisa de campo - 2020 a 2022 - utilizarei os dados da pesquisa censitária de 2021, realizada pela Prefeitura de São Paulo.

Porém, antes de apresentar os dados que vão introduzir o tema da dissertação, observo que a população em situação de rua no Brasil não é contada no censo demográfico realizado a cada dez anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma vez que essa pesquisa tem como unidade de investigação o domicílio, ou seja, só são consideradas as pessoas que têm como referência um local de residência habitual. A pesquisa considera algumas exceções, como aquelas pessoas que estão ausentes do domicílio por motivo de viagem, estudo, trabalho ou internação em hospital. O censo engloba também pessoas que residem em estabelecimentos ou instituições, que recebem o nome de "domicílio coletivo" -

entre as diferentes categorias¹⁶, estão os centros de acolhida para a população em situação de rua. Mas, as pessoas que moram nas ruas e nos espaços públicos não são contadas.¹⁷

A ausência dessa parcela da população na principal pesquisa sobre as condições de vida no país reflete a invisibilidade simbólica e institucional diante do tema, e também produz uma lacuna com relação a seus dados - necessários para o planejamento das políticas públicas. A população em situação de rua é também invisível em outras pesquisas populacionais importantes, as quais também têm como unidade de investigação o domicílio, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - encerrada em 2016), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Em decorrência do vácuo de dados sobre essa população nas pesquisas citadas, as pessoas em situação de rua não compõem o Déficit Habitacional, que é a pesquisa que identifica a falta do estoque urbano de moradias no país.¹⁸

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia, conduz esforços para a obtenção de dados que apresentem a ordem de grandeza das pessoas em situação de rua no Brasil. Em 2020, o instituto publicou um documento¹⁹ que apresentava uma estimativa de 221.869 pessoas em situação de rua no país. Os dados foram obtidos a partir da base de dados do Cad Único, Cadastro Único para Programas Sociais, cujo registro dos cidadãos é feito pela rede pública de serviços socioassistenciais a nível municipal para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda. Em 2015, o mesmo instituto sistematizou dados disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS) obtendo a estimativa de 101.854 pessoas em situação de rua no país.

De forma a contornar o problema da ausência de dados a nível local, os próprios municípios acabaram se responsabilizando pela realização de pesquisas censitárias específicas sobre as pessoas em situação de rua. No entanto, considerando a complexidade metodológica desse tipo de pesquisa e o alto custo para sua execução - a depender das características de cada município, não são todas as cidades que dispõem de corpo técnico e orçamento para

¹⁶ A saber: hotéis, pensões, presídios, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais, clínicas com internação, motéis e campings. Fonte: IBGE.

¹⁷ Em reunião com o Ministério da Cidadania, servidora pública da Prefeitura de São Paulo, que pediu para não ser identificada, informou que o órgão disse que pessoas em situação de rua em barracas e abrigos improvisados seriam incluídas no Censo de 2020 como um teste-piloto.

¹⁸ Relatórios Déficit e Inadequação Habitacional no Brasil, Fundação João Pinheiro, 2016-2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/relatorios-deficit-e-inadequacao-habitacional-no-brasil-fundacao-joao-pinheiro>>. Acesso em 16/09/2022.

¹⁹ Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020), IPEA, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10074>>. Acesso em 08/09/2022.

realizar de forma independente, e qualificada, as pesquisas. No período de realização deste trabalho, Rio de Janeiro, Fortaleza e Distrito Federal realizaram pesquisas locais sobre esse público²⁰, além da cidade de São Paulo, como anunciado anteriormente.

A primeira contagem realizada na cidade de São Paulo ocorreu no governo da prefeita Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores), em 1991. Conforme apresentado por Lanfranchi e Ferreirinho em seminário realizado no Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA), em abril de 2022²¹, os próprios técnicos da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (atual Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) e organizações não governamentais saíram às ruas para contar a população, utilizando-se de técnicas quantitativas e qualitativas de investigação. A pesquisa não abrangeu todo o território da cidade, focando nas regiões com maior presença de população em situação de rua (Centro, Vila Mariana e Santo Amaro). Portanto, "não foi algo sistemático, um censo, mas foi uma contagem com o objetivo de estimar a população em situação de rua em São Paulo, porque se dizia na época que havia 100.000 pessoas", conforme relata uma das coordenadoras da contagem, a antropóloga Maria Antonieta da Costa Vieira; "mas encontramos 3.392 pessoas, então deu uma ordem de grandeza, pelo menos". Além da contagem, conforme informou Vieira, realizam à época outros estudos com aplicação de questionários, entrevistas em grupo, entre outras técnicas, para investigar o perfil do grupo populacional. Essa pesquisa pode ser conferida no livro "População de rua: quem é, como vive, como é vista", de 1991, cuja autoria é de Maria Antonieta da Costa Vieira, Eneida Maria Ramos Bezerra e Cleisa Moreno Maffei Rosa.

A partir dos anos 2000, as pesquisas censitárias continuaram sendo realizadas pela mesma secretaria municipal, mas agora por meio de contratação de empresa especializada, tendo em vista a complexidade da pesquisa. Desde então, a Prefeitura de São Paulo já realizou dez censos, sendo oito deles focados na população adulta e dois focados nas crianças e

²⁰ As pesquisas estão disponíveis em: Rio de Janeiro (novembro/2020)

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWRjNzBiNmYtZWU5Yy00Y2I3LTk2YmYtNjdkZmU1MDZjY2MyIiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>>. Acesso em 08/09/2022; Fortaleza (julho/2021)

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWVhZGMxNjUtMGMxYS00ZjVjLWFhNzQtZTJkY2VjNzliOGE0IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>>. Acesso em 08/09/2022; Distrito Federal (fevereiro/2022)

<<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio-Perfil-da-Populacao-em-Situacao-de-Rua-no-Distrito-Federal.pdf>>. Acesso em 08/09/2022.

²¹ UrbanSus - Espacialidades Cotidianas do Morar nas Ruas de São Paulo em Tempos de Covid-19: Articulando Pesquisa e Prática. Disponível em:

<<http://www.iea.usp.br/eventos/morar-ruas-covid-19-pesquisa-pratica#:~:text=Organizado%20em%20tr%C3%AAs%20sess%C3%B5es%20e,Universidade%20e%20agentes%20da%20pr%C3%A1tica>>. Acesso em 14/09/2022.

adolescentes em situação de rua²². O primeiro censo nesse novo modelo de contratação foi realizado no ano 2000 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), e contou, no total, 8.706 pessoas (3.693 pessoas acolhidas e 5.013 pernoitando nas ruas). Em 2003, a mesma organização realizou a estimativa da população em situação de rua de 29 distritos onde foram encontradas as maiores quantidades de pessoas em situação de rua na pesquisa anterior, em 2000. No total, encontraram 10.399 pessoas (6.186 pessoas acolhidas e 4.213 pernoitando nas ruas). Já em 2009, a FIPE realizou a pesquisa em 91 distritos da cidade e foram encontradas 13.666 pessoas (7.079 pessoas acolhidas e 6.587 pernoitando nas ruas). Em 2011, quem realizou o censo foi a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), utilizando a mesma metodologia dos censos anteriores consolidada e aprimorada pela FIPE. Neste ano, encontraram um total de 14.478 pessoas (7.713 pessoas acolhidas e 6.765 pernoitando nas ruas).

Em 2015, no contexto em que o município de São Paulo já havia aderido formalmente à Política Nacional para a População em Situação de Rua desde 2013, a Prefeitura contrata novamente a FIPE para realizar a pesquisa censitária, e também a clínica SUR Psicanálise e Intervenção Social para realizar uma pesquisa social participativa, em paralelo à pesquisa "convencional", com vistas a colher informações de natureza qualitativa, a partir de pesquisadores que eram eles próprios pessoas em situação de rua, supervisionados pelos psicanalistas Emília Estivalet Broide e Jorge Broide da clínica SUR.²³ Neste ano, foram contadas 15.905 pessoas, sendo 8.570 pessoas acolhidas e 7.335 pernoitando nas ruas. Na esteira do processo de institucionalização da política para a população em situação de rua, em 2016, pela primeira vez em São Paulo, os dados do censo da população em situação de rua foram considerados para o cálculo da demanda habitacional oficial do município, a partir de esforço da Secretaria Municipal de Habitação, no processo de revisão do Plano Municipal de Habitação²⁴.

A partir de 2019, os dados de crescimento populacional deste grupo social passam a chamar mais atenção. Por meio de pesquisa contratada pela Prefeitura e realizada pela

²² Os censos de crianças e adolescentes em situação de rua realizados pela Prefeitura ocorreram em 2006 e em 2022, até a data de realização deste trabalho. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626>. Acesso em 08/09/2022.

²³ Pesquisa Social Participativa Poprura, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Pesquisa%20Social%20Participativa.pdf>. Acesso em 08/09/2022.

²⁴ Caderno para Discussão Pública do Plano Municipal de Habitação (PMH), Prefeitura Municipal de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://pmh.habitasampa.inf.br/caderno/>>. Acesso em 12/10/2022.

empresa Qualitest, a cidade apresentava, à época, o total de 24.344 pessoas vivendo nas ruas, um crescimento de mais de 50% em relação ao censo de 2015, equivalente a um crescimento populacional anual de 13%. Nesse ano, a cidade apresentava 11.693 pessoas acolhidas e 12.651 pernoitando nas ruas. Nota-se uma inversão: o número de pessoas na rua ultrapassa o número de pessoas em centros de acolhidas, padrão que vinha se mantendo oposto nas pesquisas desde 2003. Nesta pesquisa, é implementado o uso de tecnologia no processo, com apoio de tablets para realizar o georreferenciamento automático da contagem das pessoas.

No final de 2021, por meio de pesquisa contratada pela Prefeitura e realizada novamente pela Qualitest, e após somente dois anos da pesquisa anterior - período que corresponde aos dois anos da pandemia de Covid-19 -, a cidade apresentou um aumento de mais de 30% do número de pessoas em situação de rua (crescimento anual de mais de 15%), chegando a 31.884 pessoas (12.675 pessoas acolhidas e 19.209 pernoitando nas ruas). Nota-se que se acentua a diferença do número de pessoas que estão vivendo nas ruas, chegando a 60% do total, em comparação a 46% registrado no ano de 2015.

Série histórica da quantidade de pessoas em situação de rua (São Paulo)

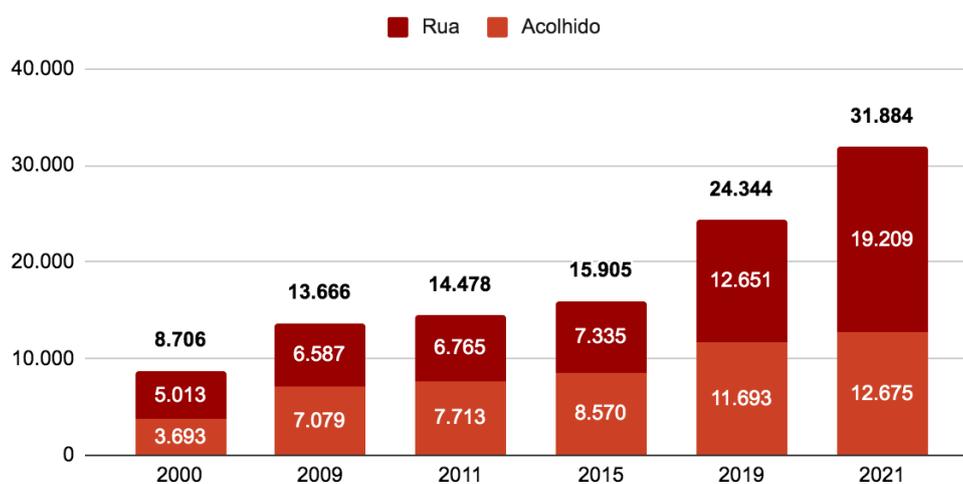


Gráfico 1. Série histórica da quantidade de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo (acolhidos e rua) - 2000 a 2021. Elaboração própria. Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Segundo Lanfranchi e Ferreirinho²⁵ (2020, pg. 86 e 87), a partir da análise de duas décadas de censos da população em situação de rua na cidade de São Paulo, há uma constante

²⁵ Em artigo publicado em 2020, intitulado "Duas décadas de censos e perfis da situação de rua da cidade de São Paulo", Lanfranchi e Ferreirinho, a partir de suas experiências tanto enquanto técnicas da Prefeitura como enquanto pesquisadoras do tema, traçam um panorama das pesquisas censitárias deste recorte populacional.

maioria masculina²⁶ (83,4% em 2021, 85,5% em 2019, 88,6% em 2015, 86% em 2011, 84,8% em 2000), bem como uma maioria não-branca (72,4% em 2021, 71,9% em 2019, 71,5% em 2015, 64,3% em 2010 e 61,7% em 2000).²⁷ Segundo as pesquisadoras, a maioria mantém o perfil médio de uma população adulta em idade economicamente ativa, entre 30 e 50 anos. Elas destacam que, diferentemente do senso comum, a maioria das pessoas em situação de rua é oriunda do estado de São Paulo, e não da região nordeste, ainda que haja significativa participação na composição do grupo de pessoas dessa região.

Com relação ao tempo de rua, a FIPE, em todos os seus relatórios publicados de censos da população em situação de rua, desde 2000, chama atenção para a complexidade que é estimar essa informação, visto que há uma dificuldade de percepção do tempo cronológico pelas pessoas que estão na rua, conforme argumentam. Além disso, como exponho no capítulo 2, observei que as pessoas entram e saem da rua mais de uma vez ao longo da vida, sendo difícil precisar uma resposta fidedigna, e única, de tempo de rua. Mesmo diante das barreiras colocadas, a FIPE desenvolveu um procedimento²⁸ para estimar o tempo de rua e podemos conferir esse dado nos relatórios das pesquisas de 2011, 2015, 2019 e 2021 (sendo as duas últimas pesquisas realizadas pela Qualitest, mas com a mesma metodologia da FIPE, absorvida pelos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que supervisionam a empresa executora).

Observando dois extremos de tempo de rua - menos de um ano e mais de dez anos -, é possível notar, em relação às pessoas que entraram há até um ano na rua, que esse grupo representa uma média de 30% do universo da rua em São Paulo (25% em 2011, 39% em 2015, 26,4% em 2019, 28,4% em 2021). Olhando para os dados ao longo do tempo, observamos um aumento substancial da proporção de pessoas que estão há um ano na rua de 2011 para 2015 (25% para 39%), sendo que em 2019 esse valor cai para 26,4% e em 2021 volta a subir, atingindo 28,4%. Nos relatórios dos censos, especialmente aqueles produzidos pela FIPE, há especial atenção em relação a esse dado: destacam que "(...) quanto menor o tempo de rua

Além disso, analisam as mudanças orçamentárias e a rede de políticas públicas de proteção social focadas neste público ao longo dos anos.

²⁶ Desde a pesquisa realizada no ano de 2019, a Prefeitura tem perguntado sobre identidade de gênero, mas por uma dificuldade de entendimento da questão, tanto pela equipe de campo, quanto pelos entrevistados, em 2019 40% das pessoas não responderam à questão e, em 2021, 30% das pessoas não responderam. Portanto, as porcentagens apresentadas são relativas à pergunta sobre sexo.

²⁷ Acrescentei os dados da pesquisa de 2021 de forma a complementar os dados sistematizados pelas pesquisadoras, até 2019.

²⁸ Os procedimentos desenvolvidos pela fundação para superar essa barreira podem ser conferidos detalhadamente nos relatórios das pesquisas. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626>. Acesso em 09/09/2022.

pode-se supor a existência de condições mais favoráveis à reinserção" (São Paulo, 2015, pg. 78). Por outro lado, a FIPE pontua que a permanência prolongada na rua pode ter como consequência maiores obstáculos para a reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho. Os dados das pesquisas de 2011, 2015, 2019 e 2021 apontam a proporção de pessoas há mais de 10 anos na rua, respectivamente: 25%, 16%, 18% e 22,4%. Neste caso, a média é de 20% de pessoas que estão na rua há mais de 10 anos em relação ao universo, representando uma parcela significativa que não consegue sair da situação de rua, o que chama atenção tanto para a necessidade de entender melhor esse recorte social que está há mais de 10 anos na rua, mas também, a necessidade de refletir sobre as formas de proteção social que estão sendo ofertadas pelo poder público e sua efetividade.

Para encerrar esta introdução aos dados de perfil socioeconômico apresentados pelo censo, é fundamental passarmos pelas informações relativas à educação, emprego e renda. Considerando ser a moradia um produto de alto valor, ainda que seja garantida (na lei) enquanto um direito, o tema da renda diz muito sobre a questão da moradia na vida de quem mora na rua. O censo da população em situação de rua de 2021 apresenta que mais de 40% da população não completou o Ensino Fundamental II. Por outro lado, 93% da população refere que sabe ler e escrever, e quase 20% completou o Ensino Médio. Quanto ao trabalho, quando questionados sobre a ocupação antes de ir para a rua, 15% indicou que trabalhava na construção civil, 12,4% como ajudante geral, 11% trabalhava com limpeza ou em cozinha e quase 7% com comércio ambulante. Observamos que são todos trabalhos mal remunerados. Quando questionados sobre a ocupação no momento da pesquisa (2021), 43% falou que não estava trabalhando, 34% que fazia bicos e 16,7% que trabalhava por conta própria. Sobre as atividades realizadas para obtenção de renda, 27% respondeu que era catador de materiais recicláveis, 10% que trabalhava com comércio ambulante, 7% ajudante geral e 4,4% com carga e descarga. Novamente, são atividades produtivas mal remuneradas e sem formalidade, ou seja, resultam em uma situação de instabilidade de renda. Em pesquisa realizada pela OAF, em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a organização chama atenção para o fato de que mesmo aquelas pessoas que antes de irem para a rua desenvolviam atividades profissionais mais técnicas - como eletricista, tecelão, metalúrgico, moveleiro, etc. - os bicos acabaram se tornando a única possibilidade para obtenção de algum rendimento estando essas pessoas em situação de rua (OAF, 2021, pg. 49).

Com relação à renda, quase 40% disse que ganhava até meio salário mínimo e 20% que ganhava entre meio salário mínimo e um, ou seja, mais da metade da população em situação de rua ganha de zero a um salário mínimo, uma renda que torna a moradia inacessível

via mercado de aluguel, até mesmo pensões, cortiços e quartos alugados acabam sendo praticamente inviáveis, devido aos demais custos da moradia e com alimentação, conforme veremos no capítulo 2. Do total, mais de 40% disse que não recebia qualquer tipo de benefício - considerando que a maioria teria direito de acessar ao menos o antigo Bolsa Família, atual Auxílio Brasil, e 40% disse que recebia o benefício. Sobre gastos, as pessoas indicaram que a maior parte vai para alimentação, seguido de produtos de higiene, álcool e outras drogas e remédios.

Conforme destaquei anteriormente, em referência à Martins (1997) e à Lanfranchi e Ferreirinho (2020), os dados mostram que a condição de vulnerabilidade social é anterior à situação de rua. O quadro do perfil social apresentado, evidencia a prevalência de pessoas negras nas ruas (70% em 2021), com baixa escolaridade, mal remuneradas, com trabalhos informais e instáveis. Retomando então a questão que norteia este trabalho - *Como se expressa a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas?* - veremos, a seguir, como a literatura existente respondeu a essa questão.

1.3. Como a questão da moradia já foi respondida

Em pesquisa realizada ao longo de 2020 e 2021 pela Organização de Auxílio Fraternal (OAF) com pessoas em situação de rua acolhidas em duas Repúblicas (uma delas conveniada à Prefeitura de São Paulo e a outra não) e em um Centro de Acolhida (conveniado à Prefeitura), a equipe de pesquisadoras identificou grande instabilidade habitacional ao longo da vida dos entrevistados:

As entrevistas com os moradores das Repúblicas revelaram que os últimos anos dos entrevistados foram de grande instabilidade habitacional, alternando situações de permanência em centros de acolhida, quartos alugados, pensões e ocupações. Esta instabilidade está conectada principalmente à situação de trabalho que, por sua vez, parece bastante instável. (...). O aluguel de quartos parece ser a forma de moradia autônoma mais frequente para este grupo que, em geral, vive só. (...). A rede se torna, neste caso, uma alternativa de “moradia” recorrente face ao desemprego. (...). A possibilidade de morar em pensão não é considerada como positiva tendo como principal motivo o sentimento de insegurança nestes locais (OAF, 2021, pg. 47, 48 e 58).

Um dos dados apresentados pelo censo da população em situação de rua em 2021 revela como a rede de acolhimento da Política de Assistência Social tem sido utilizada na cidade de São Paulo como uma "alternativa de moradia", conforme aponta a pesquisa da OAF: 45,5% das pessoas respondeu que utiliza esse serviço como "vaga fixa", ou seja, são vagas

nas quais a pessoa está vinculada a um determinado serviço, não necessitando ficar em filas ao longo do dia para conseguir vaga onde dormir. Pouco menos de 30% dos entrevistados dos Centros de Acolhida responderam que estão há mais de seis meses no serviço. Esses dados nos dão pistas que evidenciam a dificuldade de acessar uma moradia e, no lugar, a rede socioassistencial aparece como única alternativa.

Conforme pontuado anteriormente, em referência à Lanfranchi e Ferreirinho (2020), 60% da população que está em situação de rua em São Paulo nasceu no próprio estado sendo 40% na capital e o restante em outros municípios. A outra parcela do grupo, 40%, é oriunda de outros estados do país, destacando-se Bahia (8,5%), Minas Gerais (5,5%), Pernambuco (5,3%), Paraná (4,0%), Rio de Janeiro (3,0%) e Alagoas (2,0%). Pouco mais de 30% do universo de pessoas, referiram que moravam com marido/mulher/companheiro antes de ir para a rua, 24,6% disseram que moravam sozinhas e 15% disseram que moravam com os filhos. Mais de 50% das pessoas que não são da capital disseram que vieram em busca de melhores oportunidades de trabalho na cidade.

Ao serem questionadas, posteriormente, sobre o contexto de saída da moradia, 65% falaram que foram direto para a rua e 26% que foram direto para os Centros de Acolhida. Já quase 9% disseram que não foram nem para um nem para outro, e buscaram outras estratégias de moradia: 37% disseram que foram morar em hotel/pensão, 17% em casa de companheiro ou parente, 13% em casa de amigos e 12% no local de trabalho. Esses dados - principalmente o dado sobre a parcela que sai da moradia e vai direto para a rua (65%) - nos mostram a ausência de dispositivos de proteção social que viabilizem, ainda que temporariamente, o acesso à moradia. Não há, ou pelo menos, não são acessíveis, benefícios eventuais²⁹ que poderiam garantir a proteção das pessoas na circunstância de saída da moradia. A informação de que parte das pessoas que deixam suas moradias vai para hotéis, pensões e quartos alugados (37% daquelas que buscaram alguma alternativa frente à perda da moradia), por sua vez, nos dá pistas sobre um mercado de aluguel residencial que de alguma forma acaba respondendo às condições e às necessidades dessa população. Não estou considerando que se trata de um acesso à moradia adequada, mas é um mercado de aluguel significativo e que possui demanda.

²⁹ "Os Benefícios Eventuais visam o atendimento imediato de necessidades humanas básicas decorrentes de contingências sociais, ou seja, situações inesperadas. Este benefício é ofertado pelo município e pelo Distrito Federal nas situações de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Exemplos: auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio moradia, a depender da política estabelecida no município.". Trecho retirado de site do Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/como-receber-beneficios-eventuais#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3F,tempor%C3%A1ria%20e%20de%20calamidade%20p%C3%ABlica.>>. Acesso em 10/09/2022.

O sistema econômico que vivemos se reproduz, produzindo, de forma contínua, trabalhadores mal remunerados que, em parte, vão sempre alimentar a demanda por esse mercado popular de aluguel, o qual, conforme veremos no capítulo 2, é precário e de custo também elevado.

Na busca por compreender como a questão da moradia é percebida pelas pessoas em situação de rua, outra informação que o censo apresenta é o motivo de se estar em situação de rua. Em primeiro lugar, aparece conflito familiar (34,7%), em segundo lugar, dependência de álcool e outras drogas (29,5%), em terceiro lugar, perda de trabalho/renda (28,4%) e, em quarto lugar, perda da moradia (13,9%). Sobre conflitos familiares, a pesquisa busca entender os motivos: 28,6% indicam que foi por conta do uso de álcool e outras drogas, 21,6% por questões envolvendo dinheiro e falta de trabalho, 20,7% por conta de término de relacionamento e 10% por violência doméstica.

A pesquisa qualitativa em campo que realizei, cujos resultados são apresentados no capítulo 2, demonstra como esses motivos dificilmente aparecem sozinhos - na maior parte das vezes é um conjunto de causas que resulta na saída da moradia. O psicanalista Jorge Broide, em debate realizado em 2020³⁰, pontua que uma das características comuns desse grupo populacional é ter vivido sucessivas perdas ao longo da vida (relacionamentos, mortes, desemprego, conflitos familiares, fome, etc.) - por isso, questiona se a separação conjugal em si pode ser um motivo isolado, e argumenta: "ela é só a última perda, é o catalisador"³¹. O mesmo raciocínio pode ser aplicado para o motivo "conflitos familiares", que aparece como a principal causa de ida para a rua no censo, conforme apontado anteriormente.

Uma série de pesquisas internacionais consolidaram o entendimento de que "as situações de rua resultam da interação de múltiplos fatores de natureza estrutural, institucional e individual" (Burt, 2019; Gaetz & Dej, 2017; Shinn & Khadduri, 2020 apud Ornelas e Duarte, 2022, pg. 10). Mas, existe uma tendência no contexto brasileiro - e em geral, em países que ainda priorizam o modelo etapista³² como política de proteção social -, a "(...) subestimar as causas estruturais das situações de rua, como o nível de pobreza e a falta de habitação a preços

³⁰ Crescimento da população que vive na rua em SP, debate realizado pela Fundação FHC em 16/04/2020. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/quebrandootabu/videos/crescimento-da-popula%C3%A7%C3%A3o-que-vive-na-rua-em-sp/215082779783131/>>. Acesso em 09/09/2022.

³¹ Jorge Broide, na mesma ocasião, sinaliza que, em meio a um processo individual de mudanças na noção de espaço e tempo que ocorre na experiência do morar na rua, as perdas passam a ser uma referência central na vida das pessoas, passando a marcar o tempo.

³² "Implementado desde a década de 1980, o Modelo Etapista influenciou amplamente a configuração dos serviços para a população em situação de rua. O modelo assenta na premissa de que as pessoas necessitam ser reabilitadas e preparadas previamente para conseguirem aceder e manter uma habitação independente (Wong, Park, & Nemon, 2006)" (Ornelas e Duarte, 2022, pg. 9).

acessíveis (...)", conforme Ornelas e Duarte (2022, pg. 11 e 12), técnicos e pesquisadores portugueses, especialistas em população em situação de rua e que produziram um documento completo sobre o tema intitulado "Moradia Primeiro (Housing First) Subsídios para a implantação do modelo no Brasil e as condições de vida das mulheres em situação de rua", publicado em 2022.³³

Baseando-se em estudos empíricos internacionais sobre políticas públicas de moradia para população em situação de rua - modalidade intitulada *Housing First* (moradia primeiro), os autores defendem o protagonismo das condições estruturais no processo de ida para a rua e acreditam que apenas olhando a questão da situação de rua a partir dessa perspectiva é possível diagnosticar os problemas "reais" para então formular políticas públicas efetivas.

A investigação tem revelado que, independentemente de fatores individuais, as situações de rua resultam essencialmente de condições estruturais de extrema pobreza, agravadas pelo custo elevado da habitação (Burt, 2019; Shinn & Khadduri, 2020). Estes dados são muito relevantes porque redirecionam o foco da análise do problema para o contexto e para os fatores estruturais, em vez de se centrarem exclusivamente nas problemáticas individuais, e colocam o acesso à habitação adequada no cerne das políticas públicas para a população em situação de rua (Ornelas e Duarte, 2022, pg. 33).

Até aqui, vimos o que a literatura apresenta sobre o perfil da população em situação de rua em São Paulo, e também, focamos nossa atenção para entender o que já existe de acúmulo sobre a questão da moradia como fator de ida para a rua. A partir daqui, seguindo o exercício de revisão da bibliografia existente sobre o tema, vamos focar nosso olhar para as experiências de moradia vivenciadas no espaço da rua por essas pessoas.

Em sua tese de pós-doutorado intitulada "A moradia é a base estruturante para a vida e a inclusão social da população em situação de rua", publicada em 2018, o pesquisador e profissional da prática (com trabalho tanto em organizações da sociedade civil, como no poder público), Luiz Kohara, realizou entrevistas e demais técnicas de investigação com pessoas em situação de rua que foram contempladas em programas de moradia em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza. Um de seus objetivos era identificar as mudanças sociais geradas pelo acesso à moradia digna. Um aspecto importante levantado por Kohara, quanto às percepções das pessoas sobre o "morar na rua", é a insegurança que sentiam de não saber onde iriam dormir, nem como seria a noite. O pesquisador destaca que há uma perspectiva

³³ Publicação elaborada com apoio da União Europeia, em colaboração com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://eurosocial.eu/biblioteca/doc/apoio-para-a-implantacao-qualificacao-e-disseminacao-do-modelo-housing-first-brasil/>>. Acesso em 09/09/2022.

negativa de uma vida carregada de neuroses e, por conta disso, explica que o uso de drogas acaba sendo elemento de sobrevivência e até mesmo de descanso da mente.

Lanfranchi e Borin (2020) investigam a forma como a população em situação de rua se relaciona com a organização do espaço da metrópole e analisam o crescimento populacional desse recorte social com foco na territorialidade. As autoras destacam, em sua análise, que o “morar na rua implica, contraditoriamente, fazer dela o seu habitat, promovendo uma reutilização dos espaços públicos, conferindo-lhes novos significados ao realizar o domínio da rua o que habitualmente faz parte do domínio da casa” (Vieira *et al.*, 1991, pg. 131 apud Lanfranchi e Borin, 2020, pg. 243). Para este trabalho, interessa essa dimensão trazida pelas autoras de conferir novos significados ao espaço da rua, como se fosse uma casa. Veremos no capítulo 2, como muitas pessoas que moram na rua se referem ao espaço de seu *habitat* como "casa" ou mesmo "lar", e organizam o espaço e o tempo do seu dia-a-dia de um modo regrado, à sua maneira.

Nessa mesma linha, o projeto de pesquisa intitulado “Spatial Methods in Action: The Everyday Spatialities of Homelessness for Urban Sustainability” (“Métodos espaciais em ação: Espacialidades cotidianas do morar nas ruas em prol da sustentabilidade urbana”)³⁴, estágio do qual fiz parte, conforme introduzido anteriormente, sob orientação da Prof. Dra. Fraya Frehse, produziu conhecimento a partir de pesquisa etnográfica na região central da cidade de São Paulo, identificando espaços e tempos presentes e passados do cotidiano (e não-cotidiano) do “morar nas ruas” em São Paulo durante a pandemia de Covid-19. Os estudantes identificaram que o espaço e o tempo presente da moradia na rua são marcados pela presença de barracas e outras formas de abrigos provisórios e autoconstruídos, com o objetivo de proteção contra violência e garantia de alguma intimidade. Além disso, os estudantes identificaram que as pessoas buscam permanecer em um mesmo local por conta das redes de afeto e de proteção que elas construíram. A pesquisa mostrou, também, que a população vive uma rotina regrada pelos tempos dos serviços de proteção social e das ações de zeladoria urbana que ocorrem diariamente nos espaços públicos da cidade, e que acabam impondo a hora de acordar, de tomar banho, de lavar roupa, de comer e de dormir. As ações de limpeza urbana são conhecidas pelas pessoas em situação de rua como "rapa". Também, os estudantes destacaram que há uma relação de afeto das pessoas com animais, plantas, e demais pertences pessoais, evidenciada pelo modo como organizam e cuidam desses objetos no espaço de moradia na rua.

³⁴ Mais detalhes sobre o projeto estão descritos no capítulo 2.

Na pesquisa censitária da população em situação de rua realizada pela Prefeitura de São Paulo em 2021, 65% das pessoas responderam que permaneceram na mesma região desde que foram morar nas ruas em São Paulo. Entre elas, pouco menos de 35% indicou a preferência pela região por conta da facilidade em conseguir trabalho e dinheiro, ao redor de 20% respondeu que a permanência no local é em função de ter companheiros que moram nas proximidades, 20% respondeu que sente maior liberdade naquela região, 20% que prefere o local porque há muitos serviços públicos e pouco menos de 20% porque há muitas doações.³⁵ Jorge Broide (2020), nos ajuda a entender esses vínculos por meio do conceito que ele identifica como "ancoragens". Diz, que em meio a um ambiente tão hostil como a rua, é preciso entender como essas pessoas conseguem sobreviver. Para ele, são as "ancoragens", que são "fios invisíveis que mantêm as pessoas vivas; são importantes laços de afeto e proteção que as pessoas constroem e cultivam na rua". Na sua visão, essa seria uma chave importante para pensar o trabalho psicossocial: trabalhar esses vínculos, que podem ser amigos, companheiros/as, comerciantes da esquina, etc. Isso explica, ao menos em parte, a preferência por permanecer no mesmo local e fazer dele, a "casa".

Seguindo a ideia das "ancoragens", o psicanalista explica que na rua, as pessoas vão buscar satisfazer os laços que elas perderam, estabelecendo uma nova rede de afetividade (Broide, 2020). Ele alerta: "se você tira a pessoa da rua sem manter ou estabelecer novas redes, a pessoa vai buscar a rede onde ela tem: na rua, novamente". Essa percepção sobre as redes de apoio é fundamental para se ter como diretriz nas políticas públicas voltadas a esse recorte populacional. O censo nos dá algumas evidências sobre esse aspecto: na pesquisa geral, que considera todo o universo da rua, quase 30% das pessoas responderam que tinha alguém na rua que considerava da família. A pergunta era interessante, pois dava margem para a pessoa responder "sim", mesmo para um amigo, caso o considerasse da família. Já na pesquisa amostral, quase 33% das pessoas - considerando tanto acolhidas, como na rua - responderam que viviam com marido/mulher/companheiro, amigos, filhos, outros membros da família, mãe/madrasta, pai/padrasto ou outras pessoas. Interessante observar que se olharmos apenas para quem mora nas ruas, temos um total de quase 40% das pessoas que responderam viver com alguém, o que contrasta com o dado do recorte de pessoas acolhidas, as quais apenas 24,6% identificaram morar com alguém, diferença essa que demonstra uma incapacidade da rede socioassistencial em receber essas famílias.

³⁵ A soma das porcentagens ultrapassa 100% porque as pessoas podiam responder mais de uma opção.

No capítulo 2, veremos o significado atribuído pelas pessoas em situação de rua a seu espaço de moradia na rua. Será possível se aproximar, a partir de uma perspectiva mais subjetiva, das representações que as pessoas têm com relação à barraca (ou aos abrigos), à forma com que organizam seus pertences e a importância dessa rede de afeto e proteção que é construída na rua. Um dos dados que mais chamou atenção no último censo, de 2021, foi o aumento da quantidade de "moradias improvisadas"³⁶ na rua: em 2019, em 30% dos pontos - 2.051 locais - onde foram encontradas pessoas em situação de rua, havia presença de moradias improvisadas. Já em 2021, o percentual subiu para 54,5%, equivalente a 6.778 pontos - valor 330% maior do que em 2019. O relatório do censo pontua que há uma média de 2 pessoas por barraca/moradia improvisada (São Paulo, 2021, p. 14).

O censo, no entanto, não aprofunda a questão das barracas, não sendo possível quantificar o número exato de barracas nas ruas da cidade, visto que em cada ponto de contagem a que eles se referem no relatório, pode haver mais de uma moradia improvisada. No capítulo 2 deste trabalho, vamos entender um pouco melhor, a partir do ponto de vista das pessoas que moram nas ruas, os motivos do crescimento do número de barracas entre 2019 e 2021 e como esse item impactou no dia-a-dia da vida na rua. A ideia de viver em uma barraca, ou uma moradia improvisada no espaço público, me parece, à primeira vista, uma referência mais direta à ideia de "casa", reforçando a tese já citada anteriormente, baseada na bibliografia lida, de que o fenômeno "morar na rua" está intrinsecamente ligado às dificuldades de acesso à moradia. Para Lanfranchi, "é dentro dessas premissas que a situação de rua deve ser compreendida, ou seja, a utilização dos logradouros como solução extremamente precária e inadequada do direito à moradia." (2021, pg. 170).

A alternativa da rua como espaço de sobrevivência persiste quando sujeitos são impossibilitados de se reproduzirem noutros termos. Persistem nos logradouros e serviços de acolhimento pois são também uma alternativa de sobrevivência e resistência do refúgio humano. Esse olhar reforça que o risco habitacional é — e talvez sempre tenha sido — o principal fator de fragilização da vida urbana (Lanfranchi, 2021, pg. 53).

Tendo exposto até aqui o que a literatura já buscou responder sobre as experiências habitacionais anteriores à situação de rua e sobre as experiências de moradia na rua, a partir daqui, busco articular como a bibliografia enxerga as expectativas das pessoas em situação de rua com relação à moradia. Notei que poucos trabalhos discutem essa questão a partir da perspectiva das pessoas em situação de rua: o pós-doutorado de Luiz Kohara (2018) aprofunda

³⁶ Moradias improvisadas para a metodologia do censo da população em situação de rua significam "barracas de camping, barracos, entre outros" (São Paulo, 2021).

a percepção sobre a moradia de pessoas com histórico de rua que já acessaram a moradia; e a pesquisa da Organização de Auxílio Fraternal (2021) que, por sua vez, se aproxima mais do que estou buscando entender, apresenta as expectativas com relação à moradia de pessoas em situação de rua que estão acolhidas em "vagas fixas" nos serviços socioassistenciais, ou seja, que ainda não acessaram uma moradia. Assim, a pesquisa da OAF abre caminhos para novas pesquisas que possam se debruçar sobre como a questão da moradia aparece a partir do ponto de vista daquelas pessoas que vivem permanentemente nos espaços públicos e costumam utilizar pontualmente os "pernoites" - que é a lacuna de conhecimento em que este trabalho se situa.

Outras pesquisas e trabalhos (Brasil, 2019; Lanfranchi, 2020; Gaio e Diniz, 2021; Ornelas e Duarte, 2022) defendem a moradia como solução principal para a superação da situação de rua, discutem alternativas de políticas habitacionais para quem mora nas ruas, realizam avaliações das políticas públicas de acolhimento socioassistencial, identificando suas fragilidades. Nesses casos, a investigação é baseada em pesquisas documentais ou pesquisas quantitativas, por isso, o interesse neste trabalho de entender a questão da moradia a partir da perspectiva de quem está na rua - as representações de seus desejos com relação à moradia.

O próprio censo da população em situação de rua apresenta informações relevantes sobre as expectativas do público com relação à moradia. Na pesquisa de 2021, 92% das pessoas responderam que desejavam deixar de viver na rua. Olhando para os dois recortes, pessoa que mora na rua e em centro de acolhida, há uma diferença nas respostas: 89,5% e 95,8%, respectivamente. O dado reforça um senso comum observado na minha prática profissional na Prefeitura, de que quem está morando nas ruas têm menos interesse em sair dessa condição. Por outro lado, apesar da proporção ser menor, quase 90% das pessoas que estão na rua indicam que querem sair, o que é bastante significativo. Quando questionadas sobre o que as ajudaria a sair da rua, 45% responderam que seria ter um emprego fixo e 23% ter uma moradia permanente. O censo indica que 50% das pessoas já deixaram de viver na rua e acabaram voltando. Entre essas pessoas, quase 30% indicaram que o retorno se deu em função da perda de trabalho/renda, e 28% por conta de conflitos familiares. Mas, podemos refletir, com base na discussão anterior sobre o protagonismo dos motivos estruturais e macroeconômicos, e suspeitar que mesmo em meio a conflitos familiares, caso a pessoa tivesse renda, ela poderia acessar uma moradia por conta própria e não retornaria à rua.

A pesquisa censitária de 2019 apresentava uma terceira fase, cujo público alvo eram pessoas moradoras da modalidade República da política socioassistencial³⁷. Trata-se de um acolhimento institucional oferecido no espaço físico de uma casa, somente com "vagas fixas" e menor quantidade (até 15 pessoas), para pessoas que estejam com trabalho e que tenham condições de custear sua própria alimentação. Os dados da pesquisa realizada nas Repúblicas contribuem para entendermos as expectativas dessa população com relação à saída da rua e ao acesso à moradia. Em linhas gerais, as informações evidenciam a questão da renda como o grande nó para a saída da rua. A pesquisa faz perguntas diversas, e até um pouco similares, sobre o processo de saída da rua: o que o poder público deveria ofertar; o que ajudaria a sair da rua; o que atrapalha a saída da rua; o que levaria a sair da República; etc. Vemos que as respostas sempre apresentam, em primeiro lugar, o tema da renda e do trabalho e, em segundo lugar, do acesso à moradia.

Entre os entrevistados das Repúblicas, 97% respondeu que gostaria de deixar de viver na rua, mas 90% indicou que, no momento, não teria para onde ir. Para as diversas perguntas relativas a investigar o que poderia ajudar a sair da rua, como dito anteriormente, as respostas eram sempre centradas em ter acesso a trabalho, ter um trabalho estável/fixo/garantido e ter um salário mais alto. Em segundo lugar, apareceram referências à moradia como elemento fundamental para a saída da rua - 35,5% disseram que se tivessem uma casa própria sairiam imediatamente da República. A pesquisa perguntou quanto seria um aluguel possível de ser custeado pelas pessoas e a média das respostas foi R\$633,30 - sendo R\$150,00 o menor valor citado e R\$1.500,00 o maior valor. Grande parte das pessoas (83%), no entanto, disse que o rendimento atual não é suficiente para custear um aluguel e demais gastos da moradia. Para finalizar a apresentação dos dados relativos ao censo, 87% das pessoas responderam que acreditam que o poder público poderia ofertar moradias coletivas para as pessoas saírem das ruas e uma proporção um pouco menor, mas ainda assim significativa (83%) respondeu que viveria em uma moradia coletiva. Veremos no capítulo 2 uma perspectiva sobre moradias coletivas pelas pessoas que moram na rua oposta a essa mencionada anteriormente.

A pesquisa da Organização de Auxílio Fraternal (2021), a qual tive oportunidade de acompanhar enquanto técnica na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, foi uma das referências, em termos metodológicos, para a realização desta pesquisa. Como dito

³⁷ Censo da População em Situação de Rua, Identificação das Necessidades - Repúblicas, São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOTAxNzM5M2MtOGRmYi00NjE4LThkMWItY2UyMTczZDBhZjVlIiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>. Acesso em 14/09/2022.

anteriormente, o foco foram pessoas acolhidas e em vagas fixas, o que difere do meu referencial empírico, que são pessoas que moram nas ruas (ou a grande maioria delas, como dito anteriormente).

Na pesquisa da OAF, os moradores das Repúblicas destacaram as dificuldades do acesso à habitação, principalmente em função da instabilidade do emprego (OAF, 2021, pg. 53), ao encontro do que foi apresentado anteriormente, com base no censo. Com relação às expectativas de moradia, a maioria disse preferir o centro pela proximidade com o trabalho e pela possibilidade de economia com o transporte (OAF, 2021, pg. 54). A maioria afirmou que preferia morar só, e as pesquisadoras disseram suspeitar de duas razões: a privacidade e a insegurança de não conseguir arcar com o sustento de outras pessoas, como familiares ou companheiras/os, pois seria muita responsabilidade (OAF, 2021, pg. 55). A pesquisa mostrou que os entrevistados desejam, para um futuro próximo, o quarto alugado, muito embora o apartamento alugado tenha se destacado nas respostas, mas as pesquisadoras pontuam que as próprias pessoas têm a sensação de ser uma meta inatingível diante do contexto em que se encontram (OAF, 2021, pg. 56).

Os entrevistados dos Centros de Acolhida, por sua vez, também apontaram o quarto alugado como ideal, mas a pesquisa cita outras respostas com relação ao "sonho da moradia", como ter um imóvel próprio, e de preferência, uma casa (OAF, 2021, pg. 60). A pesquisa destacou que para as pessoas do Centro de Acolhida, a moradia autônoma aparece como um ideal inatingível, um *sonho*, o que difere em certa medida da percepção das pessoas que estão nas Repúblicas (OAF, 2021, pg. 70). Reiterando a discussão anterior sobre direito à moradia, a pesquisa afirma que "os entrevistados não consideram a moradia como um direito e entendem que o acesso a ela só pode ser feito mediante pagamento pelo uso da habitação, o que é impraticável para eles no momento." (OAF, 2021, pg. 74).

1.4. Marcos regulatórios e rede de políticas públicas

Seguindo o exercício deste capítulo, que é situar a pesquisa no campo de estudos sobre população em situação de rua, e mais especificamente, no diálogo desse campo com a questão da moradia, a seguir, apresentarei um panorama sobre os marcos legais e a rede de políticas públicas estruturada a nível local para garantir proteção social à população em situação de rua. A aproximação com essa perspectiva do tema é fundamental no âmbito desta dissertação,

visto que os resultados apresentados no capítulo 2, sobre as experiências e percepções da questão da moradia pela população em situação de rua, são debatidos à luz da literatura existente e da rede de políticas públicas. No capítulo 2, também, há uma série de referências com relação aos equipamentos e aos serviços públicos, por isso, a importância do conteúdo que segue para contextualização do leitor.

Não era objetivo deste trabalho realizar uma revisão bibliográfica aprofundada e completa sobre os marcos legais que estabelecem e regulamentam direitos à população em situação de rua. Por isso, farei referência às legislações que acrescentam no debate deste trabalho. Outros esforços, como o de Lanfranchi e Ferreirinho (2020), dão um panorama mais aprofundado sobre a implantação dos serviços da Política de Assistência Social na cidade.

A luta por direitos da população em situação de rua se sobrepõe, em seu início, com a luta dos catadores de materiais recicláveis pelo direito ao trabalho digno, e até hoje, esses dois temas caminham juntos. Em 1989, é fundada a primeira cooperativa de catadores do Brasil, na cidade de São Paulo, chamada COOPAMARE. A cooperativa formou-se pelo esforço da Missão dos Sofredores de Rua com apoio da Organização de Auxílio Fraternal, conforme apresentado em linha do tempo no site do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis³⁸. Logo em seguida, em 1990, a prefeita da cidade, Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores), reconheceu o trabalho dos catadores por meio do Decreto Municipal Nº 28.649, de 05 de abril de 1990. No final da década de 1990, a cidade de São Paulo promulgou a Lei Nº 12.316 de 16 de abril de 1997³⁹, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal prestar atendimento à população de rua na cidade. Em 2001, é realizada a Primeira Marcha Nacional da População em Situação de Rua em Brasília com o objetivo de reivindicar políticas públicas para os catadores de materiais recicláveis e para a população em situação de rua.⁴⁰ Em agosto de 2004, na cidade de São Paulo, sete pessoas em situação de rua foram mortas enquanto dormiam na Praça da Sé. O episódio, ocorrido no dia 19 de agosto, ficou conhecido como o "Massacre da Sé", tornando-se um símbolo do descaso e da invisibilidade da sociedade diante da questão, fortalecendo, por outro lado, a luta por direitos da população em situação de rua. No mesmo ano, é fundado o Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

³⁸ Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Disponível em: <<https://www.mnrc.org.br/>>. Acesso em 14/09/2022.

³⁹ Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-12316-de-16-de-abril-de-1997>>. Acesso em 05/09/2022.

⁴⁰ Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Disponível em: <<https://www.mnrc.org.br/>>. Acesso em 14/09/2022.

Fruto de um longo processo de lutas e reivindicações da população e de organizações da sociedade civil, em 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) promulgou a Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009⁴¹. A lei considera a habitação, em congruência com a Constituição de 1988, um direito que deve ser assegurado à população de rua. Em 2010, no âmbito municipal, a cidade publicou a tipificação da Rede Socioassistencial, por meio da Portaria SMADS Nº 46 de 22 de dezembro de 2010⁴², a qual estrutura os serviços oferecidos pela Política de Assistência Social, tanto na esfera da Proteção Social Básica, quanto da Proteção Social Especial - de média e alta complexidade. Em 2013, o município adere, oficialmente, à Política Nacional para a População em Situação de Rua e institui, por meio do Decreto Nº 53.795 de 25 de março de 2013⁴³, o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Comitê Poprua, órgão de controle e participação social. No mesmo ano, o governo municipal publica a Lei Nº 15.913 de 16 de dezembro de 2013⁴⁴, instituindo o Programa de Atendimento à População em Situação de Rua integrado com os benefícios de atendimento habitacional e de saúde, que dá destaque à política habitacional. Porém, na lógica do protocolo previsto pela lei, a habitação aparece como etapa posterior aos atendimentos de saúde e assistência social, seguindo o modelo etapista.

Em janeiro de 2014, a Prefeitura lança, de forma inédita, o programa "De Braços Abertos", com foco no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social, moradora da região da Luz, conhecida como "Cracolândia", e que faz uso abusivo de álcool e outras drogas, em especial o crack. O projeto tem três estratégias centrais para promover a saída de pessoas da rua: a oferta de trabalho remunerado, alimentação e moradia digna (em hotéis da região). A redução de danos é a estratégia utilizada pelo programa, e o "tratamento de saúde é uma consequência das etapas anteriores, e não condição prévia imposta para participar do programa"⁴⁵ - invertendo-se, portanto, a lógica do modelo etapista, citado

⁴¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em 05/09/2022.

⁴² Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-46-de-22-de-dezembro-de-2010>>. Acesso em 05/09/2022.

⁴³ Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-53795-de-25-de-marco-de-2013>>. Acesso em 05/09/2022.

⁴⁴ Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15913-de-16-de-dezembro-de-2013>>. Acesso em 05/09/2022.

⁴⁵ "Programa 'De Braços Abertos' completa um ano com diminuição do fluxo de usuários e da criminalidade na região", São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-de-bracos-abertos-completa-um-ano-com>>. Acesso em 12/10/2022.

anteriormente. A partir de 2017, com a mudança de gestão da Prefeitura, o programa foi gradativamente descontinuado.

Entre 2015 e 2018 são publicados alguns marcos regulatórios, sendo um deles com o objetivo de garantir proteção às pessoas em situação de rua na época de baixas temperaturas. Nesse período, destaco também a publicação do Decreto Nº 57.069 de 17 de junho de 2016⁴⁶ que estabelece procedimentos para tratamento à população em situação de rua nas ações de zeladoria urbana, isto é, nas ações de limpeza do espaço público (conhecidas pela população como "rapa"), as quais, conforme veremos no capítulo 2, estão incorporadas na rotina da população, impactando a forma como permanecem fisicamente nos espaços públicos e organizam seu dia-a-dia. O tema da zeladoria urbana é central nas discussões do Comitê Poprua, pois há relatos de ações que violam o direito de permanecer no espaço público, além da retirada de pertences pessoais de quem vive nas ruas.

Ainda nesse período, em 2016, é publicado o Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua (Portaria Intersecretarial SMDHC/SMADS/SMS/SEHAB/SMDTE Nº 05 de 26 de dezembro de 2016⁴⁷), fruto de amplo processo participativo e intersecretarial, dirigido pela Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. O plano dá protagonismo à Política Habitacional como estratégia de promoção de direitos sociais. No mesmo período, de forma paralela à construção do plano, a Secretaria Municipal de Habitação conduziu o processo participativo e intersecretarial de revisão do Plano Municipal de Habitação, cujo material consolidado da proposta é um caderno para discussão pública⁴⁸, lançado em meados de 2016, além do Projeto de Lei Nº 619 de 21 de dezembro de 2016⁴⁹ de iniciativa do Poder Executivo (parado na Câmara Legislativa desde então, pelo menos até o período de realização deste trabalho). No projeto de lei, a população em situação de rua é incluída como parte da demanda habitacional do município (Art. 11, inciso III), como vimos anteriormente, baseando-se nos dados disponibilizados pelo censo da população em situação de rua mais recente à época, de 2015. A população é contemplada na proposta, especificamente na modalidade Serviço de Moradia Social, a qual objetiva oferecer atendimento habitacional a populações em situação

⁴⁶ Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57069-de-17-de-junho-de-2016>>. Acesso em 05/09/2022.

⁴⁷ Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-intersecretarial-secretaria-municipal-direitos-humanos-e-cidadania-5-de-26-de-dezembro-de-2016>>. Acesso em 05/09/2022.

⁴⁸ Disponível em: <<http://pmh.habitasampa.inf.br/caderno/>>. Acesso em 05/09/2022.

⁴⁹ Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/projeto-de-lei-619-de-21-de-dezembro-de-2016>>. Acesso em 12/09/2022.

de extrema vulnerabilidade social e baixíssima renda, com trabalho social contínuo e intensivo.

Desde 2016, o tema da moradia vem ganhando espaço nas discussões, a nível local e nacional, sobre políticas para população em situação de rua. O próprio processo de discussão do Plano Municipal de Habitação, citado anteriormente, movimentou o assunto dentro do poder público municipal. A nível nacional, faço referência à ata da plenária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-RUA, órgão de controle e participativo social) de 28 de julho de 2016, na qual foi aprovada a priorização da moradia e a disseminação do modelo moradia primeiro (*Housing First*), que objetiva o imediato acesso da pessoa em situação de rua a uma moradia segura, individual e integrada à comunidade. Na esteira desses acontecimentos, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, junto com a Secretaria Municipal de Habitação, organizaram em 2018 um seminário sobre população em situação de rua cujo tema central era "Desafios de Articulação com a Política Habitacional"⁵⁰, o qual compus a comissão organizadora do evento enquanto servidora pública. Na ocasião, a cidade recebeu especialistas e técnicos do poder público de diversas cidades do país que vieram aprender e compartilhar suas experiências. O evento contou com a presença de Maria Teresa Duarte, portuguesa, presidente da Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS), especialista em políticas de moradia para população em situação de rua, e de Stephen Gaetz, presidente e diretor executivo do *Homeless Hub*, observatório canadense que estuda a situação de rua.

O tema do acesso à moradia para a população em situação de rua, desde então, seguiu em alta na cidade de São Paulo. A Secretaria Municipal de Habitação, em 2017, iniciou um diálogo com o Ministério das Cidades com o objetivo de pleitear R\$50 milhões de reais para realizar obras de reforma ("*retrofit*") em 9 edifícios já desapropriados pela Prefeitura, todos localizados na região central da cidade. Além disso, era previsto que a verba fosse destinada para a construção de um prédio, cujo terreno também havia sido desapropriado pela Prefeitura na gestão anterior. O acordo, à época, conforme acompanhei de dentro do poder público municipal, seria destinar as unidades habitacionais para o Programa de Locação Social, ou seja, a propriedade se manteria pública, e a demanda seria toda formada por pessoas em situação de rua. No decorrer das negociações, ocorreu a troca de gestão do governo federal

⁵⁰ Relatório Final do Seminário pode ser conferido no site da Secretaria. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/programas_e_projetos/index.php?p=269814>. Acesso em 12/09/2022.

em 2019, assumindo Jair Bolsonaro, e o diálogo do município com o Ministério foi desarticulado.

Mesmo assim, em fevereiro de 2019, é inaugurado o primeiro conjunto habitacional do Programa de Locação Social específico para pessoas em situação de rua, o Edifício Mário de Andrade, que ficou conhecido como Asdrúbal II, por estar situado em rua de mesmo nome e ser o segundo conjunto do Programa de Locação Social localizado no endereço. A legislação que aprova a criação do Programa de Locação Social na cidade⁵¹, já incluía como prioridade a população em situação de rua. No entanto, considerando as exigências para ingresso no programa, como uma renda mínima que é vinculada ao valor de referência do aluguel do imóvel, parcela significativa da população em situação de rua, por não ter renda, ficava excluída de acessar o programa. Por conta disso, a Secretaria Municipal de Habitação realizou alguns ajustes, entre eles a redução da renda mínima exigida para ingresso, possibilitando que mais pessoas em situação de rua pudessem concorrer no processo de seleção da demanda das 34 unidades habitacionais. Maiores detalhes sobre o processo de implantação do Asdrúbal II podem ser conferidos em relatório síntese⁵² produzido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em parceria com as Secretarias Municipais de Habitação, Assistência e Desenvolvimento Social, e Saúde, e também em pesquisa realizada por Julia Lima (2020).

Ainda em 2019, a partir de iniciativa do Poder Legislativo pelo mandato do Vereador Eduardo Suplicy, iniciou-se a discussão para a consolidação da Política Municipal para a População em Situação de Rua no município. O resultado desse processo, após ampla contribuição do Poder Executivo, foi a promulgação da Lei Nº 17.252 de 26 de dezembro de 2019⁵³. A lei reforça a necessidade de mobilizar uma ampla gama de políticas públicas - habitação, saúde, assistência social, educação, direitos humanos, desenvolvimento econômico - para garantir a promoção de direitos sociais.

Para encerrar este panorama sobre alguns dos marcos regulatórios e acontecimentos no campo das políticas para população em situação de rua, destaca-se, na esfera federal, desde

⁵¹ Resolução SEHAB/CMH Nº 23 de 5 de julho de 2002. Aprova o Programa de Locação Social no Município de São Paulo. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/resolucao-secretaria-da-habitacao-e-desenvolvimento-urbano-23-de-6-de-julho-de-2002#:~:text=1.,de%20unidades%20habitacionais%20j%C3%A1%20constru%C3%ADdas>>. Acesso em 12/09/2022.

⁵² Relatório II - Acompanhamento da Fase III do Projeto Piloto de Locação Social para População em Situação de Rua: trabalho social de acompanhamento da população, pós-ocupação das unidades e gestão do Conjunto Habitacional Asdrúbal do Nascimento II (fevereiro/2019 a julho/2020). Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/programas_e_projetos/index.php?p=269811>. Acesso em 12/09/2022.

⁵³ Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17252-de-26-de-dezembro-de-2019>>. Acesso em 05/09/2022.

2018, por iniciativa pontual de servidores públicos e não em função de prioridade da gestão, no âmbito da Secretaria Nacional de Proteção Global (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), esforços para consolidar uma agenda por uma mudança de paradigma no campo das políticas para população em situação de rua, superando o modelo etapista, e disseminando o conceito de *Housing First*, ou moradia primeiro.

As publicações, "É possível Housing First no Brasil? Experiências de Moradia para População em Situação de Rua na Europa e no Brasil", de 2019, e "Moradia Primeiro (Housing First): Subsídios para a implantação do modelo no Brasil e as condições de vida das mulheres em situação de rua", de 2022, demonstram o esforço a nível federal para sensibilizar e capacitar os estados da federação em políticas públicas de moradia para esse recorte populacional. Nos documentos, é possível entrar em contato com toda a literatura internacional que realizou análises sobre a modalidade *Housing First*, inclusive, são apresentados dados, resultados de pesquisas de avaliação de políticas públicas em diversas cidades ao redor do mundo, que demonstram a eficiência, a eficácia e a efetividade da modalidade de atendimento moradia primeiro para a concretização da saída da rua.

Também a nível federal, o Conselho Nacional de Direitos Humanos publicou a Resolução CNDH Nº 40 de 13 de outubro de 2020⁵⁴, que "dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua". Considero o documento um marco, pois toda sua construção e justificativa são pautadas na priorização do acesso à moradia como diretriz central para as políticas públicas para a população em situação de rua. Em conversa com o Coordenador-Geral de Direitos de Minorias Sociais e População em Situação de Risco, Carlos Alberto Ricardo Júnior, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o especialista e servidor público destacou que a resolução, embora importante, tem o poder apenas de orientação e recomendação, não se constituindo enquanto normativa que determina o cumprimento do conteúdo exposto, até porque o órgão colegiado não delibera sobre outras políticas (Habitação, Assistência Social, Saúde, etc.).

A seguir, destaco alguns artigos da resolução supracitada, que demonstram uma nova visão sobre o fenômeno social "morar nas ruas":

Art. 6º Com a finalidade de evitar a criminalização e culpabilização das pessoas pela situação de rua em que se encontram, os programas, projetos, serviços e todo tipo de atendimento direcionados para esta população devem considerar que **este fenômeno social inclui fatores estruturais que marcam a sociedade brasileira**

⁵⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_Resolucao40.pdf>, acesso em 05/09/2022.

como a desigualdade social, o desemprego, a insuficiência de renda, a falta de moradia, o racismo, os quais são potencializados pelo não acesso aos direitos e políticas sociais. (...)

Art. 14 Os entes federativos devem promover políticas públicas estruturantes, e que tenham como objetivo central a construção e execução de planos de superação da situação de rua, **adotando estratégias que tenham como centralidade o acesso imediato da população em situação de rua à moradia**. (...)

Art. 24 O **domicílio improvisado da pessoa em situação de rua é equiparado à moradia** para garantia de sua inviolabilidade. (...)

Art. 28 O **direito humano à moradia deve ser prioritário na elaboração e na implementação das políticas públicas**, garantindo o **acesso imediato à moradia segura, dispersa no território e integrada à comunidade**, juntamente com o acompanhamento de equipe flexível que responda às demandas apresentadas pela pessoa em situação de rua como participante no processo de inclusão.

§1º Entende-se por moradia dispersa, as **unidades habitacionais espalhadas no território do município, em locais urbanizados e com infraestrutura**, preferencialmente em regiões centrais, com acesso a bens, serviços e integrada à comunidade, não sendo permitida a concentração de pessoas em situação de rua superior à 15% do total de moradores/as num mesmo prédio ou empreendimento habitacional. (...)

Art. 30 Os municípios e o Distrito Federal **devem implantar diversas estratégias para a garantia do direito à moradia, considerando as especificidades das pessoas** em situação de rua e de seus/suas familiares e dos territórios:

§1º Incluir as pessoas em situação de rua como público-alvo para concessão de **subsídio temporário para auxílio habitacional (aluguel social)** compatível com o valor de mercado, previsto no inciso XI do art. 4º da Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, garantindo o direito à moradia em outras modalidades após o término do subsídio.

§ 2º Incluir as pessoas em situação de rua em programa e/ou ação de "**locação social**", consistindo na transferência do usufruto dos imóveis ociosos de propriedade do Estado para a garantia de moradia/habitação às pessoas em situação de rua, realizando-se as adaptações necessárias para condições de habitabilidade.

§ 3º Construir **casas populares** para as pessoas em situação de rua, com proposta de carência de tempo para início de pagamento e sem ônus.

§ 4º Adotar medidas específicas para pessoas idosas em situação de rua, com base no Estatuto do Idoso, e para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida

§ 5º Os Programas dos parágrafos 1º, 2º e 3º **devem contemplar as pessoas que se encontram impossibilitadas de pagar o aluguel social e as que estão em situação de rua e não têm acesso ao trabalho e renda**.

Art. 31 As estratégias apontadas nos arts. 29 e 30 desta Resolução devem ser executadas de forma integrada com os serviços e equipamentos da política de assistência social e saúde dos territórios, visando a **garantia da proteção social e cuidado necessário para o usufruto do direito à moradia digna**.

(Brasil, 2020, grifos nossos).

A Resolução CNDH Nº 40 de 13 de outubro de 2020 se posiciona tanto pela desestigmatização da população em situação de rua, reforçando as causas estruturais e macroeconômicas como protagonistas no processo de vulnerabilização social e, partindo dessa visão, propõe políticas públicas habitacionais como eixo central. A resolução ressalta, no § 5º do Artigo 30, que os programas de moradia devem contemplar a população sem renda, invertendo a regra de que só tem casa quem consegue pagar por ela.

No ano seguinte à publicação da referida resolução, em 2021, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos instituiu o Projeto Moradia Primeiro por meio da Portaria

Nº 2.927 de 26 de agosto de 2021⁵⁵ de iniciativa da Secretaria Nacional de Proteção Global. O Projeto Moradia Primeiro foi baseado no modelo *Housing First*, e prevê:

(...) acesso imediato de uma pessoa em situação crônica⁵⁶ de rua (mais de cinco anos na rua, uso abusivo de álcool e outras drogas e com transtorno mental) a uma moradia segura, individual, dispersa no território do município e integrada à comunidade. Ao entrar no projeto a pessoa passa a ser acompanhada por equipe flexível, formada por profissionais de diferentes áreas de forma a responder às demandas apresentadas pela pessoa de forma a apoiá-la a permanecer na moradia (Brasil, 2021).⁵⁷

Atualmente, o Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Proteção Global, acompanha projetos-piloto de moradia primeiro no Paraná, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Minas Gerais e no Ceará. A cidade de São Paulo, até o momento de publicação desta pesquisa, não testou a modalidade, ainda que muito se fale que o projeto de locação social para população em situação de rua, Asdrúbal II, seria uma espécie de moradia primeiro, mas não o é, visto que a moradia aparece como o último "degrau" no processo de saída da rua. Mais recentemente, em 2022, a Prefeitura promulgou a Lei Nº 17.819 de 29 de junho de 2022⁵⁸, que dispõe sobre Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, institui o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria o Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo. Em matéria publicada no site da Prefeitura⁵⁹, apontam que a Vila Reencontro é uma iniciativa inspirada no modelo *Housing First*, mas considerando que as primeiras unidades, segundo a matéria, serão destinadas, prioritariamente, a famílias e idosos que estejam vivendo em condição de rua há menos de dois anos, além do fato de estabelecerem um período máximo de permanência no programa (entre 12 e 18 meses), o projeto parece distanciar-se de parte das diretrizes centrais preconizadas pelo *Housing First* (a saber: o público alvo seriam pessoas

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.927-de-26-de-agosto-de-2021-341038468>>. Acesso em 05/09/2022.

⁵⁶ Técnicos da Prefeitura de São Paulo, e mesmo agentes da sociedade civil, criticam a utilização do termo "crônico" para se referir a pessoas em situação de rua que estão há muito tempo na rua e que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Por não ter me aprofundado nessa discussão no âmbito deste trabalho, empreguei o termo, conforme utilizado em matéria informativa do Governo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/acoes-e-programas/moradia-primeiro>>. Acesso em 12/09/2022.

⁵⁷ "Moradia Primeiro", Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/acoes-e-programas/moradia-primeiro>>. Acesso em 12/09/2022.

⁵⁸ Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17819-de-29-de-junho-de-2022>>. Acesso em 13/09/2022.

⁵⁹ "Prefeitura recebe primeiras casas modulares para população em situação de rua", São Paulo, 27/07/2022. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-recebe-primeiras-casas-modulares-para-populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em 13/09/2022.

que estão há mais tempo na rua, em situação de alta vulnerabilidade social, e sem prazo para saída do programa).

Apesar de serem iniciativas significativas, não podemos, no entanto, identificá-las como os primeiros movimentos em prol do acesso à moradia para a população em situação de rua no Brasil. Nesse sentido, faço referência ao importante e central papel da Organização de Auxílio Fraternal (OAF) com a iniciativa inédita de promover o acesso à moradia para a população em situação de rua já na década de 1980, em São Paulo.⁶⁰ A equipe da OAF, à época, compartilhando do entendimento que para a saída efetiva da rua era fundamental o acesso à moradia adequada e ao trabalho estável, apoiou processos coletivos de organização da população em situação de rua para que conquistassem a moradia e o trabalho (Brasil, 2019, pg. 109). Conforme me relatou Regina Maria Manoel, uma das fundadoras da OAF, em diversas conversas informais que tive com ela ao longo da construção deste trabalho, a organização promovia processos participativos, dando voz aos sujeitos silenciados que moravam nas ruas. Segundo ela: "era uma forma única de trabalhar com o outro, em comunhão, com diálogo, alegria, espiritualidade e respeito - algo mágico". Entendiam que as pessoas da rua deveriam ter o mesmo direito que eles, da OAF: assim como iam na rua conversar com as pessoas, passaram a receber em suas casas as pessoas da rua quando os procuravam. Depois de um tempo, a organização passou a alugar casas no bairro do Glicério, sendo alguns dos imóveis até mesmo emprestados à OAF, para oferecer moradia à população em situação de rua. Até hoje, a OAF faz gestão de moradias coletivas para quem mora na rua, mas agora em parceria com a Prefeitura de São Paulo, por meio da modalidade República, serviço de acolhimento tipificado em 2009 no âmbito da Política de Assistência Social, a partir da experiência de moradias da OAF.

Depois de termos feito um panorama dos marcos regulatórios no campo da população em situação de rua no Brasil, a partir daqui, apresento, em linhas gerais, a rede de políticas públicas voltada a esse recorte social. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, em 2021, lançou o "Guia Poprua"⁶¹, uma cartilha na qual são apresentados e detalhados todos os serviços e os direitos da população em situação de rua.

⁶⁰ Em respeito pelo trabalho da OAF, para registro, cito alguns dos nomes que construíram a história da organização: *Irmã Ivete*, como era conhecida, falecida em 14 de julho de 2021, Regina Maria Manoel, Maria Antonieta Rudge do Amaral, Luiz Kohara, Maria Antonieta da Costa Vieira, Edy De Lucca, Marilene de Sousa, Paulo de Tarso Carvalhaes, entre tantas outras pessoas importantes que passaram por essa instituição.

⁶¹ Guia Poprua, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/publicacoes/index.php?p=150039>. Acesso em 12/09/2022.

A Lei Nº 17.252 de 26 de dezembro de 2019, que consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua na cidade de São Paulo, reforça a ideia de que a proteção social desse recorte populacional deve ser pensada e executada de forma interdisciplinar. Também, considerando que se trata de um público de perfil socioeconômico heterogêneo, as ofertas de serviços públicos devem ser também diversificadas, de modo a atender a especificidade de cada indivíduo e família. O município tem se esforçado no sentido de promover políticas públicas para pessoas em situação de rua pautando-se na transdisciplinaridade, nas quais diferentes Secretarias Municipais, e seus agentes, são responsáveis pelos processos, inclusive partilhando decisões e responsabilidades. É o caso, por exemplo, do Programa Redenção, política pública voltada a pessoas em situação de vulnerabilidade social que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, em que Assistência Social, Saúde e Desenvolvimento Econômico atuam em conjunto. O Projeto de Locação Social para População em Situação de Rua (Asdrúbal II) também é um exemplo, no qual atuam equipes da Habitação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos.⁶²

Apesar das iniciativas de atuação conjunta - que de fato existem e muitas vezes ocorrem em função da colaboração entre profissionais da linha de frente e nem sempre a partir de uma diretriz da gestão - na minha experiência prática profissional na Prefeitura trabalhando com o tema, observei que as políticas ainda são executadas de forma bastante setorializada. A Política de Assistência Social é a rede que, atualmente, tem maior atuação com a temática da população em situação de rua. A porta de entrada para a política são os serviços da Atenção Básica, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e os destinados a públicos específicos, como os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e os Centros POP (apenas para pessoas em situação de rua). Esses serviços oferecem encaminhamentos para os demais serviços da rede socioassistencial, orientam sobre programas, benefícios e projetos sociais.

Os serviços da Atenção Especial, por sua vez, oferecem atendimento assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, como é o caso da população em situação de rua. No âmbito da Atenção Especial - apenas apresentando os equipamentos voltados à população em situação de rua - há os serviços da Média Complexidade, como os Núcleos de Convivência e o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS). Os Núcleos são equipamentos para uso diário, com estrutura de

⁶² Trata-se de exemplos, pois não entrarei no mérito se os esforços de atuação transdisciplinar estão dando certo ou não.

banheiros, chuveiros e máquinas de lavar roupa, com oferta de refeições, atividades socioeducativas, além de orientação psicossocial. O SEAS, por sua vez, é o serviço de abordagem na rua às pessoas em situação de rua, cujo objetivo é "desencadear o processo de saída das ruas e promover o retorno familiar e comunitário, além do acesso à rede de serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas"⁶³. Ainda no campo da Atenção Especial há os serviços da Alta Complexidade: Centros de Acolhida; Centros de Acolhidas Especiais para Mulheres, Idosos, Convalescência e Famílias⁶⁴; Autonomia em Foco; e Repúblicas - que são todos acolhimentos institucionais provisórios, onde as pessoas podem dormir. Em linhas gerais, os Centros de Acolhida são destinados majoritariamente para homens, com quartos e banheiros de uso coletivo; as unidades Especiais são destinadas para os públicos específicos, conforme citado anteriormente, havendo também compartilhamento dos quartos e dos banheiros; o Autonomia em Foco é uma proposta de acolhimento onde as pessoas e famílias dormem em quartos privativos, compartilhando banheiro, lavanderia e cozinha com as demais pessoas, sendo destinado para perfis com maior autonomia financeira, visto que as pessoas preparam a própria comida; e por fim, as Repúblicas, que possuem característica residencial, acolhem de 15 a 20 pessoas por casa (na modalidade para adultos⁶⁵), são organizadas em sistema de cogestão e também exigem que a pessoa faça sua própria comida - trata-se de uma tipologia que facilita a retomada gradual da autonomia das pessoas, conforme apresentado em pesquisa desenvolvida pela Organização de Auxílio Fraternal (2021).

Já a rede de equipamentos de Direitos Humanos e Cidadania, oferta atendimento por meio dos Centros de Referência (Imigrante, Mulher, LGBTI, Idosos, Igualdade Racial), da Ouvidoria de Direitos Humanos, além daqueles serviços específicos para a população em situação de rua: Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua e Serviços de Inclusão Social e Produtiva.

Toda a rede da Política de Saúde deve acolher a população em situação de rua, como qualquer outro cidadão. Mas, há um programa específico, que é o Consultório na Rua,

⁶³ Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protacao_social_especial/index.php?p=28945>. Acesso em 13/09/2022.

⁶⁴ Conforme me informou Isabel Sousa, técnica da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em conversa realizada no dia 13/09/2022, em 2016, é criada a modalidade Família em Foco, com o objetivo de acolher famílias de alta vulnerabilidade e risco social. A tipologia tinha uma equipe técnica mais completa, por exemplo, dispunha de um técnico específico para gestão de casos. A tipologia foi descontinuada, não existindo mais nenhuma unidade de Família em Foco, e a rede conta agora com os Centros de Acolhida Especiais para Famílias (CAE Família).

⁶⁵ As Repúblicas são destinadas a atender jovens, adultos e idosos, cada público separadamente em casas específicas.

vinculado à Política Atenção Básica. As equipes do Consultório na Rua são formadas por profissionais de diferentes campos, os quais realizam suas atividades de forma itinerante, nos espaços públicos de permanência da população em situação de rua, em serviços de acolhimento, unidades móveis e também nas Unidades Básicas de Saúde do território onde estão atuando. Não se trata de uma segregação do atendimento, sendo um instrumento de garantia de equidade do cuidado, considerando as especificidades da população em situação de rua e as barreiras que encontram para acessar a rede de saúde. Já a Política de Educação, assim como o Sistema Único de Saúde, deve facilitar o acesso, por meio de um olhar específico e inclusivo, de toda e qualquer criança, adolescente, adulto e idoso em situação de rua à rede de ensino pública.

Sobre a Política de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, destaco o Programa Operação Trabalho (POT), que visa à qualificação profissional teórica e prática de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, mediante a concessão de uma bolsa-auxílio em período de no máximo 2 anos. No âmbito do Comitê Poprua, órgão colegiado da política para população em situação de rua, são reiteradas as críticas sobre a ausência de outras oportunidades de trabalho e geração de renda, para além do POT.⁶⁶

Por fim, a Política Habitacional tem se mostrado bastante excludente no que se refere ao acesso das pessoas em situação de rua. Na esfera da cidade de São Paulo, a população não é contemplada nos programas de Regularização Fundiária e de Urbanização de Favelas, pois não constituem demanda para essas modalidades, nem nos programas de provisão habitacional, como as Parcerias Público Privadas Habitacionais do município e do estado, por exigirem uma renda que a população não tem. A população em situação de rua também não é contemplada em atendimento habitacional provisório por meio da concessão do Auxílio Aluguel (R\$400,00). A Portaria SEHAB Nº 131 de 08 de julho de 2015⁶⁷, regulamenta o atendimento habitacional provisório e prevê a concessão do benefício para famílias removidas de suas casas em decorrência de obras públicas, em decorrência de projetos habitacionais como Regularização Fundiária e Urbanização de Favelas, em decorrência de desastres ambientais e em situações nas quais a Defesa Civil demanda a remoção por motivo de risco. A portaria supracitada previa a concessão do benefício em "casos de extrema vulnerabilidade,

⁶⁶ O Decreto Nº 59.252 de 06 de março de 2020, "dispõe sobre a reserva, nas contratações realizadas pela Administração Municipal com empresas ou organizações da sociedade civil, de cota mínima de vagas de trabalho em serviços públicos para pessoas em situação de rua". No entanto, até o momento de publicação da pesquisa, a Prefeitura não havia regulamentado a forma como seria implementada a política. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-59252-de-6-de-marco-de-2020>>. Acesso em 13/09/2022.

⁶⁷ Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-habitacao-131-de-9-de-julho-de-2015/consolidado>>. Acesso em 13/09/2022.

devidamente caracterizada pelos órgãos técnicos do Município de São Paulo, que necessitem de recursos complementares para cobrir parte das despesas de moradia" (Portaria SEHAB Nº 131 de 08 de julho de 2015, inciso V do Art. 2º) - neste caso, podendo contemplar a população em situação de rua. No entanto, por meio da Portaria SEHAB Nº 68 de 10 de junho de 2019⁶⁸, essa previsão foi revogada.

Na literatura internacional, especificamente no relatório sobre exclusão habitacional publicado em 2022 pela FEANTSA⁶⁹, é dada uma especial atenção para o aspecto da não acessibilidade do mercado privado de aluguel residencial, que não atende a baixa renda, e por isso, defendem que a solução tem que necessariamente olhar para essa questão. Nesse sentido, recomendam políticas que possam regular esse mercado, com vistas a torná-lo mais acessível e adequado, para além de políticas de provisão habitacional por meio da construção de novas unidades. Além disso, chamam atenção para a importância de implementar políticas cujo objetivo é a prevenção de ações de despejo, indicando ser muito menos custoso para o Estado apoiar a pessoa a permanecer em uma moradia onde ela já se encontra, do que o aparato estatal necessário para o cuidado de uma pessoa que mora na rua - fora todo o ônus emocional causado pela perda da moradia, gerando uma situação de "insegurança existencial" (Madden e Marcuse, 2016 apud Nakano, 2019, pg. 4).

De modo geral, ao sucumbirem a essas pressões exercidas por processos de despejos, remoções, desterritorializações e despossessões, aqueles grupos de moradores perdem, junto com seus locais de moradia, vínculos sociais, acessos aos serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, empregos e as condições existenciais objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, necessárias para se prosseguir em uma existência minimamente estável e segura (Nakano, 2019, p. 4).

Sobre essa perspectiva de Política Habitacional - preventiva - na qual o Estado oferta programas em prol da segurança habitacional do cidadão, a cidade de São Paulo também não apresenta hoje, em seu rol de atendimentos, programas de tal natureza.

Mais recentemente, a Lei Nº 17.638 de 09 de setembro de 2021⁷⁰, disciplinou o Programa Pode Entrar no âmbito da Política Habitacional do Município, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização. Estão considerando a população em situação de rua como parte da demanda habitacional, a qual está sendo vista como público alvo do Programa de Locação Social, cuja regulamentação deve ser revisada pelo Programa

⁶⁸ Portaria SEHAB Nº 68 de 10 de junho de 2019. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-68-de-10-de-junho-de-2019>>. Acesso em 13/09/2022.

⁶⁹ Seventh Overview of Housing Exclusion in Europe 2022. Disponível em: <<https://www.feantsa.org/en/report/2022/06/30/?bcParent=27>>. Acesso em 13/09/2022.

⁷⁰ Lei Nº 17.638 de 09 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17638-de-9-de-setembro-de-21>>. Acesso em 13/09/2022.

Pode Entrar, tornando-o mais acessível no que se refere à renda mínima para habilitação. Mas, são apenas previsões, pois até o momento de finalização deste trabalho não houve novidades de novos atendimentos habitacionais para a população em situação de rua, tendo sido, o último, em fevereiro de 2019, no âmbito do Programa de Locação Social.

Para encerrar a breve apresentação dos programas habitacionais no município de São Paulo, destaco que o Programa de Locação Social, embora tenha sido criado em 2002, até hoje não se consolidou enquanto política habitacional na cidade, apresentando escala ínfima, com menos de 1.000 unidades habitacionais. Uma evidência simbólica disso é a ausência de informações a seu respeito no site da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)⁷¹ e da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP)⁷². Embora a regulamentação do programa defina a população em situação como um dos públicos prioritários, o acesso desse recorte populacional não se efetivou ao longo dos anos, em função da exigência de uma renda mínima que, apesar de ser mais baixa se comparado aos programas de aquisição de moradia, continua excluindo esta parcela da população. A seguir, um resumo sobre o programa:

(...) a Resolução Nº 23 de 2002⁷³, do Conselho do Fundo Municipal de Habitação, (...) criou o Programa de Locação Social da cidade de São Paulo, o primeiro do país. Em termos gerais, o programa aprovado tem como objetivo ampliar as formas de acesso à moradia para a população de baixa renda até 3 salários mínimos, por meio da oferta em locação social de unidades habitacionais de propriedade pública, bem localizadas. O valor do aluguel pago pelas famílias é vinculado à renda familiar e não ao valor de mercado do imóvel, o que garante ser um programa acessível. O aluguel compromete de 10 a 15% da renda familiar e pode ser subsidiado pelo poder público (Patitucci, 2017, pg. 94).⁷⁴

Ao longo desta seção entramos em contato com marcos regulatórios, acontecimentos relevantes, e com a rede de políticas públicas que atende o recorte da população em situação de rua. Muito embora hoje possamos notar que o país vive um processo de mudança de paradigma sobre o fenômeno “morar na rua”, conforme apresentado anteriormente, as políticas ainda estão centradas no atendimento socioassistencial, no modelo etapista, no qual a moradia é a última etapa do processo de retomada da autonomia. Esse formato de

⁷¹ Programas Habitacionais, Secretaria Municipal de Habitação, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/programas/index.php>>. Acesso em 13/09/2022.

⁷² Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://cohab.sp.gov.br/>>. Acesso em 13/09/2022.

⁷³ Resolução SEHAB/CMH Nº 23 de 05 de julho de 2002. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/resolucao-secretaria-da-habitacao-e-desenvolvimento-urbano-23-de-6-de-julho-de-2002>>. Acesso em 13/09/2022.

⁷⁴ Em meu Trabalho Final de Graduação, intitulado "A locação social como política habitacional no Brasil: desafios e possibilidades a partir da experiência paulistana", realizado na FAU USP em 2017, sob orientação do Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira, aprofundo o funcionamento do Programa de Locação Social no município de São Paulo.

atendimento pauta-se na perspectiva de quem olha para a situação de rua principalmente através dos motivos e causas individuais, o que resulta na priorização de políticas públicas cujos atendimentos iniciais são voltados à saúde mental e ao restabelecimento dos laços familiares. No entanto, vimos ao longo deste capítulo que esse modelo tem se mostrado pouco efetivo, sendo falho no processo de retomada da autonomia e saída efetiva da rua, conforme argumentam Kohara (2018) Lanfranchi (2020, 2021), Lanfranchi e Ferreirinho (2020), Kohara e Vieira (2020), OAF (2021) e Ornelas e Duarte (2022).

A superação do modelo “escada” deve questionar esse entendimento de “gradual autonomia”, considerando o acesso à moradia como a condição fundamental para dar início ao enfrentamento dos sofrimentos biopsicossociais da situação de rua, além de condição necessária para organização de um projeto de vida protegido e seguro, como disposto na Constituição. (...). Até o presente, a ausência de políticas efetivas de habitação e de acesso à terra sobrecarregaram a política de assistência social para a oferta de serviços de acolhimento emergencial e provisório. (...). É preciso que a política habitacional avance na compreensão de serviços. É preciso dar um passo na direção da “moradia primeiro” (Lanfranchi, 2020, pg. 65 e 67).

A pesquisa de Kohara (2018), a partir de trabalho de campo com pessoas em situação de rua que acessaram a moradia, conseguiu mostrar a importância da habitação para a inserção social dessas pessoas. O pesquisador e profissional da prática demonstrou que a moradia possibilitou a estruturação da vida pessoal e familiar, a retomada de laços afetivos e a construção de novos vínculos sociais. Possibilitou também melhores condições para obtenção de trabalho e geração de renda, além de evidenciar os benefícios que a moradia trouxe para o cuidado com a saúde e a retomada de estudos. Kohara mostrou a importância e o impacto que é ter um endereço na vida dessas pessoas, motivando a construção de novos projetos de vida, até então silenciados no *habitat* da rua.

1.5. Como o trabalho se situa no debate?

Vimos, neste capítulo, parte da literatura sobre o campo de estudos da população em situação de rua que dialoga com o tema da moradia. O esforço de revisão se debruçou especialmente sobre a bibliografia nacional, cujos objetos de estudos fazem parte da realidade brasileira e especificamente, da paulistana. Ressalto a importância de trabalhos que refletem e analisam os perfis da população em situação de rua, as políticas públicas existentes, elencando principais gargalos e desafios, a partir de uma perspectiva analítica mais teórica

sobre a questão (Lanfranchi e Ferreirinho, 2019 e 2020; Brasil, 2019; Lanfranchi e Borin, 2020; Lanfranchi, 2020 e 2021; Gaio e Diniz, 2021; Ornelas e Duarte, 2022).

De forma complementar, destaco a relevância das pesquisas censitárias sobre população em situação de rua, realizadas na cidade de São Paulo pela Prefeitura desde os anos 2000, tendo sido realizada uma pesquisa em 1991, a partir de esforços individuais de técnicos da Prefeitura e organizações da sociedade civil (Vieira *et al.*, 1991). Os resultados dos censos apresentam uma ordem de grandeza sobre o fenômeno social, além do perfil socioeconômico da população em situação de rua, a partir de pesquisa quantitativa. No desenvolvimento da pesquisa qualitativa que me propus a fazer neste trabalho, foi fundamental contar com os dados produzidos pelo censo, de modo que eu pudesse fazer o exercício de olhar para o local e, ao mesmo tempo, para o geral, no processo de análise dos dados que coletei em campo.

Considerando ter definido como procedimento metodológico a investigação qualitativa por meio da realização de duas técnicas, observação participante e entrevistas semiestruturadas, tendo como referencial empírico as pessoas que estavam morando nas ruas, nesse exercício de revisão bibliográfica, destaco trabalhos que também deram protagonismo ao ponto de vista das pessoas em situação de rua para fins de investigação de seus problemas de pesquisa: Vieira *et al.*, 1991; Broide e Broide, 2016; Kohara, 2018; e OAF, 2021.

De maneira sucinta, a discussão do capítulo mostrou que, no Brasil, as motivações ditas como pessoais ou individuais - como conflitos familiares, questões de saúde mental e uso abusivo de álcool e outras drogas - ganham destaque nos debates sobre os motivos da ida para a rua. Por outro lado, vimos que a visão que dá protagonismo às causas estruturais e macroeconômicas para entender o fenômeno “morar nas ruas” tem ganhado espaço nas discussões nacionais, tanto por especialistas, como internamente ao poder público, fazendo com o que o tema do acesso à moradia esteja cada vez mais em pauta.

Vimos também como esses trabalhos leem o “morar nas ruas”, destacando a presença de barracas e abrigos autoconstruídos nos espaços públicos urbanos enquanto locais de moradia, além de evidenciarem as redes de proteção e laços afetivos que essas pessoas constroem no seu *habitat*. Chamam atenção para o uso que as pessoas têm dado aos Centros de Acolhida e aos equipamentos da rede socioassistencial, que acabam se constituindo enquanto alternativa de moradia permanente, na falta de ofertas de políticas públicas habitacionais ou de um mercado de aluguel acessível. Também, há uma centralidade de discussões que tratam das críticas ao modelo de acolhimento mais presente hoje na cidade, que são os grandes equipamentos, que concentram muitas pessoas, normalmente com

estruturas precárias, sem garantia de qualquer tipo de privacidade e liberdade com relação a horários de ir e vir.

Com relação às expectativas de moradia, os trabalhos se contrapõem aos pré-conceitos presentes no senso comum de que a população em situação de rua não quer sair da rua. De modo geral, chamam atenção para a questão da renda - tanto a instabilidade quanto a baixa remuneração - como a principal barreira para a saída da rua. A pesquisa da OAF (2021) aponta o quarto alugado como solução de moradia almejada pelas pessoas entrevistadas, muito embora também tenham destacado o sonho de viver em uma casa própria, mas esse ideal aparece como inatingível.

É diante desse quadro de trabalhos e pesquisas existentes que situo esta dissertação. Não parto do que foi apresentado para questionar alguma ideia, mas sim, identificar que existe uma lacuna de conhecimento com relação ao que pensam as **pessoas que moram nas ruas** sobre o tema da **moradia**: Como percebem seu histórico de moradia fora rua? Como entendem a forma como vivem e se relacionam no espaço da rua? E o que pensam sobre o futuro? Querem uma moradia? Como seria essa moradia?

O contexto da pandemia de Covid-19, quando a cidade acompanhou o crescimento, entre 2020 e 2021, de mais de 30% de pessoas morando nas ruas e nos Centros de Acolhida, embora não seja o fio condutor da análise da pesquisa, demonstra a relevância de ouvirmos essas pessoas, especialmente nesse momento, em que o fenômeno “morar nas ruas” salta aos olhos da população paulistana, e a sociedade, não apenas o poder público, tem o dever de olhar para essa questão e pensar respostas para a construção de um país com justiça social.

Capítulo 2 – Experiências, expectativas e percepções sobre a moradia por quem mora nas ruas

Sempre morei com a minha mãe e o meu padrasto em Uberaba até chegar em São Paulo. Aí quando cheguei aqui, cada um foi para um canto, tive que me virar na vida. Sozinha, absolutamente sozinha com 13 anos. Aí eu morei em pensão, morei em lugar que divide. Fiz de tudo um pouco. Aí consegui construir patrimônio, tive estabilidade social ótima. Já morei em apartamento, já tive moto. Sempre trabalhei muito, fui me virando em bares que tinha jovens, jogo do bicho, maquininha, e sempre ganhei muita caixinha também. Já paguei aluguel, já morei em pensão, já morei em apartamento, hotel social, albergue, são diferentes uns dos outros.

[Como você se sentia nessas moradias?] Me sentia normal, tinha uma vida normal, trabalhava, tinha uma rotina, pagava minhas contas.

[O que era bom nessas moradias?] No apartamento, a liberdade. Quando você paga, você tem. Esses outros lugares são regradados, você não tem sua liberdade, tem que respeitar os horários. Essa é a principal diferença. A inclusão social é diferente. A pensão já é mais barata. Tinha pensões e pensões. Algumas têm banheiro dentro, outras têm banheiro para o lado de fora. Mas quarto cada um tem o seu. E aí vai mudando os valores. Como foram 21 anos nessa vida, então é muita coisa que eu passei.

[Da primeira vez que você saiu da moradia e foi morar na rua, foi por qual motivo?] Eu não morava com minha mãe, morava em um apartamento sozinha, aí minha mãe foi morar comigo, eu me casei com o Tião, aí ela não queria que a gente morasse ali, minha mãe queria ir para uma casa, e fomos para um lugar estranho. E lá tudo aconteceu. Ele [Tião] foi tirar o documento, o processo dele tinha sido revogado, ele também não sabia e foi preso. A gente tava devendo, eu trabalhava com a moto, minha moto foi roubada, eu não consegui lidar com toda a situação, discutia muito com minha mãe. Aí eu fui morar em uma ocupação que eu mesma invadi. Aí quando ele saiu da prisão, virou um inferno, a gente acabou saindo de lá e fomos para a rua. Aí depois tentamos outra ocupação, só foi dando ruim, aí acabamos indo para a rua mesmo. Teve um incêndio na barraca e ele [Tião] pegou fogo da cabeça aos pés. Foi para a UTI. Aí a gente acabou vindo para a rua com ele acidentado. Aí começamos tudo de novo e estamos aí. O motivo principal foi financeiro, mas teve toda uma crise psicológica também. Ele foi preso, ele não se dava com a minha mãe, eu tinha acabado de perder absolutamente tudo o que eu tinha porque eu era bem socialmente, fui roubada. Perdi tudo tudo, fiquei no zero.

[O que é rua para você?] É um ambiente hostil, pois dá para tudo acontecer. Meu marido e eu já ficamos na rua né, eu engravidei na rua, então conheço. Depois de ter a bebê na rua é muito complicado, eu tenho muito medo. Às vezes se aproximam pessoas tentando ajudar e parece que querem pegar minha filha. Eu tenho muito pesadelo. É bem complicado definir isso psicologicamente. Eu tenho um medo muito maior por conta dela. Às vezes vem o Conselho Tutelar também. Porque a gente não tem mesmo aquela vida regrada com horário para as coisas e criança chora, criança faz birra. E às vezes tá passando um pedestre, eu simplesmente estou colocando um sapato nela e ela não quer pôr o sapato e faz um escândalo, chega alguém e põe a cara dentro da minha barraca e pergunta o que está acontecendo, acha que eu estou maltratando a bebê. A polícia vem aqui. Pega toda a minha documentação e eu fico pensando que eles vão voltar e vão levar minha filha. Para eles é melhor ela num abrigo do que na rua comigo. Para a justiça é assim. Mesmo se eles virem ela aqui, bem cuidada, para eles é melhor ela num abrigo, sem os pais, do que ela na rua, numa barraca. A lei é essa. É isso que me deixa assombradíssima.

Mas não é triste viu nega, eu sou feliz. Aprendi a colocar minha opinião. Antes eu não falava o que eu sentia e agora eu já sei me colocar. O que fazer, como pensar, dizer sim ou não por conta própria (Trecho de entrevista realizada na Praça do Patriarca com Joice, no dia 23/07/2022, das 12h20 às 13h30).

2.1. Percurso metodológico e coleta dos dados

No capítulo 1, nos aproximamos do tema “morar nas ruas” por meio de trabalhos e pesquisas que desenvolvem reflexões, análises e propostas no campo de intersecção entre esse tema e a questão da moradia. Vimos que as pesquisas censitárias sobre população em situação de rua realizadas pela Prefeitura de São Paulo desde o ano 2000⁷⁵ traçam um panorama geral sobre o perfil da população que mora nas ruas da capital, subsidiando a construção de um diagnóstico sobre quem é e como vive essa população. Em termos de moradia, as pesquisas censitárias apresentam algumas informações, porém pouco aprofundadas.

A pesquisa censitária sobre população em situação de rua adulta mais recente apresenta dados referentes a 2021, como vimos no capítulo 1. Na sua primeira etapa, que retrata o universo da população, realizada por meio da contagem de todas as pessoas em situação de rua que foram encontradas na cidade nos dias da pesquisa de campo (tanto nos espaços públicos, como nos serviços de acolhimento), podemos entrar em contato com uma diversidade de dados, entre eles, tempo de rua, tipo de vínculos familiares e afetivos na rua, presença ou não de moradias improvisadas, além de dados demográficos, como sexo, gênero, idade e raça/cor. Na parte amostral da pesquisa, por sua vez, são apresentados dados mais detalhados sobre o perfil socioeconômico e a vida nas ruas. Entre os dados apresentados nessa segunda etapa, destaco as seguintes informações que nos ajudam a entender como a questão da moradia se expressa na vida de quem mora nas ruas: motivos de vinda para São Paulo, motivos de se estar na rua, escolaridade, vínculos familiares, moradias anteriores à rua, trabalho e renda, o que ajudaria a sair da rua e, também, informações que nos dão pistas sobre os motivos do retorno à rua em casos de pessoas que chegaram, em algum momento, a sair dessa situação. Todos esses dados, relativos a 2021, foram apresentados no capítulo 1.

O censo também traz dados para avaliar as políticas sociais municipais com foco na população em situação de rua. No entanto, quando analisamos, como fizemos no capítulo 1, esses dados anteriormente citados, é nítido que falta um olhar mais aprofundado, superando a perspectiva meramente quantitativa sobre o objeto de estudo; nova perspectiva, esta, que pode ser alcançada a partir de um olhar sobre o ponto de vista das próprias pessoas que vivem a

⁷⁵ Pesquisas Censitárias da População em Situação de Rua, Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626>. Acesso em 17/08/2022.

experiência de moradia na rua, objeto deste estudo. Isso só é possível por meio de uma pesquisa qualitativa.

Nesse sentido, a aproximação com o campo das Ciências Sociais e, especialmente, da Sociologia, foi fundamental para o processo de investigação desta pesquisa. Como estou buscando compreender como se expressa a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas, não é suficiente saber apenas o dado "bruto" referente há quanto tempo as pessoas estão nas ruas, qual foi a última casa antes de ir para a rua ou qual a solução que elas indicam que as ajudaria a sair da rua. É preciso saber mais, ou melhor, saber de um jeito diferente, e a etnografia é esse método de pesquisa que se propõe a observar tudo, a "transformar o exótico no familiar e transformar o familiar em exótico" (DaMatta, [1974] 1978, pg. 26) para conseguir enxergar o fenômeno social de uma outra forma, como destacou, em certa ocasião, a Prof. Dra. Fraya Frehse, em referência ao antropólogo Roberto DaMatta.

Uma pesquisa censitária foca em formular questionários direcionados de perguntas de modo que os resultados, de natureza quantitativa, deem respostas para o que se está buscando investigar. Na etnografia, por sua vez, conforme Frehse, em referência ao sociólogo Florestan Fernandes em "O que é a Sociologia?", a informação mais valiosa está na interação entre o pesquisador e seu objeto - na observação das "teias de interações e de relações sociais" que eu observo em campo (Fernandes, 1959, pg. 20 e 21). Pesquisas quantitativas não se propõem a investigar um fenômeno social a partir dessa perspectiva, a qual, no caso deste trabalho, faz sentido, uma vez que se pretende olhar para um tema que é também subjetivo, que são as experiências e as expectativas de um grupo social específico com relação à moradia. A etnografia é um método que permite sistematizar informações sobre um conjunto de elementos diversos, mas que, ao mesmo tempo, possuem algo em comum, e são esses *padrões* e essas *regularidades* que observamos no conjunto que vão nos permitir produzir conhecimento acerca do fenômeno social.

Quando observamos, por exemplo, o dado do censo da população em situação de rua sobre tempo de rua, vemos que, em 2021, quase 28% das pessoas responderam que estão na rua há até 2 anos. No trabalho de campo que realizei, por meio de conversas informais e entrevistas, ouvi relatos de pessoas que estão há determinado tempo na rua "desta vez", mas que chegaram a viver outros períodos na rua, no passado, o que a pergunta do censo não mostra. A pesquisa quantitativa, portanto, apresenta limites quando queremos entender mais a fundo algumas dinâmicas e características de certos fenômenos sociais.

Outro exemplo, é o dado apresentado sobre vínculos familiares na etapa de contagem da pesquisa. A pergunta foi realizada da seguinte forma: *Você possui alguma pessoa, aqui*

neste local, que você considera sua família? A questão, de um lado, é sensível, conforme já apontado no capítulo 1, pois reconhece que a pessoa pode considerar alguém da família qualquer pessoa com quem mantém laços afetivos na rua e não apenas a família consanguínea. Por outro lado, não conseguimos saber com essa pergunta se essas pessoas que consideram morar com a família, ou parte da família, chegaram na rua já com esta configuração familiar. O trabalho de campo, como veremos adiante, trouxe elementos que mostram como as relações afetivas nas ruas podem se estabelecer rapidamente, por exemplo: o indivíduo que respondeu à pesquisa censitária pode considerar alguém da família uma pessoa que conheceu e criou laços afetivos naquela mesma semana. Não se trata de desconsiderar o dado, mas nos interessa, para investigar o fenômeno, entender em que circunstâncias as pessoas estão indo morar nas ruas: Com suas famílias inteiras? Sozinhas?

Um tema bastante comentado nas plataformas de notícias foi o aumento da quantidade de barracas nas ruas, aquelas que podem ser armadas facilmente com hastes dobráveis e que eram usualmente conhecidas como um artigo de viagem.⁷⁶ A pesquisa censitária da Prefeitura, em 2021, como vimos no capítulo 1, apresentou que 54,5% das pessoas que moravam nas ruas, viviam em moradias improvisadas, fossem essas barracas ou outra forma de abrigo. O dado chama atenção, principalmente em comparação ao dado da pesquisa anterior, realizada em 2019, logo antes da pandemia de Covid-19, que apresentou um valor significativamente menor: 30,1%.⁷⁷ Uma investigação qualitativa, complementar ao censo, poderia ir além do dado apresentado e ajudar na compreensão sobre qual tipo de moradia improvisada é essa - A pessoa que construiu? Como? Essa moradia é móvel? É uma barraca comprada? Doada? Por quem? - e também entender o que muda no dia-a-dia das pessoas que moram nas ruas o fato de ter uma barraca ou uma moradia improvisada.

⁷⁶ Algumas das notícias publicadas: "SP: número de moradias improvisadas cresce 230% em 2 anos", Yahoo!Notícias, 2022. Disponível em: <shorturl.at/gsxC6>. Acesso em 25/08/2022. "Entre 2019 e 2021, quantidade de barracas nas ruas de São Paulo mais que triplicou", Revista Piauí, 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/entre-2019-e-2021-quantidade-de-barracas-nas-ruas-de-sao-paulo-mais-que-triplicou/>>. Acesso em 25/08/2022. "Conheça a rotina de quem vive em barracas nas ruas de São Paulo", Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/conheca-a-rotina-de-quem-vive-em-barracas-nas-ruas-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em 25/08/2022.

⁷⁷ Ao analisar o dado, notei que em 2019 os valores foram calculados com base nos pontos de contagem e não no número de pessoas, e isso importa porque o número de pessoas por ponto pode mudar, dependendo da concentração de pessoas no local. Já em 2021, o valor apresentado (54,5%) foi calculado com base no número de pessoas. Se calcularmos o mesmo dado, a partir do número de pontos, para 2021, temos 42% com presença de moradias improvisadas e 56,6% sem presença de moradia improvisada. Além disso, não é possível afirmar que cada ponto de contagem corresponde a uma única moradia improvisada. Em cada ponto pode haver mais de uma moradia improvisada, e isso a pesquisa quantitativa também não foi capaz de mostrar.

É esse o tipo de conhecimento que esta investigação está propondo buscar; aprofundar o entendimento acerca das questões relativas às experiências de moradia na vida de quem mora nas ruas, isto é, empreender uma investigação crítica sobre um tipo de assentamento humano, o espaço de moradia produzido por quem mora nos espaços públicos urbanos, mas não apenas, pois, a partir das histórias de vida das pessoas, será possível mapear outros tipos de assentamentos humanos por elas vivenciados, que compõem a "cidade real", em diálogo com a proposta da Área de Concentração que este trabalho se insere, *Habitat*.

Não se trata de questionar a validade das pesquisas censitárias realizadas pela Prefeitura - que podem ser sempre aprimoradas - mas sim, partir delas e das pesquisas debatidas no capítulo 1, para aprofundar o tema e apresentar uma contribuição de conhecimento para a elaboração e a prática de políticas públicas efetivas, incluindo também a perspectiva da prevenção de situações de alta vulnerabilidade e risco social.

Para investigar a pergunta de pesquisa - *Como se expressa a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas?* - foi preciso definir o que, para este trabalho, significava a questão da moradia. Na introdução da dissertação, apresentei meu entendimento acerca do termo, que são as experiências que as pessoas tiveram e têm do “morar”, inclusive, as expectativas (e desejos) com relação à moradia (ver pg. 17). Essa definição ajudou, na etapa de estruturação do roteiro para o trabalho de campo e na etapa posterior de análise dos dados, a delimitar o que sobre a questão da moradia eu estava buscando. A própria prática do trabalho de campo, iniciada por conversas informais, me ajudou a entender as questões que me chamavam atenção no fenômeno “morar nas ruas”, sempre em diálogo com o tema da moradia.

Nesse processo, observei que a chave *passado, presente e futuro*, por si só, não me ajudaria a apresentar o que vi em campo. Notei, que as representações das pessoas sobre tempos e espaços de moradia do *passado* apresentavam vivências em diferentes tipos de moradia, inclusive, passagens pela rua. E a mesma observação vale para o *presente*: a vida na rua também é alternada com outros tipos de moradia, fora dos espaços públicos urbanos. A partir dessa reflexão, defini duas abordagens distintas para olhar o objeto da pesquisa: 1) como foram e são as experiências de moradia *fora das ruas e dos espaços públicos*; e 2) como foram e são as experiências de moradia *na rua e nos espaços públicos*. Me interessava compreender quais eram as condições de moradia na vida dessas pessoas fora das ruas para entender como (ou se) a questão da moradia condicionou a ida para as ruas e até mesmo se condiciona, e como, a permanência das pessoas na rua. Na segunda abordagem, me interessava entender as percepções das pessoas com relação ao “morar nas ruas”, partindo do ponto de vista que esta

forma de moradia não é, necessariamente, uma situação transitória, como o termo empregado "pessoa em situação de rua" nos leva a crer.

No processo de definição do que seria a questão da moradia para este trabalho, constatei que o termo carrega outros significados pertinentes para esta investigação, como já comentado anteriormente. Assim, orientei meu olhar para espaços e tempos ainda não vividos e, aqui sim, cabe a dimensão de *futuro*, mas um futuro que pode ser próximo, aparecendo como um desejo para o *presente*. Nesse sentido, adiciono uma terceira abordagem para olhar o objeto de pesquisa: 3) as expectativas e os desejos com relação à moradia. Portanto, para além de observar as experiências de moradia vividas por essas pessoas, me proponho a buscar entender quais são seus desejos com relação a esse tema. Querem uma moradia? De qual tipo? Gostariam de morar com alguém? Onde?

Por fim, acrescento uma quarta abordagem, que vai me ajudar a entender como as políticas públicas ofertadas, que pretendem responder à demanda por moradia desse recorte populacional, são percebidas pelos próprios usuários. As políticas são efetivas para solucionar os problemas que estão postos? Intitulei essa última abordagem da seguinte forma: 4) percepções sobre as políticas de acolhimento e de moradia.

Dentro dessas quatro abordagens citadas, defini elementos que me ajudassem a entender e a analisar o conteúdo coletado em campo. A seguir, relaciono esses elementos:

1 Moradia fora da rua	2 Moradia na rua	3 Expectativas com relação à moradia	4 Percepções sobre as políticas públicas
<ul style="list-style-type: none"> - Onde nasceu; - Porque e como veio para São Paulo; - Moradias fora da rua e suas características; - Com quem morava; - Como se sentia; - O que era bom e o que era ruim; - Motivos e contexto de ida para a rua. 	<ul style="list-style-type: none"> - O que é a rua; - Nome que dá para o espaço de moradia; - Com quem mora; - Como construiu o espaço; - Tempo no local e mudanças; - Como se sente; - O que é bom e o que é ruim; - Cotidiano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quer uma moradia; - Onde seria; - Como seria a moradia; - Gostaria de morar com alguém; - O que falta para conseguir acessar essa moradia; - Como acha que as demais pessoas que moram nas ruas veem essa expectativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - O que é direito à moradia; - O que teria ajudado a não ir para a rua; - Se teve ajuda para não ir para a rua; - Quais soluções foram apresentadas; - Opinião sobre serviços de acolhimento; - Opinião sobre políticas de moradia.

Tabela 1. Elementos que compõem as quatro abordagens da questão da moradia. Elaboração própria.

Neste ponto, faço uma breve explicação sobre a perspectiva que estou assumindo, enquanto pesquisadora, frente aos dados coletados em campo. Embora este trabalho não tenha sido desenvolvido no campo das Ciências Sociais, para conseguir caminhar em meu processo

de investigação, o diálogo com as Ciências Sociais foi fundamental, pois me apresentou métodos de pesquisa apropriados. Nesse sentido, uma das contribuições que o campo das Ciências Sociais deu, foi o modo de compreender os dados coletados em campo enquanto "representações sociais" de algo, e não enquanto "verdades" ou "realidades". Em outras palavras, conforme Moscovici (2011), assumo que os indivíduos, tanto eu, enquanto pesquisadora, quanto a pessoa que mora na rua, como referencial empírico da pesquisa, e a relação que se estabelece entre os dois sujeitos, são elementos que determinam a elaboração das representações sobre as coisas que pensamos e dizemos.

O método de pesquisa deste trabalho, portanto, é a investigação qualitativa. Utilizei duas técnicas: observação participante, junto com métodos espaciais de investigação, como croquis e mapas narrativos; e entrevistas semiestruturadas, nas quais acompanhei o entrevistado em seu local de moradia, conforme ele me descrevia o espaço. Tanto na técnica de observação participante, quanto nas entrevistas, quando foi possível, incentivei a realização de desenhos pelo entrevistado para apoiar na representação de suas ideias, para além do meio verbal. Optei por não utilizar a fotografia enquanto mais um método espacial de investigação, por considerar que as pessoas poderiam se sentir invadidas com o registro, conforme o tema é pautado no filme "A Margem da Imagem" (Mocarzel, 2003).

No âmbito do procedimento metodológico adotado, faço referência a um estágio ao qual me vinculei no percurso deste trabalho, conforme citado anteriormente. O estágio foi realizado entre novembro de 2020 e janeiro de 2021 (fase 1)⁷⁸ e entre outubro e dezembro de 2021 (fase 3)⁷⁹. Intitulado "*Data Collection & Spatial Methods*" ("Coleta de Dados e Métodos Espaciais"), o estágio foi orientado pela Profa. Dra. Fraya Frehse (FFLCH-USP), e fazia parte de um projeto internacional de pesquisa mais amplo intitulado "*Spatial Methods in Action: The Everyday Spatialities of Homelessness for Urban Sustainability*" ("Métodos espaciais em ação: Espacialidades cotidianas do morar nas ruas em prol da sustentabilidade urbana") - de autoria dessa mesma professora e do Dr. Ignacio Castillo Ulloa (TU Berlin) no *Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability* ("Centro Global de Métodos Espaciais para a Sustentabilidade Urbana") da TU Berlin, que ela coordena na USP.

Na primeira fase do estágio, um grupo de oito estudantes de diferentes áreas de conhecimento (arquitetura e urbanismo, ciências sociais, direito, psicologia e enfermagem),

⁷⁸ O último campo realizado ocorreu no dia 05/02/2021, mas mantenho a data formal do estágio para fins de apresentação: entre novembro de 2020 e janeiro de 2021.

⁷⁹ A fase 2 do projeto tratou-se da análise e da sistematização do conteúdo coletado em campo pelos estudantes na fase 1 e foi realizada apenas por um dos alunos do grupo de pesquisa, Caio Reis (doutorando em Sociologia na FFLCH-USP), sob orientação da Prof. Dra. Fraya Frehse.

do qual fiz parte, aprendeu sobre métodos espaciais de investigação e pôde aplicá-los no trabalho de campo com população em situação de rua realizado individualmente por cada um dos estudantes, na região central de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Fraya Frehse. O material que produzi nessa fase do estágio - um caderno de campo de 140 páginas com relatos do campo, transcrições de entrevistas, croquis e mapas narrativos - tornou-se parte do *corpus* documental desta dissertação.

O estágio visava desenvolver e testar um kit de ferramentas de métodos espaciais de investigação adequados a profissionais que atuam sobre o cotidiano da população em situação de rua na cidade de São Paulo. A primeira fase do projeto, como citado anteriormente, compreendeu um estágio de capacitação interdisciplinar sobre coleta de dados e métodos espaciais voltado a oito pesquisadores de doutorado e mestrado. Entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, o grupo coletou dados qualitativos sobre o cotidiano das pessoas que moravam nas ruas em São Paulo com o auxílio desses métodos. A segunda fase, da qual não fiz parte, compreendeu a sistematização e a análise dos dados levantados em campo na fase anterior. Na terceira fase, ocorrida entre outubro e dezembro de 2021, os mesmos estudantes que, na fase 1, haviam sido capacitados, mudaram de papel e foram desafiados a ensinar os métodos espaciais para profissionais da prática que trabalham com a população em situação de rua em quatro instituições diferentes⁸⁰. O objetivo era testar o kit de ferramentas e refletir sobre as contribuições dos métodos espaciais na prática dos profissionais. A hipótese que pautava o projeto era a de que, com apoio dos métodos, os profissionais pudessem ter uma apreensão nova e mais aprofundada sobre o fenômeno “morar na rua” e assim, de diferentes modos, ajudar a tornar menos penoso o cotidiano da população em situação de rua em São Paulo.

Considerando o objetivo desta dissertação, para responder à pergunta central da pesquisa, utilizei apenas o caderno de campo desenvolvido durante a primeira fase do estágio, visto que na terceira fase as anotações do caderno de campo refletem mais sobre a nossa interação com os profissionais da prática e a interação deles com a população em situação de rua e menos a nossa interação com as pessoas em situação de rua.

Como já introduzido anteriormente, na primeira fase do estágio, o grupo de pesquisadores tinha como questão central a investigação do cotidiano da população em

⁸⁰ Cada dupla de estudante trabalhou com uma instituição. Participaram do projeto três organizações da sociedade civil vinculadas ao poder público nos seguintes programas: 1) Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua (SMADS); 2) Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua (SMADS); 3) Consultório na Rua (SMS). Além disso, participou do projeto uma organização da sociedade civil sem vínculos com o poder público: 4) Movimento Estadual da População em Situação de Rua.

situação de rua na cidade de São Paulo durante a pandemia de Covid-19. Minha pesquisa de campo ocorreu na Praça do Patriarca, no Largo São Francisco (incluindo a Praça Ouvidor Pachêco e Silva) e no Pátio do Colégio (especialmente os espaços públicos e abertos da Praça Padre Manuel da Nóbrega). Tais locais foram escolhidos por serem regiões de grande concentração de pessoas em situação de rua, conforme apresentado no capítulo 1, a partir dos dados da pesquisa censitária da população em situação de rua. Mas também, porque são locais onde eu transitava diariamente por trabalhar na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, localizada à Rua Líbero Badaró, e por isso, sabia, por conversar esporadicamente com as pessoas que moravam nesses espaços, que havia pessoas de diferentes perfis, o que me interessava para a pesquisa.

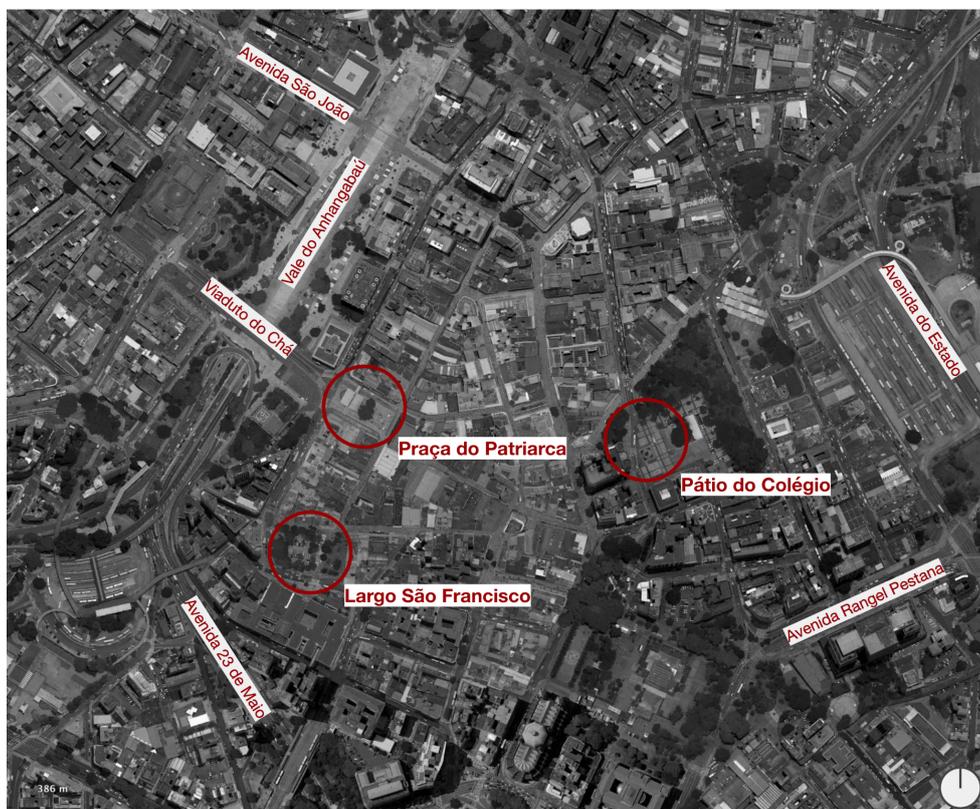


Figura 3. Mapa da área onde foi realizada a etapa 1 da pesquisa de campo, com destaque para a Praça do Patriarca, o Largo São Francisco (incluindo a Praça Ouvidor Pachêco e Silva) e o Pátio do Colégio (especialmente os espaços públicos e abertos da Praça Padre Manuel da Nóbrega). Elaboração própria. Fonte: Google Earth Pro, 2022.

O primeiro exercício prático da fase 1 do estágio foi realizar o trabalho de campo por meio da técnica de observação participante, estranhando o que nos parecia ser familiar daquele cotidiano e tentando tornar familiar aspectos que nos pareciam ser distantes de nossa realidade (DaMatta, [1974] 1978, pg. 26). Além disso, levamos nossa atenção a três elementos: "cenário, atores e regras" (Magnani, 2002). Em um segundo momento, utilizamos dois guias

estruturados por Frehse com apoio dos estudantes, que delimitavam temas norteadores para a pesquisa de campo. O primeiro guia⁸¹, consolidado em novembro de 2020, estruturava a abordagem da investigação em 4 blocos temáticos para serem realizados via observação participante. Os blocos eram: I. Espaços presentes do cotidiano (e não-cotidiano); II. Tempos presentes do cotidiano (e não-cotidiano); III. Espaços futuros (U-topias) almejados; IV. Tempos futuros almejados. Os blocos temáticos buscavam investigar a percepção das pessoas que moravam nas ruas em relação ao espaço e ao tempo presente e futuro, como as características físicas do local atual de moradia, o nome que a pessoa dá para a moradia, a rotina da pessoa ao longo de um dia, o que havia de bom e de ruim nessa rotina, entre outros aspectos. Além disso, buscamos entender as expectativas com relação à moradia futura, e também a rotina almejada.

O segundo guia⁸², consolidado em janeiro de 2021, no final da primeira fase do estágio, estava estruturado em 2 blocos temáticos: I. Espaços presentes do cotidiano (e não-cotidiano) durante a pandemia; II. Espaços futuros almejados. Foram mantidos, portanto, os blocos do primeiro guia relativos à dimensão espacial. Utilizamos novamente a observação participante como técnica, junto com croquis e mapas narrativos, e também entrevistas semiestruturadas. Junto com este segundo guia, levantamos também os dados gerais do entrevistado (nome, idade, onde mora, onde nasceu, se frequentou escola, religião e trabalho) e também o contexto de realização da entrevista (data, horário, duração e local).

De forma complementar à pergunta central do estágio, que era compartilhada por todos os estudantes, tivemos a oportunidade de ir a campo com mais uma pergunta de pesquisa, buscando estabelecer um diálogo com as pesquisas individuais e em curso de cada um dos alunos pós-graduandos. Com isso, pude abrir meus olhos e sentidos para investigar a questão da moradia experienciada fora das ruas, a partir da seguinte pergunta que propus, à época: *Como são as representações das pessoas (homens e mulheres adultos) que moram nas ruas (Largo São Francisco, Pátio do Colégio e Praça do Patriarca) em relação ao espaço e às relações sociais nas moradias que viveram fora das ruas?* Por ter ido a campo com mais esta pergunta, além das perguntas comuns a todos os estudantes, fez sentido incorporar o caderno de campo da fase 1 do estágio no *corpus* documental desta dissertação.

No total, nesta primeira etapa de coleta de dados empíricos, realizei 27 idas a campo durante a semana, de segunda a sexta-feira, ao longo de 3 meses (novembro de 2020 a janeiro

⁸¹ Ver Anexo 1.

⁸² Ver Anexo 2.

de 2021), em períodos compreendidos entre 8h e 20h.⁸³ Além das observações participantes, realizei 7 entrevistas (4 com base no primeiro guia e 3 com base no segundo guia), sendo que a última entrevista foi realizada em grupo, com 3 pessoas que já estavam reunidas, totalizando 9 pessoas entrevistadas.⁸⁴ O caderno de campo, produto desta fase, foi utilizado para análise de dados da dissertação, juntamente com o caderno de campo que resultou da segunda etapa de coleta de dados empíricos, realizada nos meses de junho e julho de 2022, desta vez não mais sob escopo do estágio.

A realização dessa segunda coleta de dados se justifica, pois no percurso da pesquisa, com as experiências e conhecimentos adquiridos no estágio e nas disciplinas que cursei, e com o amadurecimento do projeto de pesquisa, observei que os dados do primeiro caderno de campo não seriam suficientes para responder à pergunta central da pesquisa. Por isso, após analisar o material que eu tinha em mãos, fruto da experiência do estágio, realizei uma segunda etapa do trabalho de campo, já tendo em mente as quatro abordagens⁸⁵ sobre a questão da moradia delimitadas para a pesquisa.

A nova coleta de dados empíricos, assim como na primeira etapa, foi feita, em sua maioria, com pessoas que encontrei nas ruas, utilizando as mesmas técnicas de investigação: observação participante, junto com métodos espaciais de investigação, como croquis e mapas narrativos, e entrevistas semiestruturadas. Nas primeiras idas à rua, nesta segunda etapa, realizei as técnicas de observação direta e observação participante. Tendo me familiarizado com os espaços e com algumas pessoas que identifiquei como referências em cada um dos locais, me senti à vontade para agendar as entrevistas, de forma a aprofundar os temas e as abordagens da pesquisa. As entrevistas foram norteadas por um terceiro guia, que pode ser conferido no Anexo 4 da dissertação.

Para além das pessoas que conversei e entrevistei nas ruas, na segunda etapa de coleta de dados, realizei duas entrevistas com pessoas que já haviam tido experiências de moradia na rua e nos serviços de acolhimento da Prefeitura, mas que no momento estavam, uma delas,

⁸³ Ver Anexo 3: Tabela de atividades realizadas no trabalho de campo entre novembro de 2020 e janeiro de 2021.

⁸⁴ Entre as 9 pessoas, 4 se identificavam como mulheres, sendo 2 delas transexuais, e 5 se identificavam como homens. No grupo, 6 se autodeclararam negros e 3 brancos. Com relação à faixa etária, 3 tinham entre 18 e 29 anos, 5 entre 30 e 59 anos e 1 acima de 60 anos. Dos 9, 8 deles estavam morando nas ruas e apenas um estava alugando um quarto em uma pensão. Não havia um recorte de perfil populacional direcionado no âmbito do estágio, considerando que o objetivo era a investigação do cotidiano da população em situação de rua na cidade de São Paulo durante a pandemia de Covid-19. Por isso, a escolha das 9 pessoas se justifica por serem casos de pessoas que eu já havia conversado informalmente em idas a campo anteriores, e elas haviam demonstrado interesse em conversar.

⁸⁵ Quatro abordagens apresentadas no início do capítulo: 1) experiências de moradia *fora das ruas*; 2) experiências de moradia *na rua*; 3) expectativas e desejos com relação à moradia; e 4) percepções sobre as políticas de acolhimento e de moradia.

morando no Edifício Mário de Andrade (Asdrúbal II), que faz parte do Programa de Locação Social da Prefeitura (gestão da SEHAB), e a outra, acolhida em um Serviço de Acolhimento Institucional para Família e Indivíduos em Situação de Rua, implantado em hotel conveniado com a Prefeitura (gestão da SMADS). Entrevistar essas duas pessoas foi importante para o processo de investigação da dissertação, considerando a trajetória que eu sabia que as duas haviam vivido na rede de serviços da Política de Assistência Social, por já conhecê-las nos espaços de participação social que atuei na Prefeitura. Como já eram pessoas conhecidas, apresentei a proposta da pesquisa e as duas concordaram em participar.

Optei por não realizar entrevistas com pessoas dentro dos serviços socioassistenciais da Prefeitura, pois o campo que eu estava realizando já estava me dando subsídios para entender a percepção das pessoas com relação à rede de serviços, visto que a maioria das pessoas que encontrei na rua ou estavam dormindo nesses serviços, ou já haviam passado por eles em algum momento.

O recorte espacial do trabalho de campo nesta segunda etapa foi similar ao da primeira etapa, mantendo-se o Largo São Francisco, o Pátio do Colégio e a Praça do Patriarca. Foram acrescidos o Largo São Bento, a Praça Ramos de Azevedo (ao lado do Theatro Municipal) e a Praça da Sé. A escolha por incluir esses três novos espaços foi feita por estarem localizados próximos aos locais já pesquisados na etapa anterior e, também, por serem locais onde visualmente eu pude observar grande concentração de pessoas morando.

No total, nesta segunda etapa de coleta de dados empíricos, realizei 13 idas a campo durante a semana, de segunda a sexta-feira, com exceção de um dia que o campo foi realizado no sábado (23/07/2022), ao longo de 2 meses (junho e julho de 2022), em períodos compreendidos entre 10h e 18h30.⁸⁶ Além das observações participantes, realizei 6 entrevistas individuais, totalizando 6 pessoas entrevistadas nesta segunda etapa.⁸⁷

⁸⁶ Ver Anexo 5: Tabela de atividades realizadas no trabalho de campo em junho e julho de 2022.

⁸⁷ Entre as 6 pessoas, 3 se identificavam como mulheres e 3 se identificavam como homens. Todas elas se autodeclararam negras. Com relação à faixa etária, 5 tinham entre 30 e 59 anos e 1 acima de 60 anos. Das 6 pessoas, 4 delas estavam morando nas ruas, 1 estava morando em um edifício do Programa de Locação Social e 1 estava em um serviço de acolhimento situado em hotel conveniado à Prefeitura. Como no estágio, não defini um recorte de perfil para realizar o campo, considerando que o meu objetivo era investigar as experiências de moradia na vida das pessoas que moram ou já moraram nas ruas. Por isso, a escolha das 6 pessoas entrevistadas se justifica por serem casos de pessoas que em conversas informais anteriores à entrevista eu já havia identificado que me dariam subsídios para a investigação em curso, além de serem pessoas que manifestaram interesse em conversar.

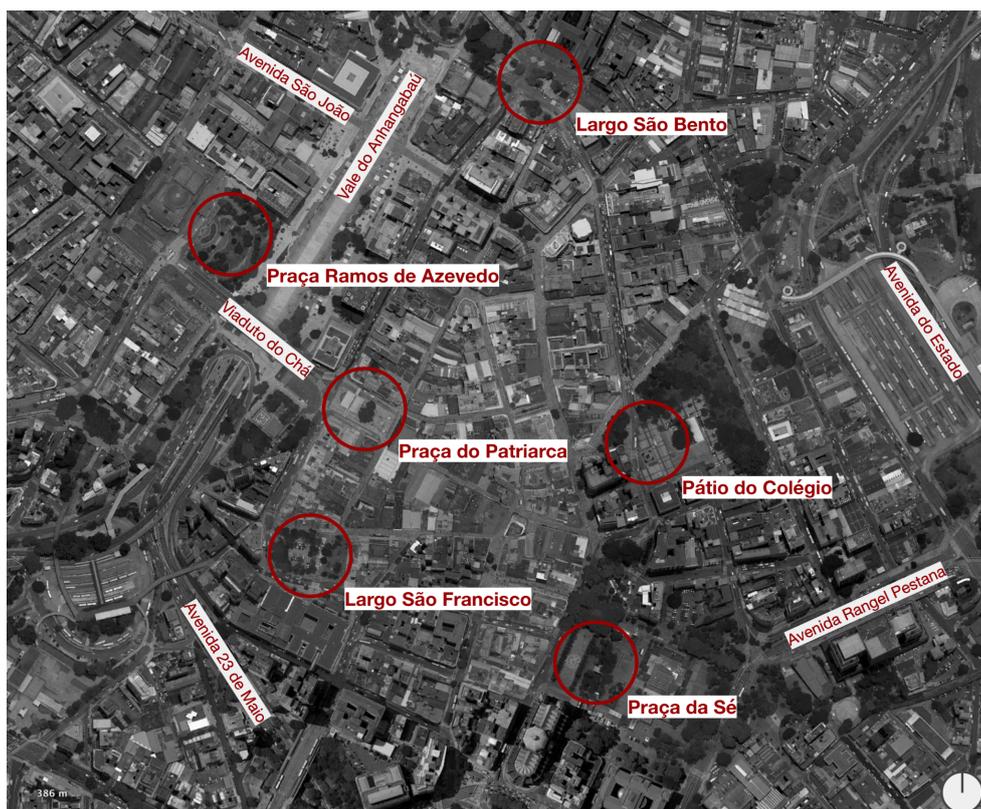


Figura 4. Mapa da área onde foi realizada a etapa 2 da pesquisa de campo, com destaque para a Praça do Patriarca, o Largo São Francisco (incluindo a Praça Ouvidor Pacheco e Silva), o Pátio do Colégio (especialmente os espaços públicos e abertos da Praça Padre Manuel da Nóbrega) - locais já presentes na primeira etapa - e o Largo São Bento, a Praça Ramos de Azevedo (ao lado do Theatro Municipal) e a Praça da Sé - locais pesquisados apenas na segunda etapa. Elaboração própria. Fonte: Google Earth Pro, 2022.

Minha atuação no trabalho de campo desta dissertação foi influenciada pela experiência profissional que tive na Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua, entre abril de 2018 e abril de 2022. Em linhas gerais, o objetivo do trabalho era articular a gestão intersecretarial das ações públicas voltadas a este recorte populacional, pautando-se na ampliação do diálogo com organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Não fazia parte do meu cotidiano o trabalho na rua. Mas, no exercício de coordenação do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Poprua)⁸⁸, estabeleci contato diário com pessoas que moravam nas ruas, que estavam acolhidas nos serviços da Prefeitura, ou que tinham histórico de rua, além de trabalhadores, pesquisadores e ativistas do tema. Ocasionalmente, realizei atividades na rua e nos espaços onde a população em situação de rua frequentava. Principalmente no período da pandemia de Covid-19 meu contato com o espaço da rua foi maior, pois acompanhei ações emergenciais de vacinação,

⁸⁸ Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/comitepoprua/. Acesso em 25/08/2022.

doação de refeições, de proteção às baixas temperaturas, entre outras atividades. Assim, para o trabalho de campo da dissertação, carregava comigo essa bagagem de vivências.

Minha ação na rua, no âmbito desta pesquisa, iniciava com um cuidado prévio com a forma que eu estava vestida: buscava estar com roupas discretas, de tons neutros, como azul escuro, preto ou cinza. Também, optei por não utilizar acessórios como brincos, colares e anéis. Como eu já seria um sujeito estranho no espaço da rua para as pessoas, quanto menos eu pudesse chamar atenção, melhor. Também, busquei realizar o trabalho de campo sem grandes mochilas: no máximo uma pequena bolsa lateral, na qual eu pudesse carregar meu caderno de campo, uma caneta e uma garrafa de água.

Minha aproximação com as pessoas no campo se dava, inicialmente, com uma observação minha sobre o espaço, os objetos presentes, as pessoas e o que elas estavam fazendo. Tiveram momentos em que realizei observação direta, anotando "cenário, atores e regras" do espaço (Magnani, 2002). No entanto, na maioria das vezes que me propus a fazer essa observação atenta, sem participar do que estava vendo, alguém iniciava uma conversa comigo: perguntava o que eu estava fazendo ali, o que eu estava anotando ou desenhando, e até mesmo se eu era jornalista (esse último caso aconteceu algumas vezes). Por um lado, achava confortável ter o diálogo iniciado pela atitude da outra pessoa, que não eu, pesquisadora, pois ficava com a sensação que estava incomodando menos as suas vidas. Mas também, em momentos em que esse tipo de início de diálogo não acontecia, eu buscava trocar olhares com as pessoas que estavam na rua, e se eu sentisse alguma correspondência, ia na direção da pessoa conversar. Os diálogos, então, iniciavam de formas distintas: quando eu sentia que a pessoa estava menos aberta à conversa, eu já me apresentava enquanto pesquisadora e informava o trabalho que estava realizando. Busquei não utilizar em campo a palavra "pesquisa", pois ela carrega um significado, por vezes, desfavorável, para construir um espaço de "diálogo para valer" com o outro (Castro, [1998] 2002). Em outras situações, o diálogo iniciava com temas comuns, do dia-a-dia, como o clima, ou o "rapa". Às vezes, simplesmente perguntava como as pessoas estavam, e isso já abria uma porta para o diálogo. Em todas as relações que estabeleci com as pessoas em campo, ou no início, ou no meio da conversa, me apresentava e informava o objetivo do trabalho que estava realizando.

Em geral, as pessoas com quem dialoguei no período da coleta de dados gostavam de participar das conversas informais e das entrevistas. Muitas, no momento de despedida, agradeciam e diziam que eu poderia voltar para conversar novamente, quando quisesse. Na análise de dados dos cadernos de campo, observei que esse tipo de retorno das pessoas foi frequente. Quando retornava ao campo e reencontrava as pessoas, elas me reconheciam e

lembravam do meu nome. Normalmente, falavam que eu havia sumido e perguntavam o motivo. Foram poucas as situações nas quais busquei estabelecer um diálogo em campo e que obtive uma reação negativa. Isso aconteceu apenas quando havia algo relacionado à droga: em momentos quando a pessoa estava vendendo alguma droga e eu não havia percebido, ou quando a pessoa estava na "revoada", termo comumente utilizado pelas pessoas com quem conversei para se referir aos efeitos do uso de drogas ou ao mal-estar sentido quando os efeitos da droga passam. Nos momentos em que observava o espaço, antes de iniciar o diálogo, buscava me atentar se as pessoas estavam reunidas fazendo o uso de alguma droga, como o crack por exemplo, e se eu percebesse que sim, buscava outra pessoa para conversar, pois sabia que não seria um momento no qual teria abertura das pessoas.

Fui entendendo também, com a prática do campo, estratégias que facilitavam o diálogo. Uma delas foi deixar o caderno de campo e a caneta não à vista, pois esse símbolo me vinculava à figura de uma jornalista ou repórter, como muitos me perguntavam. Outra estratégia foi me colocar no mesmo nível de altura das pessoas com quem conversava. Por exemplo: quando iniciava um diálogo com um grupo de pessoas que estavam sentadas no chão, eu também me acomodava no chão. As pessoas ficavam surpresas e me perguntavam: "nossa, mas você também vai sentar no chão?", e muitas vezes ofereciam algum tecido ou papelão para que eu pudesse me sentar. Esse tipo de situação, de surpresa pelo fato de eu me colocar na mesma "posição" das pessoas, mostra como havia uma ideia de que eu, enquanto pessoa e pesquisadora, não pertencia àquele espaço e ao ciclo social daquelas pessoas.

Sobre as entrevistas, conforme pontuei em notas anteriores, a maioria delas realizei com pessoas que eu já havia conhecido em conversas informais que tive em campo. Era importante estabelecer uma relação de confiança e de vínculo, ainda que passageiro, com as pessoas, antes de entrevistá-las. Notei, nas ocasiões em que pratiquei conversas informais, que as pessoas traziam informações bastante diversas sobre suas próprias vidas, para além daqueles assuntos que eu procurava endereçar. Por isso, o formato de entrevista semiestruturada me pareceu o mais adequado, já que me daria maior flexibilidade para guiar a conversa, conforme o entrevistado me desse subsídios. Em ocasiões que marquei um horário e local para a entrevista, na maior parte das vezes, as pessoas chegavam pontualmente, ou até mesmo antes do horário - tal observação demonstra a importância dada pelas pessoas à relação que elas estavam estabelecendo comigo. Para conseguir um diálogo mais fluido com os entrevistados, busquei gravar todas as entrevistas, mas importante registrar que mais de uma vez a pessoa preferiu não ser gravada e, nesses casos, realizei anotações simultâneas para que eu pudesse me recordar posteriormente.

Antes de apresentar as respostas para as perguntas que me guiaram no percurso desta pesquisa, farei algumas observações sobre escolhas que realizei no processo de análise, sistematização e interpretação dos dados.

O Decreto N° 7.053 de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua no país⁸⁹, considera que uma pessoa "que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas **como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente**, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória" está em situação de rua (Brasil, 2009, Art.1º, grifos nossos). Nesse sentido, para fins desta pesquisa, ao iniciar conversas com pessoas no espaço da rua, e ao identificar que essa pessoa estava morando em uma ocupação, ou pensão, ou cortiço, entre outras formas de moradia que não o espaço da rua, assumi, que pelo fato de ela estar passando o dia na rua, muitas vezes buscando alguma estratégia de geração de renda ou realizando outras atividades, além do fato de já ter tido passagens de moradia na rua, fazia sentido incluí-la na pesquisa. Se olharmos atentamente a definição supracitada sobre "situação de rua", veremos que ela vai ao encontro dos casos que pontuei, pois considera que uma pessoa que esteja morando em uma moradia improvisada, e que passe o dia na rua, configura estar em situação de rua. Essencialmente, trata-se de uma condição de ausência de moradia (ou de moradia adequada), pois a pessoa utiliza o espaço apenas para dormir e tomar banho, não expressando qualquer forma de pertencimento com relação a ele, já que o lugar não lhe garante segurança, paz nem dignidade (Brasil, 2013, pg. 14).

Nesses casos, ao analisar os dados coletados em campo, direcionei as experiências das pessoas nos cortiços, ocupações, etc. como elementos que compõem a abordagem 1 - *experiências de moradia fora das ruas* - e as experiências que essas mesmas pessoas têm nos espaços públicos ao longo do dia, ou em períodos anteriores em que dormiram na rua, como elementos para serem analisados na abordagem 2 - *experiências de moradia na rua*. Raciocínio semelhante foi aplicado para as pessoas que encontrei na rua, mas que estavam dormindo em serviços da Prefeitura. As experiências dessas pessoas em moradias fora do espaço público, foram analisadas no âmbito da abordagem 1, as experiências vividas nos espaços públicos, ainda que apenas ao longo do dia, foram analisadas na abordagem 2, e as experiências nos serviços de acolhimento, por sua vez, foram analisadas na abordagem 4 -

⁸⁹ Decreto N° 7.053 de 2009, Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.053%20DE%2023,que%20lhe%20confer%20o%20art.>. Acesso em 25/08/2022.

percepções sobre as políticas de acolhimento e de moradia. Em suma, ainda que eu tenha considerado pessoas em situação de rua aquelas acolhidas em serviços ou em outras formas de moradia improvisadas, para analisar os dados, discernei as experiências vividas fora dos espaços públicos urbanos (cortiços, ocupações, pensões, quartos alugados, etc.), daquelas vividas nos serviços da Prefeitura e, por fim, daquelas vividas nas ruas. Tal escolha se deu, pois me interessava desvendar como o espaço da rua, especificamente, era organizado enquanto espaço de moradia pelas pessoas, por isso a importância de diferenciá-lo das experiências nos serviços de acolhimento.

Assim, moradias fora da rua (abordagem 1), são considerados os domicílios que a pessoa já morou ou que eventualmente mora, de forma alternada com a rua e, moradias na rua (abordagem 2), são consideradas as experiências de morar apenas nos espaços da rua, como calçadas, praças, baixos de viadutos, canteiros centrais, marquises, entre outros.

O objetivo, a partir daqui, é dissertar sobre as 4 abordagens da questão da moradia, fazendo uso dos materiais analisados e sistematizados, que são produtos do trabalho de campo. Para isso, a seguir, ao longo do texto, são apresentados trechos do caderno de campo com observações minhas, falas das pessoas, mapas narrativos, croquis feitos por mim e desenhos das pessoas que entrevistei.

O exercício de partir de um dado complexo, que é a história de vida narrada de cada pessoa com quem conversei, para transformá-lo em material de pesquisa, fragmentando-o por temas, é desafiador. Em termos de procedimento metodológico é um processo que faz sentido e me trouxe respostas às perguntas que estava buscando investigar em campo. Mas, mesmo me debruçando sobre o material sistematizado, o movimento de voltar para a história de vida de cada pessoa, ou seja, voltar para o caderno de campo, foi essencial para entender o dado dentro da "teia de interações e de relações sociais" (Fernandes, 1959, pg. 20 e 21).

2.2. Sobre as experiências de moradia fora das ruas

À luz das representações das pessoas em situação de rua sobre as *experiências de moradia fora das ruas*, elenquei os aspectos principais desta abordagem sobre a questão da moradia no seguinte quadro síntese⁹⁰:

<p>(1) Experiências de moradia fora das ruas</p> <p>a) Origens:</p> <ul style="list-style-type: none">• Pessoas das Regiões Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil• Predomínio de paulistas, seguido de baianos <p>b) 6 motivos de ida para a rua:</p> <ul style="list-style-type: none">• Baixa renda e instabilidade financeira• Uso abusivo de drogas• Conflitos familiares• Modos de vida• Abandono familiar• Traumas psicológicos <p>c) 10 tipos sociais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Homens entre 35 e 60 anos, desempregados, com passagem na prisão e histórico de separação conjugal• Homens homossexuais, entre 18 e 35 anos, de baixa renda• Jovens entre 18 e 35 anos, de baixa e média renda, que fazem uso abusivo de drogas• Jovens que buscam ter uma vida sob regras próprias, desiludidos e com contato familiar• Mulheres transexuais, com histórico de violência doméstica e desempregadas• Casais heterossexuais em que o homem, pelo uso abusivo de drogas, traz a mulher para a rua• Mulheres sozinhas, com baixa e média renda, que viveram traumas normalmente relacionados à morte• Idosos e pessoas com questões de saúde mental, vítimas de abandono familiar• Mães solteiras e desempregadas• Jovens, de diferentes classes sociais, que optam por viver nas ruas - "trecheiros" <p>d) 11 tipos de moradia:</p> <ul style="list-style-type: none">• Casa ou apartamento próprio (em favela ou em assentamentos regulares)• Casa ou apartamento próprio da família (em favela ou em assentamentos regulares)• Casa ou apartamento alugado (em favela ou em assentamentos regulares)• Cortiço• Pensão ou quarto alugado• Hotel• Motel• Ocupação (horizontal e vertical)• Casa de moradia gerenciada por cafetina/o (moradia de favor)• Casa de amigo ou familiar distante (moradia de favor)• Casa emprestada (moradia de favor)
--

Quadro 1. Quadro síntese da abordagem 1, experiências de moradia fora das ruas, desenvolvido a partir da sistematização dos dados coletados na pesquisa de campo. Elaboração própria.

⁹⁰ As ideias apresentadas no quadro síntese da abordagem 1 refletem somente o conteúdo dos dados coletados em trabalho de campo, ou seja, das pessoas com quem conversei. Trata-se de um resumo do conteúdo que será apresentado a seguir.

Vimos, no capítulo 1, que já há conhecimento produzido acerca das motivações que levam pessoas e famílias a viver nas ruas, bem como, sobre suas características socioeconômicas, no caso da cidade de São Paulo. Diante desses estudos, este trabalho busca, a partir do ponto de vista das próprias pessoas que moram ou já moraram nas ruas, aprofundar o conhecimento acerca das *experiências* de moradia, dos *ideais* de moradia e das *percepções* sobre as políticas públicas que buscam garantir moradia. Primeiramente, falaremos sobre as *experiências de moradia fora das ruas*. Abordaremos 4 temáticas referentes a essa primeira abordagem sobre a questão da moradia: a) origens das pessoas; b) motivos identificados para a ida à rua; c) tipos sociais; e d) tipos de moradia identificados fora das ruas, conforme quadro síntese apresentado.

Os dados do censo da população em situação de rua de 2021 mostram que quase 60% das pessoas que estão em situação de rua na cidade são do estado de São Paulo, sendo 40% da capital e 20% de outras cidades, conforme vimos no capítulo anterior. Os estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Alagoas aparecem na sequência, sendo, a Bahia, origem de 8,5% das pessoas que estão em situação de rua na cidade. Na pesquisa qualitativa realizada, por sua vez, mesmo não tendo sido delimitada por uma amostra, o que encontrei em campo foi um resultado bastante similar: metade das pessoas com quem conversei eram do estado de São Paulo e, em seguida, aparece o estado da Bahia, seguido pelos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão e Paraíba.

São variados os motivos da mudança para a cidade de São Paulo apontados pelo censo de 2021: 52% dos entrevistados respondeu que veio à procura de trabalho, 18% respondeu que veio acompanhar a família e 10% por conta de brigas familiares. A investigação que realizei aprofunda as características dessas migrações e mudanças de município dentro do estado de São Paulo. Vejamos um trecho de uma das conversas:

Meu pai veio para São Paulo para fazer uma moradia para a gente, devido lá na Bahia a gente tava passando fome, comendo pirão com farinha, feijão massagado na farinha com gordura. Aí nós veio da Bahia porque lá não tinha comida. Aqui meu pai encontrou uma solução para poder criar todos os filhos (Trecho de entrevista realizada na Praça do Patriarca com Robson, no dia 23/07/2022, das 14h às 15h15, pg. 40 do caderno de campo 2).

Essas **migrações interestaduais ou dentro do mesmo estado**, pelo que pude notar nos padrões dos dados que coletei em campo, **acontecem mais de uma vez na vida das pessoas**. As mudanças podem ocorrer devido à busca por emprego, à união ou separação conjugal, por conta de alguma situação de violência doméstica, para realizar os cuidados de

saúde de algum familiar ou para tentar uma vida onde "tem mais oportunidade"⁹¹. A seguir, trecho da mesma conversa citada anteriormente:

Eu já morei em Taboão da Serra. Eu nasci em São Paulo, vivi na Bahia, casei e fui morar em Taboão com minha mulher e não deu certo. Aí eu voltei para minha mãe. Era uma casa da mulher mesmo, não era minha, era dela. Devido a isso, como nós terminou a relação, ela ficou na casa dela e eu fui procurar um destino. [Mas antes de casar com ela você morava com seu pai e sua mãe?] Isto. Em Taboão da Serra também. Não, na verdade, era Embu das Artes com os meus pais. Bairro Santa Emília Faixa Azul. [E hoje seus pais moram onde?] Moram em Franco da Rocha (Trecho de entrevista realizada na Praça do Patriarca com Robson, no dia 23/07/2022, das 14h às 15h15, pg. 41 do caderno de campo 2).

Quando analisei os motivos que levaram as pessoas a fazer da rua seu espaço de moradia, me chamou atenção a **sobreposição de situações que provocam a ruptura com a moradia** anterior à rua - ao menos da "permanência física regular"⁹² naquele espaço. Quando olho para os motivos, estou abordando também as experiências de moradia que as pessoas tiveram visto que é nesse espaço que essa pluralidade de situações acontece.

À primeira vista, as histórias que escutei no trabalho de campo poderiam me levar a uma interpretação de que a ida à rua fora provocada por brigas familiares, violência doméstica, transfobia, entre outros motivos. Mas, ao olhar para todo o contexto narrado pelas pessoas, é possível identificar o grande peso que a questão da renda tem sobre praticamente todas essas situações (sem tirar a importância das situações de violência, que também influenciam). Por vezes, as próprias pessoas contavam uma longa história sobre o contexto que fez com que fossem para a rua e, no fim da fala, elas próprias concluíam e resumiam que "o motivo principal foi financeiro"⁹³.

Por isso, falaremos primeiro do motivo da **renda**. São diversas as situações que mapeei cuja fragilidade, mais direta ou indiretamente, está relacionada à questão da renda: homens entre 35 e 60 anos que saíram do sistema prisional após cumprimento de pena, que não quiseram voltar para a casa de seus pais ou familiares e acabaram indo para a rua, pois não havia outra forma de moradia acessível financeiramente; homens e mulheres que se separam e uma das pessoas, normalmente o homem, em situação de desemprego, acaba indo

⁹¹ Expressão utilizada por Jonas em conversa realizada na Praça do Patriarca, no dia 19/11/2020, das 19h às 20h, pg. 24 do caderno de campo 1.

⁹² Termo utilizado por Fraya Frehse para se referir à ação das pessoas que moram nas ruas no Relato Crítico do Seminário URBANSUS Morar nas ruas de São Paulo Durante a Pandemia de Covid-19: Vivências, Intervenções, Pesquisas. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/relato-critico-do-seminario-urbansus-morar-nas-ruas-de-sao-paulo-durante-a-pandemia-de-covid-19-vivencias-intervencoes-pesquisas/view>>. Acesso em 25/08/2022.

⁹³ Expressão utilizada por Joice em entrevista realizada na Praça do Patriarca, no dia 23/07/2022, das 12h20 às 13h30, pg. 35 do caderno de campo 2.

morar na rua; situações nas quais o dinheiro foi insuficiente para permanecer na casa alugada, na ocupação, na pensão ou no cortiço; mulheres transexuais que sofreram violência doméstica e, ainda na adolescência, saem de suas casas para viver em uma moradia em troca da prostituição (contra a sua vontade, por ser a única opção de sobrevivência); mulheres que sofreram violência doméstica e tiveram que fugir de suas casas e foram morar nas ruas por não ter dinheiro; jovens que saíram de suas casas por desavenças familiares e acabaram indo morar nas ruas por não ter dinheiro para morar em outro lugar; famílias, principalmente com crianças, que têm casa, mas que passam a semana na rua para pegar doação, voltando aos finais de semana para casa. A seguir, trecho de um relato no qual a pessoa destaca a questão da renda:

Eu trabalhei 23 anos em Santo André, aí depois recebi uma herança e viajei todo o Brasil porque eu quis, de carona. Aí eu fiz um erro de receber dinheiro de herança dos meus pais e como dizem, eu tirei uma onda. Fui para Argentina, Paraguai, Venezuela. Gastei e não pensei no futuro. Depois eu casei e fiquei viúvo quando minha filha tinha 9 meses. Criei essa filha sozinho. Fiz a creche dentro do complexo de lixo, para as mães e os pais terem onde deixar os filhos também. Como eu já tinha ficado vulnerável lá atrás, eu pensei certinho e deixei uma casa que era minha para ela. Nos anos 2000 ela tava com 16 anos, foi quando ela casou e eu vim para a rua. Eu fiquei aliviado, pois pude dar uma vida boa para minha filha e uma casa também. Mas me abandonei. Eu imaginei que nessa idade, 61, eu já taria aposentado, legalmente. Eu era para ter sido muito rico, se eu não tivesse errado tanto (Trecho de entrevista realizada no edifício Mário de Andrade com Elias, no dia 26/07/2022, das 12h10 às 13h15, pg. 53 do caderno de campo 2).

O uso abusivo de álcool e outras drogas aparece como mais um motivo, por vezes, protagonista, da ida para a rua, mas quase sempre associado à baixa renda. Há um certo padrão que identifiquei, o qual a família demonstra que acolheria a pessoa que faz o uso abusivo, mas as próprias pessoas não se sentem bem em casa, "desse jeito"⁹⁴. Com certa recorrência, observei que existe um sentimento de *vergonha* por estar vivendo uma situação de dependência de drogas e, também, de desemprego, e esse é um fator que pesa sobre a "escolha" de continuar vivendo na rua. O psicanalista Jorge Broide (2020) comenta sobre a vergonha que sente parte dessa população, pois acreditam que são um grande fracasso para a família, prendendo-se na ideia de que deveriam ter conseguido encontrar um outro rumo fora de casa, e a perspectiva de retornar à família sem ter dado a "volta por cima", é decepcionante e por vezes um impeditivo. A fala a seguir ilustra o que estamos falando: "seria uma questão de orgulho melhorar de vida para voltar à família".⁹⁵

⁹⁴ Expressão utilizada por um homem em conversa realizada na Praça da Sé, no dia 20/06/2022, das 15h30 às 17h30, pg. 5 do caderno de campo 2.

⁹⁵ Frase proferida por um homem em conversa realizada na Praça do Patriarca, no dia 23/06/2022, das 16h30 às 18h30, pg. 14 do caderno de campo 2.

A seguir, observamos trecho de uma entrevista em grupo, na qual as três pessoas identificaram o uso abusivo da droga como um dos principais motivos para terem deixado as suas moradias e permanecerem nas ruas:

[Como você chama a sua ocupação atual?]

Edvaldo: A minha é desemprego, porque eu não tenho renda, não tenho como sustentar minha família, aí eu não me sinto bem.

Nicole: A minha situação pode ser até desemprego, no momento em que eu me encontro, né? É uma experiência agora... Eu to fazendo uma experiência na rua né, que eu nunca tive na minha vida.

[E você, Kelly? Qual é sua ocupação atual?]

Kelly: A gente é chamado de pedinte de rua, né?

[Por que vocês se consideram desempregados e pedintes de rua?]

Edvaldo: Eu mesmo é por causa das drogas.

Nicole: Eu por causa da bebida.

Edvaldo: É então, é droga. Eu acho que é isso mesmo, não tem muito o que falar.

Kelly: É... a gente entrou para o mundo do álcool...

Edvaldo: Viu, é droga também.

Kelly: O meu mais forte é o álcool. Uso às vezes outras coisas, mas o meu mais forte é o álcool mesmo.

Edvaldo: Olha, eu falo que é um barato muito doido, porque eu já fumei crack, fumei crack por 5 anos.

[Você já morou na Cracolândia?]

Edvaldo: Não, porque eu não morava aqui não, eu morava lá na Zona Norte, na Brasilândia. Mas foi o crack que me fez ficar desempregado e ir para a rua.

[Como é usar crack?]

Edvaldo: Dá depressão.

(Trecho de entrevista em grupo realizada na Praça do Patriarca com Edvaldo, Nicole e Kelly, no dia 27/02/2021, das 18h às 20h, p. 123 do caderno de campo 1).

Há pessoas que destacam os **conflitos familiares** como principal motivo de estarem na rua. Conhecendo um pouco melhor esses conflitos familiares, podemos ver como eles também se relacionam com questões de renda, isto é, se a pessoa tivesse condições financeiras de acessar uma moradia após uma situação conflituosa, ela não estaria na rua. A traição - intitulada "gaia" pelos protagonistas do campo com quem conversei, em sua maioria homens - é um tema que aparece regularmente para justificar a saída de casa e ida para a rua. Observei, também, que muitos dos conflitos familiares ocorrem porque há uma coabitação indesejada entre núcleos de uma mesma família, isto é, filhos e filhas casados que gostariam de estar em sua própria moradia, mas por uma questão financeira não conseguem e continuam vivendo com os pais ou outros familiares. Essa situação, por vezes, resulta na saída de um dos núcleos familiares da moradia e a consequente ida para a rua. Constatei um terceiro padrão sobre conflitos familiares: homens, entre 25 e 35 anos, que vivem em um ambiente constantemente conflituoso com a família. Nesses casos, observei que a pessoa sai da moradia quando há uma briga mais intensa, ela fica um tempo na rua e retorna à moradia, até que haja uma nova situação conflituosa e a vida segue nessa dinâmica, na qual considero que não há uma quebra permanente dos vínculos familiares.

Ainda com relação aos motivos da ida para a rua, observei um padrão de pessoas que fazem da rua seu espaço de moradia por uma questão de **modo de vida**. Trata-se de uma situação na qual as pessoas optam por viver uma vida nômade, isto é, sem uma habitação fixa, permanentemente mudando de lugar. Essas pessoas, estou denominando neste trabalho como "trecheiros", que era o termo recorrentemente utilizado pelas próprias pessoas em situação de rua para se referir a esse perfil nas reuniões do Comitê Poprua que participei em minha passagem pela Prefeitura. São jovens adultos, entre 18 e 30 anos, que saíram de suas casas e moram temporariamente em lugares para vender a arte que produzem (artesanato, música, circo), ou seja, é um motivo que tem relação direta com a forma de gerar renda. Se autodenominam "artistas de rua".⁹⁶

Em diálogo com a discussão do capítulo 1, a respeito da importância de reafirmamos as causas estruturais e macroeconômicas nos debates sobre a situação de rua, pontuo que esse motivo de ida para a rua - escolha por um modo de vida - está no campo das motivações pessoais, principalmente, pois não identifiquei uma fragilidade socioeconômica anterior à situação de rua. De todo modo, não posso afirmar a escala de representatividade desse perfil no universo das pessoas que moram nas ruas em São Paulo, pela natureza qualitativa da pesquisa que realizei. Mas, destaco que observei esse recorte em uma localização específica em campo, apenas na Praça do Patriarca. Registrei, com a autorização de uma dessas pessoas, o interior da sua moradia temporária, junto com a própria pessoa. Na imagem, podemos observar a forma de organizar o espaço interno da barraca com um tapete para dormir, livros, isolante térmico e uma "mochila de viajante", conforme me apresentou a própria pessoa dona da barraca.

⁹⁶ Em conversas que tive com pessoas que se enquadravam neste perfil, apresentei a elas um guia ilustrado sobre a legislação da cidade de São Paulo para artistas de rua, publicado em 2015. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=17542>>. Acesso em 20/09/2022.

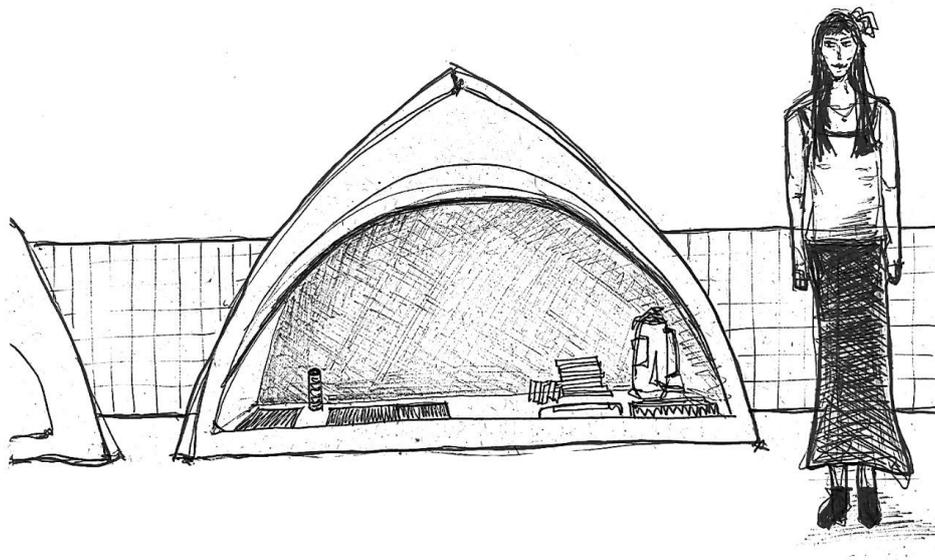


Figura 5. Croqui da Praça do Patriarca com registro de uma mulher que morava na rua e sua barraca, realizado em campo no dia 16/12/2020, das 18h às 20h, pg. 116 do caderno de campo 1.

Ainda sobre este grupo que opta por viver na rua, observei outro perfil: jovens que buscam viver uma vida sob regras próprias, que mantêm contato familiar, mas diferentemente dos "trecheiros", identifiquei duas características em comum que os diferenciam: a da desilusão com a vida e a condição pré-existente de vulnerabilidade social, que é oculta (ou minimizada) pela aparente busca por viver sob as próprias regras, em liberdade, em que a rua aparece como solução. A seguir, um exemplo:

“Não sirvo para estudar, nem trabalhar. Moça, eu odeio muito trabalhar, você não tem ideia. Única coisa que eu sei fazer, porque eu fiz um curso, é pão. Isso eu sou muito bom, me coloca numa cozinha que eu mando muito.” Perguntei se ele voltava às vezes para casa, e ele disse que sim, que às vezes voltava para ver a mãe, que ela estava louca para ele voltar, mas que o negócio dele “era a rua mesmo” e disse: “eu gosto” (Trecho de conversa realizada na Praça Padre Manoel da Nóbrega com Zeca, no dia 20/01/2021, das 18h às 20h, pg. 123 do caderno de campo 1).

Os últimos dois motivos de ida para a rua que identifiquei em campo foram: o **abandono familiar** e pessoas que viveram **situações traumáticas**. O primeiro deles, me refiro a situações de idosos e pessoas com questões de saúde mental. Nos casos observados em campo, não foi pontual conversar com pessoas idosas que estavam à procura de algum ente familiar sem conseguir qualquer contato e pessoas com questões de saúde mental que não foram acolhidas e cuidadas no ambiente familiar, que chegaram a sofrer violências, e não tiveram outra opção que não a moradia na rua. Com relação às motivações relacionadas a traumas psicológicos, observei que o tema comum a esses traumas era a morte, normalmente de um filho ou de uma filha. A ida para a rua se dá em busca da "cura":

Eu não moro na rua não, óxi, tenho casa e tudo. Eu vim para cá para curar da depressão. Meu filho morreu faz seis meses, eu só chorava, tentei me matar três vezes. Aí vim para São Paulo e a rua me curou [é do Rio de Janeiro]. Essas pessoas aqui me curaram. Elas conversam comigo, elas são verdadeiras, elas são tudo para mim agora (Trecho de conversa realizada na Praça Padre Manoel da Nóbrega com Erika, no dia 25/11/2020, das 18h às 20h, pg. 36 do caderno de campo 1).

Antes de adentrar ao último tema desta abordagem 1, a qual trata das experiências vividas pelas pessoas em moradias fora do espaço da rua, vale retomar que no quadro síntese apresentado no início desta seção pode ser encontrada uma sistematização sobre os tipos sociais que identifiquei em campo (10 no total). A lógica utilizada para encontrar esses "tipos" acabou me levando a um resultado similar quando fiz o mesmo exercício para sistematizar os motivos que levaram as pessoas a morar na rua. Com isso, para não ficar demasiadamente repetitivo, mantereí apenas o conteúdo do quadro síntese, destacando aqui apenas 4 desses tipos sociais, que não foram comentados anteriormente.

O primeiro deles, são homens, entre 35 e 60 anos, desempregados, com passagem na prisão e histórico de separação conjugal. A parte amostral do censo da população em situação de rua de 2021 identifica que quase 30% da população tem passagem pelo sistema prisional. Em conversa com essas pessoas, observei a dificuldade de inserção social e produtiva após a saída da instituição, por isso, muitos acabam indo direto para as ruas.⁹⁷ O segundo tipo social, são homens, homossexuais, jovens, entre 18 e 35 anos e de baixa renda. Nestes casos, o que move a saída da moradia é a não aceitação da orientação sexual pelos familiares, resultando em uma situação de violência, que muitas vezes se torna insustentável e, pelo fato de a pessoa não ter renda suficiente, acaba indo para a rua. O terceiro tipo são casais heterossexuais, de baixa renda, em que o homem, pelo uso abusivo de drogas, acaba fazendo com que a mulher deixe a moradia para viver na rua com ele. Pelo o que pude notar, a mulher alterna entre a rua e a moradia, com o objetivo de tentar resgatar o companheiro e trazê-lo de volta à moradia e à convivência familiar. Por fim, o último tipo social que destaco, são as mães solteiras, desempregadas, vivendo em condição de pobreza. São as famílias com pais ausentes, em que a mãe acaba tendo que sustentar a si própria e aos filhos, e exercer, ao mesmo tempo, as tarefas da casa. Por conta da renda insuficiente para custear os gastos do dia-a-dia, observei que as mães acabam indo morar na rua com seus filhos.

⁹⁷ Sobre esse tema, ver publicação "A liberdade é uma luta constante: efeitos e permanências do cárcere na vida de egressos e familiares pós-prisão na cidade de São Paulo", realizada pela Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas, com apoio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://iniciativanegra.org.br/publicacao/a-liberdade-e-uma-luta-constante/>>. Acesso em 20/09/2022.

Uma das questões mais relevantes sobre a moradia para esta pesquisa é entender, a partir do ponto de vista das próprias pessoas em situação de rua, quais foram as experiências que elas tiveram em moradias fora do espaço público urbano, ou seja, fora da rua. Esse dado me interessa à medida que ele contribui para um diagnóstico de formas e tipologias de moradia que caracterizam uma condição de vida marcada pela vulnerabilidade social. Como é esse mercado de moradias de aluguel que, ainda que precariamente, atende a demanda de moradia da população de baixíssima renda? Que mercado é esse que não exige as condições impostas pela legislação⁹⁸ que regulamenta os contratos de aluguel no país? Será que essas pessoas estão excluídas do mercado de moradia ou elas estão inseridas em outro mercado de moradia? - dialogando novamente com Martins (1997, pg. 14), sobre as contradições dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder.

A quantidade de tipos de moradia que identifiquei ao analisar os dados empíricos foi maior do que eu pressupunha inicialmente. No exercício de sistematização desse aspecto, elenquei 11 tipos de moradia, conforme quadro síntese no início desta seção.

Para melhor entendimento dos achados em campo, distingo um primeiro grupo que é composto por **casa ou apartamento próprio; casa ou apartamento próprio da família; e casa ou apartamento alugado** - sendo essas tipologias, localizadas em favelas ou em assentamentos regulares, a maior parte delas fora da cidade de São Paulo ou nas áreas periféricas da capital. Mesmo nesse grupo, as características das moradias descritas e as vivências das pessoas são múltiplas: passam por domicílios próprios autoconstruídos, precários, sem janelas, sem espaço suficiente para a família e com obras a serem finalizadas, até casas amplas e confortáveis. Quando questionada sobre o que era ruim no apartamento alugado onde morava antes de ir para a rua, a resposta de uma das pessoas entrevistadas foi "o aluguel, caríssimo", embora considerasse que se sentia com "liberdade", pois "quando você paga você tem".⁹⁹ A seguir, relato de uma pessoa sobre a casa autoconstruída onde morou, marcada pela precariedade edilícia:

Uma das casas nós ajudou meu pai a encher a laje, era no Embu das Artes. [E o que tinha de bom?] Olha de bom mesmo não tinha nada fia, só a parede. [Tinha janela?] Não, ainda tinha que comprar, tinha uma lona preta só na janela. [Entrava luz? Ventilava?] O vento entrava sim, mas a cozinha era tudo junto com o quarto (Trecho de conversa realizada na Praça do Patriarca com Robson, no dia 23/07/2022, das 14h às 15h, pg. 42 do caderno de campo 2).

⁹⁸ Lei Nº 8.245 de 18 de outubro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18245.htm>. Acesso em 20/09/2022.

⁹⁹ Expressão utilizada por Joice em entrevista realizada na Praça do Patriarca, no dia 23/07/2022, das 11h às 15h, pg. 34 e 35 do caderno de campo 2).

A seguir, vemos o relato de uma experiência distinta de moradia do trecho anterior, na qual a pessoa se recorde de viver em uma moradia "simples" e ter uma "vida boa e tranquila":

Lá em Maceió era casa própria. [E aqui em São Paulo, você se lembra da casa?] Então, meu pai era pedreiro na época e ele construiu uma casinha. Era na Brasilândia, Zona Norte. Mas a gente não ficou muito tempo aqui, com menos de 8 anos eu já fui para Maceió. Eu morava sempre com minha família: meu pai, minha mãe e meus irmãos. [Como era a moradia?] Meu pai construiu a casa da minha mãe. Como o terreno que ele comprou em Maceió era bem grande, ele foi construindo a casa dos filhos tudo no mesmo terreno. Então tinha o quarto da minha mãe, aí tinha um monte de laje! Tudo de laje! Eu tomava sol na laje. E ainda tinha um quintal bem grande com coqueiros. Acredita que a gente tomava água de côco quando acordava? Éramos 5 mulheres e 2 homens. Todo mundo tinha sua cama. Eu venho de família católica então todo mundo tem muito respeito. Os meninos em um quarto, as meninas no outro. Tinha 2 quartos grandes e um pequeno que era onde ficavam os meninos. Aí tinha banheiro, sala, cozinha grande que minha mãe colocava uma mesa grandona, cheia de cadeira. Era uma moradia simples, mas bem organizada. Colocava os pratos de plástico. Aí minha mãe fritava ovos porque ela criava galinha. Aí sentava todo mundo. [Era na cidade ou no campo?] Era na cidade mesmo, bem perto do Estádio do Rei Pelé. Era um bairro bom. Todo mundo sentava junto para tomar café, almoçar. [E para estudar, como vocês faziam?] A gente estudava no bairro mesmo, fazia tudo a pé. [Era bom o bairro?] Era. Bairro bom. Tem o Estádio do Rei Pelé, que é muito turístico e famoso, então os turistas iam todos no bairro. Dá uns 15 minutos na praia. A gente vivia na praia, andava descalço. Na lagoa a gente ia pescar para comer. Era uma vida simples, uma vida pobre, uma vida com simplicidade, mas uma vida boa e tranquila (Trecho de entrevista realizada no shopping Light com Rose, no dia 27/07/2022, das 16h às 17h30, pg. 69 do caderno de campo 2).

O segundo grupo que identifiquei são as **moradias acessadas mediante pagamento de aluguel** ou alguma taxa diária. Diferenciam-se do primeiro grupo, especialmente das casas e apartamentos alugados, por serem reconhecidos pelas pessoas como soluções "temporárias" e até mesmo como algo que não era o ideal, mas era o possível diante da disponibilidade da renda, que era baixa. Neste segundo grupo, estão presentes as referências aos **cortiços, pensões, quartos alugados, hotéis, motéis e ocupações**. Diferentemente do grupo anterior, estas moradias estavam localizadas principalmente na região central de São Paulo. A seguir, relato de uma pessoa que passava o dia na rua e a noite ia dormir em uma pensão:

É um quarto de pensão, com toalha e cobertor, só. Não é casa, é uma pensão. Tomo banho e durmo, só. É um quarto, só com cama, não tem mesa, nada, nem armário. [Você chamaria isso de "casa"?] Não. [Por quê?] Porque é uma pensão, se atrasar aluguel, eles tiram a gente e já alugam para outra pessoa. [Você chamaria isso de "lar"?] Não. Pensão é tipo prisão. [Hesitou para falar]. É horrível (Trecho de entrevista realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com Francisco, no dia 21/01/2021, das 18h às 20h, pg. 115 e 116 do caderno de campo 1).

Eu pedi para que Francisco, autor da fala anterior, desenhasse a pensão onde morava, mas ele não quis, falou que não sabia desenhar. Perguntei se ele poderia descrevê-la para que eu pudesse desenhar. Ele disse que sim e falou que era um quarto pequeno, que só tinha uma

janela, que essa janela "parecia de igreja", e tinha apenas uma cama, com cobertor e um travesseiro. Me relatou que não tinha cortina e que o local só era frequentado por homens. Terminei rapidamente o desenho e ele disse: "É isso: meu quarto".

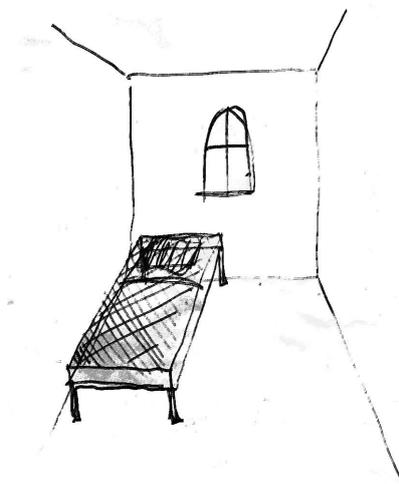


Figura 6. Croqui do quarto de pensão descrito por Francisco, realizado em campo durante entrevista na Praça Ouvidor Pacheco e Silva, no dia 21/01/2021, das 18h às 20h, pg. 116 do caderno de campo 1.

Esse segundo grupo, das moradias temporárias de aluguel, caracteriza-se pela moradia ter um preço considerado mais acessível pelas pessoas¹⁰⁰, mas por não ter sido uma escolha, e sim a única opção de moradia devido à baixa e instável disponibilidade de renda. Notei, como citado anteriormente, que essa forma de moradia também não é uma solução onde as pessoas passam longos períodos, com exceção dos cortiços e das pensões que foram recorrentes os casos de pessoas e famílias que passaram mais de um ano. A regra que observei são períodos curtos, como 15 dias, 1 ou 2 meses. Os motivos dos períodos curtos são variados: realização de reformas no espaço; dinheiro acabou e a pessoa precisou sair; ou conflitos com o proprietário ou gerenciador dos quartos.

Esses tipos de moradia aparecem no histórico de lugares onde as pessoas já viveram, mas, também, no tempo presente das narrativas. Isso significa que essa forma de moradia - mais barata e transitória - é alternada com a vida nos espaços públicos urbanos, isto é, com as soluções de moradia na rua. Notei que essas moradias (principalmente pensões, quartos alugados, hotéis e motéis) são acessadas pelas pessoas em períodos específicos de pagamento de benefícios, como o Auxílio Brasil, ou o Auxílio Emergencial (concedido no período mais agudo da pandemia de Covid-19). A pessoa passa um tempo no local até o dinheiro acabar e

¹⁰⁰ Aluguel de pensão em torno de R\$300,00 por mês, conforme informações que coletei nas conversas em campo.

depois volta para a rua. Essa dinâmica acontece com uma frequência quase que mensal, próximas às datas de pagamento dos benefícios. A seguir, trechos de uma conversa e de uma entrevista, nas quais observamos a alternância entre os tipos de moradia de aluguel:

Chegaram e ficaram em um hotel muito barato no centro. Mas o dinheiro foi encurtando e foram para uma pensão. Sem conseguir emprego, tiveram que sair também da pensão e acabaram se instalando na rua, com barracas doadas (Trecho de conversa realizada na Praça Ramos de Azevedo com Ingrid, no dia 21/06/2022, das 14h30 às 16h, pg. 6 do caderno de campo 2).

Não, eu nunca dormi na rua. Eu morava em pensão, ocupação, invasão. Eu também já morei em casa de amigos. Aí eu conheci o pai do meu filho. O pai dele veio morar comigo, e a gente morava em um quarto de pensão com geladeira, cama, tudo bonitinho. Depois a gente se separou, mesmo assim eu dei continuidade a morar na pensão, pagando meu aluguel. A pensão tinha o berço dele, geladeira, tudo. Mas o banheiro era coletivo. A pensão era no Cambuci. O quarto era nosso. Tinha fogão e geladeira. Mas o banheiro era fora e a área de lavar roupa também era fora. A pensão era cara porque eu tinha que pagar aluguel, água, luz e tudo e não sobrava nada. Eu tinha que manter tudo isso, eu já estava desempregada e a pensão do Enrico não supria (Trecho de entrevista realizada no shopping Light com Rose, no dia 27/07/2022, das 16h às 17h30, pg. 69 do caderno de campo 2).

Todas as referências que escutei sobre esse segundo grupo de moradia (cortiços, pensões, quartos alugados, hotéis, motéis e ocupações) estavam localizadas, como dito anteriormente, na região central de São Paulo, nos bairros de Santa Ifigênia, Cambuci, Sé e Glicério. Diferentemente do grupo anterior, no qual as casas e apartamentos, próprios e alugados, estavam localizados normalmente em regiões periféricas da cidade, em outros municípios de São Paulo ou até mesmo em outros estados. De forma breve, é possível notar, a partir dessa observação, que a opção por morar no centro pelas pessoas de baixa renda tem como consequência o acesso a moradias inadequadas, que acabam sendo a única opção, pelo alto custo das moradias de maior qualidade nesta região. A solução de moradia que a população pobre encontra nas áreas periféricas também é marcada pela precariedade habitacional e urbanística. Porém, a escolha pelo centro está relacionada a alguns ganhos, como oportunidades de trabalho, acesso a serviços e facilidade de mobilidade.

O terceiro e penúltimo grupo de tipos de moradia são aquelas que defino como **moradias de favor**, ou seja, a pessoa não paga para morar no local, mas eventualmente, realiza algo em troca. Compõem esse grupo as **casas de moradia gerenciadas por cafetinas/os, casas de amigos ou familiares distantes e casas emprestadas**.

Os relatos coletados sobre as casas gerenciadas por cafetinas vieram de quatro mulheres transexuais com quem conversei. Todas haviam tido uma experiência ruim nessas moradias por não terem liberdade para entrar e sair da casa quando desejavam, ou mesmo para não se prostituírem quando não queriam. Segundo o que me foi relatado em campo, as

cafetinas oferecem procedimentos estéticos para essas mulheres transexuais e, em troca, exigem que se prostituam. Os relatos sobre a convivência com outras mulheres na casa demonstram um ambiente conflituoso, conforme trecho a seguir:

Stephany contou que era de Alagoas e que desde os 10 anos já sabia que era mulher. Por isso, disse que sofreu muito na escola, e principalmente na sua casa. Seus irmãos não a aceitavam, nem sua mãe, só seu pai a aceitava enquanto mulher. Aos 12 anos de idade, seu pai faleceu e sua mãe disse que não criaria um filho seu que queria ser mulher. Com isso, Stephany contou: “peguei carona e vim para São Paulo, dormi por várias noites na rodoviária, até que uma cafetina me encontrou e me acolheu”. Stephany contou todas as coisas horríveis que passou com essa cafetina: ela dava acolhimento, comida, ajudava na transformação física para virar uma mulher e, em troca, cobrava que ela se prostituísse. Disse que tinha uma relação ruim com as meninas da casa e só hoje se dá conta de como sofreu na mão da cafetina (Trecho de conversa realizada na Praça do Patriarca com Stephany, no dia 17/12/2020, das 18h às 20h, pg. 73 do caderno de campo 1).

Essa situação de abuso de poder das cafetinas, somada ao incômodo que relataram em dividir a casa com outras mulheres, as levaram a fazer da rua seu espaço de moradia. As casas de amigos e familiares distantes, por sua vez, são estratégias acionadas, pelo que pude observar, quando há uma situação de falta de renda e incompatibilidade com o ambiente familiar. Então, a pessoa sai da casa e se acomoda transitoriamente na casa de alguém que tem proximidade, com a condição de sair assim que conseguir se estruturar.

Por fim, o último grupo de tipos de moradia é composto pelas **instituições**. Mesmo não sendo moradias convencionais, ou locais que foram construídos para o fim residencial, as pessoas com quem conversei referiram-se a esses lugares, por isso, a importância de considerá-los nesta abordagem. Por não serem moradias propriamente ditas, optei por não incluir os exemplos no quadro síntese, e deixar registrado apenas no texto.

Compõem esse grupo, as "**prisões**" e as "**clínicas de internação**" para recuperação de álcool e outras drogas.¹⁰¹ Com relação às experiências de moradia nas "prisões", elas foram trazidas exclusivamente por homens - não conversei com nenhuma mulher no meu campo que tivesse sido presa, ou que tivesse mencionado a passagem. Tanto as experiências vividas nas "prisões" como nas "clínicas de internação" foram relatadas pelas pessoas que moravam nas ruas como experiências ruins, o que eu já pressupunha. A seguir, um dos trechos do caderno de campo no qual é apresentada a visão de uma pessoa com relação à experiência vivida no sistema prisional:

Edmilson contou que já havia sido preso, e que foi a pior experiência da sua vida: "uma solidão que você não acredita". Eu disse: "mas vocês não ficam com mais pessoas nas celas?" e ele me respondeu: "sim, a gente fica, mas a noite, na hora de dormir, é a maior solidão que você pode imaginar". Edmilson me disse que se ele

¹⁰¹ Os termos entre aspas foram utilizados pelas pessoas com quem conversei e entrevistei.

aguentou a prisão, ficar na rua não seria o mais difícil. Perguntei a ele se havia saído da prisão e ido para algum lugar e ele me falou: "fui direto para a rua" (Trecho de conversa realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com Edmilson, no dia 27/06/2022, das 13h30 às 16h30, pg. 21 do caderno de campo 2).

Por fim, diante do que foi abordado anteriormente acerca das experiências de moradia fora das ruas, destaco que as **moradias não aparecem apenas no tempo passado, mas também, no tempo presente, alternadas com a vida na rua**, especialmente as moradias em cortiços, pensões, quartos alugados e ocupações, que são acessadas esporadicamente, a depender da disponibilidade financeira das pessoas. Vimos também que os cortiços e as pensões são tipologias de moradia onde as pessoas em situação de rua costumam ficar períodos um pouco mais prolongados. Apesar disso, identifiquei que mesmo essas pessoas acabam passando o dia na rua, pois a maioria está em situação de desemprego. Com isso, podemos constatar que os cortiços e as pensões não se configuram enquanto espaços adequados de permanência e descanso - o que uma moradia adequada deveria ser.

Os padrões vistos em campo, relativos às trajetórias habitacionais das pessoas e famílias, conforme relato de Joice, que abre este capítulo 2 (pg. 64), demonstram e qualificam o conceito "**transitoriedade permanente**", cunhado por Raquel Rolnik (2015, pg. 137) para se referir à característica de vida de famílias que mudam constantemente de moradia, não por escolha, mas por externalidades como a incompatibilidade do aluguel com a renda, remoções forçadas, despejos, desastres ambientais, entre outros.

Analisando as características identificadas pelas pessoas em situação de rua sobre as moradias que viveram ao longo de suas vidas, destaco algumas delas: "muito pobre", "inacabada", "sem nada em volta", "autoconstruída", "tudo junto" e "sem banheiro". Esses termos me ajudam a compreender, como vimos no capítulo 1, que a **condição de vulnerabilidade social e econômica dessas pessoas é anterior à situação de rua**. Podemos chegar a um entendimento de que as pessoas, ou ao menos parte delas - pois vimos também relatos de lembranças positivas com relação às moradias - viviam em habitações precárias e em moradias consideradas inadequadas.¹⁰² Além dessa **dimensão relativa à infraestrutura urbana e às questões edilícias**, destaco outra característica que identifiquei que é a **falta de segurança com relação à permanência na moradia**. São diversas as referências aos altos custos com as moradias de aluguel (cortiço, pensão ou quarto alugado, hotel, motel, ocupação)

¹⁰² Conforme Relatório sobre Inadequação de Domicílios no Brasil: 2016 a 2019, Fundação João Pinheiro, 2021, "Os domicílios são classificados como inadequados segundo três critérios de inadequação: infraestrutura urbana, cujos subindicadores são abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica; inadequação edilícia, composto pelos subindicadores de armazenamento de água, cômodos (exceto banheiros) servindo como dormitórios, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada e piso inadequado; e, por último, inadequação fundiária, que corresponde aos imóveis em terrenos não próprios."

e às saídas forçadas desses lugares. Retomo um trecho citado anteriormente: "(...) se atrasar aluguel, eles tiram a gente e já alugam para outra pessoa."¹⁰³ Essa condição de insegurança da posse resulta em sofrimentos psicológicos na vida das pessoas, reforçando a questão da "insegurança existencial" que tratamos no capítulo 1, em referência a Madden e Marcuse (2016 apud Nakano, 2019, pg. 4).

Considerando que as duas etapas de coleta de dados em campo ocorreram no período decretado como situação de emergência por conta da pandemia de Covid-19, vale pontuar, por fim, o que observei acerca do uso dos benefícios - primeiramente, do Auxílio Emergencial (R\$600, no período da primeira coleta de dados), e depois, do Auxílio Brasil (R\$400, no período da segunda coleta de dados). O campo mostrou que o Auxílio Emergencial, em 2020 e 2021, foi utilizado por parte das pessoas que estavam na rua para alugar, temporariamente, quartos em pensões e hotéis na região central. Já em 2022, com o Auxílio Brasil, chamou atenção o fato de que muitas pessoas e famílias indicaram o benefício como a única fonte de renda. Algumas pessoas afirmaram que compunham a renda com outras atividades, como reciclagem, bicos para "guardar barracas durante a noite" e carregador. O Auxílio Brasil estava sendo utilizado para comprar roupas, celular, comida e remédio. Mapeei poucas pessoas que estavam utilizando o benefício para buscar alguma solução habitacional. Parte das pessoas me disse que estava aguardando o valor subir para R\$600, já que havia sido divulgado o aumento do benefício, para poderem procurar algum lugar para dormir. Em uma das conversas, me disseram que o apelido do benefício na rua é "bolsa noia", indicando que parte das pessoas utiliza o dinheiro também para comprar drogas. Além disso, escutei casos em que o benefício estava sendo utilizado para comprar barracas para dormir na rua.

¹⁰³ Trecho da entrevista realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com Francisco, no dia 21/01/2021, das 18h às 20h, pg. 115 e 116 do caderno de campo 1.

2.3. Sobre as experiências de moradia nas ruas

A partir dos dados coletados em campo sobre a abordagem 2 que defini para investigar a questão da moradia, *experiências de moradia nas ruas*, elenquei os aspectos principais desta abordagem no seguinte quadro síntese¹⁰⁴:

(2) Experiências de moradia nas ruas

a) 8 sentimentos sobre morar na rua:

- Feliz, aceito, pertencente
- Livre
- Tranquilo e bem
- Sem privacidade, perturbado
- Entediado
- Ansioso
- Triste, com saudades, desvalorizado
- Inseguro, com medo, sem paz

b) 10 formas de chamar o espaço de moradia na rua:

- Rua
- Calçada
- Área livre
- Nome de determinada praça, rua ou avenida
- Barraca
- Maloca
- Moradia provisória
- Moradia popular
- Casa
- Lar

c) 23 características do cotidiano na rua:

sociabilidade na rua (6)

- Permanecer junto com outras pessoas
- Uso de drogas
- Roubos e violência física entre as pessoas, inclusive casais, normalmente associado ao uso de drogas
- Crianças soltas
- Mesmo estando em uma moradia, pessoas retornam para a rua durante o dia
- Construção rápida de relações afetivas

externalidades (4)

- Atuação do "rapa" (zeladoria urbana) gera incômodo, impõe horários, e dificulta o ir e vir
- Rotina de ir ao banheiro mudou com a instalação de banheiros, chuveiros e lavanderias públicas
- Fila diária para receber doações
- Mesmo estando em uma moradia, pessoas e famílias vão para a rua durante a semana para recolher doação e retornam para casa no final de semana

características do espaço de moradia (7)

- Preferência por lugar fixo
- Busca por espaços com cobertura
- Lugar para armazenar os materiais recicláveis
- Espaço para cachorros e gatos
- Necessidade de acesso à energia elétrica

¹⁰⁴ As ideias apresentadas no quadro síntese da abordagem 2 refletem somente o conteúdo dos dados coletados em trabalho de campo, ou seja, das pessoas com quem conversei. Trata-se de um resumo do conteúdo que será apresentado a seguir.

- Cozinhar em coletivo
- Preocupação com a organização e a limpeza do espaço de moradia
- individualidade na rua (6)***
- Dificuldade em permanecer no emprego
- Falta de documentos impede acesso a benefícios e outros direitos sociais
- Para quem não está em lugar fixo, carregar os pertences é um incômodo
- Dificuldades de cuidados em saúde contínuos
- Sono sem qualidade
- Visitas a familiares pontuais aos finais de semana ou datas comemorativas

Quadro 2. Quadro síntese da abordagem 2, experiências de moradia nas ruas, desenvolvido a partir da sistematização dos dados coletados na pesquisa de campo. Elaboração própria.

O termo utilizado institucionalmente no Brasil para se referir às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sustento e os serviços de acolhimento da Prefeitura é *peessoa em situação de rua*, conforme regulamentado na Política Nacional para População em Situação de Rua (Brasil, 2009), e já abordado no capítulo 1. Mas, na prática, são diversos os termos utilizados pelo público em geral para se referir às pessoas que moram nas ruas: morador de rua, mendigo, indigente, pessoa de rua, pedinte, sem teto, entre outros. O uso do termo "situação de rua", por sua vez, comunica a ideia de ser uma *condição passageira* - algo não intrínseco à pessoa e que não estaria relacionado a uma situação crônica de saúde. Se, por um lado, esse ponto de vista reforça a ideia de que essas pessoas estão vivendo uma situação de violação de direitos, sendo urgente, portanto, sua superação, por outro lado, pode acabar constituindo-se um eufemismo, fechando nossos olhos à realidade de milhares de pessoas que têm a rua como *espaço regular* de moradia.

Esta seção vai especificar e qualificar as experiências de moradia das pessoas que moram nas ruas e demais espaços públicos na cidade de São Paulo. Apresentarei três aspectos dentro desta segunda abordagem sobre a questão da moradia: sentimentos que as pessoas têm com relação ao espaço de moradia na rua; formas como elas denominam seu espaço de moradia; e, por fim, características do cotidiano de quem mora nas ruas, dialogando com o que Frehse (2016, pg. 135) denomina de *padrão de uso corporal dos espaços públicos urbanos*.

Antes de apresentar o conteúdo que foi sistematizado do material coletado em campo, abro um parêntese para pontuar percepções minhas sobre o espaço da rua que interagi. Do primeiro campo, realizado entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, ao segundo campo, realizado em junho e julho de 2022, não reconheci nenhuma pessoa que permaneceu morando nos mesmos locais. Com exceção de três pessoas na Praça do Patriarca que encontrei nos dois campos, as demais não estavam mais morando onde eu as havia conhecido. A pesquisa

etnográfica que realizei não tinha o objetivo de acompanhar as **trajetórias de vida das pessoas** entre 2020 e 2022, de todo modo, é um dado que precisa ser levado em consideração. Para onde foram essas pessoas? O censo da população em situação de rua realizado em São Paulo pela Prefeitura também não analisa essas trajetórias, constituindo-se, portanto, uma lacuna de conhecimento para novas pesquisas.¹⁰⁵

Há certos acontecimentos que nos ajudam a entender essa dinâmica de mobilidade, mas são insuficientes, pois não chegam ao nível individual, da trajetória de cada pessoa. Por exemplo, na Praça Ramos de Azevedo, que fica entre o Theatro Municipal de São Paulo e o Vale do Anhangabaú, observei em junho de 2022 um total de 15 moradias, entre malocas construídas pelas próprias pessoas e barracas do tipo *camping*.¹⁰⁶ Quando retornei para o campo no dia 23/07/2022, praticamente um mês depois, já não havia mais nada no local. Neste dia, lembro-me de ter visto pessoas em barracas na parte de baixo do Viaduto do Chá e as questioneei sobre o esvaziamento da Praça Ramos de Azevedo. Contaram-me que havia ocorrido uma "festa particular" na praça e que, na ocasião, pediram para que todos que estavam morando no local saíssem. Finalizada a "festa particular", segundo a pessoa com quem conversei, os seguranças não deixaram mais ninguém retornar ao local onde moravam.

Outra **situação de esvaziamento**, mas motivada por episódio diferente, ocorreu na Praça Ouvidor Pacheco e Silva, ao lado do Largo São Francisco. Ao longo de 2020, por conta da pandemia de Covid-19, a Prefeitura instalou 7 estações da Ação Vidas no Centro, equipamento emergencial com oferta gratuita de banho, banheiro e lavanderia, sendo que uma das estações estava localizada no Largo São Francisco.¹⁰⁷ A Prefeitura também apoiou a instalação de uma tenda no Largo São Francisco, onde o Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS) passou a distribuir um grande número de refeições gratuitas diariamente. As duas novidades no local atraíram pessoas e famílias que passaram a morar nas proximidades do largo (especialmente em barracas de *camping*), por conta da oferta facilitada desses serviços. O mapa narrativo de novembro de 2020, apresentado a seguir, quando já havia sido retirada a

¹⁰⁵ A partir dos dados de 3 sistemas públicos de informações - Cad Único (Cadastro Único para Programas Sociais), SISA (Sistema de informação do Atendimento aos Usuários) e SISRUA (Sistema de Informação da Situação de Rua) - cuja gestão é da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo, pode ser possível investigar as trajetórias da população em situação de rua.

¹⁰⁶ Relato sobre a Praça Ramos de Azevedo, realizado no dia 22/06/2022, das 15h30 às 17h30, pg. 8 do caderno de campo 2.

¹⁰⁷ Dados relativos a dezembro de 2020: três super estações, localizadas na Praça da Sé, Praça da República e Praça Cívica Ulisses Guimarães com capacidade de atendimento para até 3.000 pessoas por dia; duas estações padrão no Largo do Paissandu e na Praça Ouvidor Pacheco e Silva, para atender 1.500 pessoas por dia; e outras duas estações de sanitários, sem banho, no Pátio do Colégio e Largo General Osório. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/programas_e_projetos/index.php?p=298386>. Acesso em 21/09/2022.

tenda de alimentação, mostra a concentração de pessoas morando no local, inclusive na entrada da Faculdade de Direito da USP. Em junho e julho de 2022, sem a estação da Ação Vidas no Centro, retirada pela Prefeitura, e com a retomada das aulas presenciais na Faculdade de Direito, a concentração de pessoas e famílias diminuiu significativamente, restando pessoas morando apenas no deck, que pode ser identificado no mapa, a seguir.

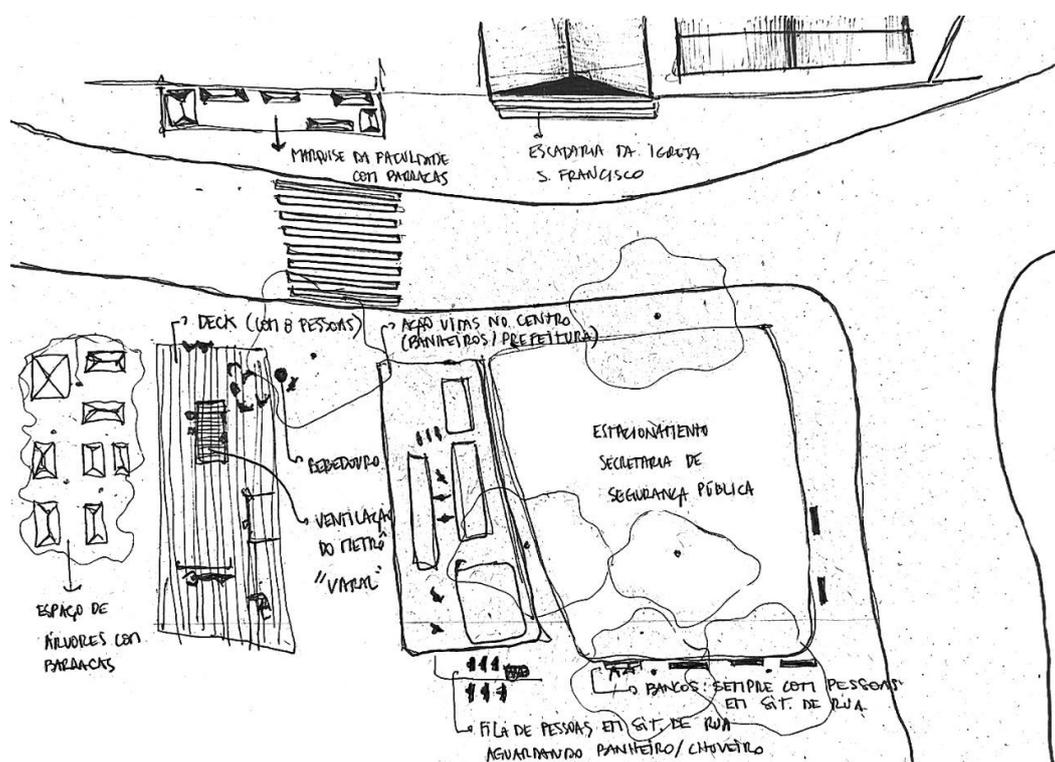


Figura 7. Mapa narrativo da Praça Ouvidor Pacheco e Silva, no dia 25/11/2020, a partir de observação realizada entre 8h30 e 9h, pg. 33 do caderno de campo 1.

Uma última observação que gostaria de pontuar antes de apresentar os dados sistematizados, trata das **mudanças que ocorrem nos espaços públicos urbanos entre o dia e a noite**. Me chamou atenção não ver nenhuma pessoa morando no Pátio do Colégio no campo realizado em 2022, diferentemente do cenário de 2020 e 2021. Havia pessoas morando nos arredores do Pátio do Colégio: na Rua Anchieta e na Praça Padre Manoel da Nóbrega. Comentei com uma das pessoas que conversei na Praça da Sé sobre como estava surpresa em ver o Pátio do Colégio vazio. A pessoa disse para eu retornar um dia após às 18h, explicando que as praças enchem nesse horário por conta das doações e do fechamento dos comércios. Partindo dessa pista, retornei outro dia às 18h ao Pátio do Colégio e vi mais de 30 pessoas ao redor do monumento situado no local, intitulado Glória Imortal dos Fundadores de São Paulo. As pessoas estavam estendendo cobertores, papelões e tecidos diversos para forrar o chão para poderem dormir. Sobre cada espaço montado pelas pessoas, havia pertences como

mochilas e travesseiros, mas não notei volumes grandes, supondo que as pessoas precisariam carregar tudo aquilo ao longo do dia. Não havia barracas, parecia ser uma ocupação não permanente, que ocorria apenas no período noturno, visto que no dia seguinte, ao retornar durante o dia, não havia mais nada no local.

Após essas observações que, espero, tenham ajudado o leitor a se aproximar da atmosfera do campo, partimos para a apresentação sobre as experiências de moradia das pessoas nas ruas. Primeiramente, veremos como elas se sentem morando nesse espaço.

No total, identifiquei oito sentimentos a partir do que as pessoas falaram, quando as questionei sobre como se sentiam morando nas ruas. Abordarei, primeiramente, um **grupo de sentimentos que considero ter uma dimensão positiva**. Observei um padrão de respostas com as palavras "**feliz**", "**aceito**" e "**pertencente**". Os termos dizem sobre pessoas que consideram se sentir "abraçadas" e "acolhidas" pelas pessoas da rua. Essa sensação está relacionada com a opinião de que a rua é um bom espaço para conhecer pessoas, porque as "pessoas são legais", dão "atenção e carinho". Os trechos a seguir retratam esses sentimentos positivos:

Rua para mim é o morador de rua. Sou feliz na rua. A rua representa paz, sossego, humildade, amor e carinho. [Como você se sente nessa moradia?] Eu me sinto bem, ótimo. Por enquanto bem, até eu arrumar uma moradia para morar fixo (Trecho de entrevista realizada na Praça do Patriarca com Robson, no dia 23/07/2022, das 14h às 15h, pg. 43 e 44 do caderno de campo 2).

Eu me sinto bem. Posso descansar, dormir. Tá bom, né? Também tem os meus cachorros que eu gosto muito. Essas pessoas aqui também que moram do meu lado são tipo família. Todo mundo é família aqui, isso é bom (Trecho de entrevista realizada no Largo São Francisco com Edmilson, no dia 25/07/2022, das 16h30 às 18h, pg. 51 do caderno de campo 2).

Outro sentimento recorrente é o "**livre**". Refere-se à ideia de poder fazer o que quiser, na hora que quiser, sem julgamentos de outras pessoas. A sensação de liberdade está relacionada a poder viver sob as próprias regras e com menos responsabilidades do que sentiam ter quando não estavam morando na rua, conforme expressei nesta fala: “[a] rua tem seu lado bom por conta da liberdade, menos responsabilidade.”¹⁰⁸ Para fechar o bloco de sentimentos que identifiquei como positivos, observei um padrão de respostas com as palavras "**tranquilo**" e "**bem**". Diferentemente do sentimento de felicidade - quando pontuei as palavras "feliz", "aceito" e "pertencente", esse, está relacionado à possibilidade de poder descansar e viver "em paz". Também, está relacionado ao sentimento de *proteção* por ser, a

¹⁰⁸ Trecho de conversa realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com um grupo de jovens adultos, no dia 15/01/2021, das 18h às 20h, pg. 98 do caderno de campo 1.

rua, um espaço onde todos olham, por isso, a sensação de que nada de ruim pode acontecer (esse sentimento não é senso comum na rua, mas está presente). Está também vinculado a pessoas que viveram situações de violência sexual no ambiente domiciliar, e a rua se apresenta como um lugar "mais seguro e tranquilo".

Eu me sinto segura aqui, por isso que eu gosto. Não tem briga entre a gente, a gente se ajuda. [Você se sente ameaçada?] Não, eu me sentia ameaçada na minha casa. Aqui não, eu me sinto segura, porque as pessoas que passam estão me olhando também (Trecho de entrevista realizada na Praça Padre Manoel da Nóbrega com Betânia, no dia 26/07/2022, das 15h15 às 16h15, pg. 65 do caderno de campo 2).

A partir daqui entramos no grupo de **sentimentos que considero do campo do sofrimento**. São eles: "sem privacidade", "entediado", "ansioso", "triste" e "inseguro". O padrão de pessoas que respondeu que se sentem "**sem privacidade**" e "**perturbadas**" em sua moradia na rua foi do gênero feminino. Elas apontam que morando na rua todos sabem sobre suas vidas pessoais e também elas sabem da vida dos outros. A sensação de não ter o seu próprio espaço seria "perturbadora", segundo uma delas. As ações diárias de limpeza urbana, conhecidas como "rapa", reforçam esse sentimento, pois exigem que as pessoas recolham seus pertences e desmontem suas barracas no horário da ação, fora a possibilidade de ter parte de seus pertences retirados.

Se, do ponto de vista deste trabalho, estamos construindo a ideia de que a rua é espaço de moradia regular de algumas pessoas (por não terem outra alternativa melhor), o Decreto Nº 59.246, de 28 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana em São Paulo, ao autorizar o recolhimento, a qualquer tempo, de objetos que caracterizem estabelecimento permanente em local público (Art. 10., § 2º), vai na contramão dessa dimensão da rua enquanto espaço de moradia. Não significa que estou fazendo a defesa de que as pessoas morem nas ruas, mas sim de constatar a situação conflituosa (e sem saída) que vivem as pessoas que moram nestas condições.

Outra resposta com relação a como se sentem morando na rua foi o "**tédio**". Essa resposta foi proferida por pessoas jovens que dizem "não ter nada para fazer", "todo dia é igual" e a "mesma rotina". Sentem que estão "perdendo tempo de vida" ou que estão "desperdiçando a vida". A seguir, um trecho que elucida esse sentimento:

[Há algo de "bom" nesse dia-a-dia?] Nada. Não tem nada para fazer. [Nesse momento, a Bia completou:] É um tédio, não tem nada de bom. [Por quê?] Ah... mesma rotina todo dia, tem que ir atrás de comida, a gente não faz nada, não trabalha, não se diverte (Trecho de entrevista realizada na Praça Padre Manoel da Nóbrega com Bia e Raquel, no dia 24/11/2020, das 18h às 20h, pg. 29 do caderno de campo 1).

A **ansiedade** foi outra resposta que escutei em campo sobre o sentimento de viver na rua. Menos comum do que os outros sentimentos de sofrimento citados anteriormente, a ansiedade refere-se à sensação de pessoas que gostariam de fazer muitas coisas, como produzir artesanatos variados para conseguir uma renda, por exemplo, mas que não conseguem concretizar o que estão pensando. Relacionam o sentimento da ansiedade com o "tempo que não passa", no qual a pessoa pode ficar pensando muito, mas pensa sozinha, então reconhece que é difícil encaminhar algo, isto é, concretizar os planos.

Os dois últimos sentimentos que apresento são a **tristeza e a insegurança**. Ambos apareceram recorrentemente nas conversas e entrevistas realizadas. No campo da tristeza, relaciono outras palavras que escutei, como "com saudade", "deprimido" e "desvalorizado". Quando eu perguntava o sentimento da pessoa em relação a morar na rua, junto perguntava o motivo, para entender a que esses sentimentos estavam relacionados. As situações eram diversas no que diz respeito à tristeza: passando pelo sentimento de fraqueza após terem sido vítimas de assalto ou furto, pelo desamparo após uma agressão física, por não conseguir trabalho, pela lembrança da família, por tudo o que perderam e pelas mortes de amigos na rua. Seguem trechos de conversas e entrevistas que elucidam o que estou dizendo: "(...) as pessoas na rua normalmente vão usar drogas para conseguir aguentar a vida, a saudade, o frio"¹⁰⁹ e "é por isso que todo mundo bebe na rua: para não lembrar da família, de tudo o que perdeu, das dores"¹¹⁰.

Por fim, o sentimento de insegurança. Foram principalmente mulheres, tanto cisgênero como transgênero, além de homens homossexuais, que destacaram esse sentimento, ou seja, ele está ligado à identidade de gênero e orientação sexual. A insegurança é relacionada a experiências que as pessoas passaram na rua de violência física, também a traumas com assaltos, mortes de amigos e estupro. O frio, complementarmente, é um fator que as pessoas trouxeram para explicar a insegurança nas ruas: "você não sabe se vai acordar"¹¹¹. Essa sensação constante de insegurança resulta em noites mal dormidas e em pesadelos recorrentes, conforme me relataram em campo. No trecho a seguir, observamos como, na percepção de uma mulher que mora na rua, a barraca influenciou em seu dia-a-dia no tocante à sensação de segurança:

¹⁰⁹ Trecho de conversa realizada na Praça da Sé com um homem, no dia 21/06/2022, das 14h30 às 16h, pg. 8 do caderno de campo 1.

¹¹⁰ Trecho de conversa realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com Chico, no dia 24/06/2022, das 14h às 15h, pg. 17 do caderno de campo 2.

¹¹¹ Trecho de entrevista realizada no Edifício Mário de Andrade com Elias, no dia 26/07/2022, das 12h10 às 13h10, pg. 57 do caderno de campo 2.

[Eu percebi que mais barracas apareceram na pandemia. Como você percebe isso?] Sim, isso de barraca é da pandemia e também nem tinha tanto morador de rua antes. Era mais lona e as pessoas se jogavam no chão mesmo. A pandemia que veio com essa onda de barraca. [E o que você achou disso?] Foi muito melhor, né? Porque você estava dormindo e você dormia em cima das suas coisas e você acordava com um maloqueiro puxando as coisas de você, era tenso. Na barraca, posso pegar um baldinho, fazer xixi dentro porque ninguém me vê, e também fico protegida. Agora que tá tendo os banheiros públicos, aí é diferente. Na pandemia, de uma certa forma para quem está nessa situação as coisas foram melhorando porque antes era escasso (Trecho de entrevista realizada na Praça do Patriarca com Joice, no dia 23/07/2022, das 12h20 às 13h30, pg. 37 do caderno de campo 2).

Tendo abordado os sentimentos expressados pelas pessoas com quem conversei com relação ao que sentem sobre morar na rua, a seguir, apresento os modos como as pessoas se referem às suas moradias situadas nos espaços públicos urbanos. Conforme resumo no quadro síntese no início da seção, os termos utilizados pelas pessoas foram: "rua", "calçada", "área livre", nomes de determinada praça, rua ou avenida, "barraca", "maloca", "casa", "lar", "moradia popular" e "moradia provisória". Podemos identificar, entre os termos, dois grupos que se diferenciam: um primeiro, cujos termos não remetem à ideia de moradia, e um segundo grupo, cujos termos se aproximam da ideia de moradia. A seguir, qualifico os termos mapeados.

Quando me refiro aos **termos que não carregam a ideia de moradia - "rua", "calçada", "área livre", nomes de determinada praça, rua ou avenida**, estou querendo dizer que enquadro essas palavras no campo das expressões relativas a espaços públicos. Esses termos foram indicados pelas pessoas em situação de rua, ao serem questionadas sobre o nome que dão ao espaço onde moram, de uma maneira mais objetiva - sem muitas justificativas. Mesmo quando as questionava sobre o porquê denominavam o espaço onde moravam daquela maneira, obtinha respostas curtas, como: "Por quê? Uai, porque aqui é a Praça Padre Manoel da Nóbrega, olha na placa o nome."¹¹²

Uma das pessoas com quem conversei se expressou da seguinte forma com relação ao nome do espaço onde morava: "Rua. Para mim é tipo um acampamento. [Por quê?] As barracas, a quantidade de pessoas, o estilo".¹¹³ Na mesma conversa, outras duas pessoas que responderam "calçada", criticaram seu colega que havia respondido que morava na rua, dizendo: "rua não, na calçada".¹¹⁴ Quando as questionei por que não "rua", me explicaram que morar na rua não seria possível, pois os carros "iriam passar por cima"¹¹⁵. A pessoa que disse

¹¹² Trecho da entrevista realizada na Praça Padre Manoel da Nóbrega com Bia e Raquel, no dia 24/11/2020, das 18h às 20h, pg. 29 do caderno de campo 1.

¹¹³ Trecho de entrevista em grupo realizada na Praça da Patriarca com Edvaldo, Nicole e Kelly, no dia 27/02/2021, das 18h às 20h, pg. 123 do caderno de campo 1.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

que rua era um "tipo de acampamento" estava morando na Praça do Patriarca, espaço que retratei no croqui, a seguir, no qual podemos observar a concentração de barracas sob a cobertura da praça:

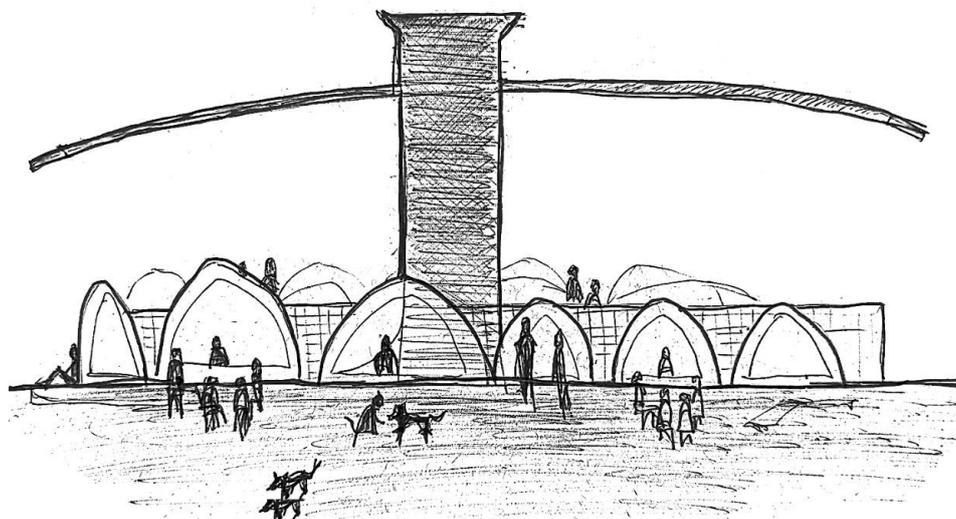


Figura 8. Croqui da Praça do Patriarca, no dia 11/12/2020, a partir de observação realizada entre 18h e 19h30, pg. 63 do caderno de campo 1.

Já com relação aos termos que carregam a ideia de moradia - "barraca", "maloca", "moradia provisória", "moradia popular", "casa" e "lar", me refiro a palavras que remetem à ideia de abrigo, habitação e domicílio. Os termos "barraca" e "maloca" foram recorrentemente utilizados pelas pessoas em situação de rua para denominar o espaço onde moravam. Identifiquei nos espaços públicos da região onde realizei o trabalho de campo barracas de *camping* e também espaços de moradia construídos pelas pessoas com materiais disponíveis nas ruas, como madeirite, lona de plástico, tecidos, tapetes descartados, pedaços de madeira, de metal, entre outros. As pessoas me relataram que conseguem esses materiais no descarte das lojas comerciais e dos escritórios da região central, ou mesmo quando estão catando material reciclável para poder vender, aproveitam alguns itens para a construção e manutenção de suas próprias moradias.

Realizei algumas entrevistas com pessoas que estavam dentro de uma barraca de *camping*, mas se referiam ao espaço de moradia como "maloca". Também, notei que ninguém utilizou o termo "barraco". O termo apareceu apenas quando a pessoa se referia ao espaço de moradia na favela. A seguir, registro de barracas de *camping* no Largo São Francisco, localizadas próximas a uma banca de jornal, sob árvores que faziam sombra. Da segunda vez que voltei a campo, em 2022, não havia mais nenhuma barraca nesse local.

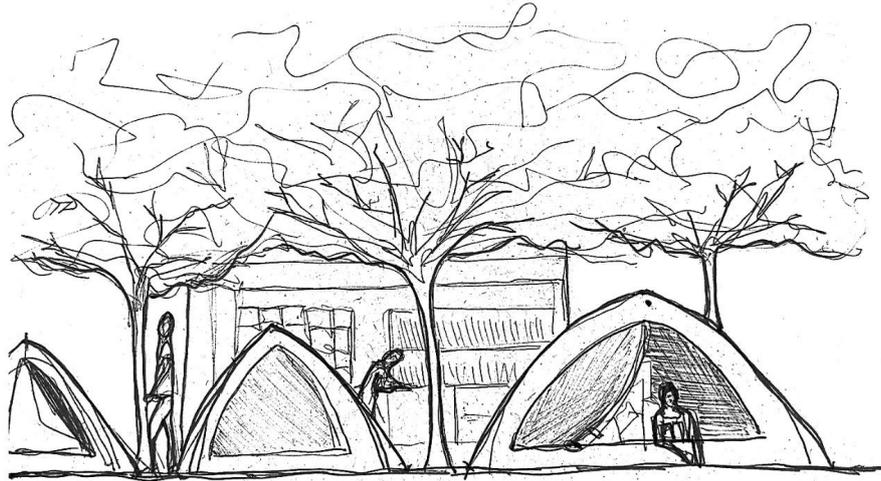


Figura 9. Croqui da Praça Ouvidor Pacheco e Silva, no dia 26/11/2020, a partir de observação realizada entre 8h30 e 9h, pg. 42 do caderno de campo 1.

Conforme comentado anteriormente, parte das pessoas está utilizando o dinheiro do benefício Auxílio Brasil para comprar barracas para poderem viver melhor na rua. Também obtive informações de que as barracas são vendidas, emprestadas ou mesmo doadas entre as pessoas em situação de rua, ou seja, existe um mercado em torno das barracas. Há pessoas que compraram uma barraca para morar e acabaram se endividando. Uma das pessoas que se referiu ao local de moradia como barraca me disse "(...) que tentava fazer daquele lugar a sua casa, então sempre mantinha tudo bem limpo, fazia a cama de manhã, comprava produtos de limpeza, tomava banho diariamente e comprava roupa nova."¹¹⁶

Outra pessoa com quem conversei, quando questionada sobre as características do lugar de moradia, destacou que era "pequeno e molhado" - me lembrei que estávamos passando por uma época de chuvas (primavera de 2020) no período deste trabalho de campo. A pessoa também identificou a moradia como "itinerante", reforçando, no final de sua fala, que era melhor ter barraca do que dormir na rua:

[Onde você mora? Quais as características da sua moradia?] Barraca de *camping*. Pequena e molhada. [Qual nome você dá ao local de moradia?] Itinerante. [Por que tal nome?] Porque não tem local certo. Eu sempre busco o lugar mais seguro. Eu acampava na São Bento, mas agora eles não deixam mais. Melhor ter barraca do que dormir na rua (Trecho de entrevista realizada na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania com Cícero, no dia 27/11/2020, das 12h30 às 13h45, pg. 49 do caderno de campo 1).

O termo "maloca", como vimos, também é utilizado para se referir ao espaço de moradia na rua. Parte das pessoas que conversei e entrevistei em campo entendem "maloca"

¹¹⁶ Trecho de conversa realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com Marcos, no dia 01/07/2022, das 15h às 17h, pg. 28 do caderno de campo 2.

como o espaço individual de moradia, e outra parte das pessoas, entende "maloca" como um conjunto de barracas em determinado local. Vejamos: "[Por que maloca?] Porque maloca é quando tem várias barraquinhas que se juntam na rua."¹¹⁷ Notei que as pessoas reúnem as barracas, criando um espaço compartilhado, onde observei uma dimensão de coletividade. Em diversas falas, observei que para as pessoas que moravam nas ruas era importante ter com quem contar, principalmente para cuidar dos pertences pessoais em momentos em que a pessoa não estaria no local.

Podemos observar, na citação a seguir, que a maloca é entendida também como o espaço que está além do que foi construído (ou comprado) pela pessoa para viver e dormir, ou seja, a área que circunda o abrigo.

Aprendi aqui em São Paulo esse nome [maloca]. Acho que é tipo uma casa que a gente faz na rua para se proteger, mas eu não sei o que é de verdade. Na minha maloca tem a barraca, que é muito pequena, só cabe meu companheiro e eu e os cobertores. Aqui fora tem esse armarinho que a gente guarda os materiais recicláveis, aqui é o colchão do cachorro. Mas a gente não tem cozinha, nada, porque a gente come no Chá do Padre, sabe? Aquele serviço da Prefeitura. É uma **moradia provisória**, não é uma casa. [Por quê?] Ué, porque não tem quarto, cozinha, banheiro, lugar para receber gente (Trecho de entrevista realizada na Praça do Patriarca com Lohany, no dia 19/01/2021, das 8h às 10h, pg. 103 do caderno de campo 1, grifos nossos).

No trecho anterior podemos ver o termo "moradia provisória" para explicar o porquê Lohany considerava que não morava em uma casa. Já o termo "moradia popular", foi utilizado uma única vez e a pessoa explicou que era "popular" porque ela ainda queria "arrumar uma casinha de verdade". Ao analisar o perfil dessa pessoa, notei que já havia participado de movimento social de moradia, o que pode ser uma explicação para a utilização do termo "moradia popular", frequentemente utilizado pelos movimentos.

Por fim, qualifico os termos "casa" e "lar". Uma mulher com quem conversei se expressou da seguinte forma quando questionada sobre o nome que dá para o espaço onde mora: "Minha casa mesmo. Mas é provisória né? [Me mostrou que tem um fogão, onde costuma cozinhar sua comida. Me mostrou também as verduras que ela pega para comer, e deixa guardada em uma caixa de madeira.]"¹¹⁸. Outra pessoa com quem conversei, reconhecia o local de moradia enquanto "casa" por ter dedicado um tempo na arrumação do espaço: "Eu não considero [minha casa], porque eu não pretendo ficar aqui. Mas hoje eu tenho ela

¹¹⁷ Trecho da entrevista realizada na Praça Padre Manoel da Nóbrega com Marcel, no dia 24/11/2020, das 18h às 20h, pg. 30 do caderno de campo 1.

¹¹⁸ Trecho da entrevista realizada na Praça Padre Manoel da Nóbrega com Betânia, no dia 26/07/2022, das 15h15 às 16h15, pg. 65 do caderno de campo 2.

[apontando para a barraca] como a minha casa. Eu arrumei tanto minha barraca que hoje ela é a minha casa."¹¹⁹

O croqui, a seguir, ilustra uma conversa informal que tive na Praça do Patriarca com um casal e uma amiga deles. No momento, estavam cozinhando algo para jantar.

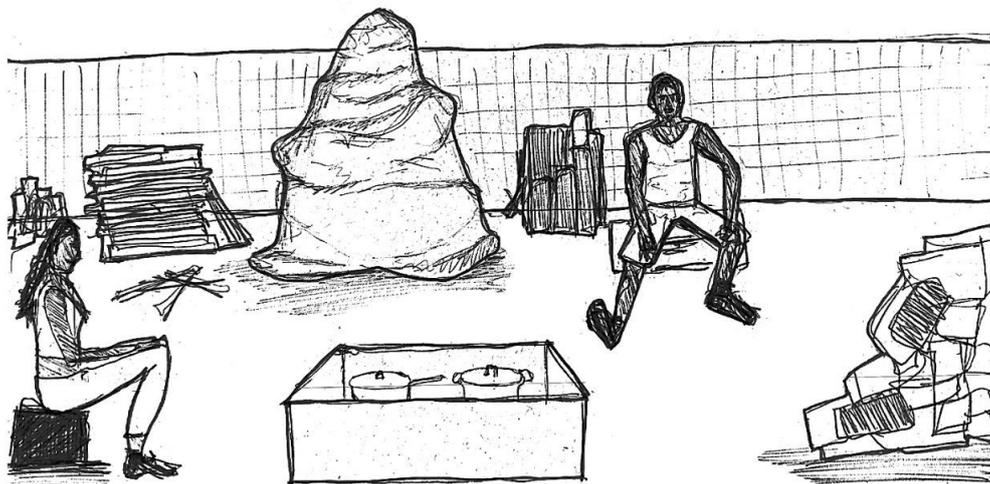


Figura 10. Croqui da Praça do Patriarca, no dia 16/12/2020, a partir de observação realizada entre 18h e 20h, pg. 66 do caderno de campo 1.

Era fim do dia, por volta de 18h, e as pessoas estavam cozinhando em duas panelas que podem ser vistas no centro do croqui, envolvidas por anteparos metálicos que, segundo elas, "protege do vento para não apagar o fogo". As panelas estavam apoiadas sobre pedras. Lohany, uma mulher transexual, está à esquerda no croqui, sentada sobre um banco de plástico. Stephany, também uma mulher transexual, está sentada ao lado de Lohany, localizada no centro da imagem. No croqui, Stephany está coberta com um tecido grosso, branco, sentada sobre um balde, tentando ir ao banheiro, pois havia comido algo que não lhe fizera bem, e estava com dor de barriga. Registrei a seguinte observação em meu caderno: "antes dela se cobrir, perguntei se não queria que eu me afastasse para ficar mais à vontade para ir ao banheiro, mas ela disse que não, que está acostumada, e que não ia sair nada, era só dor mesmo, para eu ficar tranquila." Jadson está sentado à direita no croqui, acomodado sobre um caixote de madeira de feira. Ele se apresentou como namorado de Stephany. No croqui, também estão representados materiais que compunham a cena, como uma pilha de revistas

¹¹⁹ Trecho de entrevista em grupo realizada na Praça da Patriarca com Edvaldo, Nicole e Kelly, no dia 05/02/2021, das 18h às 20h, pg. 130 do caderno de campo 1.

antigas, entre as duas mulheres e, à direita de Jadson, materiais recicláveis que ele venderia posteriormente, quando conseguisse juntar maior quantidade.

Para encerrar esta segunda abordagem sobre a questão da moradia na vida de quem mora na rua - que trata das experiências de moradia vividas na rua, vamos adentrar no que chamei de **características do cotidiano na rua**, referenciando-me no que Frehse (2016, pg. 135) denomina de *padrão de uso corporal* dos espaços públicos urbanos. Na análise e sistematização dos dados, identifiquei 23 padrões de uso do espaço, os quais irei apresentar em quatro blocos distintos, definidos pela aproximação temática. O primeiro deles trata da **sociabilidade na rua**, no qual destaco características das relações sociais estabelecidas no espaço de moradia na rua. O segundo bloco, trata de eventos e ações públicas que estou considerando como **externalidades**, as quais impõem uma rotina e marcas no tempo do dia-a-dia das pessoas que moram nas ruas. No terceiro bloco, por sua vez, apresento as **características do espaço de moradia**, como é organizada e os cuidados com o espaço. Por fim, no quarto bloco, apresento elementos que identifiquei no campo da **individualidade**.

Os métodos de investigação utilizados para este trabalho permitiram a produção de conhecimento acerca dos modos de vida nas ruas, levando em conta os recortes espacial e temporal definidos. Vamos iniciar com o bloco temático sobre **sociabilidade**, apresentando os **6 elementos** identificados em campo.

Um dos elementos é o hábito de **permanecer junto com outras pessoas na rua**, como comentado anteriormente. As pessoas se unem para cozinhar, para conversar, para jogar algum jogo, como baralho, para ouvir música, para fazer uso coletivo de alguma droga, etc. Não foram poucas as falas de pessoas que destacaram que a rua é um espaço para conversar e conhecer "gente legal". Nas palavras de Joice, na rua "o pessoal abraça"¹²⁰. O mapa narrativo que segue, representa o Largo São Francisco e a Praça Ouvidor Pacheco e Silva. Há evidências de permanência física regular de pessoas morando, como barracas justapostas e organizadas em círculos, formando uma espécie de agrupamento (na parte superior do croqui, próximo à Faculdade de Direito, e na parte central do croqui, próximo à Ação Vidas no Centro). Há uma pia pública indicada no croqui, onde pessoas estão lavando suas roupas. Na parte inferior, à direita, há pessoas dormindo no chão da praça, umas próximas às outras, e outras pessoas conversando em bancos (estas, estavam com diversos pertences pessoais, como barracas e cobertores).

¹²⁰ Expressão utilizada por Joice em entrevista realizada na Praça do Patriarca, no dia 23/07/2022, das 12h20 às 13h30, pg. 37 do caderno de campo 2.

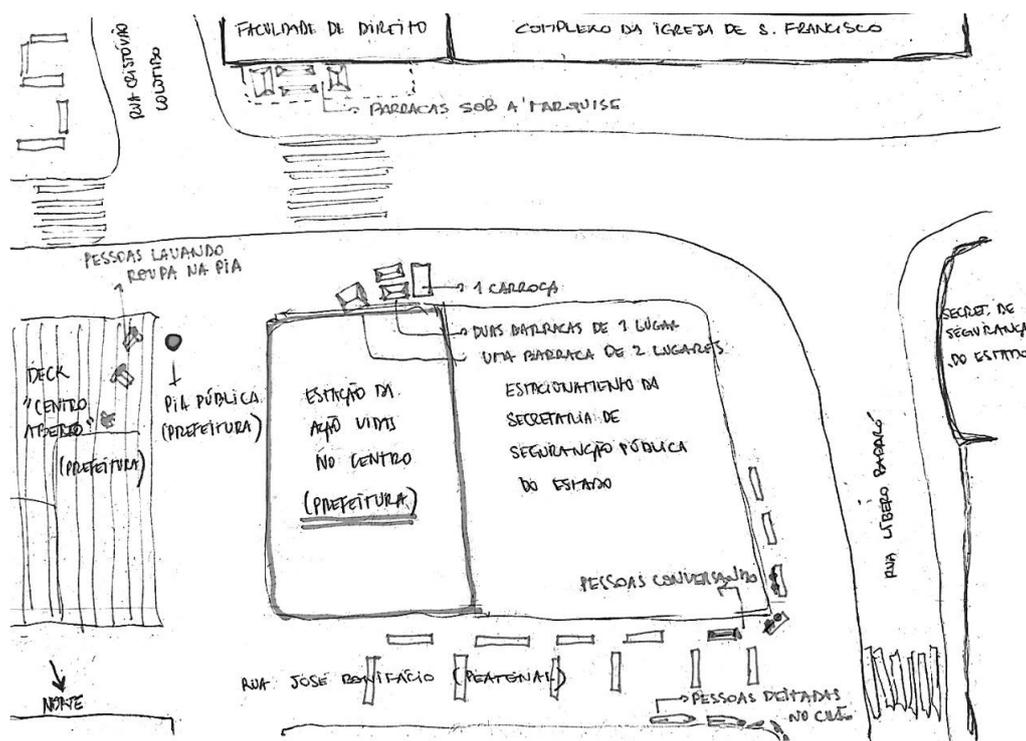


Figura 11. Mapa narrativo da Praça Ovidor Pacheco e Silva, no dia 14/01/2021, a partir de observação realizada entre 8h30 e 10h, pg. 81 do caderno de campo 1.

No croqui a seguir, representei uma cena na qual estive presente durante uma observação participante na Praça Ovidor Pacheco e Silva. Um homem que eu havia conversado alguns dias antes, me reconheceu enquanto caminhava e me chamou para conhecer outras pessoas e mostrar o espaço que ele havia construído. Estava chovendo e já era noite. Quando entramos dentro do espaço pude notar que o homem havia criado uma cobertura para proteção da chuva com uma lona preta de plástico, que estava armada como se fosse uma tenda de circo: amarrada em muros e em árvores nas laterais por meio de fios, e erguida no centro por meio de uma haste metálica. A cobertura protegia os sete homens que estavam dentro dela, além de mim, de mochilas das pessoas e de uma carroça com materiais recicláveis. Além de expor a estrutura construída, o croqui mostra uma cena característica de sociabilidade entre as pessoas que moram na rua. Ao conversar com o grupo, notei que havia pessoas que não moravam na rua, mas que possuíam amizade com as pessoas que moravam no local e, por isso, estavam ali, conversando e esperando a chuva passar para voltar às suas casas.

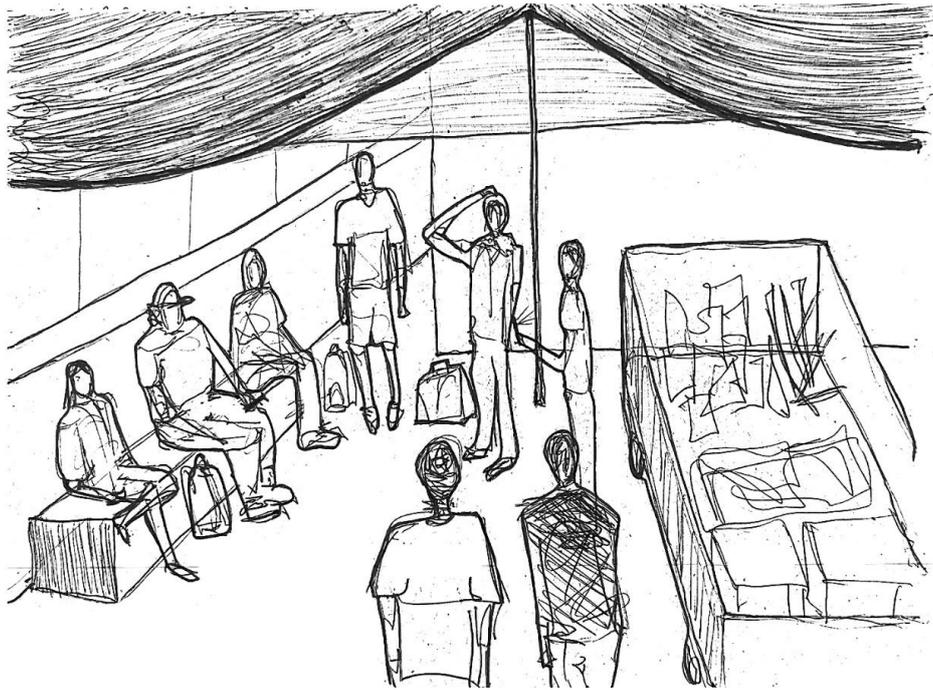


Figura 12. Croqui da Praça Ouvidor Pacheco e Silva, no dia 15/01/2021, a partir de observação realizada entre 18h e 20h, pg. 96 do caderno de campo 1.

Ainda sobre a ideia da sociabilidade, incluo outro elemento que observei estar presente no cotidiano das ruas: **peças que se juntam para fazer uso de álcool e outras drogas**. No segundo campo que realizei, me chamou atenção o número de vezes que observei homens com idade entre 35 e 60 anos, reunidos e bebendo, normalmente cachaça, a qualquer hora do dia. Normalmente, ficavam sentados no chão, passando de mão em mão uma garrafa pequena e redonda, que descobri, após perguntar, que a chamavam de "barrigudinha", por conta do formato. De longe, pude observar que as pessoas conversavam, riam e por vezes encostavam a cabeça no ombro um do outro. Conforme já anunciado no capítulo 1, o uso de álcool e outras drogas por quem vive nas ruas pode ser entendido como um momento de lazer para as pessoas, um descanso, em contraponto à tensão e às dificuldades diárias que encontram no cotidiano na rua.

Outro aspecto sobre a sociabilidade na rua são os **roubos**. Eles acontecem, principalmente, entre as próprias pessoas em situação de rua. Reuni registros de mulheres e homens (estes, homossexuais), que foram assaltados e muitas vezes violentados fisicamente, enquanto dormiam. É notável que existe maior fragilidade na rua para mulheres e pessoas homossexuais. Quando questionei sobre o motivo dos roubos, as pessoas me diziam que era "por conta da droga", principalmente, pois precisavam de dinheiro para poder comprá-la. A seguir, um exemplo:

(...) dez da noite eu tento dormir, mas é difícil porque quando eu cheguei em São Paulo, faz 4 meses, a primeira noite que eu dormi aqui [na rua] eu fui assaltado pelo povo da rua, eles bateram em mim, aí eu fiquei em depressão por mais de um mês, fiquei traumatizado, então eu ainda não durmo tranquilo (Trecho de entrevista realizada na Praça Padre Manoel da Nóbrega com Marcel, no dia 24/11/2020, das 18h às 20h, pg. 31 do caderno de campo 1).

Nos locais em que realizei o trabalho de campo, principalmente na Praça do Patriarca e na Praça Ouvidor Pacheco e Silva, observei desde recém nascidos a adolescentes. Me chamou atenção ver **crianças entre 2 e 5 anos que aparentavam estar completamente "soltas e livres"** - como eu registrei em meu caderno de campo, em meio ao ambiente movimentado do centro da cidade. Enquanto eu conversava com mães e pais de crianças, os filhos ficavam soltos, corriam pela Praça do Patriarca sozinhos, brincavam entre os pedestres que circulavam no espaço, iam nas barracas que estavam próximas para brincar com outras crianças. Em uma das entrevistas, cheguei a ficar preocupada que uma criança de menos de dois anos havia sumido dos nossos olhos - de seus pais e dos meus. A mãe disse para que eu ficasse tranquila porque ela voltaria sozinha - e voltou. Trata-se de tema que merece estudos específicos para entender os modos de vida de crianças e adolescentes nas ruas, tanto os que vivem acompanhados de seus responsáveis, quanto os que vivem sozinhos, ou só com crianças e adolescentes.

Nas conversas que realizei, buscava entender de onde as pessoas eram, onde elas estavam dormindo e o que elas faziam no dia-a-dia. Com esses dados, observei outro padrão de sociabilidade na rua que são **pessoas sós e famílias que deixaram de viver na rua e estão em moradias alugadas, como pensões, ou em serviços de acolhimento da Prefeitura, mas que passam o dia, ou parte do dia, nos espaços públicos urbanos, onde moravam, conversando e interagindo com seus "amigos da rua"** (termo nosso). Tal recorrência me leva a refletir sobre a "quebra de vínculos", como caracteriza o decreto que define o conceito de pessoas em situação de rua. Se, por um lado, não há mais uma convivência *constante* com a família consanguínea, por outro lado, há um forte estabelecimento de vínculos na rua que não pode ser ignorado e que deve ser levado em consideração no planejamento de políticas públicas para que não haja mais rompimentos de vínculos na vida das pessoas, conforme também já apontado no capítulo 1, em referência ao psicanalista Jorge Broide, quando fala das "ancoragens" que garantem a sobrevivência das pessoas na rua.

Por fim, para encerrar este bloco, ressalto outro padrão observado que trata das relações afetivas. Conversei e entrevistei famílias inteiras que foram morar nas ruas, mas também, entrei em contato com **famílias (casais com e sem filhos) que se formaram na rua**. Não foram poucas as vezes que estava conversando com um casal, com a impressão de que

estariam juntos há certo tempo, mas quando os questionava, me respondiam que haviam se conhecido na semana anterior, ou há pouco tempo. Conforme já comentado anteriormente, valeria um estudo específico sobre o tema família, buscando entender quais tipos de família estão chegando na rua, para que seja possível diferenciar das circunstâncias das famílias que se formam na rua. Essa observação, reitera a importância demonstrada pelas pessoas de ter alguém para poder compartilhar a vida na rua e dividir tanto as dificuldades do dia-a-dia, mas também os momentos de prazer.

A partir daqui, apresento os elementos que estou agrupando em um segundo bloco, que são as **externalidades** que afetam a rotina de vida na rua, ao todo quatro. A primeira externalidade é o "**rapa**". Já falamos anteriormente sobre esse tema e o que observei em campo é que o "rapa" faz parte do cotidiano da vida de quem mora na rua. Por exigir que os pertences sejam recolhidos para que a varrição e os jatos de água possam ser realizados, as pessoas já sabem o horário fixo que o "rapa" vai passar e, por isso, precisam estar acordadas e no local, ou pedir para que alguém cuide de seus pertences. Há lugares, como na Praça Padre Manoel da Nóbrega, que dependendo da época, conforme me foi relatado, o "rapa" passa mais de uma vez ao dia. A sensação das pessoas, conforme já pontuei anteriormente, é de "perda de tempo", por terem que montar e desmontar a sua moradia, às vezes mais de uma vez ao dia. Há pessoas que disseram que as ações do "rapa" as desestimulam a ter mais pertences pessoais, porque sabem que podem ser retirados. A seguir, registro de uma conversa na qual observei a interferência do "rapa" na vida cotidiana das pessoas:

(...) observei que Danusa, outra mulher trans, estava de saída, pois estava de calça, blusa e tênis - havia se arrumado. Lohany perguntou a ela: "Ué, mas o rapa vai passar daqui a pouco, você não vai ficar aqui? É Danusa respondeu: "Eu não vou parar minha vida por conta do rapa, preciso fazer minhas coisas." Notei que Danusa pediu para um casal que estava acordado retirar a barraca dela quando o rapa passasse (Trecho de conversa realizada na Praça do Patriarca com Lohany e Danusa, no dia 19/01/2021, das 8h às 10h, pg. 100 do caderno de campo 1).

A segunda externalidade que identifiquei foi a presença de **estações de banheiros, chuveiros e lavanderias, implantadas pela Prefeitura de São Paulo em meio à pandemia de Covid-19**, intituladas Ação Vidas no Centro, conforme já comentado anteriormente. Diferentemente do "rapa", que tem uma influência negativa na vida das pessoas, as estações apareceram como uma infraestrutura bem avaliada pelos usuários - que não são apenas pessoas que estão morando nas ruas. Nas conversas e entrevistas que realizei, notei que citavam reiteradamente o "banheiro que a Prefeitura havia instalado", indicando ser uma "coisa boa que veio com a pandemia", a "melhor coisa que aconteceu", e que "não pode sair nunca isso". Conversando com pessoas que moravam em pensões e ocupações de moradia,

constatei que o equipamento também era utilizado por elas. A seguir, um mapa narrativo do equipamento situado no Largo São Francisco:

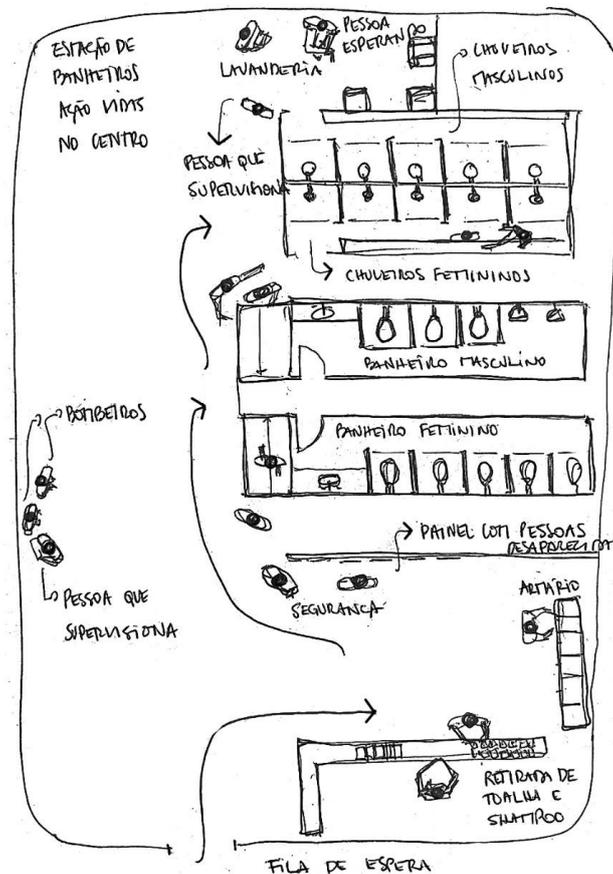


Figura 13. Mapa narrativo da estação Ação Vidas no Centro (Prefeitura de São Paulo), localizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva, no dia 11/12/2020, a partir de observação realizada entre 12h e 13h, pg. 58 do caderno de campo 1.

A terceira externalidade que identifiquei foram as **ações de doação**. Principalmente na pandemia, segundo os relatos, as doações aumentaram. As ações são organizadas não apenas por grupos de voluntários, mas também por organizações da sociedade civil, movimentos sociais e a própria Prefeitura. Os itens doados são diversos: refeições no café da manhã, almoço e jantar, e até no decorrer da madrugada, e no período do frio, as doações aumentam, com bebidas quentes, sopas, roupas de frio e cobertores. Notei, que apesar da diversidade de atores que realizam as doações, para quem está na rua não há distinção. As doações estimulam a formação de filas e, conforme comentado anteriormente, se as doações são constantes, em dias e horários fixos, acabam atraindo pessoas, as quais se instalam permanentemente nas proximidades das ações de doação. A fala de Edmilson ilustra esse comportamento: "Deve fazer uns 2 anos [que o banheiro está instalado na Praça Ouvidor

Pacheco e Silva]. Eu gosto de ficar aqui porque é fácil para comer, tem muita doação, e também tem os banheiros públicos que a Prefeitura colocou."¹²¹.

Um último elemento que apresento no bloco sobre as externalidades são as **famílias que passam a semana morando nas ruas e retornam às suas moradias aos finais de semana**. Como a coleta dos dados empíricos ocorreu no período da pandemia, não é possível fazer uma comparação com o período anterior. O motivo que identifiquei em campo para esse movimento pendular é quase sempre o mesmo: pegar doações de roupas, comidas e mobiliários para levar para suas casas. Tal fato foi noticiado ao longo do período mais crítico da pandemia em jornais, e a pesquisa reforça o que já havia sido observado. Em sua maioria, as pessoas que realizam esse movimento semanal estão com crianças. Ao conversar com informantes em campo - donos de bancas de jornais, policiais e trabalhadores dos comércios - eles acreditam que as famílias trazem as crianças para conseguir mais facilmente as doações. Independente da validade dessa observação sobre as crianças, esse movimento pendular semanal joga luz à situação de pobreza que famílias estão vivendo em suas moradias nas periferias da cidade e em municípios limítrofes com São Paulo.

A seguir, apresento os elementos do terceiro bloco sobre o cotidiano da vida nas ruas, que se refere às **características do espaço de moradia**. A partir do que observei em campo, e da forma como as pessoas descreviam o espaço em que viviam nas ruas, identifiquei **sete elementos**. O primeiro deles é a **busca por dormir em locais fixos**. Isso se justifica, conforme vimos anteriormente, pelas características do local: se tem doação nas proximidades, se é um espaço onde não há perturbação de comerciantes e moradores de prédios, se há banheiros públicos, se há alguma cobertura para proteção da chuva, etc. Além disso, retomando um aspecto já comentado, a rede de relações sociais que a pessoa faz na rua também influencia a vontade dela em permanecer no mesmo local. Essas pessoas podem ser tanto pedestres que passam diariamente para ir e vir do trabalho, mas também podem ser garçons de restaurantes, donos de bancas, atendentes de lojas, além das próprias pessoas em situação de rua. Por outro lado, ouvi relatos, ainda que em menor quantidade, de pessoas que mudam diariamente o local onde dormem para "não perturbar" as pessoas do entorno. Pelo que pude notar, são pessoas sozinhas que costumam ter esse hábito; as pessoas que vivem com seus amigos e famílias, costumam preferir a permanência em um local.

¹²¹ Fala de Edmilson em entrevista realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva, no dia 25/07/2022, das 16h30 às 18h, pg. 51 do caderno de campo 2.

No croqui a seguir, no qual está representada a Praça Padre Manoel da Nóbrega, a partir do ponto de vista de um observador que olha em direção ao Pátio do Colégio, podemos observar a presença de moradias improvisadas (à direita), nas quais são utilizados pedaços de madeira e lonas plásticas para criar coberturas, que estão apoiadas no prédio. Já à esquerda, podemos ver barracas de *camping*. Ao longo da primeira etapa do trabalho de campo, entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, sempre que retornava a este local, encontrava as mesmas pessoas. O mesmo ocorreu na segunda etapa do trabalho de campo, ao longo de junho e julho de 2022. No entanto, se comparado os dois períodos, especificamente neste local representado no croqui, todas as pessoas mudaram.

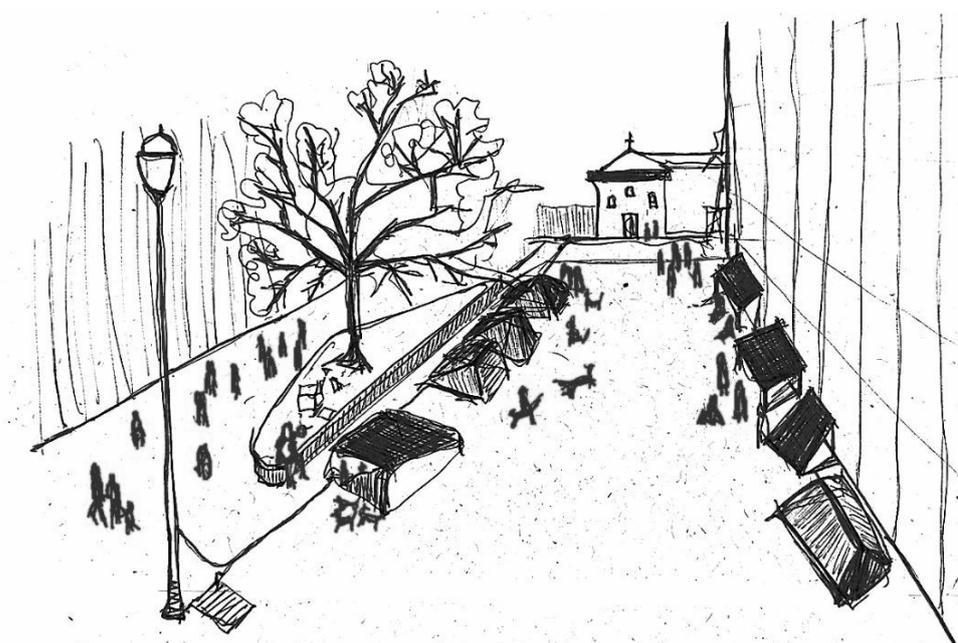


Figura 14. Croqui da Praça Padre Manoel da Nóbrega, no dia 24/11/2020, a partir de observação realizada entre 18h e 20h, pg. 26 do caderno de campo 1.

O segundo elemento sobre as características da moradia na rua é a **busca por lugares com cobertura**, que se relaciona com o aspecto citado anteriormente, da preferência pela permanência física em determinados locais. A justificativa é porque a cobertura permite a proteção contra o sol e a chuva. O tema da água relaciona-se com o terceiro elemento que é a **organização de um espaço para armazenar materiais recicláveis** para poder vendê-los posteriormente em bom estado. Os materiais recicláveis também precisam estar protegidos da chuva, principalmente o papel e o papelão, pois perdem seu valor se estão molhados. Trata-se de tema importante, visto que o censo da população em situação de rua de 2021 apontou que 27% das pessoas na rua obtêm renda por meio da venda de materiais recicláveis.

No croqui, a seguir, representei uma cena na Praça Ouvidor Pacheco e Silva em 2020, na qual, da esquerda para a direita, podemos observar onde intitulei de "bosque", por conta das árvores, o lugar que estavam acomodadas parte das barracas; ao lado, um deck instalado pela Prefeitura, cujo projeto é intitulado Centro Aberto¹²², onde também estavam instaladas algumas barracas. Destaquei, no croqui, uma pia pública e, à direita dela, a indicação da estação Ação Vidas no Centro da Prefeitura. Esse croqui apresenta alguns elementos do espaço que influenciam na permanência física de pessoas no local, como as árvores para proteção do sol, o deck que possibilita uma base regular e horizontal para apoiar a moradia improvisada, além da pia e da estação com banheiros. Sem contar o que não está representado no croqui que são as redes e os laços afetivos com o entorno.

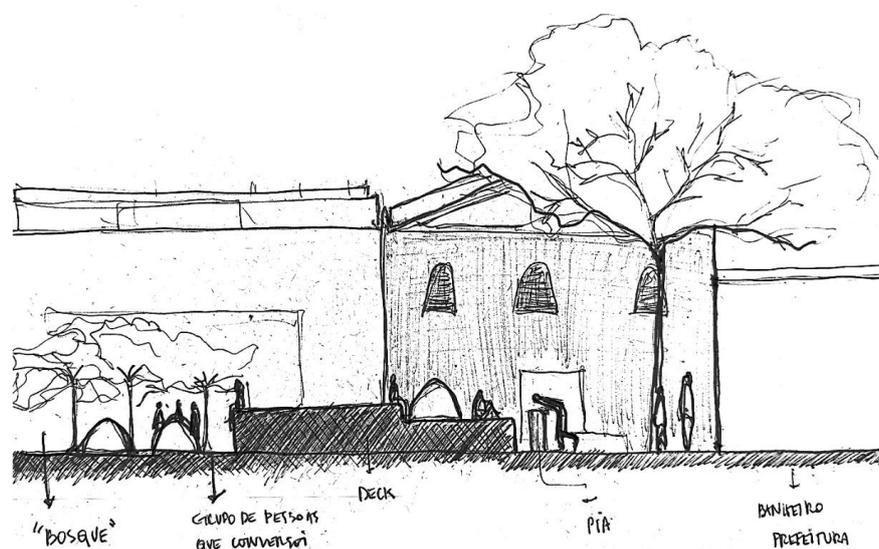


Figura 15. Croqui da Praça Ouvidor Pacheco e Silva, no dia 25/11/2020, a partir de observação realizada entre 18h e 20h, pg. 36 do caderno de campo 1.

Na sequência, identifico um quarto elemento que é a **presença de cachorros e gatos vivendo junto com as pessoas na rua**. O psicanalista Jorge Broide (2020) destaca a importância da relação entre o ser humano e o animal, resgatando, como exemplo, a figura da cachorra Baleia, em Vidas Secas, de Graciliano Ramos. Na história, "o animal é uma questão absolutamente central; a Baleia era o ser mais humanizado em meio à pobreza", pontua Broide, e na sequência, explica: "os cachorros são depositários do afeto, da delicadeza, da fidelidade, do companheirismo na hora da dor, da alegria, de compartilhar o pão". Com base nisso, é possível compreender por que as pessoas na rua deixam de ir para Centros de Acolhida da Prefeitura quando não há permissão para entrar cachorros. Observei em campo que há um

¹²² Centro Aberto, São Paulo. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/centro-aberto/>>. Acesso em 23/09/2022.

cuidado especial com os animais, tanto com relação à garantia de alimentação, como de abrigo. Também, embora tenha mais cachorros vivendo com as pessoas na rua, vale pontuar que observei pessoas com gatos.

O quinto elemento relativo ao espaço da moradia na rua é a **busca por energia elétrica**. Presenciei as pessoas puxando energia da rede pública para fazer um "gato" e poderem carregar o celular ou a "caixinha" de som. Segundo as pessoas com quem conversei, é a "Enel da rua". Em uma ocasião, uma das pessoas me perguntou se podia deixar o celular comigo ao longo do dia para que eu pudesse carregá-lo, e no final do dia a pessoa passaria para pegar.

Conforme retratei na figura 10 (pg. 107), e indiquei por meio da fala de uma mulher que guardava as verduras para poder cozinhar (mesma página), indico mais um elemento presente no espaço de moradia na rua: o **lugar de cozinhar**. As pessoas improvisam um local para acender fogo com proteção do evento, longe da barraca, e uma estrutura para apoiar a panela. A partir da minha vivência profissional trabalhando na Prefeitura, frequentemente escutava que as pessoas na rua gostavam de cozinhar, pois elas poderiam comer o que elas estivessem sentindo vontade, diferente do que acontece nas doações e serviços da Prefeitura, onde se come o que é oferecido.

Por fim, o último elemento que destaco para fechar o bloco das questões relativas ao espaço da moradia na rua é a **limpeza e a organização**. Frequentemente escutei, como visto em citações anteriores, que as pessoas buscam tornar o espaço da rua a sua casa, por isso, o cuidado com a limpeza e a organização. Ações que usualmente relacionamos com o cotidiano de uma casa "convencional", como a realização de faxina, aparecem também no ambiente da rua. Em um dos campos que realizei, observei que o espaço estava organizado de uma forma diferente do que estava no dia anterior. Comentei com as pessoas que moravam no local que o espaço estava mudado e perguntei se haviam feito algo, e uma das pessoas me respondeu que "quinta-feira é o dia da faxina" - o que denota um hábito regular.

Seguimos para o último e quarto bloco temático que identifiquei no campo do cotidiano na rua. Nele, falarei sobre as **individualidades na rua**, em diálogo com o bloco temático da sociabilidade, por terem um caráter mais subjetivo, mas aqui, empreendo uma tentativa de olhar para o indivíduo. Destaquei **seis elementos** dentro deste bloco temático.

O primeiro deles é sobre a **dificuldade em conseguir emprego e permanecer nele** estando na rua. Não ter um endereço é uma grande desvantagem que pessoas que moram na rua enfrentam em processos seletivos de emprego. Embora seja obrigatório os serviços de atendimento a essa população emitirem comprovantes de endereço tendo como referência o

próprio serviço, muitas vezes as pessoas em situação de rua não sabem que têm esse direito, ou lhes é negado nos serviços, ou ainda o comprovante mal visto pelas empresas. Fora essa questão, identifiquei pessoas aflitas para conseguirem sair da rua, pois haviam conseguido um emprego e não seriam capazes de seguir a nova rotina estando na rua, por conta de terem que seguir um horário fixo, tomar banho, utilizar roupas limpas, uma regularidade que não é garantida na rotina da rua, ainda que as pessoas se empenhem para isso.

O segundo elemento da individualidade trata-se da situação de **pessoas na rua que estão sem documentos**. Esse fator, dialoga com o que falamos anteriormente, sobre a dificuldade de conseguir e permanecer em empregos. Pessoas com quem conversei me relataram estar sem documentos porque perderam, ou porque foram roubadas, ou porque os documentos foram levados pelo "rapa", ou porque o documento molhou. Identifiquei que o fato de os processos de agendamento para emissão de documentos terem agora o formato digital, constitui mais uma barreira no acesso. Estar sem documentos é um impeditivo para conseguir uma série de direitos, tais como os benefícios de redistribuição de renda.

Neste ponto, emendo com o terceiro elemento que é a **dificuldade em carregar os pertences pessoais** estando na rua. Como dito anteriormente, é comum as pessoas nas ruas perderem seus pertences, inclusive documentos. Isso tem a ver, também, com o fato de a cidade não disponibilizar bagageiros públicos. Carregar nas costas tudo o que se tem nos deslocamentos do dia-a-dia é extremamente desgastante. Além de bagageiros públicos, se as pessoas tivessem acesso a vagas fixas nos Centro de Acolhida, poderiam guardar parte de seus pertences e não ter que caminhar com eles ao longo do dia. Vejamos, a seguir, trecho de uma conversa com Cícero, na qual fala sobre a dificuldade em carregar seus pertences. Após, registro da caminhada que fiz com ele para tentar achar uma vaga fixa em um Centro de Acolhida na região central.

[Cícero] me contou que não havia conseguido vaga fixa, só pernoite, o que para ele não fazia sentido, pois o que ele precisava era tirar o peso que era carregar aquela mala de couro por todo lugar. Seguimos nosso caminho em direção ao Centro de Acolhida Anhangabaú. Nesse momento, Cícero colocou a mala de couro na cabeça, equilibrando-a sem as mãos. (...). Pensei como era difícil carregar todas aquelas coisas: estava muito pesado, e eu ainda estava ajudando com a sacola de doações. Perguntei a ele se queria que eu guardasse a mala na Secretaria, mas ele disse que não, que estava "acostumado com aquela vida" (Trecho de conversa realizada em movimento, entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e o Centro de Acolhida Vale do Anhangabaú com Cícero, no dia 09/12/2020, das 12h30 às 14h, pg. 55 e 56 do caderno de campo 1).

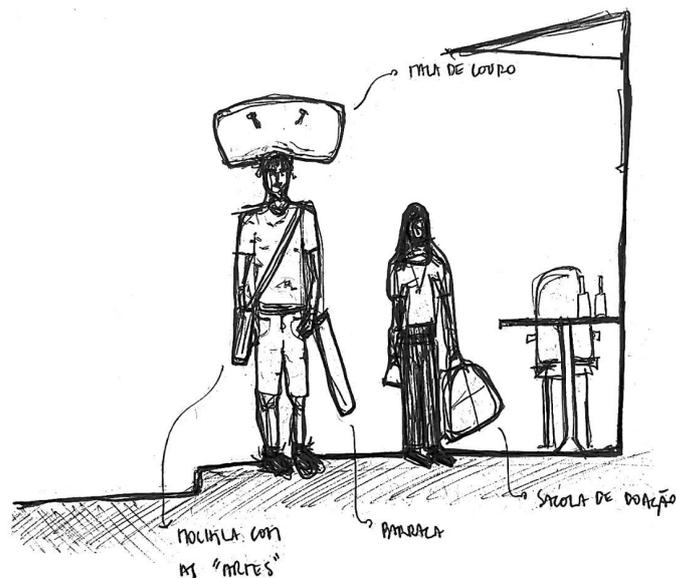


Figura 16. Croqui da caminhada que realizei com Cícero entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e o Centro de Acolhida Anhangabaú, no dia 09/12/2020, entre 12h30 e 14h, pg. 54 do caderno de campo 1.

O quarto elemento observado no âmbito da individualidade na rua é a **dificuldade dos cuidados contínuos em saúde**. Muito embora exista uma estratégia instituída na Política Nacional de Atenção Básica voltada a garantir equidade no atendimento, com uma equipe específica que trabalha com pessoas em situação de rua, que são os Consultórios na Rua¹²³, observei em campo pessoas que não acessam a rede do Sistema Único de Saúde. São casos diversos, entre eles: pessoas que disseram ter transtornos mentais (exemplos: depressão e esquizofrenia), tratamento de feridas na pele, dores crônicas e tratamento de hepatite e tuberculose. Em um dos casos, a entrevistada disse que não ia ao médico cuidar da dor no joelho, porque tinha medo de sair da barraca e o "rapa" levar seus pertences.¹²⁴

Seguindo no campo da saúde, o quinto elemento que trago com relação às individualidades na rua é sobre a **má qualidade do sono**. Já falamos anteriormente como a sensação de insegurança na rua atrapalha o sono, e aqui resgatamos o tema. Os relatos dão conta de mostrar que parte das pessoas que moram nas ruas não tem qualidade no sono, seja por conta dos cachorros que interrompem o sono ao longo da noite, seja por conta do barulho das pessoas e carros passando, das luzes da cidade, além da sensação de insegurança, como dito, por conta do medo de violências e assaltos. Há relatos, também, de pessoas que têm dificuldade de dormir na rua por conta de um sentimento relacionado à saudade e à tristeza,

¹²³ Consultório na Rua, Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/ape/consultoriorua/>>. Acesso em 23/08/2022.

¹²⁴ Relato de entrevista realizada na Praça Padre Manoel da Nóbrega com Betânia, no dia 26/07/2022, das 15h15 às 16h15, pg. 65 do caderno de campo 2.

conforme vemos nesta fala: "Porque quando todo mundo fala tô indo para casa, que tem um canto... Aí quando você não tem... Uma pessoa na rua, quando fecha os olhos para dormir, a dor vem. Você não sabe se vai acordar. Se o frio vai aumentar."¹²⁵

Por fim, para encerrar o último bloco temático no âmbito do cotidiano na rua, e junto, encerrar a segunda abordagem que tratamos neste capítulo, sobre as experiências de moradia na rua, trago mais um elemento para pensar as individualidades: a realização de **visitas a familiares** aos finais de semana e em datas comemorativas. Essa observação mostra que os vínculos familiares das pessoas que estão nas ruas não estão completamente rompidos. Há casos de pessoas que não possuem contato com seus familiares. Mas, algo que me surpreendeu na rua foi o número de vezes que as pessoas citavam que iam fazer uma visita, ou que iam passar um tempo na casa da tia, ou voltar para a casa no Natal, entre outras situações. Isso não quer dizer que o caminho de saída da rua seja o retorno ao convívio familiar, porque as pessoas podem manter os laços e mesmo assim não querer voltar a morar com a família.

Em linhas gerais, esta seção apresentou os sentimentos das pessoas que moram na rua com relação a seu dia-a-dia nesse *habitat*, sistematizou os principais termos que as pessoas utilizam para se referir ao espaço de moradia na rua e descreveu características do cotidiano de quem mora nas ruas. O conteúdo apresentado qualifica a ideia introduzida no capítulo 1 sobre a **condição de extrema inadequação que é morar nas ruas**. Se pensarmos em outros direitos fundamentais necessários para o ser humano *sobreviver*, como a segurança alimentar e nutricional e a saúde, é possível refletir, a partir do que foi apresentado, inclusive com exemplos concretos, que esses dois direitos fundamentais são prejudicados quando o direito à moradia não é garantido.

Ainda que identifiquemos um esforço por parte das pessoas que vivem nas ruas com relação à organização do espaço onde moram, inclusive com rotinas individuais de cuidados diários, e também, ações de proteção social voltadas à situação de rua por parte do poder público, é fundamental que os dados aqui reunidos reforcem que **não há projeto possível para se viver nas ruas**. É preciso considerar que este fenômeno existe e que soluções práticas devem ser implementadas para tornar menos penosa a vida de quem vive nas ruas, como a instalação de banheiros públicos com chuveiro e lavanderia, acesso à água, além de programas que garantam a segurança alimentar e nutricional e do cuidado com a saúde. Mas, o que os dados nos mostraram é que **as pessoas não querem permanecer morando nas ruas**, o que

¹²⁵ Trecho da entrevista realizada no Edifício Mário de Andrade com Elias, no dia 26/07/2022, das 12h10 às 13h10, pg. 57 do caderno de campo 2.

é reforçado pelos sentimentos apresentados ao longo desta seção, que apontam uma situação de **sofrimento** diante da **falta de privacidade, da insegurança, do medo, do tédio, da ansiedade e da tristeza**.

Por outro lado, a seção revela que **a vida nas ruas é carregada de vínculos afetivos e redes de sociabilidade** importantes. Os exemplos que vimos ilustram o conceito empregado pelo psicanalista Jorge Broide (2020) das "ancoragens", as quais permitem que as pessoas nas ruas vivam e sobrevivam. Essa camada da vida nas ruas - das relações sociais - contrasta com as representações das pessoas sobre suas relações sociais passadas, marcadas por diversas formas de violências e preconceitos. Apesar das brigas, roubos, e violências, que também estão presentes no cotidiano da vida nas ruas, chama atenção os sentimentos que refletem a importância das relações sociais construídas e mantidas na rua, como a **felicidade, a aceitação, o pertencimento, a liberdade e a tranquilidade**. Uma das pessoas em campo traduziu seu sentimento da seguinte forma: "a rua abraça"¹²⁶.

¹²⁶ Expressão utilizada por Joice em entrevista realizada na Praça do Patriarca, no dia 23/07/2022, das 12h20 às 13h30, pg. 37 do caderno de campo 2.

2.4. Sobre as expectativas e desejos com relação à moradia

A partir dos dados coletados em campo sobre a abordagem 3 que defini para investigar a questão da moradia, *expectativas com relação à moradia*, elenquei os aspectos principais desta abordagem no seguinte quadro síntese¹²⁷:

<p>(3) Expectativas com relação à moradia</p> <p>a) 5 lugares onde gostariam de morar:</p> <ul style="list-style-type: none">• Região central de São Paulo• Fora da região central de São Paulo• Em uma cidade mais tranquila que São Paulo• Voltar para onde nasceu (quase todas as referências são da Região Nordeste)• Em uma área rural <p>b) 4 respostas sobre com quem gostariam de morar:</p> <ul style="list-style-type: none">• Com um(a) companheiro(a) que gostaria de encontrar (mas ainda não tem)• Voltar a morar com a família que morava antes de ir para a rua• Com o(a) filho(a), nos casos de mães solteiras• Com o(a) companheiro(a) que vive na rua ou com a família que vive na rua, nos casos de casais com um ou mais filhos <p>c) 9 características desejadas para a moradia:</p> <ul style="list-style-type: none">• Um lugar onde pudesse se sentir em casa• Com privacidade para ter intimidade• Com conforto para ficar à vontade• Com as próprias regras• Simples, básica, normal: quarto, sala, cozinha e banheiro• Área externa com sol para secar roupa, ter plantas e deixar o cachorro• Preferência por casa e não apartamento para ter mais liberdade• Preferência por casa própria para não ter que pagar aluguel• Ter o controle da chave <p>d) 3 aspectos que dificultam conseguir a moradia que desejam:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dinheiro é insuficiente• Renda é instável• A família aceitaria e quer que a pessoa retorne, mas a própria pessoa não quer voltar

Quadro 3. Quadro síntese da abordagem 3, expectativas com relação à moradia, desenvolvido a partir da sistematização dos dados coletados na pesquisa de campo. Elaboração própria.

O censo da população em situação de rua de 2021 aborda diversos temas sobre o perfil socioeconômico e a vida cotidiana dessa população. Com relação à moradia, o relatório da

¹²⁷ As ideias apresentadas no quadro síntese da abordagem 3 refletem somente o conteúdo dos dados coletados em trabalho de campo, ou seja, das pessoas com quem conversei. Trata-se de um resumo do conteúdo que será apresentado a seguir.

parte amostral da pesquisa¹²⁸, conforme vimos no capítulo 1, apresenta dados sobre a intenção de deixar de viver na rua e sobre o que os ajudaria a sair da rua, e também apresenta as justificativas no caso de pessoas que saíram da rua, mas retornaram, para que seja possível entender as causas. Na pesquisa censitária, retomando o que já foi apresentado no capítulo 1, 92% das pessoas responderam que gostariam de deixar de viver nas ruas. Ao serem questionadas sobre o que as ajudaria a deixar de viver nestas condições, 45% respondeu ter um emprego fixo, 23% ter uma moradia permanente, 8% retornar à casa da família, 6,5% superar a dependência de álcool e outras drogas e 5,5% receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou aposentadoria.

Entre as pessoas entrevistadas no censo, um percentual alto (50%) respondeu que já havia saído da rua e acabou retornando. Entre essas pessoas, 29% respondeu que isso aconteceu em função da perda de trabalho, 28% em função de conflitos familiares, 23% em função de problemas com uso de drogas e 6,5% porque perdeu a casa ("não consegui manter o aluguel" - uma das possíveis respostas indicadas no censo sobre a perda da casa). Se compararmos esses motivos de retorno à rua com os motivos que as pessoas responderam inicialmente, sobre o que as fizeram ir para a rua, vemos grandes semelhanças.¹²⁹

Esta seção do capítulo 2, por meio do diálogo com as pesquisas existentes sobre o tema e com os dados quantitativos que o censo apresenta, tem como objetivo aprofundar o entendimento acerca das **expectativas com relação à moradia desse recorte populacional**. O conteúdo que será apresentado a seguir é uma síntese que pode apoiar a formulação de políticas públicas habitacionais, em diálogo com o acúmulo de conhecimento que os próprios órgãos públicos já possuem, além dos resultados apontados em pesquisas da área, como vimos no capítulo 1 (Kohara, 2018; OAF, 2021; Ornelas e Duarte, 2022). Pelo fato de os dados desta pesquisa trazerem elementos que retratam um dado recorte temporal, espacial e social, em função dos limites do trabalho de campo, temos um registro atual das expectativas das pessoas com relação à moradia, que diz respeito à realidade da cidade de São Paulo, mas, o conteúdo que será apresentado não esgota o universo de expectativas e desejos com relação à moradia dessa população.

¹²⁸ Relatório da etapa amostral do Censo da População em Situação de Rua, Prefeitura de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc0ODEyM2QtY2ZkZC00YjIhLWFmNmQtYmY2YzU4NWVjZDEwliwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>. Acesso em 23/08/2022.

¹²⁹ Os motivos de ida para a rua foram respondidos da seguinte forma no censo: 34,7% conflitos familiares, 29,5% problemas com álcool e outras drogas, 28,4% perda de trabalho/renda, 13,9% perda da moradia, 4,2% problemas de saúde e 2,3% egresso do sistema prisional.

Abordaremos o tema, de modo a aprofundar o conhecimento para além da perspectiva quantitativa que o censo apresenta e das pesquisas existentes, a partir de 4 aspectos: **onde as pessoas gostariam de morar; com quem gostariam de morar; como imaginam o espaço da moradia; e quais dificuldades entendem enfrentar para conseguir acessar a moradia desejada.**

O Programa Minha Casa Minha Vida de provisão de moradias sociais, executado em escala nacional a partir de 2009, tendo sua produção diminuído drasticamente, em especial aquela destinada às famílias mais pobres (0 a 3 salários mínimos), desde 2016, trouxe à tona a discussão sobre a **importância da localização no acesso à moradia adequada.** O tema foi largamente discutido e analisado (Ferreira, 2012; Balbim, Krause e Neto, 2015), e os trabalhos, em linhas gerais, criticaram o fato de as moradias produzidas estarem localizadas em áreas não urbanizadas, longe da rede de transporte público, isoladas de oportunidades de emprego, de serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais, reproduzindo precariedades nas áreas recém ocupadas. Nesse sentido, interessa olhar o ponto de vista das pessoas que moram nas ruas, sobre **o lugar que gostariam de morar** e os motivos.

Algumas pessoas disseram que gostariam de continuar morando na **região central de São Paulo** por ser um lugar mais fácil para conseguir emprego e por já estarem acostumadas com o dia-a-dia do centro. Outra parcela respondeu que gostaria de **continuar em São Paulo, mas morar no "bairro"**, em oposição à região central. Citaram lugares como Santo Amaro, Largo Treze, Capão Redondo e também as "favelas", esta última, justificada pela pessoa "gostar da vida que tinha antes". Quando perguntei o motivo de não querer morar no centro (onde estavam morando no momento da pesquisa), uma das pessoas disse que "é uma perturbação o dia inteiro aqui", e completou, justificando o porquê gostaria de morar em bairros afastados do centro: "é mais tranquilo, aqui é muito perigoso"¹³⁰.

Também, apareceram respostas de pessoas que gostariam de **continuar morando em uma cidade, mas não em São Paulo**, uma "(...) cidade mais tranquila, com emprego, casinha e dignidade"¹³¹. Outra pessoa, quando pedi para explicar por que gostaria de voltar para o interior, me respondeu da seguinte forma: "Mas não [São José do] Rio Preto, queria morar em

¹³⁰ Trecho da entrevista realizada na Praça do Patriarca com Lohany, no dia 19/01/2021, das 8h às 10h, pg. 104 do caderno de campo 1.

¹³¹ Trecho da entrevista realizada na Praça Padre Manoel da Nóbrega com Marcel, no dia 24/11/2020, das 18h às 20h, pg. 31 do caderno de campo 1.

Mirassol, porque é menor, mais calmo, não tem violência, e meus filhos moram lá perto. (...). Cidade pequena, galo cantando, passarinho.”¹³²

Por fim, os últimos dois padrões de respostas que identifiquei foram de pessoas que gostariam de **voltar a morar onde nasceram**. Entre as respostas, apareceram Bahia, Pernambuco, Paraíba e Paraná. Estas respostas estão associadas a pessoas que indicaram querer voltar a morar com a família. Já outras pessoas, disseram que gostariam de **morar em uma área rural**, pois já haviam morado dessa forma anteriormente, e sentiam saudades. A seguir, trecho da fala de uma pessoa que gostaria de voltar a morar na Paraíba:

Eu gostaria de morar lá onde eu nasci, na Paraíba, no interior, nasci na roça. Era um sítio, não tinha banheiro, não tinha energia, não tinha nada. Só tinha água e um rio. Eu mesmo, quando eu morava lá, eu queria conhecer São Paulo. Agora que eu já conheci eu queria voltar. A minha mãe mora até hoje lá. (...) Porque lá não tem maldade, é roça, é sítio, eu lembro muito da minha infância que foi até, mais ou menos, meus treze anos. Nós jogava bola. Eu nunca andei de skate, de patins, de nada. Então a diversão que nós tinha era jogar bola no rio, e andar a cavalo, seja no jumento, num burro. E buscar o gado, as ovelhas na roça. Essa foi minha infância. Pra nós estuda, nós andava seis quilômetros a pé para pegar um ônibus e andar mais doze (Trecho de entrevista em grupo realizada na Praça da Patriarca com Edvaldo, Nicole e Kelly, no dia 27/02/2021, das 18h às 20h, pg. 133 e 134 do caderno de campo 1).

Assim, vimos que não há uma preferência única pelo lugar onde morar. De um lado, há pessoas que gostariam de continuar morando no centro de São Paulo pela rede de serviços e oportunidades que enxergam existir na região, mas, por outro lado, chama atenção o grande número de pessoas que preferem por morar em um lugar mais "tranquilo", seja ele em um bairro afastado do centro em São Paulo, ou em um município menor, ou retornando para onde nasceram, aparecendo até mesmo a vontade de viver em um contexto rural - sentimento contrastante com a experiência de viver em São Paulo.

Uma informação que o censo não mostra é a preferência das pessoas com relação a **com quem elas gostariam de morar** - segundo aspecto que apresento sobre a abordagem 3, relativa às expectativas com relação à moradia. Na experiência profissional que tive na Prefeitura trabalhando com o tema, circulava a ideia entre profissionais da prática que as pessoas poderiam querer morar sozinhas, com algum companheiro ou companheira, com os filhos, com a família, e até mesmo com amigos, de modo a manter, como apresentado anteriormente, a sociabilidade existente na rua. Vejamos se o que encontramos na pesquisa de campo corrobora essas hipóteses.

¹³² Trecho da entrevista realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com Francisco, no dia 21/01/2021, das 18h às 20h, pg. 117 do caderno de campo 1.

Surpreendentemente, **nenhuma das pessoas com quem conversei e entrevistei disse que gostaria de morar sozinha**. A pesquisa amostral do censo realizada pela Prefeitura em 2021 apresenta que 71,4% das pessoas que moram nas ruas e nos Centros de Acolhida da cidade vivem sozinhas - por isso a surpresa. Novamente, ressalto que a presente pesquisa não tem um valor estatístico, por ter uma abordagem qualitativa sobre a questão, mas mesmo assim, é um fator a ser levado em consideração. As pessoas com quem conversei e que estavam sozinhas na rua responderam que queriam **morar com um companheiro ou companheira que elas ainda gostariam de encontrar**. Outras pessoas que também estavam sozinhas responderam que desejavam **voltar a morar com suas famílias (mãe, pai, esposa, marido) ou apenas com seus filhos**. Observei um padrão de homens que viviam sozinhos na rua e responderam que gostariam de morar com seus filhos - que viviam fora das ruas.

As **mulheres que viviam nas ruas com seus filhos indicaram querer sair da rua e continuar morando com os filhos**. Conversei com algumas **famílias**, neste caso me refiro a casais - seja heterossexual ou homossexual - **com filhos, que gostariam de sair da rua e continuar morando com a família**. Quando questionei se gostariam de morar com amigos, nenhuma pessoa respondeu que sim. Talvez isso tenha relação com o fato de que a maioria das modalidades de acolhimento da Política de Assistência Social seja ofertada por meio de quartos compartilhados e, dependendo da tipologia de atendimento, com menos ou mais pessoas. Ou seja, elas não têm outra opção a não ser morar em coletivo. Por terem vivido experiências ruins nestes serviços, como veremos na próxima seção do capítulo (2.5.), isso pode ter influenciado na opinião de não quererem morar com amigos.

A partir daqui, falaremos sobre as **características das moradias desejadas** pelas pessoas. Apresentarei uma visão geral dessas expectativas, e depois, aprofundarei as ideias com apoio das falas das pessoas e de croquis.

Em geral, as pessoas imaginam um lugar onde possam **"se sentir em casa"**. Uma moradia com **conforto para ficarem à vontade** e com **privacidade para terem intimidade**. Também destacam a importância de ser um **lugar onde possam fazer valer as próprias regras**, sem hora para tomar banho, cozinhar, acordar, dormir, etc. Quanto ao aspecto estético, fora uma exceção que tratarei adiante, as pessoas buscam um **lugar "simples, básico, normal"**. O que mais ouvi quando as questionei sobre como seria essa moradia foi: **"quarto, sala, cozinha e banheiro"**. Alguns, destacaram a importância de ter uma **área externa com sol para secar a roupa, ter plantas e deixar os animais**. Indicaram também a **preferência por casa e não apartamento "por ter mais liberdade"** e também a preferência, ainda que não tivessem nenhuma esperança em concretizá-la, de ter uma **moradia própria e não**

alugada. Por fim, fazem referência à importância da "**chave na mão**", que simboliza a posse e a segurança da moradia.

No trecho a seguir, podemos observar a ideia da "simplicidade" na resposta da pessoa à pergunta sobre como seria a sua moradia: "Uai, um lugar para esconder da chuva e do sol já tá bom, como assim?"¹³³. Expliquei a essa mesma pessoa que gostaria de entender como ela imaginaria essa casa, e pedi que a descrevesse:

É um lugar onde vai ter trabalho. Precisa ter trabalho. Eu gostaria de ter uma casinha simples: 2 cômodos, banheiro, sala, área para lavar, cozinha. Sem grama, porque dá muito trabalho, muito pernilongo. [Pedi para me descrever as cores.] A casa seria branca, porque é a cor da paz. Por dentro também seria branca. E não ia ter telhado, é laje mesmo. Térrea, não gosto de apartamento. Já fiquei preso 2 horas em elevador, quase morri, nunca mais entrei. Eu ia colocar uns quadros também de natureza (Trecho da entrevista realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com Francisco, no dia 21/01/2021, das 18h às 20h, pg. 117 do caderno de campo 1).

Assim como está presente no trecho anterior, observei outras pessoas que fizeram a relação entre a moradia desejada e a garantia de um trabalho, conforme segue: "Stephany contou que queria muito estar em uma casa com seus cachorros e que eles [ela e seu companheiro] iam batalhar para comprar um espaço para morar e ao mesmo tempo trabalhar: queriam construir uma pequena cooperativa de catadores de material reciclável."¹³⁴

Já no trecho a seguir, podemos observar a preferência pela casa própria e como isso traria tranquilidade à pessoa, além de ser possível notar a busca por um espaço com intimidade: "Pode ser hotel, apartamento, mas eu prefiro casa, casa própria. [E como ia ser essa casa?] Ia ser meu sonho: pia, meu quarto com chave, banheiro, e um lugar para mim respirar e dizer: hoje aqui é meu, graças a Deus. Meu sonho era ter uma televisão de plasma."¹³⁵

Uma das mulheres transexuais com quem conversei, Lohany, reproduziu o ideal de casa que ouvi recorrentemente em campo que era "quarto, sala, cozinha e banheiro", acrescentando o espaço da lavanderia e do quintal, este último elemento por considerar importante por conta do cachorro.

Gostaria de morar em uma casinha mesmo. Seria uma casa térrea, com um quarto, sala, cozinha, banheiro, lavanderia e um quintal. Também seria um lugar com janela. Eu iria levar o cachorro e também o Marcelo [seu namorado], claro (Trecho de

¹³³ Trecho de conversa realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com Francisco, no dia 14/01/2021, das 8h30 às 10h, pg. 83 do caderno de campo 1.

¹³⁴ Trecho da conversa realizada na Praça do Patriarca com Stephany, no dia 16/12/2020, das 18h às 20h, pg. 70 do caderno de campo 1.

¹³⁵ Trecho da entrevista realizada na Praça do Patriarca com Robson, no dia 23/07/2022, das 14h às 15h, pg. 44 do caderno de campo 2.

entrevista realizada na Praça do Patriarca com Lohany, no dia 19/01/2021, das 8h às 10h, pg. 104 do caderno de campo 1).

Na busca por aprofundar o entendimento acerca da ideia de moradia que estava em seu imaginário, perguntei se ela poderia desenhar a casa que havia acabado de me descrever. A seguir, desenho feito por Lohany:

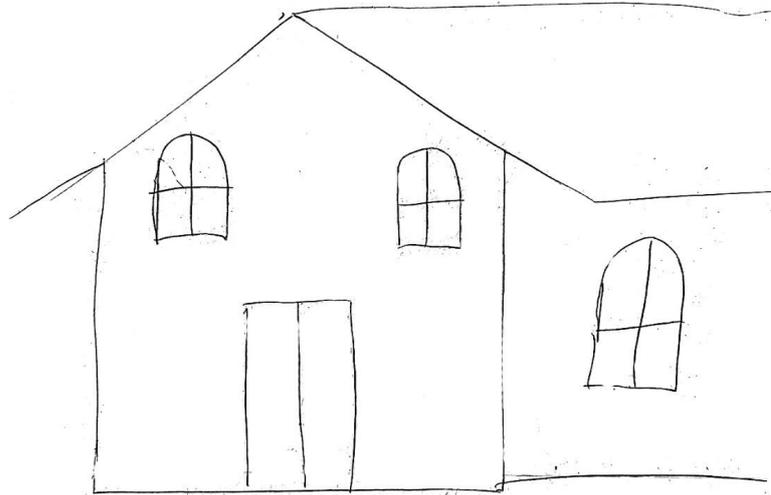


Figura 17. Desenho sobre a expectativa de moradia futura, feito por Lohany durante entrevista realizada na Praça do Patriarca, no dia 19/01/2021, entre 8h e 10h, pg. 105 do caderno de campo 1.

A partir daqui, apresento passagens de conversas que tive com duas pessoas que disseram que gostariam de voltar para o lugar onde nasceram - um deles na Paraíba, em uma cidade chamada Ibiara, e o outro em Pernambuco, em uma região de praia, em que a pessoa não especificou o nome do município. Edvaldo, da Paraíba, contou que gostaria de voltar para o sítio onde nasceu, pois "tem tudo lá", expressão curiosa considerando a descrição que ele mesmo fez de sua moradia, na página 125 deste trabalho, indicando precariedades e inadequações, como a falta de banheiro e a longa distância da escola. Mesmo assim, as boas lembranças da vida em família e da proximidade com a natureza lhe parecem questões mais centrais:

Mas vou te falar, eu era muito mais feliz lá do que aqui. Lá o povo de lá não tem maldade. Eu não quero dinheiro, essas coisas. Eu não penso nisso. Eu quero a natureza, porque lá não tem gente, não é igual aqui. Você na casa de qualquer pessoa, a pessoa tira a camisa para você sentar. Não é que nem São Paulo, eu não entendo, as pessoas nem conversam, porque têm medo. Se eu pudesse voltar àquela vida, eu sei que não está mais igual, mas se eu pudesse voltar eu voltava (Trecho de entrevista em grupo realizada na Praça da Patriarca com Edvaldo, Nicole e Kelly, no dia 27/02/2021, das 18h às 20h, pg. 133 e 134 do caderno de campo 1).

No meio da entrevista, perguntei se Edvaldo poderia desenhar a casa que gostaria de voltar a morar, e Edvaldo aceitou. Dei meu caderno e minha caneta a ele e continuei

conversando com outras duas pessoas que estavam participando da entrevista em grupo, Nicole e Kelly. A seguir, o desenho de Edvaldo:

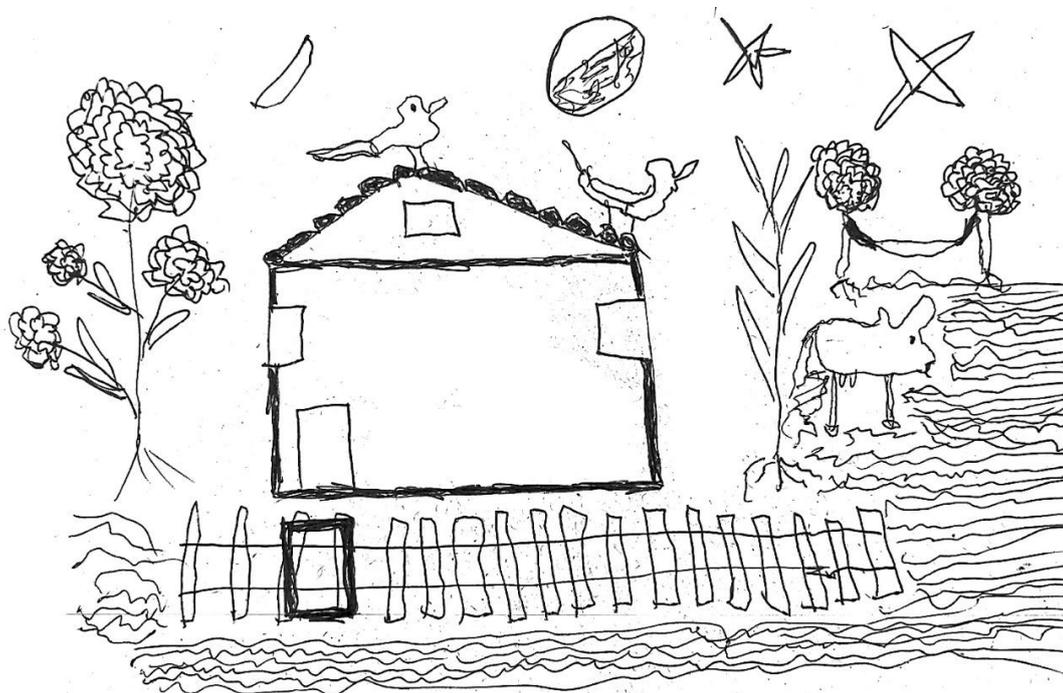


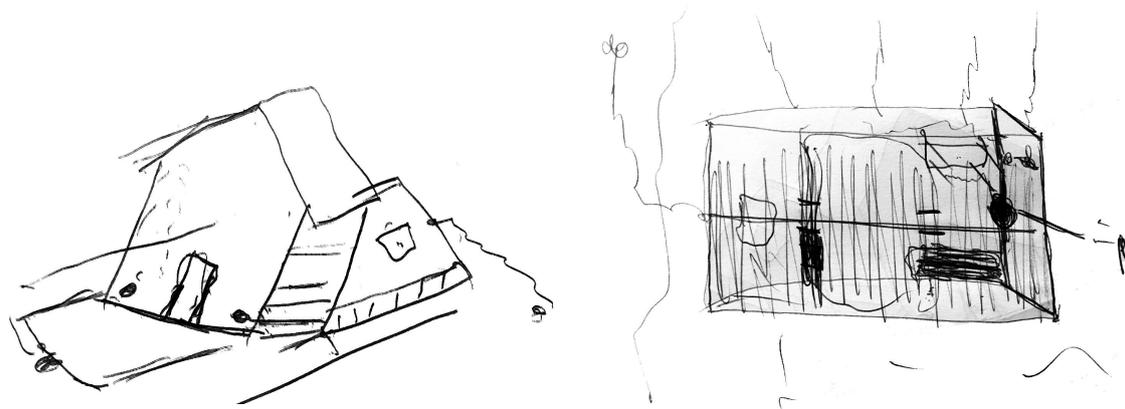
Figura 18. Desenho sobre a expectativa de moradia futura, feito por Edvaldo durante entrevista em grupo realizada na Praça do Patriarca, no dia 27/02/2021, das 18h às 20h, pg. 137 do caderno de campo 1.

Podemos observar no desenho anterior referências à natureza, como as plantas ao redor da casa, as árvores, os animais, além das diferentes fases da lua representadas, e das estrelas. Conforme Edvaldo foi me descrevendo a casa que gostaria de morar, explicando o desenho que havia feito, destacou a busca pela "tranquilidade", a qual foi representada por ele pela rede pendurada entre duas árvores. Outro elemento que chama atenção no desenho é a cerca que envolve a casa, demarcando de forma explícita o espaço da sua moradia.

O segundo exemplo é de Cícero, nascido em Pernambuco. Diferente do padrão "quarto, sala, cozinha e banheiro", Cícero planeja sua casa em um outro formato. Quando perguntei para onde gostaria de ir, ele me respondeu da seguinte forma, demonstrando que sabia o que queria:

Não é onde eu gostaria de ir e sim onde eu vou. Você fez a pergunta errada, não pode pensar assim. Eu vou morar na beira de um rio, em cima de uma casa flutuante. Eu quero muito plantar minha comida, cuidar das plantas. Eu queria ter um sítio com água. Seria um rio que leva à foz, é isso o que eu quero. Voltar a viver com meus meninos (Trecho de entrevista realizada na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania com Cícero, no dia 27/11/2020, das 12h30 às 13h45, pg. 50 do caderno de campo 1).

Em seguida, pedi que ele descrevesse essa casa e Cícero propôs desenhá-la, sem que eu tivesse feito a sugestão. Cícero era um palhaço e artista. Fazia parte do grupo chamado Palhaçaria de Rua, formado por pessoas em situação de rua que se juntavam e se apresentavam para conseguir gerar renda. Cícero também era artesão. Pelas conversas que tive, me contou que sabia fazer papel machê, montar cestos, escrever poemas, produzir zines¹³⁶, entre outras formas de expressão artística. Acredito que por conta disso, ele próprio teve a iniciativa de desenhar a moradia que estava me descrevendo, por se sentir à vontade para representar suas ideias por meio de sua arte.



Figuras 19 e 20 (esquerda e direita, respectivamente). Desenhos sobre a expectativa de moradia futura, feitos por Cícero durante entrevista realizada na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, no dia 27/11/2020, das 12h30 às 13h45, pg. 51 do caderno de campo 1.

A seguir, trecho do caderno de campo no qual Cícero explica a casa:

Conforme Cícero descrevia a casa, percebi que ele entendia de construção, pois estava falando dos tipos de materiais, que seria algo leve e barato. Ele disse que seria como uma jangada, um tablado. De um lado, teria uma varanda para ele descansar e do outro lado, um espaço para ele trabalhar na pesca. No meio do tablado teria a casa. Conforme ele desenhava, era um único cômodo, com sala, quarto e cozinha juntos. Ele não desenhou banheiro. Me contou que nas laterais da casa ele faria uma horta vertical para sua vida ser sustentável (Trecho de entrevista realizada na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania com Cícero, no dia 27/11/2020, das 12h30 às 13h45, pg. 52 do caderno de campo 1).

Destaco alguns elementos da fala de Cícero. Primeiro, a familiaridade dele com técnicas da construção civil, reforçando o dado apresentado pelo censo de 2021 que mostra que a atividade produtiva mais exercida pelas pessoas antes de chegar à rua é a construção civil. Em sua descrição, também observamos a busca pelo descanso, de um lado, e pelo trabalho, por outro lado, característica que apareceu em outras conversas, como vimos.

¹³⁶ Um zine é uma obra de pequena circulação que pode ser composta por textos e imagens e normalmente é reproduzida por meio de uma copiadora.

Encerrando a terceira abordagem do capítulo 2, que trata das *expectativas com relação à moradia*, identifiquei **três aspectos** destacados pelas pessoas que estavam morando nas ruas como **barreiras que dificultam o acesso à moradia desejada**. Embora eu tenha feito um exercício de análise e sistematização dos dados, identificando esses três aspectos, a questão central está relacionada à renda.

O primeiro aspecto que teve maior destaque como barreira para o acesso à moradia é a **dificuldade de geração de renda**. As pessoas apontam que o dinheiro que têm é **insuficiente**, e por isso, expressam a necessidade de buscar um emprego ou conseguir outro trabalho que lhes garanta maior renda mensal. Outro aspecto recorrentemente citado, que está relacionado com o aspecto anterior, é a **instabilidade da renda**. As pessoas disseram que mesmo conseguindo gerar alguma renda, optam por não sair da rua, pois sabem que a renda que têm é instável, uma vez que podem perder o emprego a qualquer momento. Isso vale também para as pessoas que dependem da reciclagem e de bicos, as quais disseram que não têm como prever o quanto vão ganhar no mês, o que dificulta o pagamento regular de aluguel no mercado privado. Como já comentado anteriormente neste capítulo, pessoas indicaram que a única renda que possuíam era o benefício Auxílio Brasil - no período, R\$400. A partir disso, explicaram que esse valor é insuficiente para alugar um lugar, e ainda pagar as contas de água e luz, fora as despesas com alimentação.

Retomando o início desta seção, em que indiquei que 45% das pessoas em situação de rua responderam que o que mais as ajudaria a sair da rua era ter um emprego fixo, destaco que esse dado mostra como as pessoas têm a noção do quanto a renda é ainda mais fundamental do que a própria moradia no sistema econômico em que vivemos. Isso significa que a moradia não é enxergada como um direito, e sim como uma mercadoria que só pode ser acessada por quem pode pagar por ela. A modalidade *Housing First* (moradia primeiro), conforme vimos no capítulo 1, inverte essa lógica, promovendo o acesso à moradia, independente da situação financeira e de saúde da pessoa.

O terceiro aspecto que identifiquei como dificultador do acesso à moradia, a partir da fala das pessoas, é o fato delas **não se sentirem à vontade para voltar para a casa da família**, no caso daquelas pessoas que desejam esse retorno. Por estarem sem renda e vivendo nas ruas, muitas vezes numa condição de dependência de alguma droga, o ambiente familiar não lhes é acolhedor, ainda que a família deixe claro que acolheria a pessoa, como é o caso de muitas com quem conversei. Neste ponto, retomamos uma discussão anterior, sobre a vergonha que a pessoa que vive na rua tem diante de sua família, se culpando por estar nessa condição.

2.5. Sobre as percepções com relação às políticas públicas

A partir dos dados coletados em campo sobre a abordagem 4 que defini para investigar a questão da moradia, *percepções sobre as políticas públicas*, elenquei os aspectos principais desta abordagem no seguinte quadro síntese¹³⁷:

(4) Percepções sobre as políticas públicas

a) 11 respostas sobre o que seria direito à moradia:

- Maior conforto que pode existir
- Viver em família em um lar
- Ter paz
- Ter dignidade
- Ter autonomia
- Ter segurança
- Ter privacidade
- Não depender da assistência social
- Poder fazer sua própria comida
- Poder ir e vir
- Respeitar as diferenças

b) 4 percepções com relação às políticas habitacionais em termos gerais:

- Não há esperanças que podem ser contemplados
- Seria para pessoas com mais renda e por isso nem tentam se inscrever
- Falta de conhecimento sobre como se inscrever nos programas
- Não há acompanhamento para saber como está a situação da inscrição

c) 5 situações/ações que teriam ajudado a não ir para a rua:

- A família ter acolhido e ajudado em situações de transtornos mentais, uso abusivo de drogas e desemprego
- Se o governo tivesse dado auxílio para a família não ter passado fome
- Se o governo tivesse ajudado a conseguir emprego
- Se tivesse uma renda de pelo menos 3 salários mínimos
- Se tivesse locação social e moradia popular

d) 10 percepções com relação aos Centros de Acolhida (serviço da Prefeitura de São Paulo):

- Espaço desorganizado, sujo e com roubos
- Pessoas desrespeitosas, sem higiene e que brigam
- Espaço apertado, sem intimidade
- Lembra o sistema prisional
- Espaços coletivos como lavanderia, banheiro e bagageiro não funcionam
- Qualidade ruim da alimentação
- Falta de "vaga fixa", que é vista como melhor do que o pernoite
- Relação ruim com a equipe técnica, que não auxilia na construção da autonomia
- Lugar onde é preciso se separar da família, do cachorro e do gato
- Poucos elogios com relação a esse serviço

e) 8 percepções com relação aos Autonomias em Foco (serviço da Prefeitura de São Paulo):

- Quartos pequenos
- Banheiro, cozinha e lavanderia sempre cheios

¹³⁷ As ideias apresentadas no quadro síntese da abordagem 4 refletem somente o conteúdo dos dados coletados em trabalho de campo, ou seja, das pessoas com quem conversei. Trata-se de um resumo do conteúdo que será apresentado a seguir.

- Muitas brigas por conta da gestão do uso do banheiro, da cozinha e da lavanderia
- Ruim porque não aceita animais
- Cada um cozinhar a própria comida e limpar seu quarto ajuda na construção da autonomia
- Horário mais flexível o que permite trabalhar e estudar
- É possível guardar móveis o que ajuda no processo de saída
- Ter um quarto por família é positivo

f) 10 percepções com relação aos Centros de Acolhida para famílias em hotéis (serviço da Prefeitura de São Paulo):

- Difícil conseguir vaga devido à preferência para famílias com ou sem filhos
- Inflexível com relação ao horário, o que prejudica o vínculo com trabalhos fora do horário comercial
- Muito bom cada família poder ter seu quarto e seu banheiro
- Muito bom o quarto estar mobiliado
- Muito bom a oferta de lençol, toalha, shampoo, condicionador e sabonete e a reposição dos itens
- Comida de qualidade e ofertada 5 vezes ao dia
- É possível se organizar e retomar a autonomia estando nesse lugar
- Lugar bonito, organizado, limpo e novo
- Sem brigas
- Sentimento de felicidade

g) 11 percepções com relação ao Programa de Locação Social (programa da Prefeitura de São Paulo):

- É visto como uma moradia permanente
- Estabilidade
- Liberdade
- Poder fazer a própria comida e guardar a comida para não ter que cozinhar diariamente
- Facilita a busca por emprego
- Custo acessível
- Orgulho de estar pagando e saber que tem a chave na porta
- Pode receber visitas e há maior confiança para reencontrar familiares e amigos
- Sentimento de pertencimento
- Sentimento de felicidade
- Dificuldade de limpeza das áreas comuns e dos apartamentos

h) 5 ideias sobre como encontrar soluções para o acesso à moradia:

- Aumentar o número de unidades do Programa de Locação Social
- Dar terrenos vazios para as próprias pessoas construírem suas casas com apoio financeiro para comprar os materiais (demonstram conhecimento e prática em construção civil)
- Ocupar os prédios vazios, ou pegar emprestado, e as próprias pessoas poderiam reformar com apoio financeiro para comprar os materiais
- Governo poderia dar casas já construídas
- Precisa ter alguma segurança para quem sai do Centro de Acolhida e aluga uma casa, para a pessoa não voltar para a rua se ficar sem renda

Quadro 4. Quadro síntese da abordagem 4, percepções com relação às políticas públicas, desenvolvido a partir da sistematização dos dados coletados na pesquisa de campo. Elaboração própria.

A pergunta central que este trabalho se propõe a responder é: *Como se expressa a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas?* Após ter apresentado 3 abordagens definidas para responder à questão, nas seções anteriores deste capítulo, a quarta abordagem trata das percepções das pessoas com relação às políticas públicas que buscam solucionar a questão da falta de moradia em suas vidas.

Para facilitar a apresentação desta última abordagem, organizei o conteúdo em 4 blocos temáticos. O primeiro deles, apresenta o **entendimento das pessoas com relação a**

direito à moradia e mostra quais são as **percepções das pessoas no tocante às políticas habitacionais em termos gerais**, sem focar em programas específicos. O segundo bloco, apresenta **o que as pessoas consideram que as teriam ajudado a não ir para as ruas**, com vistas a subsidiar uma discussão sobre políticas de prevenção a situações de risco social e de moradia na rua. O terceiro bloco, trata **das percepções e das vivências das pessoas em serviços e programas públicos** existentes na cidade de São Paulo que têm como objetivo dar acolhimento temporário e moradia a essa população. Serão apresentadas informações relativas aos Centros de Acolhida, aos Autonomias em Foco, aos Centros de Acolhida implantados em hotéis e ao Programa de Locação Social para População em Situação de Rua (Edifício Mário de Andrade/Asdrúbal II). Por fim, o quarto bloco apresenta as **soluções sugeridas pelas pessoas para enfrentar o problema do acesso à moradia adequada**.

A moradia é um direito fundamental garantido à população brasileira na Constituição Federal, como vimos no capítulo 1. Sobre o significado do **direito à moradia**, quando questionadas, as pessoas responderam de uma forma diversa. Notei que muitos entendem direito à moradia como **algo bom e que todos deveriam ter**. Quando perguntei se as pessoas acreditavam que tinham o seu direito à moradia respeitado, a maior parte me respondia que sim. Esse padrão de resposta me mostrou que as pessoas têm consciência que elas têm o direito de viver em uma moradia, por outro lado, não observei nenhuma resposta que demonstrasse indignação das pessoas por estarem vivendo uma violação desse direito.

Sobre o significado de direito à moradia, as respostas foram as seguintes: **"maior conforto que pode existir", "viver em família em um lar", "ter paz", "ter dignidade", "ter autonomia", "ter segurança", "ter privacidade", "não depender da assistência social", "poder fazer a sua própria comida", "poder ir e vir", "viver com respeito às diferenças na própria casa"**.

São múltiplas as dimensões do direito à moradia presentes nessas respostas dadas de forma *espontânea* pelas pessoas que moram nas ruas. Se resgatarmos os componentes definidos pela Organização das Nações Unidas para moradia adequada, por exemplo, podemos identificar que as respostas das pessoas se relacionam com praticamente todos os componentes: segurança da posse; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; custo acessível; habitabilidade; acessibilidade e priorização de grupos vulneráveis; localização adequada; e adequação cultural (Brasil, 2013, pg. 13). As expressões "ter paz" e "ter segurança" dialogam com a *segurança da posse*, condição que garante a proteção contra despejos forçados, perseguições e outras ameaças. Quando uma das pessoas diz que direito à moradia é "poder fazer a sua própria comida", é possível relacionar esse ideal tanto ao

componente *custo acessível*, que é a condição na qual a moradia não compromete o exercício de outros direitos humanos, como a segurança alimentar e nutricional, mas também, ao elemento *adequação cultural*, que reforça a importância da moradia respeitar a identidade cultural de cada indivíduo, o que inclui a sua forma de se alimentar. Já as respostas "maior conforto que pode existir" e "ter privacidade", estão vinculadas à noção de *habitabilidade*, que é a condição que garante espaço adequado para se viver, relativamente à saúde, e também à garantia da privacidade.

Vejam o que falou uma das pessoas que entrevistei sobre o direito à moradia, uma das únicas que acredita que no Brasil o direito à moradia não é respeitado:

Todos nós temos o direito a uma moradia digna. Você ter uma vida digna, sem depender da assistência social, sem depender de família e você saber que você tem o direito de ir e vir, de fazer sua comida. De ter a sua vida, independente, ter a sua autonomia. Eu acho que a palavra certa é ter a sua autonomia. Eu não acho que o direito à moradia é respeitado no Brasil, infelizmente (Trecho de entrevista realizada no shopping Light com Rose, no dia 27/07/2022, das 16h às 17h30, pg. 80 do caderno de campo 2).

Passando do entendimento sobre direito à moradia para a **opinião que as pessoas têm sobre as políticas públicas habitacionais**, observei que é uma política que está *distante*, isto é, ausente no dia-a-dia das pessoas. Pelas respostas que coletei em campo, pude notar que **não há esperança no poder público enquanto órgão que vá promover o acesso à moradia**. Observei que há um senso comum entre as pessoas que moram nas ruas de que a **política habitacional seria apenas para quem tem renda**, portanto, não se encaixam. Notei, também, que há **ausência de conhecimento sobre os procedimentos para inscrição nas listas de espera dos programas**. Além disso, das poucas pessoas que indicaram estar inscritas em algum programa habitacional, **nenhuma disse saber como está a situação na lista de espera**. Com isso, é possível constatar que apesar das pessoas entenderem a moradia como um direito, não é um tema reivindicado no dia-a-dia, pelo menos não fora do espaço do Comitê Poprua, que é o órgão de participação social da política, no qual o tema da moradia é recorrente. A situação exposta levanta a necessidade de tornar mais acessíveis as informações com relação às políticas habitacionais, para que se possa atingir esse público.

Agora, passamos a analisar **o que as pessoas imaginam que as teriam ajudado a não ir para a rua**. São dados importantes para que sejam priorizadas políticas públicas de prevenção à situação de rua, focadas em pessoas e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Diante do conteúdo coletado em campo, sistematizei **5 apontamentos** das pessoas com relação a esse aspecto.

O primeiro deles, é sobre o acolhimento da família. **Se a família tivesse acolhido a pessoa em quadros de agravo em saúde mental, uso abusivo de álcool e outras drogas e desemprego**, segundo as pessoas, elas provavelmente não estariam nas ruas. Faço aqui uma observação diante desse apontamento: tanto quadros de saúde mental, como de dependência de drogas são situações que precisam ser acolhidas no ambiente familiar, mas não apenas. Como são questões de saúde, é necessário que a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS exerça seu papel, promovendo o cuidado do usuário, e também apoiando a família diante da situação. Constatar, a partir do ponto de vista das próprias pessoas em situação de rua, que pessoas estão indo para as ruas por uma questão de saúde mental, entre outros fatores, reitera a importância da rede de serviços de saúde ser fortalecida e integrada ao território, *chegando a quem precisa*. Pessoas com quem conversei que declararam possuir alguma questão de saúde mental, relataram que as próprias famílias tinham dificuldade de lidar no dia-a-dia com isso, e que acabaram saindo de casa, por encontrar na rua um ambiente de maior acolhimento. Já as situações de uso abusivo de álcool e outras drogas e o desemprego, retomam o tema da *vergonha*, já comentado neste trabalho, que acaba muitas vezes sendo o gatilho para a saída de casa.

Os três apontamentos seguintes estão relacionados à questão da renda. As pessoas disseram que **se o governo tivesse oferecido um auxílio para a família não ter passado fome**, a pessoa não estaria na rua. Outras destacaram que **se o governo tivesse ajudado a conseguir emprego** provavelmente elas também não estariam na rua. Assim como pontuaram que **se tivessem uma renda de pelo menos três salários mínimos** não teriam perdido a moradia. São elementos que evidenciam a situação de vulnerabilidade social e pobreza em que já se encontravam essas pessoas, mesmo estando sob um teto. Esses apontamentos reforçam, novamente, a relevância da renda na garantia do acesso à moradia.

Uma das pessoas entrevistadas, moradora do edifício do **Programa de Locação de Social para População em Situação de Rua**, por sua vez, respondeu que se existisse o programa nos tempos em que ela teve que sair da sua moradia e ir para a rua, ela certamente teria optado por entrar no Programa de Locação Social. Foi a única resposta que mapeei que deu destaque à política habitacional enquanto instrumento de prevenção à situação de rua.

A seguir, apresento as **percepções das pessoas com quem conversei sobre as políticas públicas de acolhimento e de moradia**. Retomando o que foi exposto no capítulo 1, é escopo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no âmbito da rede de serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a oferta de acolhimento provisório para pessoas em situação de rua. São diversas as modalidades de atendimento, conforme

apresentado no capítulo 1. Aqui, vamos observar as percepções das pessoas usuárias dos Centros de Acolhida (especificamente de Adultos, para Mulheres e para Mulheres com Filhos), do Autonomia em Foco e do Centro de Acolhida para Famílias implantado na rede de hotéis conveniada à Prefeitura. Cada serviço tem a sua especificidade, de acordo com o recorte social que atende. Ainda que haja um entendimento consolidado entre os profissionais da prática que atuam na Prefeitura de que *serviços de acolhimento da Política de Assistência Social não são moradia*, visto que são provisórios, eles estão sendo considerados neste trabalho, pois, na prática, acabam respondendo à demanda por abrigo das pessoas que moram nas ruas, ou seja, adquirem uma "função de moradia".

Além dessas três modalidades no âmbito da Política de Assistência Social, vamos apresentar percepções das pessoas sobre o único edifício do Programa de Locação Social que é voltado à população em situação de rua, conhecido como Asdrúbal II, que faz parte da Política Habitacional da cidade. Como já abordado no capítulo 1, a população em situação de rua, na prática, não compõe a demanda da Política de Habitação. Embora esteja presente em alguns marcos regulatórios como público prioritário, na prática, como mostrou Kohara (2018), foram poucas as pessoas em situação de rua que conseguiram acessar os programas.

Em 2016, por meio de Portaria Intersecretarial¹³⁸, um edifício que havia sido desapropriado pela Prefeitura e estava sendo reformado para virar habitação de interesse social, o Asdrúbal II, citado anteriormente, foi garantido à população em situação de rua, passando a compor o parque público de edifícios do Programa de Locação Social existente no município. O edifício foi inaugurado em fevereiro de 2019 e até hoje é o único desta modalidade.

Com relação aos **Centros de Acolhida**, há inúmeras críticas. Importante considerar que o campo da pesquisa foi realizado, em sua maioria, com pessoas que estavam morando nas ruas e, parte delas, já havia passado pelos serviços de acolhimento. Assim, o grande número de críticas pode ser explicado em função deste recorte específico de pessoas com quem conversei. As críticas indicam que os serviços seriam "**bagunçados**", "**sujos**", com "**muitas brigas**", "**roubos**" e a **estrutura precária**. Quando questionava as pessoas sobre o motivo de não estarem no serviço, grande parte delas me respondia que era por conta da desorganização do espaço e da "falta de controle" da equipe com o público usuário. Também, citaram reiteradamente a sujeira nos banheiros, dando a entender que era um equipamento sem controle. Foi frequente ouvir **reclamações sobre as próprias pessoas usuárias dos**

¹³⁸ Portaria Intersecretarial SMDHC/SMADS/SMS/SEHAB/SMDTE Nº 05 de 26 de dezembro de 2016.

serviços: que eram pessoas "loucas", que roubavam, "gente suja e sem higiene". Sobre esse ponto de vista, é importante considerar que a própria estrutura física e a gestão do equipamento, como vimos, com problemas, pode ter influenciado nessa percepção da pessoa sobre os usuários do serviço.

Outra crítica recorrente é com relação ao **espaço, que seria apertado e sempre estaria muito cheio, impedindo que as pessoas tivessem qualquer intimidade**. Chamam atenção para os grandes quartos, com muitas camas do tipo beliche, onde fica "todo mundo junto". Uma das pessoas disse que os **Centros de Acolhidas lembravam as prisões:**

Aginaldo me falou que até tentou ir para alguns albergues, mas que os espaços lembravam-no das prisões, por isso, ele ficou muito incomodado, disse que não queria aquilo para ele de novo. Nessa parte, seu amigo que estava próximo falou que era isso mesmo, que os abrigos não eram bons, que lembrava prisão: sem espaço, sem intimidade, com roubos (Trecho de conversa realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com Edmilson, no dia 27/06/2022, das 13h30 às 16h30, pg. 21 do caderno de campo 2).

Novamente, faço menção ao psicanalista Jorge Broide (2020), que aponta que a enorme quantidade de presos no Brasil carrega as marcas do sistema prisional pela cidade e pelos Centros de Acolhida. Conforme Broide (2020), "a pessoa sai do sistema carcerário com uma experiência e ela carrega isso para a vida; vai achar que o técnico do albergue é a polícia da prisão". Segundo reportagem da Carta Capital¹³⁹, o país está em terceiro lugar no ranking dos países que mais prendem no mundo, perdendo apenas para a China e os Estados Unidos. No total, são 919.951 pessoas privadas de liberdade no Brasil, sendo 867 mil homens e 49 mil mulheres (434 presos para cada 100 mil habitantes). Não apenas a pessoa carrega a experiência do sistema carcerário consigo, mas também, a estrutura dos espaços dos Centros de Acolhida acaba reproduzindo as estruturas do sistema carcerário.

Ainda sobre os espaços dos Centros de Acolhida, as pessoas indicaram ter **problemas para utilizar as áreas coletivas como lavanderia, banheiro e bagageiro**. Os relatos sobre as lavanderias apresentam críticas com relação às máquinas, que estariam sempre quebradas e também ocorrências de roubo de roupas, por isso, achavam "complicado" lavar suas roupas nos serviços. Os banheiros foram o tema principal das críticas. As pessoas relataram que em alguns serviços o uso do banheiro é impraticável pela sujeira. Sobre o bagageiro, indicaram ser difícil a sua utilização, pois não é a todo momento que é possível acessar os pertences.

¹³⁹ População carcerária tem recorde histórico durante a pandemia, Carta Capital, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/populacao-carceraria-tem-recorde-historico-durante-a-pandemia/>>. Acesso em 24/09/2022.

Com relação à alimentação, por sua vez, não foram tão recorrentes as críticas, mas algumas pessoas disseram que "a comida não é muito boa".¹⁴⁰

Um tema que gera críticas e angústias é a **falta de vagas "fixas"**. O cuidado em utilizar o termo entre aspas é pelo fato de que a própria Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social não defende que a política ofereça vagas fixas, pois os Centros de Acolhida deveriam ser um lugar de passagem e transitórios. Na prática, há pessoas que possuem vagas com a garantia de que podem retornar diariamente ao serviço, e outras pessoas que acessam as vagas de pernoite. Se, por um lado, é importante que a Prefeitura tenha um estoque de vagas de pernoite para acolher pessoas que querem o acolhimento apenas em ocasiões pontuais, por outro lado, no âmbito das discussões do Comitê Poprua, era evidente a preferência das pessoas por vagas "fixas", pois só assim, conforme diziam, conseguem se organizar, não ficar atrás de vagas de pernoite ao longo do dia, conseguir um emprego, etc. O campo realizado para este trabalho também trouxe elementos que corroboram com esse ponto de vista. Em uma das conversas que realizei em campo, conforme exposto anteriormente, a pessoa disse que não queria vaga de pernoite, mas não estava conseguindo a vaga "fixa" em nenhum lugar.¹⁴¹

Outro tema que observei com certa recorrência nas falas das pessoas é a **relação ruim entre usuários e equipe técnica dos serviços**. Os relatos são de que a equipe não ajuda a conseguir emprego, a tirar documentos, e que são, por vezes, desrespeitosos. Uma das pessoas se expressou da seguinte forma com relação aos Centros de Acolhida: "Bom foi o banho e a comida. Ruim a bagunça das pessoas. Eles [os técnicos] poderiam ajudar a gente com emprego, salário, casa, mas no albergue eles não ajudam em nada."¹⁴². Por outro lado, também coletei relatos de pessoas que têm boas relações com a equipe social dos Centros de Acolhida. Sobre este tema, a grande quantidade de pessoas nos Centros de Acolhida, para além do limite estabelecido no Sistema Único de Assistência Social (50 pessoas), torna a gestão do espaço muito difícil para a equipe técnica (ainda que com mais funcionários), com diversos casos de adoecimento dos profissionais, conforme acompanhei quando trabalhava na Prefeitura.

Por fim, apareceram críticas sobre a **impossibilidade de ir para os Centros de Acolhida com a família**, uma vez que há pouca disponibilidade desse tipo de vaga. Casais

¹⁴⁰ Nas reuniões do Comitê Poprua, no período em que presidi o órgão, recebíamos críticas reiteradas de problemas na alimentação dos serviços socioassistenciais.

¹⁴¹ Conversa realizada em movimento, entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e o Centro de Acolhida Vale do Anhangabaú com Cícero, no dia 09/12/2020, das 12h30 às 14h, pg. 55 e 56 do caderno de campo 1.

¹⁴² Trecho da entrevista realizada na Praça Ouvidor Pacheco e Silva com Edmilson, no dia 25/07/2022, das 16h30 às 18h, pg. 53 do caderno de campo 2.

nos quais uma das pessoas era transexual, também relatam ser difícil conseguir vaga, inclusive em serviços de família que aceitam casais. Outro fator já comentado anteriormente, é a **impossibilidade de levar cachorro e gato** para os serviços. Importante pontuar que existem serviços para esta demanda, mas há um número restrito de vagas.

Apesar das diversas críticas, **alguns serviços foram elogiados**. Os comentários das pessoas enalteciam a boa organização dos serviços, a qualidade das atividades e das oficinas oferecidas ao longo do dia, como aulas de língua e canto. Além disso, as pessoas que disseram gostar dos serviços, destacaram a boa relação com a equipe técnica.

A seguir, abordarei a opinião das pessoas com relação à segunda modalidade de acolhimento, ainda no âmbito da Política de Assistência Social, denominada **Autonomia em Foco**¹⁴³. Diferentemente da modalidade anterior, o Autonomia em Foco não é um serviço tipificado nacionalmente no Sistema Único da Assistência Social. Trata-se de um projeto restrito à cidade de São Paulo, inaugurado em setembro de 2014 no governo de Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores) com o objetivo de oferecer "abrigo para famílias e pessoas sozinhas em situação de rua que já tinham renda e estavam próximas da autonomia plena"¹⁴⁴. A diferença do Autonomia em Foco é que as pessoas são responsáveis pela alimentação, realizada em uma cozinha coletiva, pela limpeza dos próprios quartos, e pela lavagem das próprias roupas. Além disso, cada núcleo familiar fica acomodado em um quarto, enquanto os banheiros são coletivos. Atualmente, a cidade conta com apenas duas unidades do serviço, uma localizada no bairro da Liberdade e outra no bairro da Armênia, cada um dos serviços oferece 150 vagas¹⁴⁵.

O censo da população em situação de rua realizado pela Prefeitura de São Paulo em 2021, apresenta no relatório síntese da pesquisa amostral, avaliações das pessoas em situação de rua com relação aos Centros de Acolhida.¹⁴⁶ Os Autonomias em Foco, por sua vez, não

¹⁴³ Em documentos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social o programa é intitulado Serviço de Acolhimento Institucional para Família e Indivíduos em Situação de Rua - Autonomia em Foco. Para facilitar, chamaremos neste trabalho apenas de Autonomia em Foco. Para saber mais, ver Ficha Técnica do serviço, disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Roberto/Ficha%20T%C3%A9cnica%20-%20Autonomia%20em%20Foco.pdf>. Acesso em 24/08/2022.

¹⁴⁴ Programa Autonomia em Foco transfere famílias para abrigos de forma pacífica, Prefeitura de São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-autonomia-em-foco-transfere-familias-para>>. Acesso em 24/08/2022.

¹⁴⁵ Autonomia em Foco atende 150 pessoas que estão em processo de autonomia, Prefeitura de São Paulo, 2018. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=253739>. Acesso em 24/08/2022.

¹⁴⁶ Relatório da etapa amostral do Censo da População em Situação de Rua, Prefeitura de São Paulo, 2021. Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc0ODEyM2QyY2ZkZC00YjhhLWFmNmQtYmY2YzU4NWVjZ>>

foram especificados na pesquisa censitária. Vejamos então, o que o campo realizado para esta pesquisa nos mostra acerca das percepções das pessoas que já passaram pelo serviço.

Em termos gerais, o **Autonomia em Foco é mais bem avaliado pelas pessoas se comparado aos Centros de Acolhida**. Em termos de críticas, algumas delas foram direcionadas especificamente para uma das unidades do serviço, localizada na região da Liberdade. As pessoas disseram que os **quartos são pequenos**, mesmo para acomodar um único núcleo familiar - que pode ser diverso em termos de quantidade de pessoas. Além disso, pontuaram que a **qualidade construtiva do local é precária**, especialmente dos quartos, cujas paredes são improvisadas (de "madeira") e as janelas são viradas para o corredor, não garantindo privacidade. Uma crítica enfática recai sobre os **espaços coletivos, como banheiros, cozinhas e lavanderia**. Os relatos são de que estão **sempre cheios**, por isso é difícil utilizá-los no momento em que gostariam. O uso da cozinha parece ser bastante conflituoso segundo os relatos, principalmente por conta de pessoas comerem a comida das outras. Segundo as pessoas com quem conversei, como a geladeira é coletiva, acabam armazenando itens de alimentação nos quartos, e também não conseguem guardar alimentos feitos para comer ao longo da semana, exigindo que cozinhem diariamente, o que, do ponto de vista das pessoas, atrapalha a rotina. A lavanderia enfrenta problemas similares, com casos de pessoas que não acharam mais suas roupas após estendê-las para secar.

Por outro lado, o serviço localizado na Armênia, foi elogiado quanto ao uso coletivo da cozinha e da lavanderia. Os relatos são de que seria "mais organizado", pois a equipe técnica organiza um rodízio de uso, o que ajuda na boa convivência entre as pessoas. Além disso, na unidade da Armênia, não há reclamações da estrutura do equipamento, no tocante à qualidade dos materiais construtivos. Um dos pontos levantados por uma pessoa que está morando na rua e busca uma vaga no Autonomia em Foco é que o serviço **não aceita animais**, impedindo que a pessoa saia da rua pelo vínculo que tem com o animal.

Em contrapartida a esses aspectos, as pessoas pontuaram elogios com relação ao serviço. Acreditam que embora a cozinha coletiva gere conflitos, o fato de **cozinhar a própria comida ajuda a "retomar a vida"**. Também apontaram que a **realização da limpeza do próprio quarto prepara para a vida fora da rua**. Segundo as pessoas, os **horários flexíveis de entrada e saída do serviço** também contribuem para que as pessoas possam trabalhar e estudar, e fazer outras atividades, sem preocupação com a possibilidade de ficarem fora do

[DEwIiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>](#). Acesso em 24/08/2022.

serviço. Além disso, pontuaram que as equipes técnicas permitem que eles **comprem móveis e outros itens pessoais e armazenem no quarto, quando couber, ou em um depósito**, com o objetivo de planejar a saída da rede socioassistencial. Uma das pessoas falou que isso foi importante em seu processo de saída da rua, pois já possuía o mobiliário para a casa. Elogiaram a estratégia de ter **um quarto por família**. Esse aspecto parece ser o maior diferencial, por garantir privacidade e conforto. A seguir, trecho de um dos relatos sobre o Autonomia em Foco:

[Qual a diferença do Centro de Acolhida para o Autonomia em Foco?] Senti muita diferença. Porque no albergue nós não cozinhava, aí no Autonomia nós tinha que cozinhar, fomos retomando a vida. Quando eu fui estudar em Mogi das Cruzes, o albergue não ia aceitar porque ia até tarde e o Autonomia em Foco aceitava. No Raio de Luz eu conheci a Aline e aí nós fomos para o Autonomia em Foco. (...). Me senti em casa. (...). Depois do Autonomia em Foco viemos para cá [Programa de Locação Social]. A diferença é que aqui é liberdade. É chave na porta. No Autonomia em Foco não tinha isso, pois eram quartos pequenos, banheiros coletivos, cozinha coletiva. Aqui é tudo certinho. Você come a hora que você quiser. Lá se você queria cozinhar um feijão sempre tava cheio. E aí não dava para fritar ovo. Aqui dá para fazer comida e colocar na geladeira, lá não. Era comida diária (Trecho de entrevista realizada no Edifício Mário de Andrade com Elias, no dia 26/07/2022, das 12h10 às 13h10, pg. 58 do caderno de campo 2).

A partir daqui, abordaremos a opinião das pessoas relativamente à terceira modalidade de acolhimento que este trabalho está analisando, os **Centros de Acolhida para Famílias situados na rede de hotéis conveniada à Prefeitura**, ainda no âmbito da Política de Assistência Social. Assim como o Autonomia em Foco, não há tipificação no Sistema Único da Assistência Social para serviços de acolhimento situados em hotéis. O termo que ficou conhecido, "hotel social", é utilizado pelas próprias pessoas que moram nas ruas para se referir à modalidade de acolhimento que foi criada emergencialmente para responder à alta demanda no contexto da pandemia de Covid-19. O nome técnico para essa modalidade é Serviço de Acolhimento Institucional para Família e Indivíduos em Situação de Rua, e neste caso, o serviço é ofertado na estrutura existente de um hotel privado que foi conveniado à Prefeitura para este fim. Portanto, utiliza-se a infraestrutura do hotel (quartos, banheiros, lavanderias, áreas comuns), mas a gestão do serviço e o trabalho social continuam sendo executados por organizações da sociedade civil parceirizadas com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Vejamos, a seguir, a opinião das pessoas acerca deste formato de atendimento.

Conversando com as pessoas em campo, perguntava a elas onde estavam as famílias na rua. As pessoas diziam que todas já haviam sido acolhidas nos "hotéis sociais" da Prefeitura. Então, eu perguntava o motivo por que aquelas pessoas continuavam morando na

rua e elas me respondiam que **estavam tentando a vaga, mas que era difícil pela concorrência** - "todo mundo agora quer ir para o hotel social". Pessoas sozinhas, principalmente homens, disseram que as vagas nos hotéis eram apenas para famílias, por isso, eles nem tentavam conseguir a vaga. Conversei com algumas famílias que teriam o perfil para acessar as vagas dos hotéis, mas elas me relataram que estavam aguardando, pois a equipe social havia informado que não havia mais vagas disponíveis.¹⁴⁷

Uma das famílias que encontrei algumas vezes em campo, relatou que tiveram que sair do "hotel social" pois o marido, Tião, esposo de Joice, havia conseguido um trabalho informal para vigiar barracas no período noturno e a **equipe técnica do serviço não autorizou que ele entrasse e saísse do "hotel social" durante a madrugada**. Com isso, conforme relatou Joice, optaram por permanecer juntos e voltar para a rua, onde estavam anteriormente, na Praça do Patriarca. Me impressionou a leviandade da rede de políticas públicas neste caso, deixando com que uma família com uma criança de menos de dois anos retornasse para a rua, por uma questão que, vindo de fora, poderia ter sido resolvida de outra forma. Em ocasião anterior que encontrei a família, quando ainda estavam no "hotel social", observei grande diferença na Joice e no Tião. Os dois aparentavam estar bem de saúde e no caderno de campo registrei que eles próprios disseram que estavam "(...) muito felizes com a filha, com esta nova fase. Que estavam gostando do hotel social". Já na ocasião que os encontrei morando na rua, os dois estavam na "revoada", segundo as palavras da própria Joice, que me explicou que haviam usado muitas drogas no período da noite. Faço esses parênteses para explicitar como, neste caso, a mudança de local de moradia - do hotel para a rua - influenciou fortemente no dia-a-dia da família e na organização pessoal.

Retomando as percepções das pessoas acerca dos "hotéis sociais", em geral, o serviço foi muito elogiado. Os principais aspectos destacados foram: **cada família poder ter o seu próprio quarto e, especialmente, o seu próprio banheiro**; também comentaram sobre o **mobiliário completo que podem usufruir no quarto**, como tapetes, televisão, cama, ventilador, espelho, em complemento com a **oferta de lençol e toalhas, shampoo, condicionador, sabonete, todos com reposição semanal** (algo típico da rotina de hotéis). Chamaram atenção para a **boa qualidade da comida e o número de refeições: cinco**. Outro aspecto que lhes chamou atenção foi como, na visão das pessoas, o espaço era **bonito**,

¹⁴⁷ Uma das pessoas com quem conversei me relatou que foi informada que apenas famílias que estavam na rua poderiam ir para o hotel social. Ela estava em uma das unidades do Autonomia em Foco, abriu mão de sua vaga e voltou a morar na rua, como estratégia para conseguir a vaga no hotel social. Estando na rua, ela conseguiu a vaga.

organizado, limpo e "com tudo novo". Uma das famílias com quem conversei comentou que por estarem no "hotel social" **estão conseguindo se organizar, tirar a documentação, buscar um trabalho e voltar a estudar**. Também pontuaram que **não há brigas**, o que seria, na visão das pessoas, ótimo. Em geral, demonstraram um sentimento de **felicidade e emoção**.

A fala a seguir é de Valda: uma mulher de 50 anos, esposa de Miguel, que morava na Praça do Patriarca, em uma barraca com três de seus nove filhos - um de 3 anos, um de 1 ano e meio e outro de 7 meses - e que havia conseguido a vaga no "hotel social" através da ajuda de uma pessoa que passava todos os dias para conversar, mas ela não soube informar quem era a pessoa, apenas que era uma mulher "importante".

Valda disse que era "maravilhoso". Falou que é tudo novo e que cada família tem seu quarto. Pedi para ela descrever o quarto dela. Ela falou que são dois quartos, o que era ótimo na visão dela, pois um era das crianças e outro para ela e o Miguel. (...). Ela falou que tem tudo: armário, tapete, televisão de plasma - ela realçou a televisão, parecia que estava muito feliz de poder ver TV, assim como seus filhos. Depois ela falou do banheiro, que era muito bom, só para a família, limpinho. (...). Ela falou que as crianças agora amam tomar banho, que se deixar tomam mais de um banho por dia. Me apontou o Henrique [um de seus filhos] e mostrou como o cabelo dele estava lindo agora. Me falou que as crianças estavam amando e que ficam falando para todo mundo que estão numa casa nova. Perguntei sobre a comida e ela falou que era ótima. Que tinha café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche da noite. Falou que as crianças já estavam começando a ficar acostumadas com as várias refeições. Valda contou que o hotel é muito bom. Que dá para ter sua liberdade e que as coisas começaram a melhorar. Ela deu o exemplo do Miguel: falou que agora ele se organizou e foi até tirar os documentos. Seus olhos se encheram de lágrimas neste momento. Eu fiquei em silêncio. Ela falou: "é muito bom, eu não tenho palavras, é muito bom" (Trecho de conversa realizada na Praça do Patriarca com Valda, no dia 25/07/2022, das 14h às 18h, pg. 48 e 49 do caderno de campo 2).

A passagem anterior demonstra como a solução dos "hotéis sociais", devido à sua tipologia de quartos e banheiros individuais e à oferta de espaços privativos e comuns com qualidade construtiva e conforto, contribui para o processo de retomada da autonomia e da autoestima. Tal observação me faz retomar o trabalho de Ornelas e Duarte (2022), no qual os autores destacam que o programa *Housing First* (moradia primeiro) auxilia no processo de fortalecimento pessoal, estimulando as pessoas a retomarem objetivos e atividades significativas em seu dia-a-dia, além de recuperar sentimentos de esperança e bem-estar (Davidson, 2003 apud Ornelas e Duarte, 2022, pg. 18). Os "hotéis sociais" não se enquadram, exatamente, na modalidade moradia primeiro, uma vez que o público alvo não são pessoas que estão há mais tempo na rua nem com questões de saúde mental ou uso abusivo de substâncias psicoativas, mas se assemelham em diversos sentidos, como na oferta de quartos individuais, em regiões bem localizadas, e na possibilidade de acesso por famílias que moram nas ruas e estão sem renda.

A partir daqui, abordarei a opinião das pessoas relativamente à quarta e última modalidade de política pública que este trabalho está analisando, o **Programa de Locação Social para População em Situação de Rua**, sendo que esta modalidade não está no escopo da Política de Assistência Social e sim na Política de Habitação. Vamos denominar esse exemplo, para fins deste trabalho, como Asdrúbal II, pois é o nome que ficou conhecido, em referência ao endereço onde está localizado o edifício (Rua Asdrúbal do Nascimento).

Conforme vimos no capítulo 1, apesar de as pessoas em situação de rua e, mais especificamente, o público de baixíssima renda, ser considerado recorte prioritário em algumas políticas habitacionais, como no caso do Programa de Locação Social¹⁴⁸, a prática mostrou que a condição de renda zero torna a pessoa inabilitada para acessar o programa, o qual exige um pagamento mensal de 10% a 15% da renda familiar para cobrir o aluguel, além da taxa de condomínio, luz e gás e demais gastos com a moradia, como alimentação.

Em 2016, a Secretaria Municipal de Habitação produziu um Caderno para Discussão Pública do Plano Municipal de Habitação.¹⁴⁹ Como vimos no capítulo 1, a proposta incluía de forma inédita (em São Paulo) a população em situação de rua como demanda da Política Habitacional, por considerar "que muitas vezes essa situação está associada à falta de uma moradia adequada" (SEHAB, 2016, pg. 18). A proposta considerava o resultado da pesquisa censitária desse recorte populacional, realizada em 2015, que indicava o número de 15.905 pessoas vivendo nestas condições. Entre as modalidades propostas no plano, a população em situação de rua seria contemplada na 1ª Linha Programática - Serviço de Moradia Social, especialmente em sua Modalidade 1 - Acolhimento Institucional Intensivo. A proposta, no entanto, como vimos no capítulo 1, ainda se encontra no formato do Projeto de Lei Nº 619 de 21 de dezembro de 2016, portanto, não foi concretizada.

Ainda em 2016, com a publicação do Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua¹⁵⁰, as unidades habitacionais do "Edifício Asdrúbal do Nascimento" ficam garantidas para a população em situação de rua, no âmbito do Programa de Locação

¹⁴⁸ Resolução do Conselho de Fundo Municipal de Habitação Nº 23 de 2002 que institui o Programa de Locação Social, São Paulo, 2002. Disponível em:

<

¹⁴⁹ Caderno para Discussão Pública do Plano Municipal de Habitação (PMH), Prefeitura Municipal de São Paulo, 2016. Disponível em: <

¹⁵⁰ Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua, Prefeitura Municipal de São Paulo, 2016 - Portaria Intersecretarial SMDHC/SMADS/SMS/SEHAB/SDTE Nº 05/2016. Disponível em: <[>". Acesso em 24/08/2022.](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/index.php?p=227858)

Social do município, o que viria se concretizar apenas em fevereiro de 2019, como vimos anteriormente, com a inauguração do Asdrúbal II. No capítulo 1, apresentei informações sobre esse projeto piloto e no site da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania é possível acessar os relatórios que detalham o processo de pré e pós ocupação do projeto.¹⁵¹

A partir dessa breve contextualização, apresento as percepções sobre o Asdrúbal II. O **programa é visto como uma moradia permanente**. Quando questionei um morador sobre qual a expectativa dele com relação à moradia, ele me respondeu que era permanecer no local, pois ali já era seu "lar". Conforme explicou, por se considerar "vulnerável", estava muito feliz com a moradia atual, não tendo outros desejos para o futuro. O morador disse-me que a sensação era de **estabilidade e liberdade**. Estabilidade porque ele sabia que o **aluguel não iria aumentar indiscriminadamente e ele ia conseguir continuar pagando**, e também disse que achava impossível a própria Prefeitura tirá-lo de lá para ele voltar para a rua. Liberdade porque **"é chave na porta"**. Sente que pode fazer o que ele quiser na moradia, como **cozinhar a própria comida**, e também guardá-la na geladeira, o que, na visão dele, facilita por não ter que cozinhar diariamente, conforme já comentado anteriormente quando falamos sobre o Autonomia em Foco.

O relato que coletei em campo dá destaque para as possibilidades que se abrem com a vida no programa, como, por exemplo, a **facilidade de encontrar trabalho, agora tendo um endereço**. Além disso, **se sentem mais à vontade para receber visitas**. O morador com quem conversei, expressou que se sente **orgulhoso em estar pagando a moradia**, e disse que isso traz a **sensação de responsabilidade**. Mesmo sabendo que não tem a propriedade do apartamento, pois o prédio é da Prefeitura, pela fala, ficou evidente que o morador expressa o **sentimento de pertencimento sobre aquele lugar**, como se fosse realmente seu. Segundo o morador, diz que é **muito feliz**. A seguir, ele apresenta sua opinião sobre o programa:

[Onde você gostaria de morar? Por quê?] Não. Me imagino aqui. Porque a gente veio de um caso de vulneráveis, não ganhamos na loteria. Eu acho que todos aqui no prédio pensam assim. Essa é a nossa moradia. Eu sei que daqui a 100 anos vai ter alguém no meu apartamento, uma conquista. Aqui é meu lugar. [Tem alguma coisa que a gente não falou e você queria falar sobre moradia?] Todo mundo aprendeu o ABC, não é? Aqui começa com o A, por isso que é Asdrúbal. Temos que fazer prédios com todas as outras letras. Esse projeto precisa ser replicado. Eu quero que a alegria que eu estou sentindo, todo mundo sinta. Se sintam em casa. Gostaria de fazer uma cópia. Me sinto bem aqui. Acho que o povo aqui é bom demais e um pode ajudar o outro (Trecho da entrevista realizada no Edifício Mário

¹⁵¹ Relatório de Acompanhamento da Fase III do Projeto Piloto do Locação Social para População em Situação de Rua, Prefeitura Municipal de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/programas_e_projetos/index.php?p=269811>. Acesso em 24/08/2022.

de Andrade com Elias, no dia 26/07/2022, das 12h10 às 13h10, pg. 59 a 61 do caderno de campo 2).

A **única dificuldade** apontada por Elias com relação ao Programa de Locação Social é a **limpeza das áreas coletivas e dos apartamentos**. Explica, como já comentado na parte que tratei do Autonomia em Foco, que as pessoas não estão acostumadas a fazer limpeza nos Centros de Acolhida, por isso, parte das pessoas que veio desses serviços não sabia que tinha que limpar o apartamento, nem como limpá-lo. Elias chama atenção também para a dificuldade de organizar os mutirões de limpeza das áreas comuns. De todo modo, acredita que é um processo e "as pessoas estão melhorando e vão melhorar cada vez mais".

Para fechar esta seção, que trata das percepções das pessoas em situação de rua com relação às políticas públicas de acolhimento e de moradia, sistematizo, a seguir, elementos e ideias das próprias pessoas sobre **como poderíamos encontrar saídas para resolver a demanda por moradia da população em situação de rua**.

Uma ideia já presente na citação anterior, de Elias, é a **ampliação de unidades do Programa de Locação Social**, para que mais pessoas possam sair das ruas e ir para uma moradia. Em 2017, conforme é possível conferir em matéria publicada no site da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP)¹⁵², órgão operador do Programa de Locação Social, a municipalidade previa o investimento de R\$50 milhões para obras de reforma e requalificação de nove edifícios e um terreno que totalizariam a ampliação de 441 unidades habitacionais no Programa de Locação Social, destinadas às pessoas em situação de rua (recurso do Ministério das Cidades, por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social). Por ter trabalhado com o Programa de Locação Social (2016-2017) e com políticas para população em situação de rua (2018-2022), acompanhei as negociações em torno desse projeto e a justificativa da não implementação da referida proposta se deu em função da mudança de gestão no Governo Federal a partir de 2019 e, com isso, a consequente desarticulação política que havia sido feita em 2017.

Em janeiro de 2020, junto com a publicação da pesquisa censitária da população em situação de rua realizada no final de 2019, a Prefeitura de São Paulo lançou um pacote de ações para a população em situação de rua. Entre as propostas, constava a ampliação do Programa de Locação Social. A proposta seria executada por meio da aplicação de R\$60 milhões para requalificação de 11 prédios desapropriados na região central. O referido recurso pertencia ao novo programa habitacional da cidade, o "Pode Entrar". Em matéria publicada

¹⁵² Novo programa piloto de Locação Social para População em Situação de Rua, 2017. Disponível em: <<http://www.cohab.sp.gov.br/Noticia.aspx?Id=3561>>. Acesso em 24/08/2022.

pela Secretaria Municipal de Habitação, consta a informação de que o recurso já estaria em caixa e que os 11 prédios já estariam aptos a receberem os recursos para o início da requalificação.¹⁵³ No entanto, o projeto não foi iniciado.

Outra ideia proposta foi a possibilidade de a **Prefeitura disponibilizar terrenos vazios para as pessoas construírem suas próprias casas, com aporte financeiro para elas comprarem também os materiais de construção**. As pessoas que deram essa ideia, defendiam-na porque sabiam que as pessoas que estão morando nas ruas têm experiência com construção civil. Na pesquisa de campo que realizei, observei um padrão de pessoas que estavam morando nas ruas e já haviam trabalhado na construção civil, até mesmo construindo suas próprias casas e casas de familiares. O censo da população em situação de rua de 2021 também mostra essa característica.

Foi aventada, também, a proposta das **pessoas em situação de rua ocuparem os prédios vazios do centro, "ou pegarem emprestado", e as próprias pessoas poderiam realizar a reforma para tornar o espaço habitável**. Também, nesta modalidade, sugeriram que a Prefeitura desse um aporte para ajudar com o custo dos materiais de construção. A seguir, trecho de uma conversa na qual o assunto veio à tona:

Eles disseram que sabiam que prédios ali no centro estavam vazios. Perguntaram por que a Prefeitura não fazia uma parceria com a população de rua e explicaram: a Prefeitura poderia emprestar o prédio, eles fariam a reforma e cuidariam do espaço. Jadson disse que era pedreiro, e que muitas pessoas da rua também eram (Trecho de conversa realizada na Praça do Patriarca com Stephany, Lohany e Jadson, no dia 16/12/2020, das 18h às 20h, pg. 70 do caderno de campo 1).

Outra pessoa com quem conversei disse que o **governo poderia dar casas já construídas** para resolver o problema da população em situação de rua, "como o Programa Minha Casa Minha Vida". A mulher que deu essa sugestão era do interior da Bahia, tinha 53 anos, o que me fez pensar se essa referência que ela trouxe do Programa Minha Casa Minha Vida não estava pautada na produção de casas que ela eventualmente acompanhou na região onde morava antes de vir para São Paulo.

A seguir, apresento a última proposta de solução de moradia que mapeei em campo, começando, desta vez, pelas palavras da própria pessoa com quem conversei:

[Mas você acha que se a Prefeitura desse dinheiro as pessoas iriam morar em casas alugadas?] Não concordo. Eu acho que precisa ser locação social. [Porque casa alugada não é bom?] Acontece porque muitas pessoas que saíram dos centros de acolhida e albergues como eu, acabam voltando para o sistema. Às vezes a pessoa perde o emprego, aí vai voltar para o albergue. A instabilidade não permite. A

¹⁵³ Prefeitura divulga pacote de ações para população em situação de rua, 2020. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=292342>>. Acesso em 24/08/2022.

locação social dá essa estabilidade. Porque a Prefeitura está me tirando daqui e colocando ali. E eu vou ter uma responsabilidade de pagar meu aluguel, água e luz e me manter. Por isso que eu não sou de acordo com Auxílio Aluguel (Trecho da entrevista realizada no shopping Light com Rose, no dia 27/07/2022, das 16h às 17h30, pg. 79 do caderno de campo 2).

A fala de Rose traz à tona a percepção dela sobre o mercado de aluguel e sobre a própria insegurança em acessar esse mercado, fruto da instabilidade da sua renda. Ela cita que pessoas que saíram da rede socioassistencial acabaram voltando para o sistema porque perderam o emprego, e ressalta: "a instabilidade não permite". Se olharmos para os tipos de moradia que foram e são acessadas pelas pessoas que moram nas ruas, de forma alternada à rua (ver seção 2.2.) - como os cortiços, as pensões, os quartos alugados, os hotéis, os motéis - vemos que a moradia está atrelada à dimensão da *mercadoria*, de um bem que só pode ser acessado se a pessoa tem dinheiro. A única exceção são as ocupações de moradia. No entanto, o próprio trabalho de campo traz elementos que mostram que, também, esse formato de moradia exige o pagamento regular de taxas, embora sob formato menos impositivo, se comparado às relações estabelecidas com os proprietários e os intermediários do mercado de aluguel. A minha interlocutora sugere que a solução para enfrentar o problema da instabilidade da renda e da exigência (sem concessões) de pagamentos regulares por esse mercado privado de aluguel seria o Programa de Locação Social.

Ainda que não tenha sido uma ideia das pessoas em situação de rua, frente às problemáticas colocadas na fala de Rose, anteriormente, destaco a possibilidade de **programas públicos para apoiar as pessoas a alugar no mercado privado**, seja por meio da concessão de auxílio, ou por meio da intermediação da relação contratual de aluguel, por exemplo, oferecendo garantia no pagamento do aluguel ao proprietário, para cobrir eventuais impossibilidades de pagamento do inquilino. Essa proposta será discutida de forma mais detalhada no capítulo 3.

2.6. Síntese das 4 abordagens sobre a questão da moradia

Tendo concluído a apresentação das 4 abordagens que estruturam a explicação sobre a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas, pergunta central da investigação, a seguir, realizo uma síntese sobre o que foi discutido no capítulo, a fim de traçar uma visão geral da contribuição deste trabalho, obtida por meio de pesquisa empírica qualitativa, e para que possamos, no capítulo seguinte, estabelecer um diálogo com as discussões teóricas do capítulo 1, levantando interpretações que contribuam com o entendimento acerca do fenômeno socioespacial “morar nas ruas”.

O acesso à moradia é um tema que abarca uma diversidade de realidades. Por conta disso, para pensar criticamente a questão da moradia no Brasil, estudos e planos falam sobre a importância de olhar para todo o *quadro de necessidades habitacionais*. O que isso significa? Compreender que a falta do acesso à moradia atinge diferentes tipos de assentamentos humanos, pela precariedade e inadequação, tais como: *favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais irregulares, ocupações e cortiços*. Além dessas, há outras demandas habitacionais, mais relacionadas às dinâmicas econômicas, como a *coabitação familiar* e o *ônus excessivo com aluguel*.¹⁵⁴

A população que mora nas ruas e nos espaços públicos urbanos, como vimos anteriormente, no Brasil, raramente compõem o quadro de necessidades habitacionais de municípios, estados e do próprio país. Portanto, a proposta de investigar como se expressa a questão da moradia na vida dessas pessoas, tem como objetivo contribuir, a partir de uma perspectiva qualitativa, com a construção de conhecimento acerca dessa forma de morar, ou seja, desse assentamento humano, que precisa ser considerado enquanto mais um elemento do quadro de necessidades habitacionais do país. Assim, a partir de uma reflexão multidisciplinar - na qual mobilizei ferramentas teóricas e metodológicas dos campos da Arquitetura e do Urbanismo, das Ciências Sociais, da Psicologia e da Economia - busquei estruturar uma investigação crítica sobre o “morar na rua”.

Na primeira abordagem (seção 2.2.), que trata das **experiências de moradia fora das ruas**, destaco que as trajetórias das pessoas são marcadas pela característica da "transitoriedade permanente" (Rolnik, 2015, pg. 137). A partir dos relatos sobre o histórico de moradia das pessoas que estavam morando nas ruas, pude notar a recorrência de mudanças

¹⁵⁴ As tipologias das necessidades habitacionais citadas, e destacadas em itálico, têm como referência o conteúdo apresentado no Caderno para Discussão Pública do Plano Municipal de Habitação de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://pmh.habitasampa.inf.br/caderno/>>. Acesso em 25/09/2022.

dos locais de moradia ao longo de suas vidas, por motivações quase sempre involuntárias ou forçadas, como a busca por emprego em outro município, a dificuldade financeira para manter-se na moradia, a incidência de casos de violência no ambiente familiar, a inviabilidade do pagamento de aluguel, entre outros.

Além desse aspecto, outra característica identificada foi a condição de pobreza ser pré-existente à vida nas ruas. Os relatos são de famílias com dificuldade de geração de renda suficiente para atender as necessidades do orçamento familiar (habitação, assistência à saúde, transporte, educação, cultura, alimentação). Um dos impactos da condição de baixa renda recai sobre a qualidade da moradia, conforme vimos a descrição das pessoas sobre suas moradias do passado: com precariedades construtivas, espaços reduzidos, coabitação indesejada, soluções de moradia improvisadas, e parte delas localizadas em regiões sem infraestrutura. Observamos, que as motivações pessoais indicadas como justificativa para a saída da moradia - como conflitos familiares e uso abusivo de álcool e outras drogas - ocultam (ou minimizam) a violação do direito à moradia presente na vida dessas pessoas.

Já na segunda abordagem (seção 2.3.), que trata das **experiências de moradia nas ruas**, foi possível observar inúmeras dificuldades presentes no cotidiano da vida nas ruas, como a garantia de alimentação adequada, a boa qualidade do sono, espaços que oferecem privacidade, e cuidados com a saúde, para citar alguns dos aspectos levantados. Os relatos mostraram que mesmo a rua sendo um espaço importante de construção de laços afetivos, configurando-se enquanto um ambiente de solidariedade e acolhimento, há diversos sofrimentos do dia-a-dia que seriam resolvidos pelo acesso à moradia, como o medo constante, a insegurança, o sentimento de não conseguir se organizar com as atividades diárias, como a busca por emprego e a retomada dos estudos.

Os relatos mostraram que o espaço da rua não é apenas um local onde as pessoas dormem, mas sim, um espaço onde elas estruturam as suas vidas, por meio da construção de um abrigo, da organização de espaços específicos para cozinhar, dormir, conversar com vizinhos, acomodar os animais, etc. Mesmo tendo poucos exemplos de pessoas que encontrei no mesmo local nos dois campos que realizei, as características das moradias na rua evidenciam a permanência física das pessoas no espaço, ou seja, a rua acaba sendo uma "solução" de moradia. Em contraste, ações de limpeza urbana da Prefeitura de São Paulo entram em conflito com esse tipo de uso dado ao espaço público urbano, criando tensões e institucionalizando mecanismos que impedem, cotidianamente, a permanência das pessoas nas ruas, sem, em troca, lhes oferecer qualquer outra alternativa de moradia.

Quanto à terceira abordagem (seção 2.4.), que trata das **expectativas e desejos com relação à moradia**, foi possível notar que não há uma única resposta para isso. As pessoas indicaram diferentes lugares onde gostariam de morar, desde se manter na região central pela facilidade de mobilidade e oferta de trabalho e serviços, até retornar para a região rural de diversos estados brasileiros, onde parte das pessoas nasceu. As motivações pelas escolhas dos lugares estão relacionadas à oportunidade de trabalho, à busca pela tranquilidade e segurança e também, à retomada do convívio familiar, principalmente com filhas e filhos.

Apesar de grande parte das pessoas em situação de rua terem indicado no censo de 2021 que vivem sozinhas, nesta investigação, nenhuma pessoa sinalizou que deseja continuar morando sozinha. As respostas sobre este tema foram diversas: encontrar alguém para viver junto, continuar vivendo com o companheiro e companheira que já mora na rua, continuar vivendo com os filhos, e também voltar a viver com a família. Quando questionadas se gostariam de morar com amigos, as pessoas responderam que não, preferiam ter seu próprio lugar. Em relação a como seria a moradia, observei um padrão que gira em torno da ideia de simplicidade, retratada pelo ideal de "quarto, sala, cozinha e banheiro". As pessoas almejam conseguir na moradia um espaço de segurança, tranquilidade, privacidade e conforto, em contraste com as dificuldades cotidianas que enfrentam na rua. Para alcançar esse sonho, as pessoas identificam que a principal barreira é a renda.

Por fim, a quarta abordagem (seção 2.5.), que trata das **percepções das pessoas com relação às políticas públicas de acolhimento e de moradia**, nos mostrou que a população que mora nas ruas reconhece a moradia enquanto um direito, mas apresentaram uma ideia consolidada de que só é possível acessar a moradia tendo disponibilidade de renda. As políticas habitacionais, em termos gerais, sem considerar programas específicos, são vistas enquanto algo distante da população. As pessoas não acreditam que podem ser contempladas em um programa habitacional, por não terem renda suficiente, nem estável. No campo das políticas de prevenção à situação de rua, apareceram ideias relacionadas a solucionar o problema da falta de renda, ou seja, com a concessão de benefícios para a população, para impedir que mais pessoas tenham que deixar suas moradias e morar nas ruas. As políticas habitacionais, por sua vez, não são consideradas, pelas pessoas, um instrumento de prevenção à situação de rua.

Já com relação à percepção das pessoas sobre os serviços socioassistenciais de acolhimento, foram inúmeras as críticas para os Centros de Acolhida, destacando-se os seguintes aspectos: desorganização, ausência de controle da equipe técnica, sujeira, muita gente, sem privacidade, muitas brigas, roubos, dificuldade de convivência com as demais

peessoas, dificuldade de retomar a organização e as atividades da vida pela precariedade do suporte social. Os serviços de acolhimento da modalidade Autonomia em Foco, por sua vez, foram elogiados por oferecer quartos individuais para pessoas sós e famílias, e também por promover a retomada da autonomia ao prever que as pessoas acolhidas cozinhem sua própria comida, limpem seus quartos, lavem suas roupas, ou seja, retomem responsabilidades da gestão de uma moradia. Por outro lado, as pessoas destacaram a dificuldade de compartilhar os espaços de uso coletivo, como a cozinha, os banheiros e as lavanderias, pelo alto fluxo de pessoas que os espaços não têm capacidade de atender. Com relação aos serviços de acolhimento na rede hoteleira conveniada à Prefeitura, conhecidos pelas pessoas em situação de rua como "hotéis sociais", foi a modalidade mais bem avaliada. Isso porque a estrutura dos hotéis oferece quartos e banheiros individuais, o que parece ser o aspecto mais valorizado pelas pessoas, por garantir privacidade e a possibilidade de cada pessoa ou núcleo familiar cuidar do seu próprio espaço. Os hotéis também apresentam qualidade construtiva, conforto, mobiliário e roupas de cama limpas, fatores que foram ressaltados pela população, indicando que é um lugar "digno" para se viver.

Já o Programa de Locação Social, por sua vez, é reconhecido pelas pessoas enquanto solução definitiva de moradia, diferentemente das três modalidades de acolhimento citadas anteriormente. O acesso à moradia, por meio da oferta de unidades habitacionais de propriedade pública, mediante pagamento de aluguel, é reconhecido enquanto uma solução que apresenta segurança às pessoas, pois acreditam que não serão forçadamente retiradas do local. O fato do Programa de Locação Social ofertar apartamentos individuais para pessoas sós e famílias é um aspecto valorizado, assim como a possibilidade de ter a "chave da casa", que representa tranquilidade e dignidade.

Por fim, importante pontuar que os dados coletados para a investigação reforçam a posição já debatida por outros pesquisadores (Kohara, 2018; OAF, 2021, Lanfranchi, 2021) de que o fenômeno socioespacial "morar na rua" representa uma demanda latente por moradia. Enquanto essa demanda não é atendida por políticas de provisão de moradia, de concessão de auxílios financeiros ou de intervenções no mercado privado de aluguel residencial para torná-lo mais acessível, entre outras possibilidades, recai sobre a Política de Assistência Social toda essa pressão. Serviços de acolhimento provisórios, cujo objetivo seria o de acolher a pessoa que mora na rua, oferecendo proteção integral, escuta e condições para o fortalecimento de sua autonomia e possível saída da situação de rua, acabam se tornando soluções de moradia.

Capítulo 3 – Como a leitura da questão da moradia reflete na prática de políticas públicas para o “morar na rua”

Este trabalho se propôs a investigar um fenômeno socioespacial, que se constitui no fato de haver pessoas e famílias morando nas ruas e espaços públicos urbanos, a partir de uma "perspectiva etnográfica" (Frehse, 2006), com o objetivo de entender como a questão da moradia se expressa na vida desse recorte populacional. Há uma gama de estudos que se debruçaram sobre a questão, como vimos no capítulo 1, apontando diferentes olhares sobre o fenômeno. Parte da bibliografia de referência para este trabalho se debruçou em pesquisas de avaliação de políticas públicas que buscaram e buscam "solucionar" o problema colocado. Outra parte da bibliografia investigou o perfil socioeconômico das pessoas que moram nas ruas e nos serviços de acolhimento transitórios, com vistas a constituir um diagnóstico do problema. Nesses estudos, observamos que o fenômeno é objeto de pesquisa de diversas disciplinas: Ciências Sociais, Serviço Social, Saúde, Economia, Direito, Políticas Públicas e Planejamento Urbano.

Considerando que este trabalho se situa no campo de conhecimento da Arquitetura e do Urbanismo, mais especificamente, na área de concentração *Habitat*, considero importante, neste capítulo que finaliza a reflexão da pesquisa, apresentar de que forma entendo que o trabalho dialoga com o campo de conhecimento. Uma linha de pesquisa que acumula estudos importantes no âmbito da disciplina é a que se propõe a investigar a forma urbana - relativa ao espaço - resultado das contradições do modo de produção capitalista no Brasil.

Em 1979, no prefácio do livro "A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial", organizado pela arquiteta urbanista Erminia Maricato, o sociólogo Francisco de Oliveira, em um esforço para enxergar uma unidade nos diversos textos da publicação - cujos autores são Paul Singer, Gabriel Bolaffi, Rodrigo Lefèvre, Raquel Rolnik, Nabil Bonduki, Gerson Ferracini e da própria organizadora - destaca que, de maneira inédita, os trabalhos buscam compreender o urbano, a partir do urbano, e não compreender o urbano a partir do que havia sido a base da economia brasileira, ou seja, rural, como era recorrente à época. A mudança de perspectiva foi fundamental, uma vez que, segundo Oliveira, se a base produtiva do país já era naquele tempo predominantemente urbana, seria a partir deste urbano que os pensadores conseguiriam compreender o presente e pensar o futuro. Nesse sentido, o prefaciador pontua que o esforço dos autores está em "(...) procurar *determinar* concretamente esse urbano. Pois a resposta de que esse urbano é o produto *típico* - friso - das contradições do modo de produção capitalista peca por demasiada generalidade (...)." (Oliveira, 1979, pg. 14, grifos no original).

Desde então, o campo da Arquitetura e do Urbanismo, em diálogo com outras disciplinas, centrou-se, entre outros caminhos, em investigar o que há de *específico* nesse

urbano na produção capitalista no Brasil. Uma série de trabalhos olhou para questões do planejamento urbano, em suas diversas escalas e abordagens temáticas. Outros trabalhos investigaram como, frente às contradições do modo de produção capitalista e as impossibilidades de acesso a direitos básicos que dele resultam, a população de baixa renda resolveu a questão da habitação. Daí, sucedem trabalhos que investigam as multiplicidades de formas dos assentamentos humanos no país, passando pelas favelas, loteamentos irregulares em áreas de risco e ambientalmente protegidas, conjuntos de habitação de interesse social, cortiços, ocupações, fora as necessidades habitacionais relacionadas à coabitação familiar e ao ônus excessivo com aluguel em áreas urbanas.

Em diálogo com esse esforço de compreensão da forma urbana e, em especial, dos assentamentos humanos, pontuado anteriormente, situo este trabalho enquanto mais um esforço que pretende jogar luz sobre um fenômeno socioespacial específico, marcadamente *urbano*, que é o “morar na rua”. Em síntese, a contribuição deste trabalho é expor e caracterizar, à luz do conhecimento acumulado sobre o tema, como é o dia-a-dia de pessoas e famílias que moram nas ruas, e como foram as demais experiências de moradia na vida dessas pessoas, sejam elas nos variados tipos de domicílios, mas também, nos serviços de acolhimento institucional que acabam por preencher o vácuo das políticas públicas habitacionais e da inacessibilidade de parte do mercado privado de aluguel residencial. Em referência, novamente, a Oliveira (1979, pg. 18), a partir dessa leitura do fenômeno, pensar a atuação do Estado (tanto enquanto agente produtor do fenômeno socioespacial investigado, mas também, como agente com capacidade de revertê-lo):

A partir das expressões concretas do modo como se faz a cidade, do modo como se produz o espaço, do modo como as classes subalternas "resolvem" seu problema de moradia, do modo como tanto o espaço socialmente produzido quanto a autoconstrução são postas a serviço do processo de reprodução do capital, é que surge o Estado (Oliveira, 1979, pg. 18).

Nesse sentido, busco, neste capítulo, a partir da mesma lógica exposta por Oliveira no trecho anterior, mobilizar os resultados da investigação empírica deste trabalho para chegar no Estado, e refletir de que forma a máquina pública tem atuado frente ao *problema* do fenômeno “morar nas ruas”. Buscarei discutir, nas próximas linhas, *de que forma esse problema tem sido formulado* pelo Estado, instigada pelas inquietações de Gabriel Bolaffi, um dos autores que é prefaciado por Oliveira, em seu texto "Habitação e Urbanismo: o *problema e o falso problema*", (Bolaffi, 1979, pg. 37, grifos nossos).

O capítulo 2 desta dissertação, apresenta as características sobre a forma como pessoas e famílias estabelecem suas relações sociais e organizam seu espaço de moradia na rua. Além

disso, resgata as demais experiências de moradia que essas pessoas tiveram fora do espaço da rua. Trata-se de um olhar específico sobre a realidade, guiado por uma “perspectiva etnográfica” enquanto ferramenta metodológica de investigação (Frehse, 2006). O olhar institucional do poder público sobre o fenômeno, por outro lado, é prejudicado pela ausência de dados sobre este objeto nas mais importantes pesquisas estatísticas populacionais do país, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁵⁵.

A ausência se deve ao fato de o instituto utilizar a unidade domiciliar como referência para as pesquisas. Como vimos no capítulo 1, a população que mora nas ruas não é considerada no Censo Demográfico, realizado a cada 10 anos. Mas também, este recorte populacional fica de fora de outras pesquisas importantes, como: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que acompanha as flutuações e a evolução da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país; a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), encerrada em 2016, que pesquisava características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação; e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que oferece um perfil das condições de vida da população a partir da análise dos orçamentos domésticos. Também, como vimos no capítulo 1, e apontado por Kohara (2021, pg. 10, grifos nossos): "A população em situação de rua, apesar de constituída por pessoas sem moradia, vivendo ao relento, sem nenhum teto para se proteger, isto é, encontrando-se na total privação de moradia, **não está incluída na contabilização do déficit habitacional (...)**." Em um esforço para obter uma dimensão sobre o fenômeno “morar na rua”, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicou em 2020 uma estimativa que indica a presença de mais de 200 mil pessoas vivendo nas ruas no país.¹⁵⁶ Considerando a complexidade do fenômeno, em algumas capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Fortaleza, os próprios municípios se empenham em realizar pesquisas locais, investigando além da ordem de grandeza sobre a questão, buscando traçar o perfil socioeconômico das pessoas em situação de rua.

Mesmo com essas pesquisas pontuais, executadas a nível local, que apresentam a complexidade do fenômeno, inclusive jogando luz às questões macroeconômicas que determinam o processo de ida para a rua, o senso comum construído sobre o fenômeno “morar nas ruas” no Brasil, como apontado por diversos autores (Broide e Broide, 2016; Kohara,

¹⁵⁵ Pesquisas estatísticas sobre a população brasileira, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>>. Acesso em 28/09/2022.

¹⁵⁶ Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020), IPEA, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10074>>. Acesso em 28/09/2022.

2018; Lanfranchi e Ferreirinho, 2020; Lanfranchi, 2021), recai sobre a imagem de homens, que vivem sozinhos, com problemas de uso abusivo de álcool e outras drogas, com questões de saúde mental e rompimento definitivo dos laços familiares. Ainda que o contexto da pandemia de Covid-19 tenha impulsionado a popularização do tema nas plataformas jornalísticas, atingindo o público em geral, chamando atenção para uma possível mudança de perfil em função da crise econômica e destacando a presença de mulheres e famílias nas ruas e, também, o crescimento do número de barracas, me parece que a imagem do "homem só, drogado e desempregado" ainda paira sobre a mentalidade da população que não vive nesta condição.

O poder público, por sua vez, dispondo de dados locais para compreender o fenômeno - nos municípios que realizam pesquisas censitárias específicas - avançou no sentido de consolidar a ideia de que não se trata de um público homogêneo, muito pelo contrário, que é composto por homens, mulheres, população transexual, de variadas idades e com diferentes conformações familiares. Como reflexo dessa ideia construída sobre o *problema*, o poder público diversificou a sua rede de acolhimento. No caso de São Paulo, essa mudança ocorreu por meio do atendimento em Centros de Acolhida Especiais para mulheres, mulheres com filhos, mulheres transexuais, homens transexuais, famílias e idosos, deixando para trás a solução restrita de atender apenas homens.

No entanto, mesmo com a mudança que atende a diversidade de perfis, em São Paulo, manteve-se a estratégia de grandes centros de acolhimento provisórios, que dão conta de atender muitas pessoas, em um mesmo espaço. Minhas impressões enquanto profissional tendo trabalhado com o tema na Prefeitura de São Paulo entre 2018 e 2022, e as percepções das pessoas sobre esses serviços descritas no capítulo 2 (seção 2.5.), convergem à medida que expõem falhas estruturais da lógica adotada para o enfrentamento do fenômeno. Essa tipologia de grandes equipamentos, onde os espaços são projetados a partir da lógica da economicidade, oferece às pessoas quartos coletivos, onde dormem variados números de pessoas, em alguns casos, mais de 50 pessoas convivem em um único quarto. O mesmo ocorre para os banheiros, todos coletivos e projetados para atender um grande número de pessoas. Além disso, o fato da organização da sociedade civil¹⁵⁷ ser a responsável por ofertar o imóvel onde será implantado o Centro de Acolhida, resulta em espaços coletivos pouco qualificados, uma vez que os imóveis não foram planejados para esse fim.

¹⁵⁷ Na Prefeitura de São Paulo, todos os serviços de acolhimento para população em situação de rua são executados por Organizações da Sociedade Civil (OSC), através do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que é regulamentado pela Lei 13.019/14, com abrangência nacional.

Embora esse formato permita a expansão mais rápida do número de vagas para responder ao crescente número de pessoas vivendo nas ruas, atendendo, nesse sentido, à demanda emergencial que pressiona os governos, não há como garantir, nestas condições, um ambiente propício para que as pessoas consigam retomar as suas vidas e sair de uma forma qualificada da rede socioassistencial. Segundo Ornelas e Duarte, "as condições restritivas, a falta de privacidade e de autonomia são fatores que contribuem para a não adesão a este tipo de resposta e para as elevadas taxas de desistência" (Donley & Wright, 2012; Harp, 1990; Leff et al., 2009; Ryan & Thompson, 2013 apud Ornelas e Duarte, 2022, pg. 11).

Os estudos [internacionais] apontam que a **permanência em estruturas segregadas durante longos períodos** de tempo contribui para **aumentar a dependência das pessoas dos serviços** e diminuir as suas expectativas em relação a uma vida independente na comunidade (Hooper, Jost, Hay, Welber, & Haugland, 1997; Padgett et al., 2008; Wong et al., 2006). No seu conjunto, os resultados dos estudos indicam que os **serviços etapistas** têm estado mais focados na **resposta às necessidades básicas das pessoas** e na gestão de circuitos institucionais, do que em encontrar **soluções de habitação permanente que possibilitem resolver eficazmente as situações de rua** (Ornelas e Duarte, 2022, pg. 12, grifos nossos).

Retomando o tema do *modelo etapista*, citado no trecho anterior e comentado no capítulo 1, trata-se de uma estratégia de proteção social para pessoas que vivem nas ruas, em que a pessoa é acolhida provisoriamente em um grande centro de acolhida e, conforme a pessoa responde positivamente ao seu plano individual de atendimento, vai conquistando vagas em centros de acolhida mais dignos, que oferecem maior privacidade e maior autonomia para as atividades do dia-a-dia (como cozinhar a própria comida e poder entrar e sair do serviço a hora que quiser). Esse é o modelo utilizado no Brasil, uma vez que o acesso à moradia definitiva é o "último degrau na escada da autonomia". Esse modelo está vinculado a *resultados*, isto é, a pessoa "sobe os degraus da escada da autonomia" à medida que controla o uso abusivo de drogas, consegue um emprego, volta a estudar, retoma os vínculos familiares, para dar alguns exemplos.

No entanto, como vimos no capítulo 2, as pessoas dizem não conseguir se reorganizar nos serviços de acolhimento, porque eles concentram muitas pessoas, não oferecem espaços com privacidade, são espaços onde as regras de convivência falham e as pessoas se sentem expostas, por não haver um sentimento de segurança, o que prejudica também a qualidade do sono. Fora isso, as equipes responsáveis pela gestão dos equipamentos, em número reduzido diante da demanda, não dão conta de fazer o controle do lugar, nem de manter o espaço limpo, ficando ainda mais prejudicado o atendimento socioassistencial. Assim, como destacado no trecho anterior, são lugares que *respondem às necessidades básicas* - comer, dormir, ir ao

banheiro e tomar banho - mas não garantem um ambiente propício para a reorganização pessoal.

No gráfico a seguir, cujos dados foram retirados do censo da população em situação de rua de 2021, vemos que entre as pessoas acolhidas nos serviços da Prefeitura de São Paulo, quase 80% delas estão há mais de 2 anos na rede socioassistencial. No total, quase 45% está há mais de 5 anos. Tal cenário reforça a tese exaustivamente debatida em âmbito internacional (Brasil, 2019; Ornelas e Duarte, 2022) de que "(...) o modelo etapista tem limitado possíveis trajetórias de saída das situações de rua." (Ornelas e Duarte, 2022, p. 12).

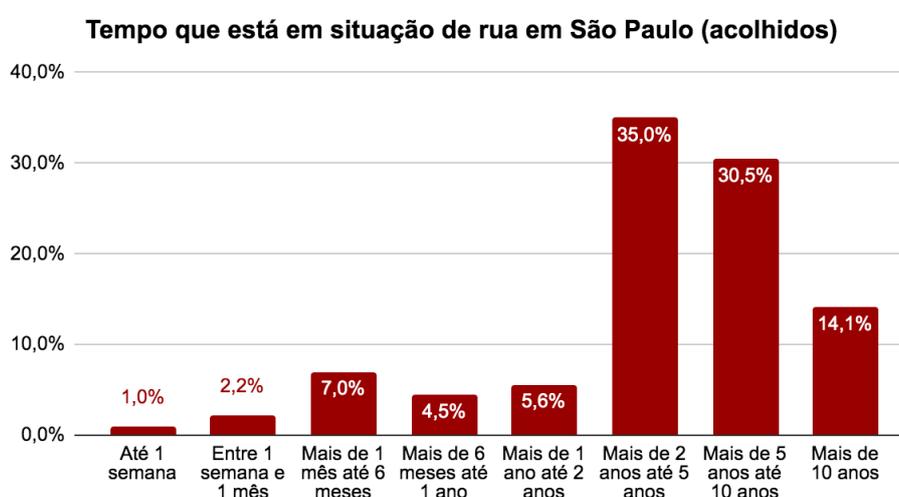


Gráfico 2. Tempo que está em situação de rua em São Paulo (acolhidos) - 2021. Elaboração própria.
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Em busca de um entendimento mais aprofundado sobre o fenômeno, que jogue luz às "(...) causas estruturais da situação de rua, como o nível de pobreza e a falta de habitação a preços acessíveis (...)" (Ornelas e Duarte, 2022, pg. 12), visão já consolidada na literatura internacional, retomamos, a seguir, alguns aspectos levantados no capítulo 2 deste trabalho, fruto da pesquisa etnográfica em campo, nas ruas do centro de São Paulo.

O primeiro ponto que destaco é a **pobreza como condição pré-existente à situação de rua**. As diversas histórias de vida que entrei em contato por meio das conversas informais e entrevistas apontam para o entendimento de que essas pessoas, mesmo antes da rua, viviam sob condições de risco e vulnerabilidade social. Para citar alguns exemplos, identifico um dos tipos sociais que encontrei em campo: homens, entre 35 e 60 anos, desempregados, com passagem na prisão e histórico de separação conjugal. Diversas pessoas com quem conversei na rua tinham passagem no sistema prisional. Um dos principais motivos é o envolvimento

com o tráfico, iniciado na adolescência, no cotidiano da vida nas favelas. Diante da falta de oportunidades, o tráfico aparecia como saída para o desenvolvimento econômico e autoestima. Outro exemplo é o público transexual. Foram diversas as histórias que escutei, cujas justificativas da ida à rua recaem sobre a não aceitação pela família da identidade de gênero da pessoa, e ela, sem dinheiro, não via outra opção que não a rua. Outro exemplo para ilustrar a condição de pobreza pré-existente são as mães solteiras que, diante da ausência do pai, e da impossibilidade de custear a moradia e as necessidades diárias de si e dos filhos, também acabam indo para as ruas ou para a rede de serviços da Prefeitura.

O mapeamento do capítulo 2, referente às moradias das pessoas fora das ruas, mostra que o **aluguel é a forma mais frequente de acesso à moradia**. Devido à baixa renda e à instabilidade dos empregos, as pessoas acabam resolvendo a questão da moradia em cortiços, pensões, quartos de aluguel, que são opções que não exigem comprovação de renda. Os exemplos que vimos de pessoas que moravam em casas próprias ou casas alugadas (que se diferenciam das tipologias que elenquei acima), na maior parte das vezes, eram casos de pessoas que viviam em cidades do interior de outros municípios e estados brasileiros. Essa observação reforça o fato de que o acesso à moradia adequada em áreas bem localizadas é custoso e inviável, aparecendo como alternativas soluções precárias de moradia, ou que não atendem às necessidades do público, como os cortiços, os hotéis, as pensões e as ocupações.

É importante reforçar, que **de forma conjunta à questão da renda e da classe social, há sobreposição de outras vulnerabilidades**, relativas às questões de **gênero e orientação sexual** (preconceito contra público transexual e homossexual, violência doméstica), às **deficiências** (física, mental, intelectual ou sensorial) e à **idade** (mães com filhos, idosos). De uma forma estreitamente vinculada à questão de classe, a rua também explicita a **questão racial** enquanto elemento que condiciona exclusões sociais (mais de 70% da população em situação de rua se autodeclara negra).

A pesquisa também mostrou que na falta de alternativas compatíveis com os níveis de renda, a rua e os Centros de Acolhida da Prefeitura acabam sendo a forma como essa população consegue resolver o acesso à moradia. Os longos períodos em que as pessoas ficam nos serviços, como vimos anteriormente, e a forma como as pessoas se apropriam do espaço da rua dando-lhe um uso habitacional, como vimos no capítulo 2, evidenciam que o fenômeno não é causado apenas por conflitos familiares, ou pelo uso abusivo de drogas. Trata-se da busca por uma condição básica de sobrevivência: a da moradia.

O **cotidiano na rua**, como vimos no capítulo 2, é **marcado por regularidades**, diferentemente do que eu imaginava de uma vida na rua. As regularidades que indiquei ter

observado são múltiplas: preferência por permanecer no mesmo local pela infraestrutura do entorno (banheiros, chuveiros, água, cobertura, proteção do vento), pelas redes de afetividade construídas no espaço com outras pessoas em situação de rua, e também com pedestres que passam diariamente, além de comerciantes e trabalhadores dos arredores. Fora a busca por permanecer no mesmo local, há horários para acordar e dormir, regulados pelas ações de zeladoria urbana e pelos movimentos e ruídos da cidade. Outra necessidade básica que regula o dia-a-dia na rua é a alimentação: seja nas filas das "bocas de rango", dos equipamentos públicos, das doações que ocorrem nas diversas praças da região, ou mesmo a produção da própria refeição em espaço improvisado na rua. Por fazerem da rua seu espaço de moradia, é constante o incômodo das pessoas com a sujeira dos espaços públicos, tanto advinda da poluição, como também dos descartes de resíduos e alimentos, atraindo ratos. Com isso, há uma preocupação pela manutenção da limpeza nesses espaços, costume ilustrado por um de meus interlocutores em campo que contou que às quintas-feiras era o "dia da faxina".

No capítulo 1, identifiquei um movimento que ocorre desde 2016, no âmbito do governo federal, que busca consolidar um novo entendimento institucional sobre a situação de rua no Brasil, situando o fenômeno como resultado da falta de moradia e do contexto macroeconômico que exclui parcela da população do acesso a direitos fundamentais. Elenquei alguns marcos regulatórios, eventos e resoluções do Conselho Nacional de Direitos Humanos que demonstram tal mudança de posicionamento. Como reflexo desse novo olhar sobre a questão, toma espaço no debate o modelo *Housing First*, ou "moradia primeiro", em contraponto ao modelo etapista, majoritariamente adotado até então no Brasil. Em diálogo com Bolaffi (1979), no clássico "o problema e o falso problema", notamos que se trata de um processo de *reformulação* do problema "morar na rua", o que resulta, também, em novas respostas sendo pensadas para enfrentá-lo.

Nesse sentido, se há uma convergência de esforços sobre o entendimento de que o "morar na rua" é "não ter onde morar", é fundamental olharmos como os relatórios mais recentes do déficit habitacional tratam, ainda que indiretamente, a questão. Já sabemos que o déficit habitacional não considera as pessoas em situação de rua na pesquisa, como vimos no capítulo 1, mas nos interessa saber se existe algum posicionamento com relação à este vácuo e como os resultados da pesquisa evidenciam, a partir de uma perspectiva estatística, as vulnerabilidades relacionadas à moradia que foram elencadas a partir de uma perspectiva qualitativa no capítulo 2.

O déficit habitacional é a pesquisa que faz o diagnóstico do número de unidades habitacionais a serem incrementadas no estoque de moradias no país, necessárias para

responder à demanda de parcela da população que vive sob condições precárias. Como sabemos, a unidade de referência da pesquisa é o domicílio, motivo pelo qual a população em situação de rua não é contemplada. Na introdução do relatório do déficit habitacional de 2021, é feita uma reflexão com relação ao significado de déficit. Pontuam que, na prática, por viverem em um domicílio, mesmo que precário, toda a população tem sua necessidade habitacional satisfeita, com exceção da população em situação de rua, que não “mora”:

Procurando entender melhor o significado de “deficit” ou “falta” (...) pode-se tomar como referência a ideia de que as necessidades por habitação são satisfeitas de uma forma ou de outra. Em todos esses casos de carências habitacionais, por mais precárias e críticas que sejam as condições de moradia ou dos serviços nela disponibilizados, **todos, ou pelo menos a grande maioria da população, de alguma forma, “mora”**. Nessa perspectiva, e de forma muito estrita, o deficit – diferença entre a oferta e a demanda por habitações – seria representado por **aqueles cujas necessidades por moradias não são minimamente satisfeitas, como é o caso da população em situação de rua** (Fundação João Pinheiro, 2021a, pg. 15, grifos nossos).

Curioso notar que, a partir dessa perspectiva sobre o déficit habitacional, presente no trecho anterior, um dos únicos recortes que apareceriam como déficit “real” seria a população em situação de rua, que não é considerada na pesquisa. Apenas como exercício, se somarmos o total estimado de pessoas em situação de rua no Brasil, 221.869 pessoas (IPEA, 2020), ao total do déficit habitacional em 2019, 5.876.699 pessoas (Fundação João Pinheiro, 2020a), a população em situação de rua representaria 3,64% do déficit habitacional total.

O relatório mais recente do déficit habitacional apresenta dados de 2016 a 2019.¹⁵⁸ A Fundação João Pinheiro, órgão que realiza o cálculo do indicador, apontou um aumento de 1,3% do déficit no período.¹⁵⁹ Nesse relatório, o órgão apresenta nova metodologia, identificando agora 3 componentes que compõem o déficit habitacional: habitações precárias (que inclui domicílios improvisados e domicílios rústicos); domicílios em coabitação (quando mais de um núcleo familiar habita o mesmo domicílio, por não ter outra opção); e domicílios em ônus excessivo com aluguel urbano (quando a família compromete mais de 30% da renda familiar mensal com gastos com a moradia) - ficando de fora o componente adensamento excessivo em domicílios alugados, após revisão metodológica¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Relatórios Déficit e Inadequação Habitacional no Brasil, Ministério do Desenvolvimento Regional, Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/relatorios-deficit-e-inadequacao-habitacional-no-brasil-fundacao-joao-pinhoiro>>. Acesso em 29/09/2022.

¹⁵⁹ Total do déficit habitacional por ano: 2016 - 5.657.249; 2017 - 5.970.663; 2018 - 5.870.041; 2019 - 5.876.699. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/RelatorioDeficitHabitacionalnoBrasil20162019v1.0.pdf>>. Acesso em 29/09/2022.

¹⁶⁰ Metodologia do Déficit Habitacional e da Inadequação de Domicílios no Brasil (2016-2019), Fundação João Pinheiro, Brasil, 2021. Disponível em:

No decorrer dos 4 anos, o relatório aponta aumento de 4,6% no número de habitações precárias (representa 25,2% do déficit), uma redução de 4,2% no número de domicílios em coabitação (representa 23,1% do déficit) e um aumento de 2,5% no número de domicílios em ônus excessivo com aluguel (representa 51,7% do déficit). É notável o protagonismo do ônus excessivo com aluguel no indicador geral do déficit.

No relatório que explica a metodologia adotada para o cálculo do déficit, a Fundação João Pinheiro pontua que a descontinuidade da PNAD em 2016 comprometeu o cálculo dos domicílios improvisados, visto que a PNAD Contínua, que a substituiu, não indica essa informação (Fundação João Pinheiro, 2021b). Por conta disso, a partir de então, o Cad Único passou a ser utilizado para estimar os domicílios improvisados e algumas ressalvas foram pontuadas no relatório. Com a mudança, a unidade de referência para a estimativa dos domicílios improvisados deixa de ser o domicílio e passa a ser a família, que é a unidade de referência do Cad Único. Além disso, explicam no relatório que em caso de dúvida entre a marcação "Domicílio Particular Permanente" e "Domicílio Particular Improvisado", no Cad Único, os cadastradores são orientados a marcar a segunda opção "(...) para não deixar de registrar a vulnerabilidade da família" (Brasil, 2017, p. 47 apud Fundação João Pinheiro, 2021b, pg. 29). Por conta disso, explicam que o novo método pode gerar uma sobrestimativa se comparada à forma como o dado era coletado anteriormente. Se olharmos o crescimento apenas de domicílios improvisados no déficit, houve um crescimento anual de 13,6% entre 2016 e 2019, o maior entre os demais componentes.

O entendimento da variável "domicílios improvisados" - lembrando que é uma das variáveis do componente "habitações precárias" do déficit (a outra é domicílios rústicos) - é estratégico na discussão sobre população em situação de rua. Vejamos como o Cad Único define "Domicílio Particular Improvisado":

Espaço que, no momento da entrevista, está precariamente adaptado pela família para servir de moradia. Nestes domicílios, geralmente não é possível distinguir cômodos ou individualizar os espaços. Normalmente, não têm acesso a serviços básicos de abastecimento de água, energia elétrica, saneamento ou coleta de lixo, configurando uma situação de extrema vulnerabilidade. Nesses locais, pessoas ou famílias podem fixar moradia, adaptando o espaço às suas necessidades. Os domicílios particulares improvisados podem estar em áreas privadas como prédios ou casas abandonados, construções, acampamentos em áreas rurais, ou em **áreas públicas como barracas, tendas, etc.** (Brasil, 2017, pg. 47 apud Fundação João Pinheiro, 2021b, pg. 29, grifos nossos).

<<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/RelatorioMetodologiadoDeficitHabitacionaledaInadeguacaodeDomiciliosnoBrasil20162019v1.0.pdf>>. Acesso em 30/09/2022.

O trecho anterior mostra que barracas e tendas localizadas em áreas públicas podem ser consideradas como "domicílios improvisados" pelo Cad Único. Com isso, existe a possibilidade, ainda que remota, de que pessoas em situação de rua que vivem em barracas, tendas e demais moradias improvisadas em áreas públicas, caso tenham o registro dessa moradia enquanto "Domicílio Particular Improvisado" no Cad Único, tenham sido consideradas na estimativa do déficit habitacional entre 2016 e 2019. Não era objetivo deste trabalho aprofundar o entendimento sobre os dados quantitativos do déficit habitacional, mas abre-se uma oportunidade para novas pesquisas investigarem essa possibilidade, a partir da análise dos microdados da pesquisa.

O relatório chama atenção para o perfil do déficit, que é marcadamente composto por domicílios cujas mulheres são as responsáveis. O componente ônus excessivo com aluguel, se analisado apenas pelo recorte de mulheres, aumentou 5,9% nos 4 anos (em comparação com 2,5% no geral). A mesma tendência ocorre para o componente habitação precária: olhando apenas para o recorte de mulher como responsável pelo domicílio, houve um aumento de 7% (em comparação com 4,6% no geral). Essa discrepância se dá em função do aumento do número de mulheres enquanto responsáveis do domicílio no Brasil, conforme aponta o mesmo relatório. Em 2016, elas eram responsáveis por 54,9% dos domicílios do país e em 2019, essa taxa se elevou para 58,7% (domicílios totais, não enquadrados como déficit habitacional).

Um segundo aspecto que o relatório chama atenção, para além da questão de gênero, é o protagonismo do ônus excessivo com aluguel urbano na composição do déficit. **Esse componente está diretamente relacionado com as experiências de moradia das pessoas que moram nas ruas.** Como vimos, grande parte delas aponta ter ido para a rua por não conseguir mais pagar aluguel, e a permanência na rua, por sua vez, também é atrelada ao alto custo da moradia de aluguel, que as impede de acessar o mercado. Entre os domicílios com ônus excessivo de aluguel, 24% tem como responsável mulher, sem cônjuge e com filhos; e 20% tem como responsável mulher, sem cônjuge e sem filhos. Tais dados, conforme apontado no relatório, chamam atenção para o **perfil do déficit**, que é marcadamente "**feminino**" e composto por domicílios que vivem sob pressão do valor do **aluguel**. Não se trata, necessariamente, de uma carência habitacional em termos de saneamento básico ou estrutura da moradia, mas sim, de uma condição na qual a pessoa está sujeita a perder a moradia, em decorrência da pressão exercida pelos altos preços do mercado de aluguel residencial, e da baixa renda, que caracteriza esse componente do déficit (até 3 salários mínimos).

Outro aspecto destacado no relatório é o aumento de domicílios no déficit com renda até 2 salários mínimos (de 68,4% para 74,4% entre 2016 e 2019) e, em contraponto, a redução de domicílios no déficit nas faixas de renda acima de 2 salários mínimos (de 31,6% para 25,6% entre 2016 e 2019). Conforme relatório, os **domicílios com renda até 1 salário mínimo tiveram um crescimento de 7,0% ao ano** entre 2016 e 2019. Esse cenário apresentado pelo relatório reforça a relação existente entre renda e acesso à moradia.

Tendo feito uma breve apresentação dos dados disponibilizados no relatório do déficit habitacional, observo que, apesar de o termo "situação de rua" não ter sido citado uma única vez no relatório do déficit e apenas uma vez no relatório que explica a sua metodologia, **é possível estabelecer uma série de correlações entre os dados e o fenômeno “morar na rua”**, como, por exemplo, o protagonismo das famílias com renda até 1 salário mínimo na composição de déficit (41,5%), além do peso do componente ônus excessivo com aluguel (51,7%), dois temas relevantes que apareceram ao longo do capítulo 2.

Considerando a leitura apresentada por este trabalho acerca da questão da moradia na vida de quem mora nas ruas e as demais referências mobilizadas para embasar e complementar os resultados da pesquisa, a seguir, aponto 5 aspectos conclusivos sobre o objeto de estudo e, de forma conjunta, sinalizo caminhos possíveis para rever a forma como o Estado vem atuando frente à questão.

1. Um olhar para as condições de vida anteriores ao “morar na rua”

A literatura internacional que aborda o “morar na rua” e as dificuldades de acesso à moradia, principalmente a norte-americana e a europeia, como vimos no capítulo 1, tem consolidado o entendimento de que para além das motivações de natureza pessoal, o fenômeno “morar na rua” está estruturalmente associado às condições de pobreza do sistema capitalista em que vivemos. As particularidades da esfera psicossocial não são inexistentes, mas elas também não são protagonistas, devendo ser compreendidas em diálogo com a forma de produção das cidades no âmbito do sistema econômico capitalista.

O capítulo 2 deste trabalho levantou diversos aspectos com relação às carências vivenciadas pelas pessoas quando o “morar na rua” ainda não era uma realidade cotidiana em suas vidas. Vimos evidências sobre a baixa renda, a instabilidade da renda, os empregos informais, a baixa escolaridade, a fome, a falta de infraestrutura e serviços nas regiões próximas às moradias, a falta de saneamento básico nas moradias, a precariedade edilícia da moradia e as violências ocorridas dentro do espaço da moradia (contra mulheres, crianças,

adolescentes, público LGBTQIA+ e pessoas com transtornos mentais). Como já apontado anteriormente, a vulnerabilidade socioeconômica é anterior à vida na rua. Essa leitura sobre o fenômeno - ou, essa *formulação sobre o problema*, em referência à Bolaffi (1979) - demonstra que é imprescindível o desenho de políticas de proteção social que busquem atingir a raiz do problema, ou seja, atuando por meio de uma *perspectiva preventiva* à situação de rua.

Os marcos regulatórios que dispõem sobre políticas sociais de proteção à situação de rua no Brasil e, em especial, no recorte da cidade de São Paulo, como vimos neste trabalho, focam em políticas públicas que têm como público alvo as pessoas que já se encontram morando nas ruas e nos serviços de acolhimento.¹⁶¹ Ou seja, olha-se para o grupo que já teve seus direitos básicos violados. Essas políticas precisam existir para garantir um padrão mínimo de recursos disponíveis para quem mora nas ruas, promovendo acesso a direitos básicos como banheiro, água e alimentação, e também para construir "portas de saída" para que as pessoas acessem uma moradia. Porém, **os resultados apresentados por esta dissertação demonstram a importância de priorizar políticas que alcancem pessoas e famílias que já vivem situações de vulnerabilidade social, mesmo estando sob um teto para morar**. Portanto, o que os resultados deste trabalho indicam é a necessidade de fortalecer a rede de políticas públicas que atua de forma preventiva, evitando situações de risco e violação de direitos, entre eles, a perda da moradia.

Nesse sentido, chamo atenção para a importância da rede de **Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)**¹⁶² e da rede de **Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)**¹⁶³. No âmbito da Política de Assistência Social, pessoas em situação de vulnerabilidade social podem acessar programas, serviços e benefícios existentes com o objetivo de apoiar a melhoria da qualidade de vida, evitando que famílias vivam situações de pobreza extrema, o que as submeteriam, por exemplo, a deixar a moradia. Diante do cenário de desemprego e crescimento do número de trabalhos informais, como vimos exemplos no capítulo 2, é a Política de Assistência Social que pode garantir uma renda básica para combater a extrema pobreza, por meio da concessão de benefícios como o Auxílio

¹⁶¹ Como exemplo, ver a Política Municipal para População em Situação de Rua da cidade de São Paulo, Lei Nº 17.252 de 26 de dezembro de 2019. Disponível em:

<<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17252-de-26-de-dezembro-de-2019>>. Acesso em 01/10/2022.

¹⁶² Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Ministério da Cidadania, Brasil. Disponível em:

<<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/o-que-e>>. Acesso em 01/10/2022.

¹⁶³ Sistema Único de Saúde – SUS, Ministério da Saúde, Brasil. Disponível em:

<<https://aps.saude.gov.br/smp/smpoquee>>. Acesso em 01/10/2022.

Brasil (antigo Bolsa Família - para baixa renda) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC - para pessoa com deficiência com baixa renda).

Já no âmbito da Política de Saúde, a rede de serviços da Atenção Primária à Saúde atua no sentido de garantir proteção à saúde, prevenção de agravos, diagnósticos, tratamentos, reabilitação, redução de danos e a própria manutenção da saúde.¹⁶⁴ Como vimos no capítulo 2, diversos motivos relacionados à saúde, como o uso abusivo de álcool e outras drogas e a ausência de cuidados com idosos e com pessoas com transtornos de saúde mental, compõem o contexto social, para além das questões econômicas, que faz com que pessoas deixem suas moradias e vão morar nas ruas. A rede de Atenção Primária à Saúde tem a capacidade de apoiar essas situações, prevenindo agravos e, com isso, garantindo a manutenção da saúde.

Para além dessas duas políticas estratégicas, Assistência Social e Saúde, destaco outras políticas cujos papéis são fundamentais no âmbito das políticas que estou caracterizando como preventivas à situação de rua. Uma delas é a **Política de Segurança Alimentar e Nutricional**, a qual, atrelada às Políticas de Assistência Social e Saúde, tem como objetivo promover o direito à alimentação adequada. Vimos no capítulo 2 que a insegurança alimentar e nutricional é uma realidade na vida de muitas pessoas, mesmo antes da situação de rua. E de forma conjunta, a importância da **Educação**, enquanto mais uma ferramenta que promove acesso a direitos, para além do acesso à educação em si, mas, também, à convivência social e à segurança alimentar e nutricional. São, portanto, **políticas públicas existentes**, garantidas pela Constituição Federal, que precisam ser fortalecidas para conseguirem impactar em escala e de forma efetiva a vida de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir maiores riscos sociais.

Por fim, e ainda no campo das políticas preventivas à situação de rua, destaco a própria **Política Habitacional**. Para além dos programas de provisão de novas moradias, já existe um debate consolidado em âmbito nacional e internacional, fomentado especialmente nos últimos anos pelo contexto da pandemia de Covid-19, sobre a necessidade de garantir às pessoas e às famílias proteção contra despejos e remoções forçadas, garantindo a segurança da posse. O relatório “*Seventh Overview of Housing Exclusion in Europe 2022*”, produzido pela *Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri* (FEANTSA, 2022)¹⁶⁵, como vimos no capítulo 1, defende que os Estados priorizem **políticas públicas anti-despejos** porque, além de garantir a permanência de famílias onde elas já

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Seventh Overview of Housing Exclusion in Europe 2022. Disponível em: <<https://www.feantsa.org/en/report/2022/06/30/?bcParent=27>>. Acesso em 01/10/2022.

possuem uma rede de proteção, é também menos custoso do que o aparato de cuidado necessário para garantir proteção social a uma pessoa que se encontra morando na rua. Nesse sentido, a Política de Habitação deve, necessariamente, dialogar com o mercado privado, visto que é esse mercado que vai precisar responder à demanda habitacional de parcela da população. Para isso, poderiam ser implementadas políticas que regulassem um teto para o valor dos aluguéis em determinadas regiões da cidade, ou mesmo haver a concessão de auxílios financeiros para que famílias consigam permanecer em suas moradias, mesmo em fases de instabilidade da renda familiar.

2. Como as especificidades do “morar na rua” mostram caminhos para políticas de moradia mais acessíveis

Conforme vimos no capítulo 2, as pessoas que moram nas ruas organizam o espaço da rua, ou o espaço público urbano, dando-lhe um uso habitacional, na ausência de outra alternativa. As barracas representam uma busca por mais privacidade e conforto no cotidiano, impactando, como visto no capítulo 2, em uma melhora da qualidade de vida. A sociabilidade na rua é um fator importante por constituir uma rede de proteção às adversidades cotidianas, como o cuidado com os pertences para que o "rapa" não os leve. Os laços afetivos na rua, seja com companheiros ou companheiras, com amigos, ou até mesmo com animais, são marcas importantes do “morar na rua”, valorizadas pelas próprias pessoas, até mesmo em comparação às difíceis relações que muitas delas apontaram ter no ambiente domiciliar. Vimos também que os espaços construídos pelas pessoas que fazem da rua seu *habitat* reproduzem as formas da moradia "convencional", como o espaço de dormir, o espaço de cozinhar, o espaço de guardar os pertences, o espaço do animal, o espaço de conversar com vizinhos ou pedestres, etc.

Quando questionadas sobre as expectativas com relação à moradia, as pessoas disseram que a maior barreira é a questão da renda, por ser baixa e instável, por conta da informalidade dos empregos (reciclagem, bicos na construção civil, carga e descarga, segurança, ajudante geral, serviços de cozinha e de limpeza, para citar alguns) e da própria situação de desemprego, na qual muitas se encontram. Por isso, reconhecendo que a Política Habitacional precisa conseguir atingir os diferentes recortes sociais, mas, em especial, aqueles de baixíssima renda, como é o caso das pessoas que moram nas ruas, por ser o público que tem maior dificuldade em acessar a moradia, a seguir, elenco estratégias que poderiam ser adotadas para viabilizar o acesso à moradia desse recorte populacional. Não se trata de novas

ideias, mas parte delas nunca foi concretizada ou ganhou a escala necessária. Políticas nacionais, estaduais e municipais de habitação, assim como planos locais, já propuseram parte desses programas - em especial, destaco o Projeto de Lei Nº 619 de 21 de dezembro de 2016¹⁶⁶, que propõe a revisão do Plano Municipal de Habitação de São Paulo, cujo processo foi coordenado pelo Secretário de Habitação à época, João Sette Whitaker Ferreir.

Trazer à discussão esse olhar, com uma perspectiva “aplicada” diante do que foi discutido, faz sentido no âmbito deste trabalho, à medida que os resultados aqui apresentados têm reflexos diretos no que poderia ser uma rede de políticas públicas mais aderente às *particularidades* que encontramos no “morar na rua”, ao investigar o fenômeno *qualitativamente*. E esse olhar, a partir das políticas públicas, é coerente com a trajetória desta pesquisa desde seu início, considerando que o tema atravessa tanto o capítulo 1, no qual apresento a rede de políticas públicas existentes que atende esse recorte, mas também o capítulo 2, no qual busco entender, entre outras abordagens, as percepções das pessoas com relação às políticas públicas que objetivam resolver a questão da moradia em suas vidas. Além disso, a retomada do tema das políticas públicas neste terceiro capítulo faz sentido pelo fato da pesquisa ser desenvolvida no campo da Arquitetura e do Urbanismo, uma ciência aplicada e, especialmente, integrante da área de concentração *Habitat*, que é composta por pesquisas que discutem práticas efetivas para a cidade.

Os dados apresentados por esta dissertação reforçam que a maior barreira para a moradia - das pessoas em situação de rua - é o acesso ao mercado privado de aluguel, por isso, as propostas elencadas a seguir buscam estabelecer essa conexão (indispensável na conjuntura atual) entre a política pública e o mercado privado de moradias de aluguel.

Considerando a realidade de pessoas que estão morando nas ruas e nos serviços de acolhimento, uma das propostas é a concessão de **auxílio financeiro para apoiar pessoas e famílias a acessarem o mercado privado de aluguel**. Vimos no capítulo 2 que a maior parte das pessoas que moram nas ruas consegue gerar renda, mas que o problema é o alto valor do aluguel e a insegurança que as pessoas têm em ficar sem renda algum mês e não conseguir pagar os gastos com a moradia. Diferente do funcionamento do Auxílio Aluguel concedido pela Secretaria Municipal de Habitação em São Paulo atualmente, cujo fluxo do atendimento não garante controle sobre quais moradias estão sendo acessadas pelas famílias, e que pesquisas já indicaram que essas moradias são, em sua maioria, precárias e inadequadas

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/projeto-de-lei-619-de-21-de-dezembro-de-2016>>, acesso em 01/10/2022.

(Cunha, 2020), esse auxílio teria uma gestão mais próxima dos beneficiários da política e dos proprietários das moradias. Esse controle se daria por meio de um fluxo no qual uma equipe própria da Prefeitura seria responsável por mapear e autorizar as moradias que estão sendo acessadas pelos beneficiários da política com o apoio do auxílio. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, por exemplo, há uma experiência nesse sentido, tratada em trabalho de Paolinelli, Barros e Silva (2020).

Outra possibilidade é a **regulação do valor do aluguel residencial em determinadas áreas da cidade**, foco de processos de valorização imobiliária, cujo instrumento regulamentador poderia estabelecer um teto, de modo a frear subidas repentinas no valor do aluguel e provocar remoções forçadas de famílias de baixa e média renda. Essa modalidade de política já existe, por exemplo, em Nova York, Estados Unidos, como discutiu Santoro (2018). Uma ressalva com relação a essa modalidade: dificilmente atingiria o público de baixíssima renda, como a população que mora nas ruas, mas poderia garantir maior segurança na posse da moradia a famílias de baixa e média renda. As famílias de baixíssima renda não conseguiriam acessar esse mercado onde já está ocorrendo um processo de valorização imobiliária pelo alto custo do aluguel.

Retomando Bolaffi (1979, pg. 65), essa última modalidade de política habitacional dialoga diretamente com a *questão fundiária*, a qual o autor identifica em seu texto (ainda tão atual) que seria o *real problema* a ser enfrentado para promover acesso à moradia adequada no país. Por exigir um controle sobre o uso do solo, ou seja, da *propriedade* - um direito adquirido e "sagrado" em nosso país¹⁶⁷ - essa modalidade enfrentaria muitas resistências diante dos interesses do mercado privado, tanto dos pequenos, mas principalmente dos grandes proprietários imobiliários, sendo apenas possível se houvesse interesse e engajamento do poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Outra possibilidade que tem sido recorrentemente debatida em seminários que acompanhei sobre o tema do acesso à moradia por meio do aluguel,¹⁶⁸ é a constituição de uma **imobiliária pública**, órgão que teria o papel de cadastrar imóveis residenciais de proprietários que tenham interesse em alugar para o poder público, com a garantia de receber um aluguel fixo (pago pelo próprio poder público), sem inadimplência, mas abaixo do valor do mercado. Essa imobiliária seria responsável por fazer a ponte entre os imóveis cadastrados e os

¹⁶⁷ Ver Bógus e Pasternak, 2014, pg. 11.

¹⁶⁸ "Seminário Internacional Moradia de aluguel na América Latina: Estado, finanças e mercados populares", LabCidade, FAU USP, São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/seminarioaluguel/>>. Acesso em 15/10/2022; e "MudA: Direito à terra e à cidade", Fundo FICA, São Paulo, 2022. Disponível em: <<http://fundofica.org/muda/>>. Acesso em 15/10/2022.

locatários, pessoas e famílias de baixa renda, as quais poderiam acessar os imóveis contando com a renda familiar, mas também, se o caso, com o apoio do auxílio financeiro citado anteriormente, através de um desenho possível que vinculasse as duas políticas, como é feito na França.¹⁶⁹ O beneficiário pagaria o aluguel para o poder público, a um valor proporcional e compatível com a sua renda familiar mensal, e o poder público, por sua vez, por meio da imobiliária, faria o pagamento do valor fixo, previamente acordado, ao proprietário.

Essa imobiliária pública poderia, também, facilitar a relação contratual entre proprietário e locatário, já que existe a garantia do pagamento do aluguel pelo poder público, retirando obrigações de ter fiador ou seguro fiança, ou mesmo "ter o nome limpo", que são exigências que barram o acesso de famílias de baixíssima renda, incluindo pessoas que moram nas ruas, à moradia no mercado de aluguel. A imobiliária pública poderia ser um agente ativo que também buscasse estabelecer acordos com o mercado privado, por exemplo, alugando um edifício inteiro para disponibilizar as unidades para habitação de interesse social por meio do aluguel.

Outra forma de viabilizar unidades habitacionais a preços de aluguel acessíveis à população de baixíssima e baixa renda seria estabelecer **acordos com pequenos proprietários privados** - donos de cortiços, pensões, hotéis e motéis, por exemplo, muitos dos quais o público que acessa já é a população de baixa renda, inclusive a população em situação de rua, como vimos no capítulo 2 - **apoio a reforma dos estabelecimentos** para melhorar a condição edilícia e de saneamento básico, por meio da oferta de um financiamento específico. Em contrapartida, o poder público teria a prerrogativa para indicar a demanda de pessoas e famílias que acessariam, por determinado período, as unidades habitacionais reformadas, por meio do pagamento de um aluguel acessível, com valor previamente acordado entre poder público e proprietário beneficiado com a reforma de seu imóvel.

Soma-se a esse quadro de propostas, vinculadas ao mercado privado de aluguel, a própria modalidade existente na cidade de São Paulo do Programa de Locação Social, no qual todas as unidades habitacionais estão localizadas em prédios de propriedade pública, constituindo um parque público de unidades habitacionais com gestão patrimonial, condominial e social direta, entre poder público e beneficiário da política.¹⁷⁰ Nesta modalidade, o poder público precisa criar instrumentos para aumentar o parque de unidades

¹⁶⁹ “Na França, a política de locação social defini-se por dois vieses: por um lado, o subsídio a empresas públicas ou semipúblicas para a construção do parque habitacional (o chamado *aide à la pierre*), por outro, o subsídio direto à população para o pagamento do aluguel a essas empresas (o chamado *aide à la personne*).” (Patitucci, 2017, pg. 14).

¹⁷⁰ Ver Patitucci, 2017, pg. 102.

habitacionais, seja por meio da construção de novos edifícios, gerenciada pela própria municipalidade, como ocorreu nos 7 conjuntos habitacionais que compõem hoje o Programa de Locação Social, seja por meio da implementação de Parcerias Público Privadas para construção de novos conjuntos, ou demais instrumentos que poderiam ser idealizados para este fim. Além disso, considerando ser, a “casa própria”, sonho de grande parte da população, conforme pesquisas já discorreram a respeito (Bógus e Pasternak, 2014), seria importante estudar formas de viabilizar, complementarmente às estratégias de acesso à moradia por meio do aluguel, o acesso à propriedade, mesmo de famílias de baixíssima renda, como ocorreu com o Programa Minha Casa Minha Vida na Faixa 1 (até R\$1.800,00 de renda familiar mensal¹⁷¹).

3. A permanência na moradia

Não basta apenas a moradia. Para além do *acesso*, é preciso pensar na *permanência* das pessoas na moradia. Por isso, neste terceiro aspecto conclusivo da pesquisa, trago o tema do trabalho social. No capítulo 1, apresentei a rede de serviços de acolhimento acessada pela população em situação de rua, assim como algumas políticas habitacionais, como o Programa de Locação Social. Cada tipo de acolhimento apresenta um formato de trabalho social, que é a atuação de uma equipe interdisciplinar, normalmente composta por profissionais de serviço social e psicologia, cujo objetivo é promover o acesso a direitos básicos das pessoas, assim como, construir, de forma conjunta a elas, um “plano” de saída da rua.

Não há, no Brasil, uma metodologia consolidada de trabalho social focada nas particularidades da população em situação de rua no âmbito da Política de Habitação. Em países que implantaram o modelo *Housing First*, ou “moradia primeiro”, o trabalho social para este recorte populacional em programas de moradia foi desenvolvido e tem sido aprimorado, conforme apresentam Ornelas e Duarte (2022). Vamos retomar alguns achados da dissertação para pensar aspectos para subsidiar a construção de uma metodologia de trabalho social em habitação para pessoas em situação de rua, olhando para as particularidades do “morar na rua” no contexto brasileiro.

Vimos no capítulo 2 alguns temas estruturantes quando falamos do fenômeno “morar na rua”. Um deles é a questão da **baixa renda e da instabilidade financeira**, com situações

¹⁷¹ Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério do Desenvolvimento Regional, Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/programa-minha-casa-minha-vida-mcmv>>. Acesso em 03/10/2022.

de desemprego, dificuldade de permanência no trabalho e dificuldade de acesso ao trabalho pela idade, baixa escolaridade, por ser egresso do sistema prisional, e também por ser pessoa transexual, para citar alguns dos casos. Também vimos que é alta a ocorrência de pessoas que moram nas ruas e fazem um **uso abusivo de álcool e outras drogas**, para além de **questões de saúde mental**, relacionadas a traumas psicológicos, violências, ou mesmo casos de doenças psiquiátricas que precisam ser acompanhadas ao longo de toda a vida. Apontei alguns dos sentimentos que as pessoas sentem em morar na rua, como ansiedade, tristeza, desvalorização, insegurança e medo. O capítulo 2 também jogou luz sobre aspectos da vida cotidiana da população que mora nas ruas que podem nos ajudar a pensar no trabalho social. Por exemplo, sobre o tema das **sociabilidades** na rua, vimos a busca por permanecer junto com outras pessoas, o consumo coletivo das drogas e o laço afetivo com animais.

Partindo da ideia de que qualquer pessoa tem o direito a acessar e a permanecer em uma moradia, o trabalho social é o instrumento que tem o potencial de apoiar pessoas e famílias com histórico de viver na rua a se adaptar à moradia e também a realizar seus planos individuais de vida. Diante dessas especificidades elencadas anteriormente sobre o “morar na rua”, temos que considerar que o simples fato da pessoa acessar a moradia não fará com que ela, sozinha, se adapte ao novo modo de “morar”. Não se trata de acreditar que as pessoas precisam seguir um padrão de organização com a moradia e com os cuidados pessoais, mas sim, auxiliar a pessoa a se adaptar ao novo espaço, às novas responsabilidades e às novas relações sociais e institucionais, estabelecendo uma vida sustentável. O trabalho social em programas de habitação de interesse social já é um componente reconhecido e consolidado no Brasil (Brasil, 2014). No entanto, se faz necessário refletir sobre as particularidades da população em situação de rua, na linha do que já é feito nos programas internacionais de *Housing First*:

(...) os programas de Housing First proporcionam às pessoas em situação de rua o acesso direto a uma habitação permanente e independente, assegurando uma diversidade de **serviços de suporte que são prestados de acordo com as necessidades e as escolhas individuais** (Tsemberis, 2010; Tsemberis, Gulcur, Nakae, 2004 apud Ornelas e Duarte, 2022, pg. 9, grifos nossos).

As equipes Housing First disponibilizam um **apoio individualizado** aos participantes, de acordo com as necessidades e prioridades que são definidas por cada um(a). Esse **apoio é prestado no contexto habitacional**, através de **visitas domiciliares semanais**, e nos contextos da **comunidade**, no sentido de **facilitar o acesso a outros serviços e recursos**, ao nível da saúde, social, de emprego e outros (Ornelas e Duarte, 2022, pg. 9, grifos nossos).

Considerando as particularidades das pessoas em situação de rua e, levando em conta as diretrizes do trabalho social em programas de *Housing First* anteriormente elencadas, fica

evidente a importância de um trabalho social que atue próximo às pessoas, de forma permanente, no dia-a-dia, apoiando nos processos de adaptação à moradia.

Como vimos ao longo do trabalho, a questão da renda é um aspecto frágil. Os resultados apresentados no capítulo 2 são um retrato do cenário de desemprego e da informalidade do trabalho no país. As pessoas relataram que só conseguem “bicos”, empregos pontuais, e mal remunerados. O censo da população em situação de rua de 2021 indicou que 43% das pessoas não estavam trabalhando e 51% faziam bicos ou trabalhavam por conta própria. Essa realidade demonstra que as políticas habitacionais voltadas à população em situação de rua tenham como diretriz que o trabalho social deve atuar articulando ações permanentes de geração de renda, seja promovendo o acesso a benefícios para quem tem direito de recebê-los, seja pelo apoio à inserção no mercado de trabalho, ou mesmo, considerando dispositivos de suspensão do aluguel e concessão de auxílios financeiros, como dito anteriormente, em casos de impossibilidade de pagamento dos custos da moradia.

Outro caminho que apresenta potencial entre as pessoas em situação de rua, pelo fato de a grande maioria indicar que gera renda através do material reciclável, é a Economia Solidária. O poder público, em cooperação com organizações da sociedade civil, empresas e universidades, poderia incentivar e apoiar a formação de grupos autogestionários, promovendo sua inserção no mercado em diversas atividades econômicas, como por exemplo alimentação, artesanato, produção de produtos de limpeza e higiene, reciclagem, etc. A Economia Solidária, por meio da organização de cooperativas de trabalho, apresenta alternativas de geração de renda frente ao desemprego.

O tema dos laços afetivos também precisa ser levado em consideração. Retomando o psicanalista Jorge Broide (2020), a pessoa na rua estabelece redes de proteção e afeto, as “ancoragens”, que fazem com que a pessoa consiga sobreviver. A saída da rua pode representar a quebra de muitos vínculos importantes para a pessoa, os quais se não forem mantidos, ou mesmo criados novos vínculos, podem gerar sentimentos de solidão e desamparo. Nesse sentido, o trabalho social também pode atuar por meio de estratégias que estimulem o convívio em coletivo, seja entre os moradores de um mesmo edifício, seja apoiando a pessoa a estabelecer conexões com equipamentos públicos de saúde, de convivência, de cultura e de lazer, localizados no entorno da moradia.

Na direção de propor uma alternativa de moradia mais coerente às singularidades da população em situação de rua, o Fórum da Cidade em Defesa da População em Situação de Rua, coletivo autônomo que se organiza na abrangência da cidade de São Paulo, composto por trabalhadores, pessoas em situação de rua e especialistas no tema, apresentou no âmbito

do Comitê Poprua uma proposta de programa denominada Serviço de Moradia Social, com o objetivo de promover o acesso à moradia para a população em situação de rua, focando em quebrar barreiras no acesso e incluir dispositivos que garantam a permanência das pessoas na moradia (auxílio financeiro, trabalho social intensivo e continuado, por exemplo). A proposta não está consolidada, e também não foi publicizada pelo coletivo, mas ela se baseia nas previsões do Plano Diretor (Lei Nº 16.050, de 31 de julho de 2014, Seção IV, Art. 295 e 296) e da Proposta do Plano Municipal de Habitação (Projeto de Lei Nº 619, de 21 de dezembro de 2016, Capítulo II, Art. 13 e 28).

4. Recortes sociais específicos

Este trabalho reforçou característica já apresentada pelas pesquisas estatísticas sobre a **heterogeneidade da população em situação de rua**. Há recortes específicos, que compõem a totalidade da população, que serão, a seguir, elencados, com o objetivo de chamar atenção para a necessidade de garantir acessibilidade a estes recortes nas políticas públicas.

Alguns grupos apresentam maiores graus de vulnerabilidade social, e essas diferenças precisam ser consideradas nos programas habitacionais para população em situação de rua. Primeiramente, sinalizo um grupo cuja característica particular está associada à **identidade de gênero** e à **orientação sexual**. São pessoas transexuais, especialmente mulheres, que se prostituem ou já se prostituíram, na falta de outra alternativa de geração de renda. Fora isso, a vida dessas mulheres é marcada por violências dentro da moradia e preconceitos em demais espaços, como a escola e o trabalho. As pessoas homoafetivas, principalmente os homens, também tiveram uma presença significativa no campo. Os relatos apontaram para situações de preconceito vivenciadas no ambiente familiar e também nos trabalhos. Ainda no campo das questões de gênero, destaco a presença de mulheres nas ruas, cujo dia-a-dia é mais desgastante e penoso pelos cuidados com a saúde, pela busca de privacidade, fora o fato das mulheres estarem mais expostas às violências nas ruas, em especial, à violência sexual, como o campo evidenciou.

O segundo grupo, são as **famílias com crianças e adolescentes**. Conforme expus no capítulo 2, há casais e mulheres sós morando nas ruas com seus filhos, desde crianças até adolescentes. Conforme define o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esse recorte deve ser prioritário em qualquer política pública. Embora haja serviços específicos de acolhimento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para este público, ainda há famílias morando nas ruas pela falta de vagas suficientes. Os sofrimentos e

as dificuldades do dia-a-dia que marcam a vida na rua, como aqueles relacionados à alimentação e à qualidade do sono, por exemplo, como vimos no capítulo 2, impactam no crescimento e no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Um terceiro grupo que também precisa de um olhar mais atento da rede de políticas públicas, tanto no sentido da priorização do acesso à moradia, mas também, no trabalho social da moradia, são as **peessoas idosas**. Entre as pessoas em situação de rua, 12% têm acima de 60 anos, conforme dados do censo de 2021. Se considerarmos só as pessoas que estavam morando na rua no momento da pesquisa, 7% possuíam acima de 60 anos e, entre as pessoas acolhidas nos serviços, essa taxa sobe para 17,5%, ou seja, há um grande número de idosos que na falta de outra opção de moradia, acabam indo morar nos serviços socioassistenciais que seriam, a princípio, provisórios. Junto com idosos, destaco um quarto grupo que são as **peessoas com deficiência**. Segundo o censo de 2021, 19% da população em situação de rua, considerando as que moram na rua e nos serviços, indicaram ter alguma deficiência. Em destaque (53%), estão as deficiências motoras.

Para além desses quatro grupos, é fundamental lembrar, como já abordado ao longo do trabalho, que mais de 70% das pessoas em situação de rua se autodeclararam no censo de 2021 enquanto **peessoas negras**. Apenas a título de comparação, no município de São Paulo, 37% se autodeclararam negros enquanto 60,6% dos habitantes se autodeclararam brancos.¹⁷² Trago o elemento raça/cor, pois não é surpreendente, no contexto do Brasil, que a maior parte da população em situação de rua seja composta por pessoas negras. Vimos no capítulo 2, as carências existentes na vida das pessoas que moram nas ruas mesmo antes da situação de rua. A baixa escolaridade, a precariedade das moradias e da infraestrutura de serviços e redes de equipamentos nos entornos das moradias, os empregos informais e de baixa remuneração, a incidência de trabalho infantil, a dificuldade de acesso ao cuidado contínuo em saúde e a insegurança alimentar e nutricional - são alguns dos elementos que foram apresentados como constituintes do fenômeno “morar na rua”. Todo esse quadro de *exclusão social* é uma realidade brasileira marcada pela questão da raça.

Com isso, reitero a importância do Estado olhar para o “morar na rua” considerando a heterogeneidade das pessoas, e o fato de terem grupos que estão em situações mais

¹⁷² Distribuição da População por Raça/Cor, Retratos de São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?temaId=1&indId=5&locId=3550308&busca=s%E3o+paulo#>. Acesso em 04/10/2022.

vulneráveis em termos sociais e econômicos e, por isso, precisam de uma atenção especial para que consigam acessar seus direitos e manter uma qualidade de vida.

5. Do falso problema ao problema¹⁷³

A violação do direito à moradia adequada é um problema social presente em escala mundial. Conforme Bolaffi (1979), embora o acesso à moradia seja um *problema real*, no caso do Brasil, recorte de sua pesquisa, a elaboração em torno do “problema da moradia” teria se desviado, segundo o autor, da direção que traria soluções concretas ao problema, uma vez que, ao longo da década de 1960, a moradia teria sido utilizada como mecanismo para retirar a economia da crise, por meio da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Segundo o autor, a moradia, à época, teria sido formulada enquanto um *falso problema*, visto que a execução da política de moradia não proporcionou o acesso de famílias de baixa renda à habitação. Empresas privadas da construção civil obtiveram lucros altíssimos com o sistema de produção de moradias de interesse social implantado, o que demonstra os objetivos econômicos fortemente pretendidos com o programa habitacional. Há críticas que apontam que o mesmo ocorreu com o Programa Minha Casa Minha Vida, executado a partir de 2009, mas diferentemente do primeiro exemplo, este último promoveu o acesso de famílias de baixíssima renda à moradia, ainda que tenha também impactado positivamente a situação econômica do país com o fomento à construção civil (Ferreira, 2012).

Os dois programas citados anteriormente, baseiam-se no acesso à moradia e à propriedade por meio de financiamentos, nos quais as famílias se comprometem com pagamentos parcelados ao longo de anos para bancos, os quais, por sua vez, repassam a verba para o construtor ter capital de giro para construir a moradia. No caso do Programa Minha Casa Minha Vida, o poder público concedia subsídios aos financiamentos, de acordo com a condição financeira de cada família. De todo modo, o instrumento utilizado era o financiamento e o objetivo final, a casa própria.

Quando falamos sobre o fenômeno “morar na rua”, não é possível considerar essa estratégia, visto que não há qualquer capacidade de endividamento pelas famílias, algumas, como vimos, não têm renda. Nesse sentido, a população em situação de rua apresenta uma condição que não “cabe” no modo capitalista de produção, é como se falasse outra língua. O

¹⁷³ Título em referência ao texto de Gabriel Bolaffi "Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema", de 1979.

capital imobiliário, conforme discorreu Carlos Lessa, em 1985, persegue “(...) uma multiplicação violenta do valor da terra (...)” a partir da transformação da terra urbana em suporte de um “título financeiro”. Em outras palavras, o capital imobiliário apenas entra em jogo se for para sair lucrando. Por esse motivo, a população em situação de rua, e demais recortes de baixíssima renda, resolvem o “problema da moradia” em favelas, áreas ambientalmente protegidas, de risco, em cortiços, e demais alternativas que estão, a princípio, fora do mercado “formal” de moradias. Mas, o capítulo 2 mostrou que também nesse circuito “alternativo” do mercado imobiliário existe um descompasso de poder econômico entre quem aluga e quem é dono do imóvel, ou seja, é um mercado diferente, mas faz parte do mesmo sistema, seguindo a sua lógica de acumulação de capital.

Como a população em situação de rua não “cabe” no desenho predominante das políticas públicas de moradia, por não ter capacidade de endividamento para participar de financiamentos, se o Estado optasse por promover o acesso à moradia desse recorte populacional por meio da casa própria, ele estaria repassando seu capital tanto para a empresa construtora, pela construção em si e pelo lucro, e também, para o beneficiário da política, pelo bem que a moradia representa enquanto propriedade. Já a estratégia que abordamos anteriormente, de implementação de políticas públicas que promovem o acesso à moradia por meio do aluguel, e não do acesso à propriedade, pode representar uma alternativa possível e acessível para a população em situação de rua. Como vimos no item 2 deste capítulo (pg. 169), há diferentes formas de conter a valorização imobiliária e garantir moradia a um preço justo e acessível, tanto pela via do mercado privado de aluguel em parceria com o poder público (como os 4 exemplos que apresentei no item 2), como também, pela oferta, por meio do aluguel, de unidades habitacionais de propriedade pública, as quais estão fora das dinâmicas de valorização imobiliária. Nestes termos, o “problema da moradia” seria enfrentado sem “distrações”, com foco no *real problema da moradia*.

Já com relação ao modelo de serviços de acolhimento provisórios da Política de Assistência Social, não considero que haja uma distorção do objetivo principal da política que é oferecer condições para o fortalecimento de autonomia, contribuindo para o protagonismo do sujeito e possível superação da situação de rua. Em termos econômicos, diferentemente do que ocorre na Política de Habitação, que depende de empresas privadas da construção civil para produção de moradia, na Política de Assistência Social, as parcerias para execução dos serviços são realizadas com organizações da sociedade civil (sem fins lucrativos). Mesmo assim, como vimos no capítulo 2 e também no capítulo 3, esse modelo de atendimento não

está resolvendo o problema do “morar na rua”. As pessoas entram no circuito da rede socioassistencial, pautado no modelo etapista, e encontram dificuldades para sair.

É possível considerar que o “problema” a ser enfrentado esteja sendo elaborado de uma forma equivocada pelo poder público, já que a rede de políticas públicas utiliza como estratégia a retomada da autonomia do indivíduo e a conquista da geração de renda para que ele consiga ter uma saída qualificada da rede socioassistencial, acessando uma moradia por conta própria. Mas, os resultados desta pesquisa mostraram que é extremamente difícil acessar e se manter em uma moradia, por isso, as pessoas acabam voltando a morar nas ruas e nos serviços de acolhimento. Novamente, parece que a população em situação de rua não “cabe” no modo de produção capitalista no urbano se está fora da rua ou dos circuitos imobiliários precários e inadequados de moradia que foram apresentados no capítulo 2.

Diante desse cenário de exclusão social e, considerando ser a moradia um direito fundamental e garantido a todo e qualquer cidadão, não há outra saída a não ser compreender o acesso à moradia enquanto um *serviço* que deve ser ofertado pelo poder público às pessoas que não têm condições de acessá-la por conta própria. Assim como as Políticas de Saúde, Educação e Assistência Social são estruturadas enquanto serviços, por serem entendidas enquanto direitos fundamentais, sem os quais a população não consegue ter um padrão mínimo de qualidade de vida e de dignidade, a *Moradia* também deve fazer parte desse rol de políticas. A compreensão da moradia enquanto direito e não enquanto mercadoria é extremamente necessária, uma vez que a moradia, agora, diferentemente da saúde, da educação e da assistência, é um *bem* altamente valorizado e objeto de acumulação intensa de capital, fato que a torna inacessível para as populações de baixíssima renda, como as pessoas que moram nas ruas. As Repúblicas e os modelos de Locação Social e Moradia Primeiro, que vimos ao longo do trabalho, são formatos que respondem às especificidades da população em situação e, por isso, precisam ser priorizados por um Estado comprometido com a justiça social.

Considerações finais

A questão central que norteou o desenvolvimento deste trabalho foi a busca por compreender como se expressa a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas. Por questão da moradia entendo ser a perspectiva a partir da qual direciono meu olhar para observar o fenômeno “morar na rua”, com o objetivo de compreender as experiências do “morar” na vida das pessoas em situação de rua. Sobre esse “morar” refiro-me tanto às experiências nos espaços públicos urbanos, o “morar na rua”, como também, às experiências passadas e presentes que essas pessoas tiveram e têm em outros espaços de moradia, como domicílios de diferentes tipos, ou mesmo, serviços institucionais de acolhimento provisório.

Em diálogo com a disciplina que este trabalho pretende fazer uma contribuição de conhecimento, a Arquitetura e o Urbanismo, reconheço que a “situação de rua”, ou o “morar na rua”, é um fenômeno socioespacial marcadamente urbano. Conforme Frehse (2020, pg. 2), está oculta a dimensão socioespacial do fenômeno na forma como nos referimos a ele no Brasil, mais associada às pessoas - "população de rua", "morador de rua" - em contraponto com o termo em inglês, *homelessness*, o qual, segundo a autora, carrega essa dimensão socioespacial. Enxergo o fenômeno enquanto uma forma urbana que resulta do modo de produção do espaço urbano no sistema capitalista, assim como também o produz. Tal como as favelas e os cortiços, que podem ser entendidos como outras formas urbanas, o “morar na rua” evidencia a desigualdade social no espaço urbano brasileiro.

Nesse contexto, o trabalho objetivou compreender concretamente como são as experiências de moradia de pessoas que vivem o lado da *pobreza* da desigualdade social, especificamente aquelas que moram ou já moraram nas ruas. Para isso, defini 4 abordagens que me apoiaram na investigação da questão central. A primeira abordagem trata das experiências de moradia que as pessoas tiveram ou têm fora das ruas e dos espaços públicos urbanos. A segunda, se centra nas experiências de moradia no espaço da rua. Já a terceira abordagem, diferentemente das duas primeiras, que são experiências vividas, busca, por sua vez, as representações sobre as expectativas de moradia das pessoas, ou seja, como elas desejam morar. E a última, trata das percepções das pessoas com relação às experiências de moradia nos serviços de acolhimento provisórios e em programas de habitação social, isto é, aborda as políticas públicas.

Para o desenvolvimento da investigação, defini um recorte empírico: a cidade de São Paulo, especificamente as ruas que conformam a área conhecida como "Triângulo Histórico",

localizado na região central do município. Os marcos referenciais da pesquisa de campo foram a Praça Ramos de Azevedo, a Praça do Patriarca, o Largo São Francisco, a Praça da Sé, o Pátio do Colégio e o Largo São Bento. O recorte temporal investigado foram os anos de 2020 a 2022, quando realizei o trabalho de campo. Mas, levando em conta o objetivo de mapear outras experiências de moradia vividas pelas pessoas, além de seus desejos de moradia para o futuro, posso dizer que os resultados dizem sobre o presente, mas também sobre o passado e o futuro. O método de investigação foi a pesquisa etnográfica, por meio de duas técnicas: a observação participante e a entrevista semiestruturada. Meu referencial empírico foram as pessoas que encontrei morando ou “estando” na rua no momento da pesquisa de campo, além de pessoas conhecidas minhas que já haviam morado nas ruas, mas que no momento da coleta de dados estavam em serviços de acolhimento da Prefeitura ou em programas de habitação de interesse social.

Realizei revisão bibliográfica para mapear o que as pesquisas publicadas já haviam dito sobre a questão que me propus a analisar. Parte das referências, aquelas que buscaram aprofundar o entendimento acerca do perfil da população que mora nas ruas e da forma como o fenômeno se expressa em termos espaciais (na abrangência da cidade), apontaram a heterogeneidade da população (Lanfranchi, 2016). Além disso, essas pesquisas apontaram que muito embora haja uma tendência de concentração das pessoas que moram nas ruas em regiões centrais dos territórios das cidades, por conta da facilidade no acesso a serviços e do grande número de pessoas que circulam por essa região, o fenômeno já é identificado em outras regiões das cidades, inclusive em áreas periféricas e precárias em termos de infraestrutura urbana, onde há alta vulnerabilidade social (Lanfranchi e Borin, 2020).

Já outro grupo de pesquisas, buscou estabelecer uma discussão mais teórica sobre o fenômeno (Lanfranchi, 2021; Ornelas e Duarte, 2022), chegando a mobilizar referências internacionais com vistas a apresentar outro paradigma sobre a questão, cuja leitura associa o fenômeno a causas macroeconômicas no âmbito do sistema capitalista, desassociando-o unicamente das causas pessoais, como o uso abusivo de drogas e os problemas de saúde mental, por exemplo. Outro bloco de pesquisas abrange discussões acerca das políticas públicas voltadas ao recorte populacional, principalmente as políticas de acolhimento institucional, as quais identifiquei a recorrência de críticas com relação ao modelo dos "albergues", pouco efetivo para os objetivos a que se propõem de promover a saída qualificada da situação de rua e o acesso à moradia (Broide e Broide, 2016; Lanfranchi, 2020).

Fora essas 3 abordagens trabalhadas pela bibliografia de referência, mapeei as pesquisas municipais censitárias da população em situação de rua. No caso de São Paulo, a

mais recente, de 2021, indicava que os motivos majoritários de pessoas e famílias irem para a rua eram os conflitos familiares, seguido da dependência de drogas e, em terceiro lugar, a perda de trabalho. Mas a pesquisa não dá mais subsídios para entender os modos de moradia anteriores à situação de rua. Apenas indica com quem as pessoas moravam e os motivos de terem vindo para São Paulo (52% para procurar trabalho). O censo apresenta alguns elementos sobre o cotidiano do “morar na rua”, como informações relacionadas ao uso de banheiro, alimentação, lavagem de roupas, por exemplo, mas, por ser uma pesquisa quantitativa, não oferece percepções mais subjetivas sobre as experiências de moradia na rua. A pesquisa qualitativa que este trabalho se propôs realizar, complementa o quadro apresentado pelo censo, aprofundando o entendimento acerca das experiências de moradia.

A seguir, faço uma síntese dos achados da pesquisa de campo para fins das considerações finais da dissertação, apresentando os principais elementos encontrados em cada uma das 4 abordagens sobre a questão da moradia na vida de quem mora nas ruas. Sobre a abordagem 1 que trata das **experiências de moradia fora das ruas**, a pesquisa mostrou o predomínio de pessoas do estado de São Paulo, especialmente da Região Metropolitana de São Paulo, com participação significativa de pessoas do nordeste, em especial, da Bahia. Como característica comum, apresenta a baixa renda enquanto questão central motivadora da saída da moradia e, complementarmente, as questões relacionadas ao uso de drogas, conflitos familiares, escolhas de modos de vida, além de traumas vivenciados. Ficou evidente que apesar desses últimos temas estarem presentes nas narrativas, a questão econômica é a que mais afeta a ida para a rua. Como vimos no capítulo 3, há alguns “tipos” que aparecem com recorrência: como homens, desempregados, com histórico de separação conjugal e egressos do sistema prisional; mulheres solteiras com filhos; mulheres transexuais vítimas de violência doméstica e de uma série de preconceitos ao longo de toda a trajetória de vida, para citar alguns exemplos emblemáticos. A condição de pobreza foi expressa pelas pessoas de diversas formas em seus relatos: pela fome, pela falta do acesso à saúde, pela baixa escolaridade, pelas ocorrências de perda de parentes e amigos por mortes relacionadas ao tráfico, além da carência habitacional. Vimos de perto, através das “histórias habitacionais”¹⁷⁴ das pessoas, a “transitoriedade permanente”, termo cunhado por Rolnik (2015) para se referir às trajetórias inconstantes em moradias de famílias de baixa renda que vivem sob ameaça de remoções pela falta de renda.

¹⁷⁴ Termo utilizado por OAF, 2021, pg. 46.

Já na abordagem 2, sobre as **experiências de moradia nas ruas**, a pesquisa mostrou, para além das dificuldades cotidianas em sobreviver, que os laços afetivos são estruturantes da vida na rua, representando companhia, proteção, afeto e lazer. O que explica alguns dos sentimentos das pessoas com relação ao “morar na rua”, como a felicidade, a aceitação e o pertencimento, os quais estão relacionados a essa sociabilidade que identifiquei ser positiva na rua, até mesmo em contraste com as experiências ruins que as pessoas tiveram em suas casas. Mas, não há como romantizar a vida na rua. As pessoas relataram que se sentem sem privacidade, que a rotina é entediante, que se sentem inúteis, inseguras, com medo, tristes e desvalorizadas enquanto pessoas.

As externalidades impactam o cotidiano na rua, como a limpeza urbana, por exemplo, que é realizada de forma regular, impondo horários nos quais as pessoas precisam desmontar a moradia e depois montá-la novamente. Ainda sobre a limpeza urbana, registrei ocorrências de retiradas indiscriminadas de pertences pessoais e de valor simbólico para as pessoas, causando sentimentos de revolta e indignação. Também observei a preferência das pessoas por permanecer nos mesmos locais, buscar áreas protegidas da chuva, próximas de banheiros, com acesso à água, e equipamentos de alimentação. As pessoas demonstraram zelo com o espaço da moradia na rua, muitas vezes associando a barraca ou a construção improvisada como *casa*, ainda que entendida como provisória. A observação sobre as experiências de vida na rua demonstrou que não se trata de uma escolha viver esse modo de vida, mas sim, é a forma como resolvem o problema do acesso à moradia na cidade, na falta de outra alternativa viável economicamente. Notei certa *desilusão* das pessoas com relação a perspectivas de mudança de vida. A impressão que fiquei é a de que existe um sentimento de *não pertencimento* em relação ao mundo fora das ruas.

A abordagem 3, por sua vez, que trata das **expectativas com relação à moradia**, apontou que as pessoas têm o desejo pela casa própria por representar a “libertação” com relação ao pagamento do aluguel. No entanto, não há esperança em conseguir acessar a casa própria pelas condições financeiras, por isso, embora expressem o desejo pela propriedade, a expectativa mais concreta é a de acessar uma moradia, ou mesmo um quarto, por meio do aluguel. Com relação ao imaginário da casa desejada, identifiquei um padrão: “quarto, sala, cozinha e banheiro” - muitas pessoas responderam à pergunta dessa forma, dizendo que querem algo “normal” e “simples”. Não há um padrão de preferência com relação à localização da moradia. Observei que esse tema teve respostas diversas, desde permanecer na região central de São Paulo pela disponibilidade de serviços e oportunidades de trabalho, ou morar no “bairro”, referindo-se a regiões fora do centro, por serem mais “tranquilas”, até

respostas sobre morar em cidades menores no interior pelo mesmo motivo da tranquilidade, ou voltar para a cidade natal por conta da família e da vida calma.

As pessoas, embora muitas vivendo na rua próximas a amigos, indicaram não gostar da ideia de compartilhar a futura moradia com amigos. Por outro lado, também não querem viver sozinhas. Aquelas que estavam sozinhas no momento da pesquisa, indicaram que gostariam de achar alguém para viver junto na moradia, trazendo a expectativa de constituir uma família. Também, disseram que querem um lugar onde possam “se sentir em casa”, “ter intimidade” e organizar o dia-a-dia “com as próprias regras”. Frente a esse imaginário de moradia, a maior barreira é a renda.

Por fim, a abordagem 4, sobre as **percepções com relação às políticas públicas** que buscam resolver o problema do acesso à moradia, há um entendimento geral de que política de moradia não é para quem está na rua, justamente porque parte-se da ideia de que é preciso ter renda para acessá-la (o que no cenário atual é uma realidade). Já os programas e serviços de assistência social e saúde aparecem mais próximos do dia-a-dia na rua. Com relação à avaliação das pessoas sobre as diferentes modalidades de serviços de acolhimento, os Centros de Acolhida foram identificados enquanto equipamentos problemáticos, por terem muita gente, e por isso, não garantirem privacidade, por ter uma gestão desorganizada, e por lembrar o ambiente do sistema prisional, por conta das regras, das restrições de horários e da relação com a equipe técnica, caracterizada, por vezes, como truculenta. As pessoas disseram que não sentem que esses serviços as ajudam a se organizar para sair da rua.

Já os serviços Autonomia em Foco e os Centros de Acolhida para Famílias situados em hotéis parceirizados receberam avaliações positivas. Isso porque eles abrigam um menor número de pessoas, oferecem quartos privativos, e com isso, garantem privacidade e conforto, conforme relatos. Também, foi indicado que nesses equipamentos há maior liberdade com relação aos horários, o que foi avaliado positivamente pelas pessoas, por sentirem maior autonomia com relação à própria vida. Há críticas, por outro lado, com relação à gestão dos espaços compartilhados, como lavanderia, banheiros e cozinha – no caso do Autonomia em Foco - pela falta de cumprimento de regras entre as pessoas usuárias do espaço, gerando conflitos. Em especial, os serviços situados em hotéis foram reiteradamente elogiados por oferecer, além do quarto, banheiro privativo para a família. Além disso, a estrutura “nova” e de “qualidade” dos hotéis, adjetivos utilizados pelas pessoas com quem conversei, em contraste com a estrutura muitas vezes precária dos serviços de acolhida, foi realçada pelas pessoas como um elemento positivo. Embora não tenham expressado em palavras, a minha interpretação é a de que se sentiam *dignas* naquele espaço.

Por fim, o Programa de Locação Social, especificamente o edifício voltado a pessoas que vieram da situação de rua, conhecido como Asdrúbal II, modalidade pertencente à Política de Habitação, foi reconhecido enquanto uma moradia permanente. O fato de o proprietário da moradia ser o poder público, no caso, faz com que as pessoas se sintam seguras, sem o sentimento de ameaça de serem removidas pela eventual perda da renda, como vivenciaram algumas vezes acessando o mercado de aluguel privado. Além disso, o acesso a uma unidade habitacional, conforme relataram, impacta na organização da vida pessoal, possibilitando ganhos de qualidade de vida que o espaço de moradia na rua não permitia, ou ao menos, dificultava. Tal como a alimentação adequada, o retorno aos estudos, a qualidade do sono e a retomada dos vínculos familiares, pois agora as pessoas se sentem “orgulhosas” de estarem em uma moradia, em contraste com o sentimento de *vergonha*, que identifiquei diversas vezes em campo, pela condição de estar morando na rua.

Considerando que o trabalho parte da perspectiva da questão da moradia para compreender uma faceta da vida de quem mora nas ruas, desde o início do trabalho o tema das políticas públicas foi trazido à tona. No capítulo 1, apresentei a rede de políticas públicas que buscam garantir proteção às pessoas que moram nas ruas e também as políticas que buscam resolver o acesso à moradia. Em um movimento reflexivo, no qual, parto da compreensão dessa rede existente, e depois, sou exposta às concretudes das experiências de vida de quem mora nas ruas, retomo, no capítulo 3, às políticas, apontando diferentes práticas possíveis, à luz dos resultados encontrados.

Ficou evidente, no percurso do trabalho, as limitações do modelo etapista de acolhimento para o fim a que se propõe. Colocando a moradia como o último degrau na escada da autonomia, que só pode ser acessada mediante uma série de conquistas pessoais anteriores, o modelo tem se mostrado pouco efetivo para promover a saída qualificada da situação de rua. O acesso à moradia, a partir de uma nova perspectiva, visto enquanto solução mais efetiva para a saída da rua, enfrenta barreiras concretas e simbólicas para se consolidar enquanto política pública prioritária. Precisa enfrentar os “nós” da terra, em referência à Ermínia Maricato (2008), já que é uma população que não dispõe de capital para pagar pela terra, nem pela moradia. Por isso, o diálogo do poder público com o mercado privado se mostra imprescindível para tornar a moradia acessível, imaginando ser possível a “criação” de novos tipos de proprietários, de “proprietários éticos”¹⁷⁵ e comprometidos com a justiça social. Para

¹⁷⁵ Termo utilizado em publicação do FICA (Fundo Imobiliário Comunitário para Aluguel) intitulada “O que é um proprietário ético?”, de 2019.

além do desafio do acesso à moradia, existe o desafio da permanência na moradia, haja vista o quadro de vulnerabilidade social apresentado no capítulo 2. Por isso, a ideia de imaginar uma política de moradia que seja executada enquanto um *serviço*, ou seja, que deixa de entregar a chave, apenas, e passa a acompanhar a pessoa na moradia, apoiando-a no cuidado contínuo de sua qualidade de vida, com respeito às especificidades de cada indivíduo, o que vai exigir cuidados diferentes por parte da rede de políticas públicas. Vimos alguns exemplos que caminham nessa direção, como os programas de *Housing First* (moradia primeiro) e de Locação Social.

Olhar para a questão da moradia na vida de quem mora e já morou na rua me levou a reconhecer as pessoas que vivem nesta condição enquanto uma faceta da pobreza e da desigualdade social, produzidas pelas dinâmicas do sistema econômico capitalista. A falta de acesso à moradia adequada, que acomete quem mora em barracos nas favelas, ou em cortiços, ou em ocupações de moradia, precisa ser enxergada, também, como elemento constituinte do fenômeno “morar na rua”. A questão central é a renda. Talvez, as condições pessoais de cada indivíduo, incluindo as suas redes de apoio (ou a ausência delas), seja um dos fatores que mais pesa nas encruzilhadas da vida, entre o conseguir “se virar”, e a ida para a rua.

Uma das pessoas disse-me, com relação ao sentimento de morar na rua: “seja um lar amargo ou doce, mas eu chamaria a rua de lar.”¹⁷⁶ Assim, as pessoas, na rua, *moram*, na falta de outras alternativas dignas de moradia.

¹⁷⁶ Trecho da fala de Edvaldo em entrevista em grupo realizada na Praça do Patriarca no dia 05/02/2021, das 18h às 20h, pg. 130 do caderno de campo 1.

Referências bibliográficas

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; NETO, Vicente Correia Lima. *Para além do Minha Casa Minha Vida: uma política de habitação de interesse social?* Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana. *Habitação de Aluguel no Brasil e em São Paulo*. 1. Ed. - Salvador: Scielo, 2014.

BOLAFFI, Gabriel. "Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema". In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979. Pg. 37-70.

BORIN, Marisa do Espírito Santo. *Habitação e Qualidade de Vida: Os Cortiços da Periferia de São Paulo*. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. *Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: os moradores de rua em São Paulo*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa nacional sobre população em situação de rua*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à moradia adequada*. Coordenação Geral de Educação, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

_____. Secretaria Nacional de Habitação. *Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social*. Ministério das Cidades. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *É possível Housing First no Brasil? Experiências de Moradia para População em Situação de Rua na Europa e no Brasil*. Brasília, 2019.

BROIDE, Emília Estivalet; BROIDE, Jorge. *População em Situação de Rua: Pesquisa Social Participativa*. 1. ed. São Paulo: Juruá Editora, 2016.

BROIDE, Jorge. Participação em debate online: *Crescimento da população que vive na rua em SP, 2020*. Realização: Fundação Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, 2020.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. [1998]. "Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro". In: CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem. E outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. Pg. 475-492.

CUNHA, Tales Fontana Siqueira. *"A conta não fecha": o boom do auxílio aluguel em São Paulo: uma análise a partir do caso da favela de Paraisópolis*. 2020. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

DAMATTA, Roberto. [1974]. "O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues". In E. Nunes (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Pg. 23-35.

FARHA, Leilani. *Relatório da Relatora Especial sobre Moradia Adequada*. Conselho de Direitos Humanos, Organizações das Nações Unidas. 2015.

_____. *Guidelines for the Implementation of the Right to Adequate Housing (A/HRC/43/43)*. Human Rights Council, United Nation. 2020.

FEANTSA. *Seventh Overview of Housing Exclusion in Europe 2022*. Paris: FEANTSA, 2022.

FERNANDES, Florestan. "O que é a sociologia?". *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Companhia Editora Nacional, 1959. Cap. 1.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo "à Brasileira"*. Instituto de Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 25, 2011. Pg. 73-88.

FERREIRA, João Sette Whitaker (Org.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. 1. ed. - São Paulo: FUPAM, 2012.

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Meninos da rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea para a Comissão Justiça e Paz de São Paulo (CEDEC). São Paulo: CEDEC, 1979.

FICA. *O que é um proprietário ético?*. São Paulo: Pistache Editorial, 2019.

FORD, Vincent versão GIL, Gilberto. "Não Chore Mais". In: *Realce*. Gravadora Elektra Records, 1979. Faixa 9.

FREHSE, Fraya. "Potencialidades de uma etnografia das ruas do passado". In: *Cadernos de Campo*, n. 14/15, 2006. Pg. 299-317.

_____. "Da desigualdade social nos espaços públicos centrais brasileiros". In: *Sociologia & Antropologia*, v. 6, n. 1, 2016. Pg. 129-158.

_____. "Apresentação". In: *Relato Crítico do Seminário URBANSUS - Morar nas Ruas de São Paulo Durante a Pandemia de Covid-19: Vivências, Intervenções e Pesquisas*. Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo, 10 e 26/11 e 07/12, 2020. Pg. 2-4.

_____. "The Historicity of the Refiguration of Spaces Under the Scrutiny of Pre-COVID-19 São Paulo Homeless Pedestrians". In: *Spatial Transformations: Kaleidoscopic Perspectives on the Refiguration of Spaces*. ed. 1. Universidade Técnica de Berlim, Berlim: Routledge, 2021. Cap. 4.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Relatórios Déficit e Inadequação Habitacional no Brasil (2016-2019)*. Belo Horizonte: FJP, 2021a.

_____. *Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil (2016-2019)*. Belo Horizonte: FJP, 2021b.

GAIO, Daniel; DINIZ, Ana Paula Santos (Org.). *A população em situação de rua e a questão da moradia*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2021.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. "O aluguel como gestão da insegurança habitacional: possibilidades de securitização do direito à moradia". In: *Dossiê: macroeconomia e desenvolvimento metropolitano, regional e local, Cad. Metrópole*, v. 22, n. 49. São Paulo, 2020. Pg. 729-756.

INICIATIVA NEGRA POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS. *A liberdade é uma luta constante: efeitos e permanências do cárcere na vida de egressos e familiares pós-prisão na cidade de São Paulo*. São Paulo, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)*. Distrito Federal, 2020.

KOHARA, Luiz. *Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *A moradia é a base estruturante para a vida e a inclusão social da população em situação de rua*. 2018. Relatório Técnico Final do Pós-doutorado Sênior em Planejamento e Gestão Territorial. Universidade Federal do ABC, São Paulo.

KOHARA, Luiz; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Ausência de políticas públicas efetivas para população de rua*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, 2020.

KOHARA, Luiz. "A moradia é a base estruturante para inserção social da população em situação de rua: deve ser o primeiro serviço público a ser acessado". In: GAIO, Daniel; DINIZ, Ana Paula Santos (Org.). *A população em situação de rua e a questão da moradia*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2021. Pg. 7-23.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa. *Vulnerabilidade da população em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil: mitos e especificidades*. In: XXI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 8-11 de novembro, 2016.

LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa; FERREIRINHO, Viviane Canecchio. "Socialização e poder no campo das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo". In: *Civitas*. v. 19, n. 1. Porto Alegre, 2019. Pg. 62-81.

LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa. "O Direito à Moradia e a Situação de Rua". In: *Ponto e Vírgula*. n. 27. São Paulo: Educ, 2020. Pg. 59-71.

LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa; FERREIRINHO, Viviane Canecchio. "Duas décadas de censos e perfis da situação de rua da cidade de São Paulo (2000-2019)". In: *AS METRÓPOLES E A COVID-19: DOSSIÊ NACIONAL - A pandemia da COVID-19 no município e na Região Metropolitana de São Paulo: desigualdades socioespaciais, vulnerabilidades e padrão de disseminação na Macrometrópole Paulista*. Observatório das Metrópoles. São Paulo, 2020. Pg. 77-100.

LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa; BORIN, Marisa do Espírito Santo. "Crescimento e espacialidade da população em situação de rua na cidade de São Paulo". In: BÓGUS, Lucia; PASTERNAK, Suzana; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (Orgs.). *Metropolização, governança e direito à cidade: dinâmicas, escalas e estratégicas*. São Paulo: Educ, 2020. Pg. 235-265.

LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa. *O Campo Social da Situação de Rua: Violência e Segregação*. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LESSA, Carlos. "Acumulação oligárquica e formação das metrópoles". In: CEPAL. *Pensamento Ibero-Americano*, nº 7. Madri: 1985. Pg. 214-216.

LIMA, Júlia Carvalho Ferreira Barbosa Lima. *Avaliação da Fase I da Implementação do Empreendimento Asdrúbal do Nascimento II: Projeto Piloto Locação Social para a População em Situação de Rua no Município de São Paulo*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso - Programa Avançado em Gestão Pública, Insper, São Paulo.

MADDEN, David; MARCUSE, Peter. *In Defense of Housing – The Politics of Crisis*. Londres/Nova York: Verso, 2016.

- MAGNANI, José Guilherme Cantor. "De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49): 2002. Pg. 11-29.
- A MARGEM DA IMAGEM. Direção: Evaldo Mocarzel. Produção: Ugo Giorgetti. Brasil: SP - Filmes São Paulo, 2003. HD.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. "Nó da terra". In: *Revista Piauí*. Rio de Janeiro, 2008. Pg. 34 - 35.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 1. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. *A exclusão e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- NAKANO, Anderson Kazuo. *Estimativa da População que Vive em Situação de Insegurança Habitacional no Município de São Paulo*. In: Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, 2018.
- _____. *Estimativa da População em Insegurança Habitacional Potencial Residente na Região Metropolitana de São Paulo*. In: Anais do XVIII ENANPUR. Natal, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Prefácio". In: MARICATO, Ermínia. (Org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979. Pg. 13-19.
- ORGANIZAÇÃO DE AUXÍLIO FRATERNAL (OAF). *Perguntar é preciso - desafios e alternativas de acolhimento em tempos de pandemia*. São Paulo: 2021.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948.
- ORNELAS, José; DUARTE, Maria Teresa. *Moradia Primeiro (Housing First): Subsídios para a implantação do modelo no Brasil e as condições de vida das mulheres em situação de rua*. Madri: Programa EUROsocial, 2022.
- PAOLINELLI, Marina Sanders; BARROS, Luís Torres; SILVA, Lisandra Mara. "Locação social em Belo Horizonte: a construção de um programa". In: *Seminário internacional moradia de aluguel na América Latina – Estado, finanças e mercados populares*. Caderno de Resumos. São Paulo, 2020. Pg. 65-67.
- PATITUCCI, Giulia Pereira. *A locação social como política habitacional no Brasil: desafios e possibilidades a partir da experiência paulistana*. 2017. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- QUINTÃO, Paula Rochlitz. *Morar na rua: há projeto possível?*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RIBAS, Luciana Marin. *A pessoa em situação de rua como sujeito de direito: elementos críticos de uma política pública*. 2019. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁNCHEZ, Edgar Mauricio Bárcenas; SALCEDO, Rosio Fernandez Baca. *Projeto Piloto Locação Social para População em Situação de Rua no Centro Histórico de São Paulo: análise de sustentabilidade*. In: IV Simpósio Brasileiro Online de Gestão Urbana, 25-27 de novembro, 2020. Pg. 794-807.

SANTORO, Paula Freire. *Políticas habitacionais inclusivas x processos de (re)estruturação urbana segregadores: um diálogo entre Brasil e EUA*. Relatório científico parcial. São Paulo: FAPESP, 2018.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Cidades de Plástico e Papelão. O habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio*. 2003. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SÃO PAULO. Departamento do Patrimônio Histórico. *Guia de Bens Culturais da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012. Pg. 20.

_____. Secretaria Municipal de Habitação. *Caderno para Discussão Pública do Plano Municipal de Habitação*. São Paulo, 2016.

_____. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. *Relatório Final do 1º Seminário de Políticas para População em Situação de Rua: Desafios de articulação com a política habitacional*. São Paulo, 2018.

_____. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. *Relatório de Acompanhamento da Fase III do Projeto Piloto do Locação Social para População em Situação de Rua*. São Paulo, 2020.

_____. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. *Enfrentamento à pandemia de Covid-19 na cidade de São Paulo: Balanço das ações emergenciais e programas implantados para a população em situação de rua*. São Paulo, 2020.

_____. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. *Censo da População em Situação de Rua*. São Paulo, 2015, 2019, 2021.

SCHOR, Silvia Maria; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo, 2010*. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

SCHOR, Silvia Maria. Participação em debate online: *Crescimento da população que vive na rua em SP, 2020*. Realização: Fundação Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, 2020.

TORO, Adriana; GUERREIRO, Isadora; SANTORO, Paula; ROLNIK, Raquel (Org.). *Seminário internacional moradia de aluguel na América Latina – Estado, finanças e mercados populares*. Caderno de Resumos. São Paulo, 2020.

VELHO, Gilberto. "Observando o familiar". *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. São Paulo: Zahar, 1981. Cap. 9.

VIEIRA et al. *População de Rua: quem é, com quem vive, como é vista*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

Legislação consultada

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Decreto Municipal Nº 28.649, de 05 de abril de 1990 - Reconhece o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. São Paulo.

Lei Nº 8.245 de 18 de outubro de 1991 - Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. Brasil.

Lei Nº 12.316, de 16 de abril de 1997 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo.

Resolução SEHAB/CMH Nº 23, de 5 de julho de 2002 - Aprova o Programa de Locação Social no Município de São Paulo.

Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 - Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasil.

Portaria SMADS Nº 46, de 22 de dezembro de 2010 - Tificação da rede socioassistencial. São Paulo.

Decreto Nº 53.795, de 25 de março de 2013 - Instituição do Comitê PopRua. São Paulo.

Lei Nº 15.913, de 16 de dezembro de 2013 - Instituição do Programa de Atendimento à População em Situação de Rua. São Paulo.

Lei Nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico. São Paulo.

Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Portaria SEHAB Nº 131, de 08 de julho de 2015 - Regulamenta o Auxílio Aluguel. São Paulo.

Decreto Nº 57.069, de 17 de junho de 2016 - Estabelece procedimentos para tratamento à população em situação de rua nas ações de zeladoria urbana. São Paulo.

Portaria Intersecretarial SMDHC/SMADS/SMS/SEHAB/SMDTE Nº 05, de 26 de dezembro de 2016 - Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua. São Paulo.

Projeto de Lei Nº 619, de 21 de dezembro de 2016 - Plano Municipal de Habitação. São Paulo.

Lei Nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019 - Política Municipal para População em Situação de Rua. São Paulo.

Decreto Nº 59.246 de 28 de fevereiro de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana. São Paulo.

Decreto Nº 59.252, de 06 de março de 2020 - Dispõe sobre reserva de vagas para população em situação de rua. São Paulo.

Resolução CNDH Nº 40, de 13 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua.

Portaria Nº 2.927, de 26 de agosto de 2021 - Institui o Projeto Moradia Primeiro. Brasil.

Lei Nº 17.638, de 09 de setembro de 2021 - Disciplinou o Programa Pode Entrar. São Paulo.

Lei Nº 17.819, de 29 de junho de 2022 - Dispõe sobre Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, institui o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria o Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo.

Anexos

Anexo 1

**Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability (GCSMUS)
Technische Universität Berlin (TU Berlin) + Universidade de São Paulo (USP)**

ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO “COLETA DE DADOS + MÉTODOS ESPACIAIS”

[São Paulo-Berlim, 1 de novembro de 2020 – 31 de janeiro de 2021]

Coordenação:

Profa. Dra. Fraya Frehse (USP/GCSMUS/IEA-USP)

Estagiárias/os:

Ana Martins Gil, Anna Carolina Martins, Caio Moraes Reis, Ednan Santos, Giovanna Bernardino, Giulia Patitucci, Paula Quintão e Tales Fontana

Tema de fundo:

“Morar nas ruas de São Paulo durante a pandemia: vivências, intervenções, pesquisas”

Questões a serem abordadas em campo (via observação participante: conversas informais + participação ativa na vida “nativa”) em 4 blocos temáticos:

I. Espaços presentes do cotidiano (e não cotidiano)

II. Tempos presentes do cotidiano (e não cotidiano)

III. Espaços futuros (U-topias) almejados

IV. Tempos futuros almejados

Questões por bloco:

I. Espaços presentes do cotidiano (e não cotidiano)

- 1) Quais as características físicas do local de moradia?
- 2) Qual o nome que tem o local de moradia?
- 3) Por que tal nome?
- 4) O que é “rua” para você?
- 5) Por quê?

II. Tempos presentes do cotidiano (e não cotidiano)

- 6) Descreva o dia de hoje [24h] de seu dia a dia durante a pandemia [rotina: manhã, tarde, noite, madrugada].
- 7) O que é “ruim” nesse dia a dia, no local de moradia?
- 8) O que é “ruim” nesse dia a dia, na rua?
- 9) Por quê?
- 10) Há algo de “bom” nesse dia a dia?
- 11) Por quê?

III. Espaços futuros almejados

- 12) Para onde você gostaria de ir?
- 13) Descreva esse lugar fisicamente [o que ele possui, o que não possui – buscar o maior detalhamento físico possível, inclusive em termos de cômodos: o que há, o que não etc.].

IV. Tempos futuros almejados

- 14) Descrever como você gostaria que fosse o seu dia a dia [rotina: manhã, tarde, noite, madrugada].

Anexo 2

**Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability (GCSMUS)
Technische Universität Berlin (TU Berlin) + Universidade de São Paulo (USP)**

**ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO “COLETA DE DADOS + MÉTODOS ESPACIAIS”
[São Paulo-Berlim, 1 de novembro de 2020 – 31 de janeiro de 2021]**

Coordenação:

Profa. Dra. Fraya Frehse (USP/GCSMUS/IEA-USP)

Tema de fundo:

“Morar nas ruas de São Paulo durante a pandemia: vivências, intervenções, pesquisas”

GUIA DEFINITIVO PARA A COLETA DE DADOS (GCSMUS) – JANEIRO 2021

I. Dois blocos temáticos:

- 1.1. Espaços presentes do cotidiano (e não cotidiano) durante a pandemia
- 1.2. Espaços futuros almejados

II. Dois procedimentos para a coleta de dados:

- 2.1. Observação participante (= croquis + conversas informais + participação ativa na vida “nativa”)
- 2.2. Mapas narrativos em entrevistas semiestruturadas:
 - > PARA BLOCO 1.1.: “*go-along interview*” - acompanhando @ entrevistad@ em seu local de moradia
 - > PARA BLOCO 1.2.: apoiada em desenhos/fotos feitos pel@s entrevistad@s

III. Roteiro de entrevista:

3.1. Dados gerais

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Onde mora (local, endereço, bairro)?

- 4) Onde nasceu (cidade, local da cidade – quando São Paulo)?
- 5) Frequentou a escola? Até que idade, até que série?
- 6) Religião?
- 7) Desde quando? [Conversões? Quando? Por quê?]
- 8) Como você chama a sua ocupação (trabalho, estudo, desemprego)?
- 9) Por quê?

3.2. Espaços presentes do cotidiano (e não-cotidiano)

- 1) Que nome você dá para o lugar onde mora?
- 2) Por quê?
- 3) Como é o seu local de moradia (fisicamente) – pode me mostrar [e pedir para el@ indicar os nomes que daria para cada eventual “cômodo” do local; ex.: minha entrevista com Mário, no filme “A Rua de Máscara”]?
- 4) O que é “casa” pra você?
- 5) Por quê?
- 6) Você chamaria isso de “casa”? [Sim ou não?]
- 7) Por quê?
- 8) Você chamaria isso de “lar” [tipo: “lar doce lar”, sabe?]
- 9) Por quê?
- 10) O que é “rua” para você?
- 11) Por quê?

3.3. Espaços futuros almejados

- 12) Onde você gostaria de morar?
- 13) Por quê?
- 14) Como é esse lugar (fisicamente)? [O que ele possui, o que não possui – buscar, junto a@ entrevistad@, o maior detalhamento físico possível, inclusive em termos de cômodos: o que há, o que não etc.]
- 15) Quando gostaria de ir para lá?
- 16) Por quê?

Anexo 3

Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability (GCSMUS)
Technische Universität Berlin (TU Berlin) + Universidade de São Paulo (USP)

ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO “COLETA DE DADOS + MÉTODOS ESPACIAIS”

[São Paulo-Berlim, 1 de novembro de 2020 – 31 de janeiro de 2021]

Tabela de atividades realizadas no trabalho de campo - Etapa 1

Referência	Data	Horário	Local	Tipo do Campo
Relato de campo 1	10/11/2020	8h às 9h	Praça do Patriarca	Observação participante
Relato de campo 2	11/11/2020	18h às 19h	Praça do Patriarca	Observação participante
Relato de campo 3	13/11/2020	8h30 às 9h	Largo São Francisco	Obs. direta e participante
Relato de campo 4	13/11/2020	18h às 19h	Praça do Patriarca	Observação participante
Relato de campo 5	18/11/2020	18h às 19h	Pátio do Colégio	Observação participante
Relato de campo 6	19/11/2020	9h às 9h30	Largo São Francisco	Observação direta
Relato de campo 7	19/11/2020	19h às 20h	Praça do Patriarca	Observação participante
Relato de campo 8	24/11/2020	18h às 20h	Pátio do Colégio	Obs. participante e entrevista
Relato de campo 9	25/11/2020	8h30 às 9h	Largo São Francisco	Observação direta
Relato de campo 10	25/11/2020	18h às 20h	Largo São Francisco	Obs. participante e entrevista
Relato de campo 11	26/11/2020	8h30 às 9h	Largo São Francisco	Observação participante
Relato de campo 12	26/11/2020	18h às 20h	Largo São Francisco	Observação participante
Relato de campo 13	27/11/2020	9h às 9h30	SMDHC - PMSP	Observação participante
Relato de campo 14	27/11/2020	12h às 13h45	SMDHC - PMSP	Entrevista

Relato de campo 15	09/12/2020	12h30 às 14h	Largo São Francisco	Observação participante
Relato de campo 16	11/12/2020	12h às 14h	Largo São Francisco	Observação participante
Relato de campo 17	11/12/2020	18h às 19h30	Praça do Patriarca	Observação direta
Relato de campo 18	16/12/2020	18h às 20h	Praça do Patriarca	Observação participante
Relato de campo 19	17/12/2020	18h às 20h	Praça do Patriarca	Observação participante
Relato de campo 20	08/01/2021	8h às 10h	Praça do Patriarca	Observação participante
Relato de campo 21	14/01/2021	8h30 às 10h	Largo São Francisco	Observação participante
Relato de campo 22	14/01/2021	18h às 20h	Largo São Francisco	Observação participante
Relato de campo 23	15/01/2021	18h às 20h	Largo São Francisco	Observação participante
Relato de campo 24	19/01/2021	8h às 10h	Praça do Patriarca	Obs. participante e entrevista
Relato de campo 25	20/01/2021	8h às 10h	Pátio do Colégio	Obs. direta e participante
Relato de campo 26	21/01/2021	18h às 20h	Largo São Francisco	Entrevista
Relato de campo 27	05/02/2021	18h às 20h	Praça do Patriarca	Entrevista

Anexo 4

GUIA PARA A COLETA DE DADOS – JUNHO E JULHO DE 2021

Contextualização da entrevista

Para cada entrevista (serão gravadas, se autorizado pelo entrevistado), será incluído um cabeçalho no caderno de campo com o seguinte conteúdo:

- 1) Data da entrevista:
- 2) Horário da entrevista:
- 3) Duração da entrevista:
- 4) Nome da/o entrevistada/o (informando o entrevistado que será mantido o sigilo do nome ou sugerindo que ele indique um nome que gostaria de ser identificado):
- 5) Local da entrevista (indicação do endereço, características físicas e sociais do local):
- 6) Observações complementares (se o caso):

Dados gerais do entrevistado

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Qual raça/cor se identifica:
- 4) Qual gênero se identifica:
- 5) Onde mora (cidade, bairro):
- 6) Se frequentou a escola, até qual série:
- 7) O que faz para conseguir dinheiro:
- 8) Valor médio de quanto ganha por mês:
- 9) Onde nasceu (cidade, bairro):
- 10) Quando veio para São Paulo (qual percurso até chegar à cidade):
- 11) Por que veio para São Paulo:

Bloco temático A: Experiências do morar em espaços fora da rua

- 1) Onde você morava antes de morar na rua? Com quem você morava? Conte como era essa moradia ou as moradias que você já viveu (características físicas da casa e do

entorno, valor do aluguel). Observar os aspectos serviços, infraestrutura, equipamentos públicos, localização, custo, habitabilidade.

2) Qual nome você dá para essa moradia? Por quê? O que ela representa?

3) Como você se sentia nessa moradia? Observar os aspectos de habitabilidade e temas correlatos como possibilidade de repouso, saúde física, mental, segurança, educação, alimentação, além dos aspectos adequação cultural e pertencimento a uma comunidade.

4) O que era bom dessa moradia? Por quê?

5) O que era ruim dessa moradia? Por quê?

6) Da primeira vez que você saiu da moradia e veio para a rua, foi por qual motivo? Quando foi? Observar o aspecto segurança da posse.

Bloco temático B: Experiências do morar em espaços da rua

1) O que é rua para você? Por quê?

2) Como foi a primeira noite que você passou na rua?

3) Para esse espaço que você mora agora, qual nome você dá? Por quê? O que ele representa?

4) Como foi a construção desse espaço (se inspirou em algo, materiais, tempo de construção)? Descreva, registre em fotografia ou desenhe esse espaço.

5) Você está há muito tempo aqui? Quanto? Por que prefere ficar aqui? Por que mudou de lugar?

6) Como você se sente nesse espaço?

7) O que é bom nesse espaço? Por quê?

8) O que é ruim nesse espaço? Por quê?

9) Você mora com alguém? Com quem? Onde conheceu?

Bloco temático C: Expectativas com relação à moradia

1) Onde você gostaria de morar (cidade, bairro, urbano/rural, tipo da moradia)? Por quê?

2) Como seria essa moradia (casa, apartamento, pensão, hotel, quarto alugado, características físicas, grande, pequeno, etc.)?

3) Você gostaria de morar com alguém? Se sim, com quem? Nos dois casos, se sim ou não, por quê?

4) Se você fosse para esse lugar, quando gostaria de ir? O que precisaria fazer para alcançar essa moradia?

5) Na sua opinião, as pessoas em situação de rua querem continuar morando na rua ou ter uma moradia? Por quê?

Bloco temático D: Percepção sobre políticas públicas de acolhimento e moradia

1) O que é direito à moradia?

2) O que teria te ajudado a não ir para a rua? Políticas de prevenção.

3) Você buscou alguma ajuda para não ir para a rua? Como foi?

4) Quais são as soluções/possibilidades/propostas que já te apresentaram para sair da rua? Quem apresentou? Você ficou satisfeito com as soluções/possibilidades/propostas? Por quê?

5) Você já dormiu em Centros de Acolhida, Autonomias em Foco, Hotéis e/ou Repúblicas da Prefeitura? Se sim, como foi? O que foi bom? O que foi ruim? O que poderia melhorar?

6) Você já tentou acessar algum programa de moradia? Se sim, como foi? O que foi bom? O que foi ruim? O que poderia melhorar?

Anexo 5**Tabela de atividades realizadas no trabalho de campo - Etapa 2**

Referência	Data	Horário	Local	Tipo do Campo
Relato de campo 1	15/06/2022	10h30 às 12h30	Largo São Francisco, Praça da Sé, Pátio do Colégio, Largo São Bento	Observação direta e participante
Relato de campo 2	20/06/2022	15h30 às 17h30	Largo São Francisco, Praça da Sé, Pátio do Colégio, Largo São Bento, Praça do Patriarca	Observação direta e participante
Relato de campo 3	21/06/2022	14h30 às 16h	Praça Ramos de Azevedo, Largo São Francisco, Praça da Sé	Observação direta e participante
Relato de campo 4	22/06/2022	15h30 às 17h30	Praça Ramos de Azevedo, Praça do Patriarca, Largo São Francisco, Praça da Sé, Pátio do Colégio e Largo São Bento	Observação direta e participante
Relato de campo 5	23/06/2022	16h30 às 18h30	Praça do Patriarca, Largo São Bento	Observação direta e participante
Relato de campo 6	24/06/2022	14h às 15h e 16h30 às 18h30	Largo São Francisco, Pátio do Colégio	Observação direta e participante
Relato de campo 7	27/06/2022	13h30 às 16h30	Largo São Francisco	Observação direta e participante
Relato de campo 8	01/07/2022	15h às 17h	Largo São Francisco	Observação participante
Relato de campo 9	04/07/2022	14h às 17h	Av. Paulista	Observação direta
Relato de campo 10	23/07/2022	11h às 15h	Praça do Patriarca	Entrevista
Relato de campo 11	25/07/2022	14h às 18h	Praça do Patriarca, Largo São Francisco	Observação participante e entrevista
Relato de campo 12	26/07/2022	12h às 13h10 e 14h15 às 16h15	Edifício Mário de Andrade, Largo São Francisco, Pátio do Colégio	Observação participante e entrevista
Relato de campo 13	27/07/2022	10h30 às 12h e 16h às 17h30	Pátio do Colégio e Shopping Light	Entrevista

